

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS – FGV CPDOC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS CULTURAIS
DOUTORADO EM HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS CULTURAIS**

**A FUNDAÇÃO ABRIGO DO CRISTO REDENTOR E SUA ATUAÇÃO NA
CIDADE DO RIO DE JANEIRO (1946 A 1960)**

APRESENTADA POR

MÔNICA DE SOUZA ALVES DA CRUZ CAMINHA

PROFESSOR ORIENTADOR ACADÊMICO: MARCO AURÉLIO VANNUCCHI LEME DE MATTOS

Rio de Janeiro, dezembro 2022

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS – FGV CPDOC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS CULTURAIS
DOUTORADO EM HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS CULTURAIS**

**A FUNDAÇÃO ABRIGO DO CRISTO REDENTOR E SUA ATUAÇÃO NA
CIDADE DO RIO DE JANEIRO (1946 A 1960)**

APRESENTADA POR

MÔNICA DE SOUZA ALVES DA CRUZ CAMINHA

Rio de Janeiro, dezembro de 2022

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS – FGV CPDOC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS CULTURAIS
DOUTORADO EM HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS CULTURAIS**

PROFESSOR ORIENTADOR ACADÊMICO: MARCO AURÉLIO VANNUCCHI LEME DE MATTOS

MÔNICA DE SOUZA ALVES DA CRUZ CAMINHA

**A FUNDAÇÃO ABRIGO DO CRISTO REDENTOR E SUA ATUAÇÃO NA
CIDADE DO RIO DE JANEIRO (1946 A 1960)**

Tese de Doutorado apresentada à Escola de Ciências Sociais FGV CPDOC como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em História, Política e Bens Culturais.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Bibliotecas/FGV

Caminha, Mônica de Souza Alves da Cruz

A Fundação Abrigo do Cristo Redentor e sua atuação na cidade do Rio de Janeiro (1946 a 1960) / Mônica de Souza Alves da Cruz Caminha -- 2022.

187 f.

Tese (doutorado) – Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas, Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais. Orientador: Marco Aurélio Vannucchi Leme de Mattos.

Inclui bibliografia.

1. Abrigo Cristo Redentor - Rio de Janeiro (RJ) - História - 1946-1960. 2. Assistência social. 3. Fundações e instituições beneficentes - Rio de Janeiro (RJ). 3. Escola de Pesca Darcy Vargas. I. Mattos, Marco Aurélio Vannucchi Leme de. II. Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas. Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais. III. Título.

CDD – 306

Elaborada por Maria do Socorro Almeida – CRB-7/4254



**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
DOUTORADO EM HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS CULTURAIS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL**

MÔNICA DE SOUZA ALVES DA CRUZ CAMINHA

“A FUNDAÇÃO ABRIGO DO CRISTO REDENTOR E SUA ATUAÇÃO NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO (1946 A 1960)”.

TESE APRESENTADO(A) AO CURSO DE DOUTORADO EM HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS CULTURAIS PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE DOUTOR(A) EM HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS CULTURAIS.

DATA DA DEFESA: 01/12/22

ASSINATURA DOS MEMBROS DA BANCA EXAMINADORA

PRESIDENTE DA COMISSÃO EXAMINADORA: PROF^o/a MARCO AURÉLIO VANNUCCHI LEME DE MATTOS

**PROF^o/a MARCO AURÉLIO VANNUCCHI LEME DE MATTOS
ORIENTADOR(A)**

**PROF^o/a AMÉRICO OSCAR GUICHARD FREIRE
MEMBRO INTERNO**

**PROF^o/a MAGALI ROMERO SÁ
MEMBRO EXTERNO**

**PROF^o/a ANA PAULA VOSNE MARTINS
MEMBRO EXTERNO**

**PROF^o/a REGINALDO SCHEUERMANN COSTA
MEMBRO EXTERNO**

RIO DE JANEIRO, 01 DE DEZEMBRO DE 2022.

**PROF^o/a CELSO CORRÊA PINTO DE CASTRO
DIRETOR(A)**

**PROF^o ANTONIO DE ARAUJO FREITAS JUNIOR
PRÓ-REITOR DE ENSINO, PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**

À Gustavo e Guilherme,
os meus bens mais preciosos.

AGRADECIMENTOS

Os últimos anos não foram fáceis. Digo isso muito menos pela pesquisa e escrita da tese - que foram em vários momentos uma verdadeira “rota de fuga” -, do que pela conjuntura vivenciada no âmbito nacional e internacional. Foram tempos de pandemia, de crise político econômica, de distanciamento, de arquivos fechados, de *home office* – que me “roubava” os finais de semana e feriados, gerando sobrecarga de trabalho - de perdas e dores. No meu caso, a covid me atingiu por duas vezes e, embora não grave, foi bastante debilitante. Enxaqueca, falta de paladar e dores no corpo foram sintomas que persistiram por cerca de cinco meses, gerando desconforto físico e mental, além de medo. Entretanto, apesar de todas as dificuldades – como o curto prazo e limitações –, eu realmente desejava dar um desfecho a essa pesquisa, que tanto me deu prazer em dias de desesperança.

Sendo assim, primeiramente, eu desejo agradecer ao meu orientador, Marco Aurélio Vannucchi pela confiança no meu trabalho. Desde o início da minha proposta, ao longo da pesquisa, ele sempre me apoiou, estimulou e foi muito paciente em cada justificativa que dei para os meus vários atrasos. Eu realmente agradeço de coração por me permitir concluir essa etapa tão importante na minha vida.

Agradeço a cada membro da banca por ter gentilmente aceito o convite de integrá-la: Ana Paula Vosne Martins, Américo Freire, Magali Romero Sá e Reginaldo Scheuermann Costa.

Agradeço aos meus colegas de trabalho da Revista História, Ciências, Saúde – Manguinhos, da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, que também foram sempre muito compreensivos comigo e me apoiaram bastante nessa etapa: Marcos Cueto, Roberta Cerqueira, Marciel Rosa, Camilo Papi, Vinicius Renaud, Miriam Junghans e Mônica Auler, essas últimas também pelo trabalho de revisão e tradução do resumo da tese.

A Camilo Papi e Vinicius Renaud desejo expressar o quanto foram importantes para mim em vários momentos, enviando mensagens de apoio e otimismo, sendo “amigos mais chegados que irmãos”.

Agradeço ao meu colega de curso Carlos Eugenio Renha, que mesmo distante, me apoiou demais nessa etapa final.

E por fim agradeço a minha pequena, mas forte e inabalável rede de apoio:

Minha amada mãe, Débora Teixeira de Souza da Cruz, a quem devo a concretização desse meu sonho. Sem ela, sendo o meu braço direito, nada disso seria possível. Ela segurou todas as barras! Gratidão é pouco pelo que devo a ela.

Ao meu pai, Pierre Alves da Cruz, que nunca nos deixou faltar nada. Nosso provedor sempre. É claro que há gratidão! Cheguei até aqui por sua luta e dedicação para conosco. Muito obrigada!

Ao meu marido Luís Caminha, que aguentou firme ao meu lado todos esses anos. Aguentou essa barra de conviver com alguém que estava o tempo todo lendo, escrevendo, ausente, falando da sua pesquisa, da temática etc. E esteve ali, me cobrindo quando eu não podia estar presente. Deixo aqui o meu muito obrigada.

Aos meus filhos, Gustavo e Guilherme, os que mais sentiram a minha ausência e que são sempre a minha inspiração, a razão da minha luta diária.

E, por fim, a Deus. Não ao Deus politizado ou da religiosidade, mas ao Deus que é a minha essência, a força da minha vida, com a certeza de que sem Ele eu não teria chegado até aqui.

RESUMO:

A tese investiga a Fundação Abrigo do Cristo Redentor e a sua atuação na cidade do Rio de Janeiro no período democrático do Brasil Republicano (1946 a 1960), especificamente a partir de dois dos seus departamentos: o de Pesca e o Abrigo do Cristo Redentor. A aquisição da trawler “Presidente Vargas”, em 1952, é considerada um marco na história dessa entidade assistencial, pois permitia capturar uma enorme quantidade de peixes por viagem. Isso impulsionou o deslocamento das suas atividades pesqueiras da Escola de Pesca Darcy Vargas para o Entreposto da Pesca, na praça XV; o seu ingresso no mercado de abastecimento do pescado da Capital Federal, principalmente na Semana Santa; um lugar na mesa de negociações das autoridades responsáveis pelo assunto – como na Comissão Federal de Abastecimento e Preços; e ganhos capazes de garantir a manutenção, inclusive, de outros departamentos daquele complexo assistencial. A tese analisa ainda a parceria do Abrigo do Cristo Redentor com a Seção de Repressão à Mendicância, vinculada à Delegacia de Vigilância, do Departamento Federal de Segurança Pública, pela qual essa entidade assistencial recebeu, na época, o maior quantitativo de mendigos retirados das ruas pela polícia. Outro aspecto destacado é o acolhimento, por essa unidade, de doentes encaminhados por diferentes hospitais da cidade do Rio de Janeiro. Por fim, se buscou investigar a política de subvenção adotada pelo Governo Federal entre 1946 e 1960 – quando o centro de decisão sobre a questão passou do Conselho Nacional de Serviço Social para o Congresso Nacional. Examina-se como a Fundação Abrigo do Cristo Redentor se adaptou a esses novos tempos para adquirir subsídios, e o papel desempenhado por Raphael Levy Miranda – seu idealizador e provedor perpétuo – no processo de obtenção de recursos fundamentais para a manutenção das atividades daquela entidade assistencial.

Palavras-chave: Abrigo do Cristo Redentor – Rio de Janeiro – Assistência Social – História – História da Assistência – Pesca – Polícia – Igreja – Política de Subvenção – Instituições Filantrópicas – Brasil Republicano – Período Democrático.

ABSTRACT:

The thesis investigates the Abrigo do Cristo Redentor Foundation and its performance in the city of Rio de Janeiro in the democratic period from 1946 to 1960 of Republican Brazil, specifically from two of its departments: the Fishing and the Abrigo do Cristo Redentor. The acquisition of the trawler “Presidente Vargas”, in 1952, is considered a milestone in the history of this welfare entity, as it allowed to catch a huge amount of fish per trip. This led to the displacement of its fishing activities from the Darcy Vargas Fishing School to the Fishing Warehouse in Praça XV; to its entry into the market for fish supply to the Federal Capital, especially during Holy Week; to a place at the negotiating table of the authorities responsible for the matter – such as the Federal Supply and Price Commission; and to gains capable of ensuring the maintenance of other departments of that welfare complex. The thesis also analyzes the partnership of the Abrigo do Cristo Redentor with the Section of Repression of Begging, linked to the Vigilance Delegacy of the Federal Department of Public Security, through which this social welfare entity received, at the time, the largest amount of beggars taken off the streets by the police. Another aspect highlighted is the reception, by this unit, of patients sent by different hospitals of the city of Rio de Janeiro. Finally, we sought to investigate the subsidy policy adopted by the Federal Government between 1946 and 1960 – when the center of decision making on the issue moved from the National Council of Social Service to the National Congress. We examine how the Abrigo do Cristo Redentor Foundation adapted to new times in order to acquire subsidies, and the role played by Raphael Levy Miranda – its creator and perpetual provider – in the process of obtaining fundamental resources for the maintenance of the activities of that welfare entity.

Keywords: Abrigo do Cristo Redentor – Rio de Janeiro – Social Assistance – History – History of Assistance – Fishery – Police – Church – Subsidy Policy – Philanthropic Institutions – Republican Brazil – Democratic Period.

Lista de ilustrações:

Ilustração 1: Caixas pertencentes ao Acervo da LBA, que estavam no galpão/garagem do MDS, em Brasília (2010)	20
Ilustração 2: No térreo daquele mesmo galpão/garagem do MDS, além de caixas, existiam quadros e rolos de filmes da LBA (2010)	20
Ilustração 3: As dez (10) caixas onde deixei o material encontrado da FACR no Acervo da LBA (2010)	21
Ilustração 4: Relatórios da FACR encontrados no AN (2020)	22
Ilustração 5: Idoso sentado em uma das camas existentes na enfermaria São Sebastião, no ACR.....	29
Ilustração 6: Freira ao lado de um abrigado uniformizado do ACR, que está sentado a mesa, tendo a sua frente um prato de comida	32
Ilustração 7: Idosos sentados a mesa, se alimentando, no ACR	32
Ilustração 8: O cultivo de bromélias (criadouro de mosquitos) em frente do pavilhão de entomologia do Instituto de Malariologia, na Cidade dos Meninos	39
Ilustração 9: Vista do Pavilhão laboratório de Inseticidas, 1948	40
Ilustração 10: Fábrica de BHC da Cidade dos Meninos, 1950	40
Ilustração 11: Fabricação da pasta do DDT, s.d.	42
Ilustração 12: Fabricação de iscas rodenticidas à base de monofluoracetato de sódio no Serviço de Produtos Profiláticos na Cidade dos Meninos	42
Ilustração 13: Sérgio Mendonça e seu irmão, em um dia festivo, das mães, na área externa do educandário AASF	46
Ilustração 14: Aeródromo de Manguinhos [194?].....	49
Ilustração 15: Barco Redentor II no Entreposto da Pesca [195?].....	63
Ilustração 16: Rodolfo Fuchs, no Entreposto da Pesca [195?].....	64
Ilustração 17: Mário Rodrigues em frente ao “Redentor V”, no Entreposto da Pesca [195?].....	66
Ilustração 18: Mário Rodrigues em seu trabalho de fiscalização, no Entreposto da Pesca [195?].....	66
Ilustração 19: O trabalho no Entreposto da Pesca [195?]	67

Iustração 20: Os médicos veterinários do serviço de inspeção no Entrepasto da Pesca [195?].	68
Iustração 21: Fachada do Albergue da Boa Vontade.	90
Iustração 22: Dormitório do Albergue da Boa Vontade	91
Iustração 23 e 24: Fotos de Gervásio Batista do pátio do SRM publicadas na Revista Manchete	94, 95
Iustração 25: Fachada do Pavilhão destinado exclusivamente a tuberculosos no ACR	97
Iustração 26: Visita de Clemente Mariani ao ACR	98
Iustração 27: Carta do Presidente do Conselho Administrativo da FACR a Levy, de 6 abril 1964	137
Iustração 28: Levy Miranda [sd.]	138

Lista de tabelas:

Tabela 1: Movimento de entrada/óbitos do ACR (1946 a 1954).	31
Tabela 2: Número de internos do ACR por ano (1947-1959)	100
Tabela 3: Crédito especial para a FACR (1946 a 1960)	126
-	128
Tabela 4: Relação geral dos membros dos Conselhos em exercício da FACR (1946 a 1958)	146, 147

Lista de abreviaturas e siglas:

AASF – Aprendizado Agrícola Sacra Família
AASJ – Aprendizado Agrícola São José
ACR – Abrigo Cristo Redentor
CNSS – Conselho Nacional de Serviço Social
CPSACR - Centro de Promoção Social Abrigo Cristo Redentor
COFAP – Comissão Federal de Abastecimento e Preços
CPqRR - Centro de Pesquisas René Rachou
DCP – Divisão de Caça e Pesca
DFSP – Departamento Federal de Segurança Pública
DNERu - Departamento Nacional de Endemias Rurais
DOU - Diário Oficial da União
EJLA – Escola João Luiz Alves
ELCPD – Escola de Lavoura e Criação Presidente Dutra
ELVPV – Escola de Lavradores e Vaqueiros Presidente Vargas
EPDV – Escola de Pesca Darcy Vargas
EPMM – Escola Profissional de Marinha Mercante
FACR – Fundação Abrigo Cristo Redentor
FAO - Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
Fiocruz – Fundação Oswaldo Cruz
FLXIII – Fundação Leão XIII
INERu - Instituto Nacional de Endemias Rurais
IHL – Instituto Horácio de Lemos
INJ – Instituto Natalina Janot
IOC – Instituto Oswaldo Cruz
IPGV – Instituto Profissional Getúlio Vargas
LBA – Legião Brasileira de Assistência
MEC – Ministério da Educação e Cultura
MES – Ministério da Educação e Saúde
MJNI – Ministério da Justiça e Negócios Interiores
MS – Ministério da Saúde
MTIC – Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio
PMSG – Patronato de Menores de São Gonçalo

SAM – Serviço de Assistência a Menores

SNM – Serviço Nacional de Malária

SPP - Serviço de Produtos Profiláticos

SRM – Seção de Repressão à Mendicância

SUMÁRIO:

Introdução	17
Capítulo 1 - O que era a Fundação Abrigo do Cristo Redentor (FACR) no Período Democrático (1946-1960)?	27
1.1. O Abrigo Cristo Redentor, acolhendo a população de rua e os doentes da cidade ...	28
1.2 A Escola de Lavradores e Vaqueiros Presidente Vargas: “o celeiro da Fundação” em Santa Cruz	33
1.3 De Santa Cruz a São Fidelis, acelerando o ritmo da produção agropastoril no final dos anos de 1940	34
1.4 A Cidade dos Meninos: um terreno de disputa entre a FACR e o Serviço Nacional de Malariologia	35
1.5 Aprendizado Agrícola Sacra Família: um lugar voltado as atividades agropecuárias, educacionais e ao “repousário”	44
1.6 O Instituto Profissional Getúlio Vargas: formando menores, alguns ilustres	46
1.7 A FACR no “morro do Jacarezinho”: o Instituto Natalina Janot	50
1.8 Antônio Pithon em busca da melhoria e uniformidade do ensino nas unidades da FACR	53
1.9 A política de aproveitamento de ex-alunos como funcionários da FACR	55
1.10 A “revolução da pesca” empreendida pelo novo trawler Presidente Vargas na cidade do Rio de Janeiro	57
Capítulo 2 - A FACR e sua atuação no âmbito da pesca na cidade do Rio de Janeiro (1955 a 1960)	70
2.1 De olho na imprensa carioca: o que era dito da FACR e sua atuação no setor pesqueiro	76
2.2 Os esforços em prol do abastecimento de pescado para a população carioca na Semana Santa	78
2.3 O Departamento de Pesca: o principal sustentáculo da FACR nos anos de 1950	84
Capítulo 3 - O Abrigo do Cristo Redentor (ACR) e o Serviço de Repressão à Mendicância (SRM): uma parceria no combate aos mendigos e vadios da cidade do Rio de Janeiro (1946 a 1960)	87
3.1 O ACR de portas abertas aos mendigos encaminhados pela Polícia	96
3.2 Uma “ação conjunta” do Serviço de Assistência a Mendicância e o SRM	102
3.3 1959: o ACR em tempos de “crise”	104

Capítulo 4 - A política de subvenção as instituições filantrópicas: uma análise a partir do caso da FACR (1946-1960)	109
<i>4.1 Do Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS) ao Congresso Nacional: os árbitros do processo de concessão de subvenção às instituições filantrópicas</i>	<i>110</i>
<i>4.2 A FACR e os novos tempos: em busca de verbas governamentais (1946 a 1960)</i>	<i>114</i>
<i>4.3 A perda do grande benfeitor da FACR e os anos subsequentes</i>	<i>122</i>
<i>4.4 A Igreja e sua aliança com o Estado: em busca do consenso</i>	<i>128</i>
<i>4.5 Levy Miranda: o provedor perpétuo e principal articulador da FACR</i>	<i>133</i>
Conclusão	141
Anexo	146
Referências	148

INTRODUÇÃO

Durante mais de dez anos percorro, de ônibus ou de carro, a Avenida Leopoldo Bulhões, na altura da rua Castro Tavares, em Manguinhos, onde é quase automático para mim olhar, sob a linha do trem, e avistar, em um terreno elevado, os fundos de uma construção. Tempos atrás essa área era conhecida como Morro do Frota e ali, em 1936, foi erguido o Abrigo do Cristo Redentor (ACR), que desde então subsiste na paisagem de uma região profundamente impactada por intervenções urbanas, como o viaduto da Linha Amarela. Atualmente o Centro de Promoção Social Abrigo Cristo Redentor (CPSACR) é o único asilo público do Estado do Rio de Janeiro, que “atende 195 idosos em situação de vulnerabilidade e/ou risco social” (Campos, 2021), sendo “considerado, dentro de suas características, o maior abrigo para idosos do país” (Veras, 1997, p.89).

O meu interesse de investigar a trajetória dessa instituição assistencial surgiu nos anos de 2008/2009, quando na Pós-Graduação Lato Sensu Especialização em Geriatria e Gerontologia, da Universidade Aberta da Terceira Idade (UNATI/UERJ), iniciei leituras relativas à questão asilar na cidade do Rio de Janeiro e especificamente através do artigo “O Asilo na Cidade do Rio de Janeiro”, de Piloto e et al. (1998), descobri o ACR. O trabalho de conclusão desse curso – uma revisão bibliográfica sobre o tema - foi o trampolim para a elaboração de um projeto de mestrado, cuja pesquisa foi desenvolvida no Programa de Pós-Graduação de História das Ciências e da Saúde (PPGHCS) da Casa de Oswaldo Cruz (COC/Fiocruz) sobre os primeiros quinze anos dessa instituição assistencial.

Nessa investigação descobri que nos seus primórdios o ACR era apenas uma das unidades de um complexo assistencial denominado Fundação Abrigo do Cristo Redentor (FACR) e que inicialmente destinava-se a assistência de mendigos¹ e menores desamparados, assim como a filhos de pescadores. Os idosos continuavam a figurar naquele cenário, mas não com exclusividade, existiam entre os mendigos. No período do Primeiro Governo Vargas (1936-1945) essa instituição assistencial vivenciou uma rápida expansão de todas as suas atividades, através de departamentos espalhados pelo Estado do Rio de Janeiro, e grande número de pessoas foram beneficiadas por suas

¹ Nesse texto foram mantidos os termos empregados nas fontes originais, como “mendigos”, “pedintes”, dentre outros, embora, atualmente, nas políticas públicas brasileiras seja utilizada a denominação “população em situação de rua”, que busca dar conta desse grupo heterogêneo, que inclui moradores de rua, pedintes, desempregados, trabalhadores informais, dentre outros (Nunes, 2022).

ações. Além disso, seu idealizador e “provedor perpétuo”, Raphael Levy Miranda², como católico, funcionário do Banco do Brasil, membro do Conselho Nacional de Assistência Social (CNSS), dentre outras características, desempenhou papel decisivo no estabelecimento de relações que possibilitaram a manutenção dessa entidade, que recebeu amplo apoio do Governo Vargas (Caminha, 2012).

O interesse de desvendar o que aconteceu nos anos subsequentes a FACR e quando exatamente essa instituição começou a perder a sua importância, ou dimensão, no âmbito da assistência social na cidade do Rio de Janeiro é o que motivou, em um primeiro momento, esse atual trabalho de pesquisa. Como aquele complexo assistencial se sustentou após a queda do Primeiro Governo Vargas (1936-1945), quando recebeu grande apoio em todas as suas ações? Quais eram as estratégias desenvolvidas pela sua diretoria para manter as atividades da FACR em momentos de crise político-econômica, como àqueles vivenciados após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945)?

Sobre as instituições assistenciais atuantes na cidade do Rio de Janeiro, especialmente durante o final do século XIX e primeiros anos do século XX, há uma considerável produção historiográfica. A assistência à infância na Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro foi objeto de pesquisa de algumas dissertações, como as defendidas por Bárbara Damasco da Silva (2015) e Letícia Conde Moraes Cosati (2019), ambas orientadas por Gisele Porto Sanglard. Sanglard possui diversos trabalhos sobre essa temática, dentre eles: “Pobreza e filantropia: Fernandes Figueira e assistência à infância no Rio de Janeiro (1900-1920)” (2014) e “Laços de sociabilidade, filantropia e o Hospital do Câncer do Rio de Janeiro (1922-1936)”, o primeiro em parceria com o pesquisador da COC/Fiocruz Luiz Otávio Ferreira. A história da Pro Matre, seus arquivos e fontes, foi tratada por Maria Renilda Nery Barreto (2011), assim como por Giovana Costa Cinacchi (2017). Entretanto, foi a abordagem realizada por Ana Paula Vosne Martins no seu artigo sobre o Serviço de Obras Sociais (SOS) (2018) que mais se aproxima da nossa proposta de investigação em relação a FACR, ao tratar dos atores envolvidos na realização daquela obra de assistência social, seus objetivos e formas de obtenção de recursos.

² Raphael Levy Miranda, com **ph** e **y**, é a grafia do nome presente tanto em sua carteira de trabalho, como no atestado de óbito. Já na sua carteira de identidade consta Rafael Levi Miranda, com **f** e **i**. Neste trabalho optou-se em usar **Raphael Levy**, devido a prevalência dessa grafia nos documentos do período em questão, mantendo **Rafael Levi** apenas nas citações, quando usado no documento original.

O grande desafio dessa pesquisa foi encontrar bibliografia e documentos referente as instituições assistenciais do Rio de Janeiro, especificamente sobre a FACR, no período de 1946 a 1964. *Levy Miranda: apóstolo da assistência social no Brasil*, de Jayme Pondé (1977), é a única obra existente sobre a Fundação. No prefácio desse livro, Austregésilo de Athayde relata que Pondé escreveu essa biografia cumprindo um desejo da então diretora da instituição, Margarida Oliveira de Araújo³. Em 1937, o autor daquela obra havia sido convidado por Levy Miranda para atuar como médico residente do ACR, ocupando ali, posteriormente, também os cargos de Diretor do Serviço Médico e Clínico Responsável pelo Setor de Tisiologia. Pondé faz uma narrativa memorialista, uma transcrição de acontecimentos do qual foi testemunha e de outros que ouviu falar, contados pelo próprio Levy Miranda e seus contemporâneos. Sendo assim, mesmo diante de uma visão romanceada e parcial, esse livro concede informações relevantes para o estabelecimento de uma cronologia inicial relacionada a vida de Levy Miranda e da instituição por ele idealizada e dirigida, possibilitando também o registro de vários fatos, nomes, datas, lugares, a serem confirmados e investigados através de outros documentos.

Em 2016, na minha segunda ida ao Arquivo Central do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), em Brasília, que tinha o objetivo de fotografar os relatórios encadernados da FACR de 1948-1970, fui informada que esses documentos haviam sido encaminhados ao próprio “ACR”, no Rio de Janeiro. Em 2010, eu os havia encontrado no desorganizado acervo da Legião Brasileira de Assistência (LBA), que ficava num galpão/garagem do MDS, dentre inúmeras caixas não identificadas (algumas identificadas de forma precária). Naquela ocasião, eu não tinha muito tempo e por isso optei em fazer um trabalho exaustivo de rastreio, escolhendo caixas de forma bastante aleatória e separando tudo que pudesse estar relacionado àquela instituição assistencial. O tempo escasso foi suficiente apenas para a realização de fotografias dos relatórios oficiais da FACR relativos aos anos de 1936 a 1947, analisados em meu trabalho de mestrado (Caminha, 2012). O restante do material armazenei em dez (10) caixas box, identifiquei, descrevi e os deixei na sala do então chefe da Divisão desse Arquivo Central. Em 2016, quando lá retornei, após troca de mensagens que me garantiam a permanência do material onde deixei, eu tive acesso ao

³ Em entrevista Antônio Izidro de Miranda, filho único de Levy Miranda, confirmou essa informação: “Foi ela [D. Margarida] que pediu [a Pondé que escrevesse o livro] (...). Quando eu vi: ‘Olha o lançamento do livro da vida do sr. Levy Miranda’” (Miranda, 2011).

ofício que confirmava que as caixas haviam sido despachadas para o Rio de Janeiro ainda no ano de 2010. Diante desses fatos, com apoio do professor e pesquisador da COC/Fiocruz, Gilberto Hochman, escrevi ofício ao CPSACR, explicando a minha pesquisa e o meu interesse de ter acesso àquela documentação, que eu mesma havia encontrado e separado no MDS, mas nunca obtive resposta.



Ilustração 1: Caixas pertencentes ao Acervo da LBA, que estavam no galpão/garagem do MDS, em Brasília (2010).



Ilustração 2: No térreo daquele mesmo galpão/garagem do MDS, além de caixas, existiam quadros e rolos de filmes da LBA (2010).



Ilustração 3: As dez (10) caixas onde deixei o material encontrado da FACR no Acervo da LBA (2010).

Dessa forma, as fontes primárias que eu tinha em mãos para iniciar uma investigação sobre a FACR durante o período democrático do Brasil republicano (1946-1964) eram: os relatórios oficiais dos anos de 1946, 1947 e 1948, fotografados no Arquivo Central do MDS em Brasília, no ano de 2010, e o relatório de 1951, obtido no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC/FGV). Esses relatórios fornecem informações detalhadas a respeito das principais realizações e dificuldades enfrentadas pela diretoria da instituição em um determinado ano; do quantitativo de pessoas assistidas em cada uma de suas unidades; do tipo de ensino e trabalho exercido por seus abrigados; do número de assistência e procedimentos médicos, assim como religiosos; da produção obtida através de cada departamento; da relação de Conselheiros; das receitas e despesas, dentre outras, que, mesmo a partir de uma visão específica, a dos seus dirigentes, colaboram para a compreensão do seu modo de funcionamento e dos objetivos traçados para àquela obra assistencial em determinado contexto histórico, especialmente das estratégias pensadas para a sua manutenção.

Além desses relatórios, as entrevistas realizadas, no ano de 2011, com o Antônio Izidro de Miranda, filho único de Raphael Levy Miranda, que também foi Superintendente Geral da FACR, e Isaura Bender Rodrigues Pinheiro foram consultadas e tratadas como importantes fontes de informação. Isaura Pinheiro foi uma das primeiras diretoras do Instituto Natalina Janot (INJ), uma das unidades da FACR, inicialmente destinada a assistência de meninos entre 6 e 12 anos, e esposa de Mário Rodrigues, que

atuou como uma espécie de fiscal para a FACR quando da chegada do pescado ao entreposto da praça XV. D. Isaura também nos forneceu preciosas fotos desse momento.

O depoimento de Sergio Mendonça foi o único obtido de um ex-aluno, interno do Aprendizado Agrícola Sacra Família (AASF), outra unidade da FACR, localizada em Vassouras. Através de e-mails e carta, ele me enviou os seus relatos, contando de forma detalhada sobre a sua chegada a instituição, a sua percepção e lembranças das atividades que ali eram desenvolvidas, dentre outras informações. Sergio Mendonça se mostrou muito solícito e, inclusive, encaminhou cópia da única foto que possuía dele e do seu irmão na área externa do AASF daquela época.

Depois de realizar várias e insistentes buscas no Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN), eu localizei no Fundo do Serviço de Comunicações do Ministério da Justiça e Negócios Interiores (Secom – MJNI), a seguinte referência: “Assistência a Menores: Organização e Administração Das Instituições de Assistência a Menores: Relatórios” - data inicial - 1946. Por curiosidade agendei consulta a esse material e, em envelopes lacrados, encontrei os relatórios oficiais da FACR dos anos de 1947 a 1962. Foi uma grande surpresa encontrá-los ali! Obviamente que um único dia não seria suficiente para fotografar todos esses relatórios. Por isso, logo agendei uma nova data para dar continuidade ao trabalho. Entretanto, no dia previsto para o meu retorno a sala de consulta do AN foi decretada a quarentena, em decorrência da pandemia de Covid-19, e todas as pesquisas presenciais foram suspensas.



Ilustração 4: Relatórios da FACR encontrados no AN (2020).

Acreditando que o fechamento das portas dessa instituição de pesquisa seria por um breve período, custei a solicitar cópia desse conjunto documental ao AN. Tal pedido foi realizado apenas em agosto daquele ano, em 2020, sendo atendido um (1) ano depois, em outubro de 2021. Mesmo assim, lido de forma tardia, esse material muito contribuiu para a confirmação de algumas informações e preenchimento de lacunas ainda existentes na pesquisa em relação àquela instituição, suas atividades, assim como do apoio pessoal/financeiro nos anos em questão.

A partir de março de 2020, a impossibilidade de realizar pesquisas presenciais em arquivos e bibliotecas, elevou os periódicos a posição de uma das principais fontes primárias dessa pesquisa. Afinal, a Hemeroteca Digital Brasileira, da Fundação Biblioteca Nacional (FBN) (<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>), que disponibiliza diversos jornais online, se tornou a única fonte de consulta disponível durante os quase dois (2) anos de isolamento. Algo inimaginável no início desse processo investigativo.

Sendo assim, uma metodologia de pesquisa em relação ao uso de periódicos não havia sido pensada e/ou escolhida previamente quando se começou a trabalhar com tais fontes. No banco de dados da Hemeroteca Digital da FBN eu buscava apenas encontrar quaisquer informações sobre a FACR, a partir de alguns termos específicos, como: “Abrigo do Cristo” “Mendicância”; “Levy Miranda” “Abrigo”, “Repressão à Mendicância” “Abrigo”, “Delegacia de Mendicância” “Abrigo”, nos períodos 1940-1949, 1950-1959, 1960-1969. O objetivo inicial era verificar as informações que (e que tipo de informações) haviam sido veiculadas pela imprensa sobre a FACR entre os anos de 1946 e 1960.

Sobre o uso da imprensa como fonte histórica, embora o tempo não tenha sido suficiente para a realização de uma análise mais acurada de cada periódico, refletindo sobre o seu formato, o número de edições, o público leitor, a política adotada por cada um, dentre outros itens, sugeridos por De Luca (2010), acredito que o simples fato da FACR e/ou Levy Miranda figurar com certa frequência em matérias de jornais cariocas pode ser um indicador da relevância que possuía (ou que se queria dar) na época em questão. Afinal, dentre os vários acontecimentos, àquele foi elevado à categoria de notícia (Karawejczyk, 2010).

Essa trajetória, um tanto inesperada, com redefinição de fontes, exigiu uma mudança no foco de análise da pesquisa: inicialmente mais voltada ao estudo da subvenção das instituições filantrópicas no período democrático do Brasil republicano

(1946-1964), dentre elas a FACR, para uma mais centrada em dois setores desse complexo assistencial – EPDV/Departamento de Pesca e ACR -, buscando observar a importância das suas atividades para a Capital Federal naquele contexto.

Além disso, optei por alterar o período de análise da pesquisa, que inicialmente era de 1946 a 1964, reduzindo-o até 1960, ano da mudança da capital do país para Brasília e a transformação do Rio de Janeiro em “cidade-estado” da Guanabara (Motta, 2000, p.7, 8). A escolha dessa nova delimitação foi impulsionada pela constatação que adentrando os anos de 1960 seria necessário considerar o governo de Carlos Lacerda (1960-1965) e toda a montagem do arcabouço jurídico-institucional desse “novo” estado, de sua máquina administrativa e das especificidades daquele momento, o qual não se teria tempo suficiente para investigar (Motta, 2000, p.10; Motta, 2001, p.11).

Outro instrumento de consulta utilizado nessa pesquisa foi o site da Câmara dos Deputados e do Senado, onde se encontra as leis e dossiês com projetos de leis, propostos em favor da FACR pelos Presidentes ou deputados em exercício no período posterior a 1945, assim como o Diário Oficial da União (DOU). No DOU consta a publicação das atas de reunião do Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS), do período de 1946 a 1952 (não sendo encontradas atas de período posterior), e através delas é possível verificar: a forma de trabalho desse Conselho, a divisão dos processos entre os seus membros, os pareceres emitidos em relação aos pedidos de subvenção encaminhados àquele órgão, o tipo de ‘notificação’ direcionada a cada entidade para cumprimento de exigências, além de alguns assuntos da área assistencial, tratados de forma extraordinária em determinadas sessões. Além disso, através do DOU, foi possível encontrar a partir da busca “Abrigo Cristo Redentor” ou “Levy Miranda” alguns registros sobre a trajetória dessa instituição e do seu provedor (<https://www.jusbrasil.com.br/diarios/DOU/>).

Quanto a divisão dos capítulos da tese, optei em destinar o capítulo 1 para expor, de forma detalhada, a estrutura e atividades desenvolvidas pela FACR no período correspondente aos anos de 1946 a 1960. Essa necessidade adveio da percepção de que não era possível falar dessa entidade assistencial sem dar uma ideia da sua dimensão e abrangência ao público leitor. A impressão que eu mesma tinha, antes de iniciar meus trabalhos de investigação sobre a FACR, é que a sua estrutura era infinitamente menor.

Esse primeiro capítulo ficou mais descritivo do que se pretendia no começo do seu processo de confecção, mas, de certa forma, acreditei que o detalhamento poderia

dar uma melhor noção dos desafios e dificuldades enfrentadas pelos dirigentes da FACR para a manutenção daquela estrutura tão ampla e diversificada, alcançando diferentes localidades do Estado Rio de Janeiro - como Duque de Caxias, Vassouras, Santa Cruz, Ilha de Marambaia -, e tipos de pessoas: mendigos, idosos, inválidos, menores desvalidos e filhos de pescadores.

No capítulo 2 busquei apresentar a atuação da FACR no âmbito da pesca a partir de 1955, quando da vinda de barcos japoneses e das pesquisas realizadas no Nordeste do país, que indicaram a piscosidade das águas dessa região, especialmente em relação à presença do atum. A ideia foi investigar em que medida a FACR contribuiu com as autoridades governamentais nessa área, buscando propor ideias e ações em favor do abastecimento da cidade do Rio de Janeiro, e da importância dessa atividade para a própria manutenção daquele complexo assistencial. A opção de inserir um capítulo específico sobre a questão da pesca nesse trabalho surgiu a partir das buscas realizadas na Hemeroteca Digital da BN, que indicaram um quantitativo significativo de matérias relacionadas à FACR e à questão da pesca. Essa parecia ser uma característica muito peculiar a essa instituição assistencial e que precisava ser abordada.

O capítulo 3 foi destinado a análise da colaboração do ACR com a Seção de Repressão a Mendicância (SRM), da Delegacia de Vigilância, do Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP), para a “limpeza” das ruas da cidade do Rio de Janeiro. No período de 1948 a 1960 constata-se que o ACR recebeu o maior quantitativo de mendigos recolhidos das ruas pelo SRM. Não é à toa que no final dos anos de 1950 destinou parte do seu terreno para a construção de uma nova sede para aquele setor policial. Além disso, a escolha de dissertar sobre essa unidade, dentre as demais da FACR, se deve ao fato dela aparecer como um contraponto a EPDV ou ao Departamento de Pesca da Fundação, porque, ao contrário dessa última, gastava mais do que produzia e dentro da estrutura daquela entidade assistencial exigia maiores investimentos.

E, por fim, dediquei o capítulo 4 a responder à questão inicial, que me levou a esse trabalho investigativo: a FACR continuou recebendo amplo apoio do Governo Federal, através da concessão de subvenções, no período democrático no Brasil Republicano (1946-1964), como ocorreu durante o Primeiro Governo Vargas (1936-1945)? O CNSS era um órgão que continuava ativo e influente nesse processo de concessão de subvenções as instituições filantrópicas? Além disso, buscou-se analisar o papel desempenhado por Levy Miranda nesse período, a frente dessa instituição,

especialmente em relação à influência que exercia no processo de solicitação e em favor da concessão de verbas para a manutenção daquele complexo assistencial.

A partir dessa pesquisa eu busquei trazer à tona um período da história dessa instituição assistencial que hoje é conhecida, pela maioria das pessoas, apenas como o abrigo mantido pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro, destinado a idosos em situação de vulnerabilidade social, mas que desconhecem sua antiga trajetória no âmbito da assistência social aos mendigos, menores e até mesmo em relação à pesca. É curioso constatar como a FACR teve o seu passado esquecido, quando há anos atrás era tão presente em matérias de jornais e no cotidiano da população carioca. Por isso, espero com esse trabalho contribuir, de certa forma, para a ressurgimento dessa história institucional, que pode servir de objeto de reflexão a respeito do tipo de apoio que é concedido (ou não) pelos governos a instituições assistenciais que realizam trabalhos dos quais o Estado não quer ou não consegue realizar, como a assistência a mendigos e idosos de uma maneira geral. Apesar de todo o apoio ou ausência de apoio que lhe foi concedida pelo Governo, o ACR continua ali, em Higienópolis, muitas vezes esquecido e ignorado pela população carioca, mas sobrevive, abrigando e se mantendo de “braços abertos” a todos os idosos que dele precisam.

CAPÍTULO 1

O que era a Fundação Abrigo do Cristo Redentor (FACR) no Período Democrático (1946-1960)?

“Um progresso verdadeiramente espantoso assinala os poucos anos de existência da Fundação Abrigo do Cristo Redentor. Iniciando-se em 36, com um estabelecimento apenas (...) 13 anos depois, já conta com 14 organizações assistenciais”, declarava Laerte José de Paiva em uma de suas matérias sobre essa Fundação publicada em O Jornal, nos meses de março e abril de 1949. Naquele momento, a FACR prosseguia em seu trabalho de acolhimento aos “mendigos” e menores “desemparrados”, buscando através da oferta de ensino/trabalho “recuperá-los” e reinseri-los na sociedade, a fim de que pudessem contribuir para o esforço nacional em favor do desenvolvimento do país. Mas essa não era a única motivação que impulsionava a execução daquela obra assistencial. Uma de suas forças motrizes era a possibilidade de propagação do cristianismo a um número cada vez maior de pessoas. Instrução e atividades religiosas eram realizadas em todos os seus departamentos, onde logo na entrada se via uma estátua do Cristo de braços abertos para receber todos àqueles que ali chegassem em busca de ajuda.

No final dos anos 40, a FACR era constituída pelas seguintes unidades: o Abrigo Cristo Redentor (ACR), Instituto Profissional Getúlio Vargas (IPGV), Escola Técnica Darcy Vargas (ETDV), Escola Profissional de Marinha Mercante (EPMM), Aprendizado Agrícola Sacra Família (AASF), Escola de Lavradores e Vaqueiros Presidente Vargas (ELVPV); Patronato de Menores de São Gonçalo (PMSG), Instituto Infantil Natalina Janot (INJ), Escola João Luiz Alves (EJLA), Instituto Horácio de Lemos (IHL), Escola Agrícola Cidade dos Meninos e Instituto Nossa Senhora da Paz, além do Berçário Santa Teresinha. Em cada uma delas eram desenvolvidas atividades agrícolas e industriais com o objetivo de suprir as necessidades básicas dos seus abrigados, tanto de alimento, como de materiais de consumo (sabão, sapatos, uniformes, vassouras, dentre outros itens), e possibilitar a geração de alguma renda, com a venda do seu excedente, que pudesse colaborar com a manutenção daquela estrutura assistencial. Dessa forma, segundo Levy Miranda, idealizador e provedor perpétuo da FACR, pretendia-se alcançar, “senão a completa independência econômico-financeira, pelo autoabastecimento, pelo menos concorrer com grande parte para os elevados dispêndios de manutenção, com o fruto da produção própria, no variado campo do

trabalho agroindustrial (...)” (relat.⁴ 1946, p.34).

1.1 O Abrigo Cristo Redentor, acolhendo a população de rua e os doentes da cidade

O Abrigo Cristo Redentor (ACR), a “célula mater”, o “setor mais importante da Fundação” (relat. 1953, p.11; relat. 1946, p.7), tinha como público-alvo mendigos, que, de forma numerosa e regular, eram encaminhados pela Polícia (relat. 1947, p.8). Localizado no subúrbio da cidade do Rio de Janeiro, numa ampla área composta de pavilhões, cada qual com sua respectiva função (dormitório, refeitório, administração, almoxarifado, enfermaria, etc.), o ACR estimulava os seus internos a aprender e a desempenhar uma atividade laboral. Eles podiam trabalhar na sua lavoura, horta, pocilga, setor de transporte⁵, coleta de papéis e resíduos, e nas suas várias oficinas: Costura, Sapataria, Saboaria, Lavanderia, Colchoaria, Carpintaria, Mecânica, Elétrica, Pintura, Barbearia, Fábrica de vassouras e cigarros, dentre outras. Esses abrigados também eram utilizados como mão de obra em construções, reparos e consertos (relat. 1952, p.15 e 17; relat. 1953, p.11 e 12). O trabalho ali não era compulsório, mas opcional, incentivado pelo pagamento de uma pequena remuneração⁶.

Entretanto, a maioria das pessoas acolhidas nessa unidade assistencial não se envolvia em qualquer tarefa produtiva. No ano de 1946 aqueles que se envolviam com o trabalho correspondiam a apenas 17% do total de abrigados (relat. 1946, p. 8 e 10). Isso se deve ao perfil da população do ACR constituída majoritariamente de idosos e doentes crônicos. Alguns chegavam ali através de pedidos de internação feito pelos seus próprios familiares ou por diretores de hospitais da Capital Federal, que não dispunham de instalações adequadas para tratamento de pacientes com doenças crônicas⁷. No Abrigo eles podiam contar com um “Departamento Médico”, composto de um “Hospital

⁴ Cada citação no corpo do texto com "relat.", seguido de ano e página, faz alusão a um dos relatórios contidos na referência Assistência a Menores..., 1946.

⁵ A “Seção de Transportes” do ACR era um dos mais produtivos setores da FACR. Nessa seção trabalhavam aproximadamente 35 abrigados, atendendo as solicitações de transporte dos vários departamentos da FACR, assim como mantendo a “Oficina Mecânica São Rafael”, de consertos de automóveis (relat. 1948, p.11 e 12).

⁶ Maiores informações sobre a estrutura de funcionamento e trabalho realizado pelos internos no ACR ver Caminha, 2012, p.65.

⁷ Somente durante o no ano de 1948 foram encaminhados ao “Hospital Central” do ACR: “150 doentes procedentes dos Hospitais da Prefeitura, 15 da FLXIII e 2 da S.A.M.D.U [Serviço de Assistência Médica Domiciliar e de Urgência da Previdência Social]” (relat. 1948, p.15).

Central” com diversas especialidades⁸, além de um centro cirúrgico, laboratório de patologia e um banco de sangue (relat. 1951, p.16).

É possível constatar o quanto a FACR contribuía com os poderes públicos no âmbito da saúde, especificamente em relação ao atendimento hospitalar, a partir dos argumentos usados pelo Presidente Getúlio Vargas, em sua mensagem encaminhada ao Congresso Nacional, com solicitação de crédito especial a FACR, quando menciona que Governo não podia ficar indiferente ao apelo feito por àquela entidade,

“(…) pelos inestimáveis serviços que presta, abrigando, aproximadamente 5.009 pessoas: menores, velhos de ambos os sexos, mendigos e doentes. Essa Fundação **contribuía**, assim, com a assistência que presta a centenas de enfermos **para a diminuição do notório déficit hospitalar da Capital da República**” [grifo meu] (Brasil, PL 2.776/1953).



Ilustração 5: Idoso sentado em uma das camas existentes na enfermaria São Sebastião, no ACR (Abrigo..., 1936-1968).

⁸ Dentre as especialidades do Departamento Médico do ACR consta: “Clínicas médicas para homens, para mulheres, clínica fisiológica, dermatológica, pediátrica, psiquiátrica, cirúrgica, otorrinolaringológica, oftalmológica, de radiologia, de patologia e de pronto socorro (...)” (relat. 1951, p.13, 14).

Moraes (2005) mostra que a partir dos anos de 1930, a oferta de leitos hospitalares por parte do Estado foi ampliada, sendo o Distrito Federal alvo de várias ações. O prefeito Pedro Ernesto (1931-1934) empreendeu uma reforma que “inaugurou um novo sistema hospitalar, onde inclusive surgiram os hospitais municipais”, como Getúlio Vargas, Miguel Couto, Carlos Chagas, dentre outros. Segundo a autora, esse aumento da oferta de leitos públicos municipais beneficiou a filantropia “com o alívio em sua demanda, cuja oferta sempre foi insuficiente” (p.17). Por volta de 1945 a assistência hospitalar assumiu grande importância na prestação de serviços de saúde, tendo a assistência médica se centrado definitivamente no hospital ao longo da década de 1950 (p.21).⁹

Nesse contexto, o ACR continuava recebendo remessas diárias de “mendigos velhos e doentes” encaminhados pela Delegacia de Mendicância. Através do relatório oficial da FACR, Levy Miranda informava que essa unidade, “embora nunca quisesse prestar assistência hospitalar, viu-se levada a dar-lhe grande desenvolvimento”, planejando inclusive a transformação do Serviço de Tisiologia, já em funcionamento no ano de 1946, em Hospital de Tuberculosos:

“Em poucos anos, forçados pelas circunstâncias, tivemos que criar um Serviço de Tisiologia, que conta, atualmente, com 160 leitos. Este Serviço avolumou-se tanto que (...). É preciso transformá-lo num Hospital de Tuberculosos, onde possamos atender uma parte da multidão de doentes que disputa uma vaga nos poucos nosocômios especializados da capital do país” (relat. 1958, p.18, 19).

Nas dependências do Abrigo também foi instalado um “Departamento de Produção Industrial”, responsável pela produção de medicamentos, soros, água destilada, vitaminas, etc.. A maior parte desse material era destinada ao próprio ACR e aos educandários da Fundação, sendo cedidos, em menor proporção, ao departamento de saúde da Fundação Leão XIII (FLXIII)¹⁰, a Casa de Saúde de Bonsucesso, dentre outros estabelecimentos (relat. 1952, p.18; relat. 1953, p.12).

Devido ao perfil da população encaminhada ao ACR, não é de surpreender que tal unidade operasse sempre no limite de sua lotação e registrasse um elevado número de óbitos ao ano.

⁹ Júnior (2019) informa que esse “modelo hospitalocêntrico” – centrado no hospital e na tecnologia - foi uma influência dos EUA, sendo uma resposta também aos interesses da crescente indústria farmacêutica e de equipamentos.

¹⁰ Maiores informações sobre a FLXIII ver capítulo 1, p.51 e 52, e capítulo 4, p.130, dessa tese.

Tabela 1 - Movimento de entrada/óbitos do ACR (1946 a 1954)		
ANO	ENTRADA (indivíduos)	ÓBITOS
1946	1790	375
1947	2651	511 ¹¹
1948	2835	512
1949	1380	<i>Não informado</i>
1950	1806	541
1951	1777	563
1952	1977	564
1953	1929	561
1954	2854	487

“E assim, dias houve em que foi preciso recorrer aos alpendres para abrigar o excedente da lotação e, embora, muitas vezes faltasse uma cama, sempre foi possível conseguir uma esteira, o cobertor, o travesseiro e a alimentação para esses clientes inesperados” (relat. 1947, p.8).

A questão da alimentação era um problema que se buscava resolver ou melhorar acionando os outros setores da Fundação, especialmente durante a crise de abastecimento no período do governo Eurico Gaspar Dutra (1946-1951). Ferreira (2019) conta que naqueles tempos havia dificuldade de se encontrar determinados alimentos, como pão, carne, ovos e leite, e quando encontrados os preços eram muito altos (Carone *apud* Ferreira, 2019, p.135). Sobre essa situação, Levy Miranda expunha: “Tudo continua de difícil aquisição e por preços exorbitantes, o que veio crescer bastante o preço da manutenção de nossos serviços” (relat. 1946, p.8). Essa elevação de preço dos alimentos e serviços exigia da FACR um esforço para a redução de despesas e aumento da produtividade em cada um dos seus setores (relat. 1950, p.6 e 35).

¹¹ Sobre o diagnóstico dos 511 óbitos do ano de 1947: 353 de “aparelho circulatório”; 88 de “tuberculose pulmonar”; 15 “câncer”; 7 broncopneumonia; 4 “cirrose hepática”; 3 “disenteria amebiana”; 41 “diversos” (relat. 1947, p.16). Consta informação que, naquele ano, o Departamento de Saúde do ACR contou com a colaboração do Instituto Oswaldo Cruz (IOC), que tinha como diretor Henrique Beaurepaire Rohan Aragão (1942-1949), “autorizando as autópsias por nós [ACR] solicitadas para esclarecimentos de causas-mortis duvidosas ou então fortalecendo-nos as vacinas para as imunizações que levamos a efeito” (relat. 1947, p.16). No ano de 1946 já havia ocorrido a vacinação de todos os alunos da FACR “contra tifo e varíola, e todos os menores de 10 anos contra a difteria e ainda um terço contra gripe e o tétano” (relat. 1946, p.16)



Ilustração 6: Freira ao lado de um abrigado uniformizado do ACR, que está sentado a mesa, tendo a sua frente um prato de comida (Abrigo..., 1936-1968).



Ilustração 7: Idosos sentados a mesa, se alimentando, no ACR (Abrigo..., 1936-1968).

1.2 A Escola de Lavradores e Vaqueiros Presidente Vargas: “o celeiro da Fundação” em Santa Cruz

A Escola de Lavradores e Vaqueiros Presidente Vargas (ELVP)¹², situada em Santa Cruz, era realmente “o celeiro da Fundação”, o lugar no qual os seus dirigentes iam “buscar parte substancial de gêneros para alimentar a sua vasta clientela” (relat. 1947, p.35). Dividia-se em duas seções: o Campo de Roma, voltado à agricultura, de onde se extraía o arroz¹³, milho, bananas, aipim, inhame, feijão e abóbora; e os Campos de Maranhão e de Santo Agostinho, destinado à pecuária, com a produção do charque, da carne verde e salgada, linguiça, ossos, sebo, couros e leite. Havia também um setor de beneficiamento de arroz, fubá e farelo de milho (relat. 1952, p.32), além do setor florestal, que fornecia lenha, carvão, jenipapo, tabebuia, pati e moirões¹⁴ (relat. 1948, p.36 a 38; relat. 1949, p.37 a 40).

A partir de 1951, o projeto das Granjas Leiteiras começou a ser executado na ELVPV, com a construção dos primeiros estábulos, da câmara de pasteurização e a compra das primeiras vacas leiteiras¹⁵. Nos anos seguintes foi instalada toda a maquinaria destinada ao processo de pasteurização do leite e fabricação da manteiga¹⁶, tendo esse último atingido, no ano de 1954, “a notável produção de 11.436 quilos” (relat. 1952, p.32; relat. 1953, p. 8 e 22 e 24; relat. 1954, p.28). Durante algum tempo, a manteiga “Santa Cruz” foi vendida em supermercados da cidade, mas no ano de 1961 já não era mais encontrada no comércio. Em matéria de O Jornal, Luiz Ribeiro da França aponta os prováveis motivos que levaram àquela manteiga a não ser mais comercializada

¹² No ano de 1943 o governo cedeu ao ACR 600 alqueires de terras em Santa Cruz para que ali fosse instalada uma escola de ensino técnico para a formação de lavradores e vaqueiros (Póvoa, 27 maio 1943, p.5).

¹³ Durante algum tempo, nos campos da ELVPV, insistiu-se na produção de arroz em larga escala, contratando-se, inclusive, técnicos especializados para o seu estudo e execução. Entretanto, devido às chuvas abundantes naquela região na época da colheita, impossibilitando o eficiente emprego das máquinas, decidiu-se por reduzir a atividade agrícola desse produto ao mínimo exigido para ensino e necessidades daquela unidade, desenvolvendo em substituição o plano das Granjas Leiteiras e consequentemente da criação de gado (relat. 1951, p.35).

¹⁴ No ano de 1949 o setor florestal da ELVP abandonou completamente a venda de lenha, devido à constatação de uma diminuição “assustadora” das suas reservas florestais. Por isso, optou-se em continuar extraindo apenas o necessário para abastecer os estabelecimentos da Fundação. Além dessa medida, o Dr. Moura Brasil iniciou um programa de reflorestamento, plantando 12.000 pés de eucaliptos (relat. 1949, p.34).

¹⁵ A assistência veterinária estava a cargo de um profissional designado pelo “Serviço de Produção e Industrialização do Leite da Prefeitura do Distrito Federal”, que tinha por chefe Lincoln Gripp de Moraes (relat. 1951, p.36).

¹⁶ Para a construção das Granjas Leiteiras, com o conseqüente incremento na produção de leite e início da fabricação de laticínios, a FACR contou com empréstimos do Banco do Brasil (relat. 1953, p.24).

pela instituição:

“Há meses para orgulho dos alunos, havia geladeiras da FACR em vários supermercados da cidade, onde se vendia manteiga (marca “Santa Cruz”) puríssima e a baixo preço. Mas a acentuada procura desse produto despertou as atenções da indústria de laticínios (...). Um dia a manteiga “Santa Cruz” sumiu do comércio, sem que houvesse explicação razoável” (França, 17 dez. 1961, p.1).

França destacava também que os “pecuaristas de Santa Cruz deixaram de enviar à escola leite para pasteurização e padronização” e como a manteiga era fabricada com o excedente da gordura desse leite a produção de manteiga caiu, passando a ser destinada apenas ao consumo interno da FACR.

“Para a População Carioca: Leite Especial ordenhado por crianças da ‘Fundação Redentor’ era o título da manchete publicada no jornal Correio da Manhã sobre a ELVPV, que salientava: “A quase totalidade dos serviços é executada por garotos que contam no máximo com 16 anos de idade (...)” (1956). Os menores trabalhavam na lavoura, nos estábulos, distribuindo a ração, na ordenha, na “indústria de laticínios” – produzindo leite, manteiga, queijo, achocolatado – e, alguns deles, prestando serviço na oficina de reparo de máquinas, tratores e outros equipamentos, como arado, roçadeiras, etc. (relat. 1951, p.24). Nesse departamento a implantação do setor educacional ocorreu apenas em 1951, quando, segundo a direção da FACR, se conseguiu resolver o problema do abastecimento de água potável, com a conclusão das obras destinadas a esse fim (relat. 1946, p.21).

1.3 De Santa Cruz a São Fidelis, acelerando o ritmo da produção agropastoril no final dos anos de 1940

Próximo dali, em Santa Cruz, o Aprendizado Agrícola São José (AASJ) também contribuía para os esforços de produção e abastecimento da Fundação. Um ano após as enchentes de 1947, que praticamente afogaram grande parte do rebanho existente na ELVPV, o AASJ foi adquirido com a finalidade de servir de refúgio para aqueles animais em tempos de cheia, que eram frequentes na região¹⁷ (relat. 1948, p.38). Mas os dirigentes da FACR acreditavam que não convinha deixar essas terras improdutivas. Por

¹⁷ Segundo Levy Miranda foram as preocupações resultantes das enchentes de 1947, que ameaçaram afogar grande parte dos rebanhos da FACR em Santa Cruz, que essas terras foram adquiridas (relat. 1948, p.38)

isso, após a demarcação do terreno, investiram na produção de algumas culturas - feijão, aipim, milho, trigo *Adley*, abóbora, batata doce e cana de açúcar -, na criação de gado e produção de leite, que no ano de 1950 atingiu a marca de 22.938 litros (relat. 1948, p.38; relat. 1949, 41; relat. 1951, p.39; relat. 1952, p.36; relat. 1953; relat. 1954, p.31, 32).

Naquele mesmo ano de 1948, as Fazendas Califórnia e São Benedito, no município de São Fidelis, foram compradas¹⁸, com suas culturas e cerca de 1.800 cabeças de gado, e rebatizadas pela FACR de Escola de Lavoura e Criação Presidente Dutra (ELCPD). Café, algodão, milho, amendoim, arroz, feijão preto, cana de açúcar e aipim eram alguns dos produtos agrícolas obtidos através dessa unidade (relat. 1950, p.29; relat. 1951, p.38). Quanto ao gado ali existente investiu-se na seleção dos animais de boa linhagem para reprodução e, através da aquisição da raça *Guernsey*¹⁹, na melhoria e aumento da produção de leite. Foram construídos também três estábulos com técnica moderna e capacidade para estabulação²⁰ de vacas em fase de lactação. Mas todo o leite produzido na ELCPD era vendido à Cooperativa Agropecuária de São Fidelis, da qual a Fundação era quotista (relat. 1951, p.38). Além disso, existia um “Departamento Industrial” responsável pelo beneficiamento de madeiras, ou seja, na sua transformação em ripas, caibros, tábuas, etc., e a produção de pedra de alvenaria, saibro, dentre outros itens (relat. 1951, p.38; relat. 1942, p.36 e 37).

1.4 A Cidade dos Meninos: um terreno de disputa entre a FACR e o Serviço Nacional de Malariologia (SNM)

A Cidade dos Meninos foi outro departamento que contribuiu de forma substancial para o abastecimento das demais unidades da FACR com víveres em um momento de escassez e inflação do pós Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Localizada no município de Caxias, no km 12 da antiga estrada Rio-Petrópolis, a Cidade dos Meninos foi transferida à Fundação pela União, através do decreto-lei n. 9.899 de

¹⁸ As fazendas em São Fidelis foram adquiridas pela FACR por Cr\$ 3.000.000,00, a serem pagas em três prestações anuais, a Osmar Alves Cyrino. Segundo relatório oficial de 1948, embora essa compra tenha sido efetivada apenas em 25 de setembro de 1948, desde janeiro daquele ano o dono encaminhava à Fundação os produtos colhidos ali ou os vendia em favor daquela instituição assistencial (relat. 1948, p.39, 40; p. 47 e 48).

¹⁹ Existem várias opções de raças e tipos de cruzamentos para produção de leite. Dentre a raça europeia pura, especialmente selecionada para a produção de leite, existe a *Guernsey* (Miranda e Freitas, 2009, p.2; Raça, 2021).

²⁰ Estabulação é a “Criação ou alimentação de animais em estábulo” (Michaelis, 2022).

16 de setembro de 1946²¹, e desde o primeiro momento, enquanto se aguardava recursos, teve suas extensas terras aproveitadas para produção de gêneros alimentícios (relat. 1946, p.32). Com a intervenção e orientação de técnicos do Ministério da Agricultura, como Luís Moura Brasil e Luís Ramalho, colocados à disposição daquela entidade assistencial, foi resolvido o problema da baixa produtividade e os trabalhos agropecuários começaram a atingir bons resultados (relat. 1948, p.41; Lausimar, 22 fev. 1949, p.8). Cenoura, beterraba, berinjela, alface, tomate, couve-flor, repolho, nabo, milho, aipim, batata doce, mamão, laranja lima, limão, abacate e jaca eram alguns dos produtos obtidos através desse trabalho. O gado de corte, a pocilga, a produção de leite e farinha de mandioca, além da aquisição de lenha²², contribuía de forma significativa para suprir a demanda de todas as demais unidades da Fundação (A ação..., 24 ago. 1951; relat. 1949, p.35). Nos anos 50, uma fábrica de gelo também foi ali instalada, produzindo toneladas de gelo ao dia, que serviam para abastecer as câmaras dos barcos de pesca da FACR, e ainda auxiliar o suprimento de outras unidades pesqueiras, que apelavam para a instituição, que estabelecia preços mais acessíveis (Isto é..., 29 abril 1956, p.16 e 11; 6 barcos..., 30 set. 1956, p.8; Castro, 22 out. 1957, p.2).

Quando a FACR assumiu a Cidade dos Meninos já existiam ali cinquenta (50)

²¹ “Cidade dos Meninos” era uma iniciativa bastante comum nos anos 40. Existiam várias delas no Brasil, como a de Livramento (RS), idealizada e dirigida por Otacílio Costa, juiz de menores (Harmonia..., 9 jul. 1948, p.4) e outra em Santa Maria (RS) dirigida pelo padre João Pedron (Guimarães, 13 jan. 1945, p.53, 54, p.36); em Jundiá (SP), criada pelo industrial Antônio Cintra Gordinho (Para a construção..., 21 dez. 1944, p.3); em Cachoeira (BA), de iniciativa de Rute Aleixo, presidente do diretório local da Legião Brasileira de Assistência (LBA) e esposa do interventor Pinto Aleixo (Bahia..., 24 set. 1943, p.9); dentre outras. No exterior, existia uma em Triste, na Itália (Barco..., 9 dez. 1949, p.13); na aldeia de Minami-Sakurai, província de Saitama, no Japão (Os quatro..., 21 out. 1952, p.2); a “Casa do Gaiato” em Portugal, iniciativa do Padre Américo Aguiar (Apostolado..., 24 jun. 1949, p.2), dentre outras. A inspiração vinha da Cidade dos Meninos idealizada e estabelecida pelo padre Edward Flanagan (1886-1948), educador irlandês, radicado nos EUA, criador da “Boys Town”, uma obra de reeducação e assistência social voltada a jovens nos EUA. A obra realizada por Flanagan foi inspiração para dois filmes “Com os braços abertos” e “Somos todos irmãos” com participação dos atores Spencer Tracy e Mickey Rooney (Mickey..., 12 dez. 1940, p.8; Somos..., 26 out. 1941, p.1; A Cidade..., 26 jan. 1947, p.2; Faleceu..., 15 maio 1948, p.11). No Brasil parece que a maior incentivadora foi Darcy Vargas, que almejava que cada região do Brasil fosse sede de uma Cidade dos Meninos e outra de Meninas (Andrade, 26 fev. 1944, p.4). No Rio de Janeiro, os esforços para o estabelecimento de uma Cidade das Meninas partiu da própria Darcy Vargas, que iniciou esse movimento com construção de “50 casas iguais, além da escola e uma casa para as indústrias de que se ocupariam as meninas” em um terreno da Baixada Fluminense. Entretanto, com o término do Governo Vargas e as dificuldades encontradas, a Fundação Darcy Vargas entregou todo esse patrimônio a União (Lausimar, 22 fev. 1949). Por isso, quando a Cidade dos Meninos, antes denominada Cidade das Meninas e pertencente à Fundação Darcy Vargas, foi transferida a FACR alguns dos seus vários pavilhões já estavam construídos.

²² Em 1949 a venda da lenha foi abandonada, pois essa prática estava diminuindo de forma assustadora as reservas daquele lugar, sendo mantida apenas a extração para o abastecimento dos demais estabelecimentos da Fundação. Além disso, um plano de reflorestamento foi levado a cabo pelo técnico Moura Brasil com o plantio de eucaliptos (relat. 1949, p.35; A ação..., 24 ago. 1951, p.8; Aguiar, 12 mar. 1948, p.12).

pavilhões construídos, mas não finalizados, pela Fundação Darcy Vargas. Num primeiro momento, quatro (4) deles foram ocupados por menores, 28 em cada um, e os outros por famílias de funcionários e alguns imigrantes vindos da Ilha das Flores, ali chegados por meio do *International Refugee Organization (IRO)*²³ (relat. 1948, p.43; A ação..., 24 ago. 1951). Dentre esses imigrantes, encontrava-se o ex-industrial alemão Gerhard Grunert, técnico especializado em motores a explosão e geradores de gás, que foi levado para lá a fim de colaborar na instalação de uma oficina mecânica destinada à reparação dos tratores e máquinas agrícolas. Grunert acabou criando “um trator 100% nacional”, que foi matéria veiculada na imprensa da época (Um trator..., 7 abril 1949, p.3; Um trator..., 17 abril 1949).

Em 1948, a Escola Agrícola da Cidade dos Meninos, posteriormente denominada Instituto Domingos Sávio, já estava em atividade, sob a direção do engenheiro agrônomo Ivan Lívio, tendo como principal objetivo a formação de agricultores e técnicos rurais. Naquele momento, somente cinquenta (50) menores recebiam nesse local instrução primária com especialização em agricultura, avicultura, suinocultura e bovinocultura, realizando também trabalhos no campo, pelos quais recebiam uma pequena remuneração (Aguiar, 12 mar. 1948, p.1; relat. 1948, p.26). No ano seguinte, os menores, com idade entre 5 e 9 anos, assistidos no Instituto Natalina Janot (INJ), então transformado em educandário feminino²⁴, precisaram ser transferidos para quatro (4) casas na Cidade dos Meninos, dando origem ao Instituto Nossa Senhora da Paz. E, por fim, em 1951, o Instituto Dom Bosco foi criado para receber parte dos menores, com idade entre 8 a 12 anos, retirados da Escola João Luiz Alves (EJLA), que retornava à administração do Serviço de Assistência aos Menores (SAM), após insistentes apelos do seu novo diretor, Padre Pedron (relat. 1951, p. 19, 20; Cuidará...,

²³ *International Refugee Organization (IRO)* ou Organização Internacional para os Refugiados (OIR) foi criada no âmbito da ONU em dezembro de 1946 e se orientou basicamente “pelos processos de encaminhamento, entrada e proteção dos refugiados e deslocados de guerra em vários países na segunda metade dos anos de 1940” (Santos, 2020, p.45; Andrade, 2005; Oliveira, 2013).

²⁴ No ano de 1946 a FACR atendeu aos apelos da irmã Teodora Borges, diretora do Instituto Horário de Lemos (IHL), assumindo inteiramente os custos de manutenção daquele educandário, mesmo sem incorporá-lo legalmente. Localizado em Santa Cruz, o IHL abrigava 75 meninas de 2 a 16 anos proporcionando-lhes instrução primária e doméstica (relat. 1946, p.30). Mas em fevereiro de 1949 a diretoria daquele dispensário reclamou a sua devolução. Por isso, decidiu-se pela retirada de todas as meninas que foram internadas lá pela FACR, sendo deixada ali apenas 23 delas, e devolvido todo o mobiliário indispensável ao funcionamento do internato. Além disso, foi “levado a débito dos novos administradores as despesas feitas com a construção da nova cozinha, caixa d’água e muros”. As meninas retiradas pela FACR do IHL foram transferidas para o Instituto Natalina Janot (INJ), que então foi transformado em um educandário feminino (relat. 1949, p.20, 21).

17 mar. 1951, p.3; Isto é..., 29 abril 1956, p.16 e 11)²⁵.

Além das escolas, dormitórios, refeitório, casa de funcionários e toda a estrutura necessária para pleno funcionamento daquela unidade assistencial, a partir de 1947 oito (8) de seus pavilhões foram ocupados pelo Instituto de Malariologia, criado em 1946, através do decreto-lei n. 9.655 (Brasil, 27 ago. 1946). Mário Pinotti, então diretor do Serviço Nacional de Malária (SNM), solicitou a Levy Miranda, provedor da FACR, o empréstimo desses pavilhões²⁶. Em depoimento Paulo Barragat²⁷ (1996), na época responsável pelo Serviço Técnico do Instituto de Malariologia, informou que lhes foram concedidas as casas mais próximas da estrada, ainda no reboco, a serem concluídas, e transformadas em modernos laboratórios²⁸ (Barragat, 23 ago. 1963; Miranda, 22 out. 1947; Pinotti, 22 dez. 1947; Um mosquito..., 24 ago. 1950, p.1 e 7). A única condição imposta por Levy à direção do SNM foi à devolução dessas residências após um prazo de cinco (5) anos, a partir de 1952, na razão de uma (1) por ano (relat. 1947, p.41; Miranda, 22 out. 1947; Pinotti, 22 dez. 1947).

O Instituto de Malariologia, inaugurado em 7 de maio de 1949, se destinava a realização de trabalhos de pesquisa entomológica aplicada e a formação de técnicos especializados no combate a endemias, como a malária, doença de Chagas e a esquistossomose (Novos rumos..., 8 maio 1949, p.1, 10; Inaugurado..., 8 maio 1949, p.8, 16; Um mosquito..., 24 ago. 1950, p.1, 7; Barragat, 1996). De acordo com a matéria “O mosquito mobiliza a ciência”, publicada no jornal A Noite, essa organização possuía a preocupação de acabar primeiro com as espécies vetoras responsáveis pela propagação das doenças, buscando descobrir “armas mais eficientes para a defesa da saúde humana contra o ataque desses inimigos que infestavam as regiões rurais do Brasil e outros países continentais” (Um mosquito..., 24 ago. 1950, p.1, 7). O plano era acabar com a

²⁵ De 1944 a 1951 a EJLA foi administrada pela FACR (Caminha, 2012, p.93). Criada em 1923, como “Seção de Reforma” da Escola Quinze de Novembro, a EJLA foi estabelecida na antiga Ponta do Galeão, Ilha do Governador, e “destinava-se a receber, para regenerar pelo trabalho, educação e instrução, os menores do sexo masculino, de mais de 14 e menos de 18 anos de idade, que forem julgados pelo juiz de menores, e por este mandados internar” (Brasil, 4 nov. 1926; Pessoa, jan. 2020).

²⁶ Segundo Oliveira (2008) “(...) um dos aspectos que parece ter contribuído para que o Serviço Nacional da Malária, do Ministério da Saúde, ter solicitado as instalações do FACR, foi o fato da região [Baixada Fluminense] abrigar uma das principais áreas endêmicas da Malária no Brasil, sendo espaço de campanhas sanitárias, desde os anos 30” (p.79).

²⁷ Paulo Barragat (1923-2015) era químico e chefiou a Seção Técnica do Instituto de Malariologia, “onde eram preparados e testados os inseticidas diclorodifeniltricloreto (DDT) e hexaclorobenzeno (BHC), largamente utilizados no combate aos transmissores dessas endemias” (Barragat, 1996).

²⁸ Além disso, nessa entrevista Paulo Barragat relatou que os pavilhões ficavam distantes 500 metros um do outro. Segundo ele, o pavilhão de Entomologia, “onde trabalhava um americano, dr. Cousin”, ficava mais próximo da estrada, depois vinha o da administração, o restaurante, o de inseticidas, esse último onde ele mesmo trabalhava (Barragat, 1996).

malária acabando com os mosquitos, articulado com o de extermínio das gravatás (bromélias), usada para a proliferação das espécies de *Anopheles* transmissora dessa moléstia. Vários trabalhadores foram empregados na tarefa de exterminar essa planta. Entretanto, o Instituto de Malariologia investigava um processo que matasse a planta sem ofender seus hospedeiros. Verificou-se também que o DDT (diclorodifeniltricloreto) tinha uma ação muito boa sobre o inseto da malária (*Anopheles*), mas nenhuma sobre os triatomíneos, o barbeiro, transmissor da doença de Chagas. Por isso, outro grupo se mobilizava em estudos, que indicaram que o meio mais eficiente para combater esse último era o uso do inseticida BHC (hexaclorobenzeno).



Ilustração 8: O cultivo de bromélias (criadouro de mosquitos) em frente do pavilhão de entomologia do Instituto de Malariologia, na Cidade dos Meninos (Barragat, 1947-1958).

Por isso, em 1950, na Cidade dos Meninos, foi construída e inaugurada uma fábrica de inseticidas, que produziria o BHC com o uso de um catalisador especial, uma tecnologia trazida pelo químico holandês Hent Kemp e desenvolvida em um dos pavilhões do Instituto de Malariologia (Barragat, 1996). Segundo Levy Miranda, “sem consentimento nosso”, o diretor do SNM havia instalado, “contíguo aos pavilhões cedidos”, uma fábrica de inseticida BHC, “sob todos os pontos de vista desaconselhável naquele lugar, devido a proximidade de grande número de crianças que vivem na

vizinhança e por ali transitam constantemente”²⁹ (Miranda, 6 set. 1960).

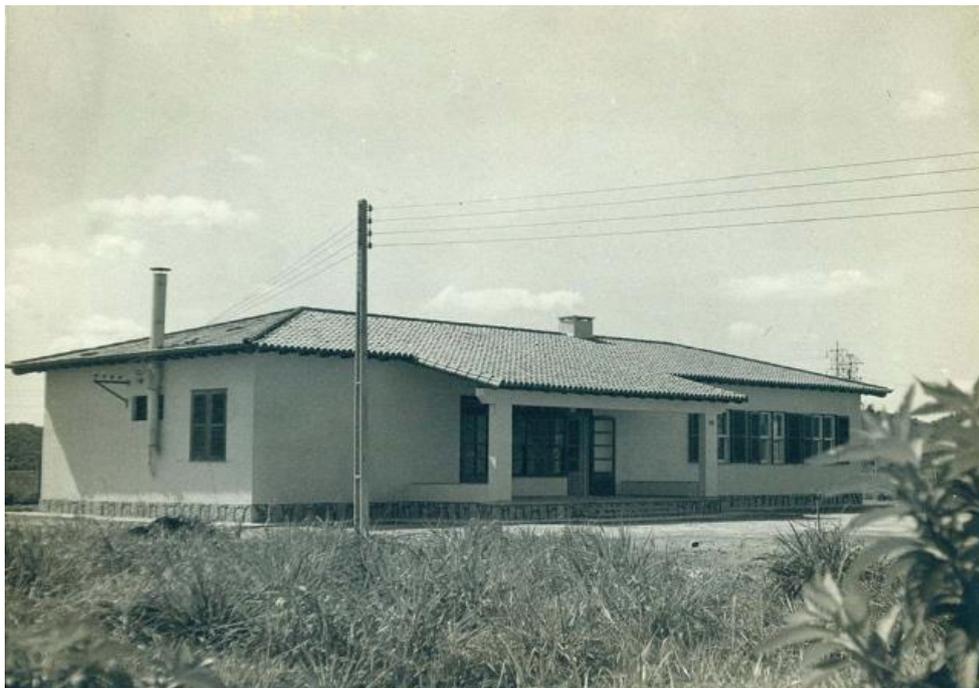


Ilustração 9: Vista do Pavilhão laboratório de Inseticidas, 1948 (Barragat, 1947-1958).



Ilustração 10: Fábrica de BHC da Cidade dos Meninos, 1950 (Barragat, 1947-1958).

Com a criação do Departamento Nacional de Endemias Rurais (DNERu), em 1956, o SNM foi por ele absorvido, ficando o seu Centro de Pesquisas a cargo do

²⁹ Já em 1954, devido ao alto custo de produção, especificamente ligado ao transporte do cloro, deixou-se de fabricar o BHC naquela fábrica, e esse inseticida passou a ser comprado (Barragat, 1996).

Instituto Nacional de Endemias Rurais (INERu), transferido para Belo Horizonte (futuro Centro de Pesquisas René Rachou (CPqRR)³⁰. Mas outro órgão do DNERu, o Serviço de Produtos Profiláticos (SPP), assumiu a fabricação de inseticidas, permanecendo na Cidade dos Meninos (Brasil, 6 mar. 1956; Barragat, 1996).

No documentário “Endemias rurais: seus produtos profiláticos e terapêuticos” (1960), produzido pelo Instituto Nacional de Cinema Educativo (INCE), do Ministério da Educação e Cultura (MEC), consta imagens dos trabalhadores chegando ao SPP para trabalhar nessa fábrica e todo o processo de produção das pastilhas de fluoroacetato de sódio (veneno para rato), de inseticidas emulsionáveis, mosquicidas, desinfetantes e da pasta de DDT³¹, que ali era desenvolvida, embalada e distribuída para todo território nacional. Nessa época, especificamente em 1957, além da fábrica de inseticidas, foi instalado também, em outro pavilhão da Cidade dos Meninos, o laboratório de produtos farmacêuticos, onde se produzia colírios, injetáveis, xaropes, pomadas, comprimidos, etc.³². Sendo um local de trabalho distante e desabitado, o SPP construiu para os seus funcionários casas, uma escola de formação primária para os seus filhos, ofereceu assistência médica, farmacêutica e odontológica através da instalação de um modesto hospital. Segundo Levy Miranda, todas essas obras, assim como o cultivo e pastagem

³⁰ O primeiro diretor desse Centro de Pesquisa de Belo Horizonte foi o médico René Guimarães Rachou, que em 1966, por determinação do Presidente da República e do ministro da Saúde Raimundo de Moura Brito (1964-1967), passou a se chamar Centro de Pesquisas René Rachou (CPqRR), em homenagem a seu ex-diretor, que havia morrido três anos antes. Sua incorporação à Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) ocorreu em 1970, mas foi apenas em 1985, na gestão Naftale Katz, que “o CPqRR passou a participar da gestão político-administrativa dessa instituição, tendo assim revertida a situação de isolamento institucional (...)” (Linha do tempo, 2021).

³¹ Barragat relatou que a erradicação da malária na Baixada Fluminense, assim como na Barra da Tijuca e Jacarepaguá, foi alcançada com o uso do DDT. Segundo ele, “foi com o DDT que nós saneamos isso tudo, fizemos muito larvicida também, é verdade, mas no tratamento intradomiciliar com DDT, foi isso que resolveu não resta dúvida”, pois “o DDT tem uma ação muita boa sobre o inseto da malária, o Anopheles, (...) [mas] não tem ação nenhuma sobre o triatomíneo, o barbeiro (...)”. Segundo ele, “o BHC era ideal ao barbeiro”, inseto vetor de transmissão da doença de Chagas (Barragat, 1996).

³² Naquele momento ocorreu a falência do laboratório Raul Leite e o pessoal técnico, os seus farmacêuticos, foram levados para trabalhar no laboratório farmacêutico instalado na Cidade dos Meninos. Segundo Barragat, esse laboratório foi montado com dinheiro do plano SALTE, sendo comprado equipamentos para fabricação de comprimidos, drágeas, para combater as endemias rurais (Barragat, 1996). O Plano SALTE foi um plano econômico instituído no governo Dutra (1946-1951), que objetivava “aplicar investimentos públicos nas áreas mais sensíveis para a população e mais estratégicas para o desenvolvimento” - saúde, alimentação, transporte e energia – e, dessa forma, pretendia estimular a economia (Calicchio, s.d.). Maurício Medeiros, em matérias publicada no jornal Diário Carioca, mencionava como o brigadeiro Gerardo Magella Bijos, diretor desse laboratório, “formulou um vasto programa de fabricação não só de produtos profiláticos, como outros medicamentos, usados abundantemente em nossos hospitais”. Mas, segundo ele, “a administração que me sucedeu [a frente do Ministério da Saúde (MS)], “pressionada pelos interesses dos fornecedores de produtos farmacêuticos, continuou a fazer suas aquisições no mercado, ao invés de utilizar os produtos fabricados do Serviço de Produtos Profiláticos e Inseticidas” (Medeiros, 24 mar. e 3 jun. 1961).

da terra, além da instalação de um matadouro sem o devido licenciamento³³, foram realizadas sem nenhum entendimento prévio com a Fundação (Miranda, 6 set. 1960).

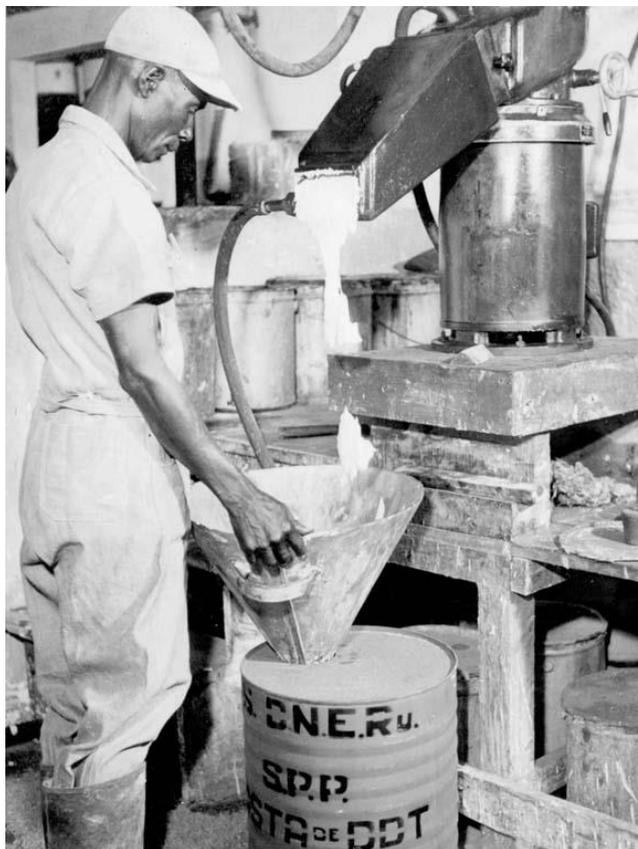


Ilustração 11: Fabricação da pasta do DDT, s.d (Barragat, 1947-1958).



Ilustração 12: Fabricação de iscas rodenticidas à base de monofluoracetato de sódio no Serviço de Produtos Profiláticos na Cidade dos Meninos (Barragat, 1947-1958).

³³ Esse “matadouro clandestino”, instalado junto a Fábrica de Inseticidas, “que funcionava em condições precárias de higiene”, foi fechado, “por ordem do ministro da Saúde”, em outubro de 1961 (Matadouro..., 3 out. 1961, p.2; Matadouro fechado..., 3 out. 1961, p.8)

O diretor do SPP, brigadeiro Gerardo Magella Bijos, em carta de 8 de março de 1957, encaminhada ao diretor geral do DNERu, argumentava que apenas dezessete (17) pavilhões, dos 42 que pertenciam e estavam disponíveis para a FACR, eram ocupados com finalidades escolares e assistenciais dos menores, sendo os demais por famílias e funcionários. Sendo assim, ele afirmava acreditar que a área ocupada pela DNERu não fazia falta a FACR (Bijos, 8 mar. 1957).

Depois de mais de dez anos do empréstimo concedido pela FACR ao SNM, os oito (8) pavilhões não haviam sido ainda desocupados e devolvidos, mesmo diante das constantes pressões de Levy Miranda. Sobre essa situação Paulo Barragat, diretor em exercício do SPP nessa época, relatou:

“[Levy Miranda] estava farto de nós lá em cima (...). era problema de cheiro de inseticida, de tudo. Eles achavam que nós atrapalhávamos os garotos lá, por causa de transporte, barulho, (...). (...) e a cada novo Ministro da Saúde que subia ele fazia um ofício [para o Ministro] pedindo a nossa saída de lá. Em 1962, o Ministro da época (...) disse: ‘Procura um lugar para sair de lá. Eu não aguento mais carta do provedor. E a bomba estourou na minha mão e eu sai a procura de uma lugar para mudar o serviço e fui a Manguinhos’ (Barragat, 1996).

No ano de 1962 finalmente foi decidida a transferência do SPP para um prédio localizado na Rua Leopoldo Bulhões, n. 1480, em terrenos do Instituto Oswaldo Cruz (IOC). A adaptação da ala “E” daquele edifício parecia ser “a solução mais rápida e econômica”, segundo o engenheiro civil Ernani Paulini, presidente do grupo de trabalho designado pelo então ministro da Saúde para planejar àquela mudança (Barragat, 12 jun. 1962). No novo local seriam instalados o laboratório de produção de medicamentos e a fábrica de inseticidas³⁴ do SPP, que apenas em 1970 foi incorporada a Fiocruz, vindo posteriormente a se tornar o Instituto de Tecnologia em Farmácios – Farmanguinhos (1976)³⁵ (Barragat, 1996; Brasil, 22 maio 1970; Quem somos, 2022).

Dessa forma, somente com a decisão de transferência do SPP para Manguinhos e a execução desse projeto, é que se pode dar início ao processo de devolução dos

³⁴ Um ano antes, em 1961, o MS já havia fechado a fábrica de pesticidas da Cidade dos Meninos e abandonado “cerca de 300 a 400 toneladas de compostos tóxicos organoclorados, especialmente Hexaclorociclohexano (HCN) e Diclorodifenil tricloreto (DDT), sem qualquer tipo de proteção”, iniciando assim a contaminação da população e do entono (RJ – Cidade dos Meninos..., 26 jun. 2013).

³⁵ Em 1970, o SPP e INERu, antes órgãos pertencentes ao DNERu, foram incorporados a Fundação Instituto Oswaldo Cruz (Brasil, 22 maio 1970). Em entrevista, Barragat relatou que o SPP veio a se tornar o Instituto de Tecnologia em Farmácios - Farmanguinhos, atualmente vinculado a Fiocruz (Barragat, 1996).

pavilhões a FACR³⁶. Aos funcionários do MS, ligados aquele Serviço, que ali residiam com suas famílias, a FACR concedeu um prazo mais amplo, de aproximadamente três anos, para a sua mudança daquele local (Miranda, 22 jun. 1962). Entretanto, isso nunca aconteceu, gerando um grande desconforto entre os administradores da Fundação e essas famílias, que na época totalizavam 210 pessoas, e reivindicavam sua permanência ali (Ex. Sr..., sd.)³⁷.

1.5 Aprendizado Agrícola Sacra Família: um lugar voltado as atividades agropecuárias, educacionais e ao “repousário”.

O Aprendizado Agrícola Sacra Família (AASF), localizado no município de Vassouras, era outra unidade produtiva da FACR, voltada a atividades agropecuárias. Desde o início dos anos 1940, quando de sua integração àquele conjunto assistencial, o AASF abrigava menores de 10 a 15 anos, oferecendo instrução primária associada ao ensino da avicultura, cunicultura, horticultura, pomicultura (relat. 1940, p.20; relat. 1942, p.37; relat. 1944, p.17; Caminha, 2012, p.71). Nesse estabelecimento “Os alunos trabalham nas coelheiras, sendo a cunicultura o aspecto típico daquela escola”, mencionava o Cardeal Jaime de Barros Câmara em sua palestra na Rádio Vera Cruz³⁸ (Obras..., 14 jan. 1962, p.11). Na Seção aviária criavam galinhas, perus, patos, frangos e marrecos. Na Seção de Pecuária cuidavam de um pequeno rebanho bovino e de suínos, o primeiro destinado principalmente à produção de leite, e o segundo a venda e ao fornecimento a outros setores da Fundação.

³⁶ Em 1962 foram devolvidos a FACR três (3) pavilhões: n.47, inicialmente destinado a histopatologia e depois ao hospital; o da frente dele, n.66, de patologia terapêutica; um mais distante dos dois, n.39, que servia de refeitório. Em 1963, ocorreu a devolução de mais um (1) pavilhão: o de n.60, de engenharia sanitária, mas que havia sido também laboratório de controle. Em 1964, mais dois (2) foram devolvidos: o de n. 43, que servia de administração e residência, e o de n.45, antigo laboratório de medicamento. Mas não consta a devolução dos pavilhões destinados ao setor de “Inseticidas”, a Escola de Funcionários, que era administrada pela Inspeção de Ensino de Caxias, e o de n. 64, voltado a Entomologia, que ficava próximo a residência de três famílias e de uma vila com 12 casas (Barragat, 23 ago. 1963; Cronologia..., sd.)

³⁷ Os ex-operários do SPP não se retirariam da Cidade dos Meninos. Oliveira (2008) conta que os educandários da FACR tiveram que ser fechados, quando nos anos 1990 veio à tona, através da imprensa, a questão da contaminação ambiental e humana daquela região, devido aos resíduos químicos abandonados da Fábrica de Inseticidas que ali existia (p.5). Sobre essa fábrica a autora acrescenta que: “Todo o seu acervo, como equipamentos, produtos acabados, tambores contendo matérias-primas e rejeitos dispostos inadequadamente sobre o solo nos fundos da fábrica foram abandonados nas instalações da Cidade dos Meninos, segundo relato de antigos moradores locais” (p.85).

³⁸ Jaime de Barros Câmara (1894-1971) foi designado pelo papa Pio XII para a Arquidiocese do Rio de Janeiro, em substituição a Dom Sebastião Leme (1882-1942), tomando posse em 15 de setembro de 1943. Foi um cardeal que “deu ênfase ao ensino religioso” e suas preleções feitas pela rádio, através do programa “A voz do pastor”, também eram publicadas em jornais (Moreira, CPDOC/FGV, 2022)

Feijão preto, arroz, milho, aipim, inhame, batata doce, abóbora, além de frutas e hortaliças, eram algumas das lavouras existentes no AASF, destacando-se a de café. Os menores se revezavam em duas turmas, de aproximadamente cem cada, onde os que estudavam pela manhã se instruíam e cuidavam da terra à tarde, e vice-versa (Preservando..., 19 out. 1953, p.5).

O ex-aluno da AASF no ano de 1957, Sérgio Mendonça relatou um pouco de sua experiência naquele educandário:

Naquela Escola [eu] aprendi a amar as atividades escolares, o trabalho na lavoura, que se constituía em capinar os morros de café, os cafezais até o topo onde se situava a mata (...). Assim era [também] no canavial, bananal, laranjal e outras culturas, pois até erva doce havia em abundância, era gostoso colhê-la e comer assim direto do pé. O trabalho era de segunda a sexta (...). Em todas as atividades [nós] aprendíamos com os instrutores. O serviço de limpeza os alunos mais antigos nos ensinavam a fazer o trabalho correto, pois não podia fazer errado (Mendonça, 2017).

Originário de Marechal Hermes, subúrbio do Rio de Janeiro, Sérgio conta que foi deixado pela sua tia Cira no ACR, juntamente com o irmão, depois que o seu pai abandonou sua mãe e ela se viu sem condições de criá-los. De lá foi conduzido para o AASF, onde afirma ter encontrado boa acolhida dos alunos mais antigos, monitores, professoras e coordenadora, exceto da parte do “prefeito”³⁹, uma espécie de inspetor escolar que aplicava métodos disciplinares bastante rígidos por motivos aparentemente torpes. Mas, no geral, Sérgio afirma possuir boas recordações daquele educandário, onde “A todo o momento era ensinado o valor do trabalho e que tudo deveria ser feito com atenção e amor, pois tudo ali era nosso, o Aprendizado era nossa casa, nosso lar” (Mendonça, 2017). Por fim, Sérgio destacou que o seu irmão até conseguiu um “serviço privilegiado” no interior do AASF, trabalhando de garçom no refeitório servindo os monitores, juntamente com outros menores, e outras vezes no almoxarifado ou na

³⁹ Sérgio conta que todos os alunos tinham medo do “Prefeito” e logo no primeiro dia os mais antigos alertavam os recém-chegados para terem cuidado com ele. Sobre a disciplina aplicada nesse educandário, Sérgio afirma que era em moldes militares. Lembra que: “Ele [o “Prefeito”] e os demais monitores possuíam um cordão entrelaçado no ombro com um apito que ficava no bolso da camisa. Quando o apito soava nós deveríamos parar e ficar em posição de sentido”. Mas, segundo ele, apenas o “Prefeito” utilizava o apito para aterrorizá-los, registrando suas faltas num “Caderno de Indisciplina”. Conta que certo dia seu nome foi parar nesse caderno surpreendentemente não devido a uma anotação do “Prefeito”, mas de uma das professoras, que estava irritada com seus constantes erros de não acentuação das palavras. O castigo aplicado a ele foi ficar de pé, com o rosto colado na parede, sem poder se mexer, das 17h às 20:30h na sexta e no final de semana das 8h às 20h, podendo sair apenas para ir ao banheiro ou se alimentar. Um dos castigos citados por Sérgio aplicado pelo “Prefeito” aos alunos que fugissem para pegar fruta no pomar, quando o almoço atrasava nos domingos, era ficar num quarto escuro, “até ele [o “Prefeito”] se lembrar de liberar o aluno” (Mendonça, 2017).

limpeza, e quando sua mãe foi busca-los ele nem queria ir embora.



Ilustração 13: [Da esquerda para direita] Sérgio Mendonça e seu irmão, em um dia festivo, das mães, na área externa do educandário AASF (Acervo pessoal Mendonça, 2019).

No AASF existia também uma espécie de “repousário” ou “casa de repouso”, instalado ali em 1947, que visava receber crianças do sexo masculino recolhidas pela FACR que estivessem debilitadas, desnutridas, não propriamente enfermas. Nesse espaço elas recebiam cuidados médicos, faziam superalimentação, repousavam - não estudavam e nem trabalhavam -, aguardando apenas o momento propício para serem encaminhados para algum dos estabelecimentos da Fundação (Preservando..., 19 out. 1953, p.5; relat. 1947, p. 22; relat. 1951, p.45).

1.6 O Instituto Profissional Getúlio Vargas: formando menores, alguns ilustres

Do subúrbio do Rio de Janeiro advinha a maioria dos menores matriculados nos educandários da FACR. Não eram necessariamente órfãos, mas filhos de pais com dificuldade de sustentá-los e/ou de investir em seus estudos. Do Morro da Cachoeirinha,

em Lins de Vasconcelos, no ano de 1954, chegava ao Instituto Profissional Getúlio Vargas (IPGV), uma outra unidade da FACR, localizada em Bonsucesso, Antônio Carlos Bernardes Gomes (1941-1994), que ficou conhecido como o sambista e humorista Mussum. Na época, com apenas 12 anos, o então menino Carlinhos, de 1,53 cm e 42,4kg, foi inscrito como um candidato de “nutrição boa”. Sua aprovação foi comemorada, vista como uma oportunidade, apontou Barreto (2014) na biografia por ele escrita sobre esse artista.

Apesar da disciplina e horários rígidos, com direito a toque de recolher, marcha em pelotões, visita dos familiares apenas uma vez ao mês, o IPGV oferecia aos menores instrução primária⁴⁰ associada ao aprendizado de uma profissão, que podia lhe ajudar a garantir o seu sustento e de sua família. Mecânica, Alfaiataria, Tipografia, Torrefação de Café, Padaria, Sapataria, Marcenaria e Carpintaria, Tecelagem, Serralharia eram algumas das oficinas através das quais os internos aprendiam, trabalhavam e recebiam uma pequena remuneração, que lhes era concedida em sua saída do internato. No caso de Antônio Carlos, quando de sua saída da instituição, em 1957, recém-formado no curso de ajustador mecânico, foi indicado a trabalhar como aprendiz em uma garagem no Bairro do Rocha, na Zona Norte do Rio de Janeiro (Barreto, 2014).

Mário Sousa Marques Filho (1928-2003), conhecido pelo pseudônimo Noite Ilustrada, foi outro ex-interno do IPGV. Seus pais se separaram quando ele ainda era bem pequeno e residiam em Pirapetinga, Minas Gerais, local do seu nascimento. Posteriormente, foi morar com o pai, que trabalhava como motorista, no Rio de Janeiro e preferiu coloca-lo num colégio interno. No IPGV ele aprendeu a trabalhar com móveis e teve seu primeiro contato com a música, como Nelson Martins dos Santos (1925-1996), o Nelsinho do Trombone, seu colega de internato. Nelsinho, como Mário, fez parte da banda de música daquela escola, onde aprendeu a tocar o instrumento pelo qual ficou eternizado (Noite..., 2021; Faustino, 14 out. 2016; Júnior, 2019).

Yedo Ferreira (1933-), uma das maiores referências do movimento negro, fundador do Movimento Negro Unificado (MNU) e da Sociedade de Intercâmbio Brasil – África (SINBA), também foi um ex-interno do IPGV (Bittar, 10 mar. 2020). Nascido em Santo Amaro da Purificação, Bahia, foi deixado aos cuidados da avó pela sua mãe,

⁴⁰ Nos anos de 1947, o ensino primário no IPGV era ministrado por professoras da Prefeitura do Distrito Federal, sob a coordenação de Maria da Glória Torres Rodrigues, que assumiu a direção da Divisão de Ensino Primário da FACR, quando do afastamento de Antônio Pithon Pinto daquele cargo, em 1950 (relat. 1947, p. 26; relat. 1950, p. 17, 18; relat. 1952, p.21).

abandonada ainda grávida pelo seu pai, para trabalhar em casa de família no Rio de Janeiro. Quando sua avó faleceu, em 1940, veio viver na Capital Federal com suas irmãs e mãe, que em 1948 decidiu encaminhá-lo ao IPGV, onde permaneceu até 1950. Sobre o IPGV, Yedo relata que:

“Lá tinha as oficinas (...). Tinha várias profissões, que dava para as pessoas aprenderem. Torneiro mecânico mesmo. Mas eu não estava a fim de aprender coisa nenhuma (...). Estive muito tempo na oficina mecânica, mas, a característica que tem é a seguinte: É que meu macacão nunca ficava sujo na frente, ficava sujo somente na parte de trás, porque a única coisa que eu ficava fazendo era ficar sentado em cima da bancada. [risos]. (...) E lá no colégio interno, de grande influência da igreja católica, era missa todo dia. Outra coisa que também me saturou (...). Mas a gente era obrigado a ir, se não fosse ficava de castigo (...)” (Ferreira, 2003, p.13, 14).

Como não queria ficar mais no colégio interno e soube da existência na instituição de um oficial do exército que encaminhava rapazes para o serviço militar, Yedo solicitou seu encaminhamento a aeronáutica, que naquele momento abria vaga para jovens voluntários do Rio de Janeiro (Ferreira, 2003, p.14, 15).

Quando se observa os dados estatísticos relativos ao número de alunos admitidos e concluintes dos cursos do IPGV no ano de 1948 é possível constatar que o abandono do curso antes do seu término, como foi o caso de Yedo, não era algo incomum: enquanto 173 menores eram admitidos naquele ano apenas 22 concluíam o curso primário e 16 o curso profissional⁴¹ (relat. 1948, p.24).

O IPGV, criado em 1936, numa ampla área em Bonsucesso, próximo ao ACR, foi à primeira unidade de ensino profissional estabelecida pela FACR, destinada a abrigar menores do sexo masculino de 12 aos 18 anos⁴² (Paiva, 23 mar. 1949, p.1 e 7; Fundação..., [1960]). Nas diversas oficinas existentes no seu interior, os seus alunos não apenas aprendiam uma profissão, mas produziam e colaboravam para suprir as

⁴¹ A justificativa para vários menores saírem da instituição antes mesmo do término do curso pode ser encontrada na necessidade deles serem inseridos no mercado de trabalho para ajudar na subsistência de suas famílias. Em 1942 Hélio Póvoa, presidente da FACR de 1937-1943, declarava: “Razões bem compreensíveis em país de baixo nível econômico do povo justificavam a impossibilidade de retermos até o fim do curso profissional numerosos educandos” (Póvoa *apud* Caminha, 2010, p.74).

⁴² No ano de 1963 o IPGV abrigava 17 alunos “surdos-mudos” (deficientes auditivos) que recebiam “ensino especial” (Falta..., 16 ago. 1963, p.6), mas não foi encontrada maiores informações sobre esse tipo de ensino no IPGV. Há indícios também de que pessoas com deficiência intelectual eram atendidas nos educandários da FACR, pois, quando analisa o problema da repetência escolar, Antônio Python Pinto, diretor da Divisão de Ensino Primário daquela instituição no período de 1946 a 1950, sugere, dentre outras coisas, a criação de “classes para retardados” (relat. 1949, p.46).

necessidades de todas as demais unidades pertencentes àquele complexo assistencial. Dessa forma, os tecidos ali fabricados eram usados por todos os alunos das escolas da Fundação. Na alfaiataria se confeccionavam as roupas, “em estilo de produção industrial”, e na sapataria as botinas. A tipografia atendia aos impressos da entidade, executando ainda abundante serviço de encomendas externas. Na padaria se produzia o pão para consumo interno e do ACR. Além disso, móveis, esquadrias, aparelhos eram ali produzidos ou reparados, conforme menciona a revista comemorativa dos 25 anos da FACR (Fundação, [1960]).

Com a construção e inauguração da Avenida Brasil, especificamente do trecho entre Benfica e a Rua Lobo Júnior, na Penha Circular, em 1944, e do trecho entre São Cristóvão e Maguinhos, em 1947, o IPGV passou a se situar as margens dessa rodovia (Costa, 2006, p.239, 301).



Ilustração 14: Aeródromo de Manguinhos [194?]. Do lado esquerdo, em primeiro plano o Pavilhão Artur Neiva. Ao fundo, o hospital do IAPETEC e a sua frente, assinalado em vermelho, a provável localização do IPGV (Pavilhão..., sd).

Em 1948, o terreno dessa unidade da FACR sofreu uma “grande amputação”, cedendo ao Ministério da Aeronáutica “a parte situada entre a Avenida Brasil” (relat. 1948, p.23). A rápida modificação urbana sofrida em seu entorno começou a preocupar os dirigentes daquele educandário, que em 1960 já estavam buscando uma alternativa para a sua transferência daquele lugar. Sobre essa situação, Levy Miranda mencionava:

“Embora construído em área espaçosa, o Instituto Profissional Getúlio Vargas começou a se ressentir do rápido progresso verificado em suas adjacências. Surgiu outro problema também com a construção da Avenida Brasil, atravessando seu terreno e a requisição por parte do Ministério da Aeronáutica da parte que fica entre a Avenida e o Mar. O controle dos menores, na proximidade de tão movimentadas vias de comunicação, começou a apresentar sério problema. A excepcional valorização dos terrenos mencionados indicava que a melhor solução seria um deslocamento mais para o interior (...) no subúrbio de Bangu” (Fundação... [1960]).

Entretanto, até meados de 1963, a transferência do IPGV para outra área não havia ainda sido efetivada. Segundo matéria do jornal Diário Carioca, intitulada “Falta de verba deixa 400 órfãos sem teto”, o alargamento da Avenida Brasil exigia a desapropriação do terreno do IPGV e os dirigentes daquela instituição, embora tivessem conseguido trocar aquela área por outra em Bangu, estavam com dificuldades financeiras para conseguir efetuar o traslado da escola até fevereiro de 1964 (16 ago. 1963, p.6).

1.7 A FACR no “morro do Jacarezinho”: o Instituto Natalina Janot

O Instituto Natalina Janot (INJ) foi outra unidade da FACR impactada pelas modificações urbanas ocorridas em seu entorno. O INJ foi estabelecido no bairro do Jacaré, Zona Norte do Rio de Janeiro⁴³, após obras de adaptação de uma antiga chácara doada por Arlindo Janot⁴⁴. Surgiu em 1945, com o objetivo inicial de acolher crianças do sexo masculino, de 6 a 12 anos, especialmente filhos de internos do ACR, associando ensino às atividades na horta e aviário (venda de aves e ovos) (Caminha, 2010, p. 94, 95; relat. 1944, p.27). A partir de 1949, quando de sua transformação em educandário

⁴³ Nos relatórios da FACR consta que o INJ estava localizado na Rua Lino Teixeira, 514, mas a partir do ano 1949 é registrado seu endereço como Rua Álvaro Seixas, 196 (Assistência a Menores..., 1946).

⁴⁴ Levy Miranda relata que Arlindo Caldeira Janot (1883-1952), como chefe da firma “Janot, Rody & Cia.”, possuía uma vida cheia de conforto proporcionada pela riqueza. Entretanto, após o falecimento de sua esposa Natalina Raposo Medeiros, em 24 de dezembro de 1937, decidiu entregar a maior parte de sua fortuna ao “Abrigo”, dedicando-se “de corpo e alma à sublime tarefa de angariar recursos para mitigar os sofrimentos e melhorar o conforto dos mendigos entregues aos cuidados da nossa instituição” (relat. 1952, p.8, 9). Uma das iniciativas de Janot para ajudar a FACR foi a instalação das “Caixas de esmolas”, cerca de 204, em diversos estabelecimentos públicos e privados, como a sede do jornal Correio da Manhã, Jornal do Brasil, Gazeta de Notícias, na sede de alguns bancos, estações da Estrada de Ferro Leopoldina, Edifício dos Correios e Telégrafos e Agências Postais, dentre outros (relat. 1940, p.36, 37; relat. 1942, p.52). A propaganda da Caixa de Esmola do Abrigo Cristo Redentor localizada na sede do Jornal Correio da Manhã é estampada em várias edições desse jornal (Abrigo..., 2 mar. 1947, p.9).

feminino⁴⁵, foi acrescentado ao esforço produtivo dessa unidade a confecção de roupas (relat. 1951, p.46).

Na época da realização das reformas para a sua inauguração, os dirigentes da FACR apontavam àquela região como sendo um “subúrbio aprazível e saudável” (relat. 1943, p.13; Ignácio, 2011, p.86-89). Mas, em curto espaço de tempo, o que se presenciou foi uma rápida e desordenada ocupação daquele lugar, principalmente por trabalhadores das indústrias estabelecidas em seu entorno, como a General Eletric (Tavares, 2019; Abreu, 2020, p.276, 277). Em 1944 a expressão “morro do Jacarezinho” já era veiculada pela imprensa, sendo estampadas em suas páginas as ameaças de despejo sofridas por seus moradores, assim como algumas ocorrências de agressões e conflitos sucedidos naquele local (Assegurou..., 27 out. 1944, p.2; Despejo..., 9 nov. 1944, p.4)⁴⁶. Sendo assim, “encravado na favela do Jacarezinho”, o INJ se tornava motivo de constante preocupação para dirigentes da FACR, que temiam que “os reflexos e ações” daquele lugar trouxessem “as piores consequências para a educação, tranquilidade e até a integridade de todos que ali vivem” (relat. 1951, p.20).

Não é à toa que o morro do Jacarezinho foi escolhido pela FLXIII para receber um dos seus primeiros centros de ação social (CAS)⁴⁷ (Costa, 2015, p.135). Desde 1947, quando a FLXIII foi criada, seu objetivo era proporcionar, através desses centros, assistência religiosa, moral e material aos moradores dos morros e favelas do Rio de Janeiro⁴⁸(relat. 1946, p.32, 33). Os CAS eram os locais onde aconteciam as intervenções, no interior dos morros, pois era defendida a necessidade de se desenvolver uma cumplicidade através do convívio cotidiano com essas pessoas, conquistando a sua

⁴⁵ A partir de fevereiro de 1949, o INJ foi transformado em educandário feminino, com a transferência para lá de algumas meninas do IHL (ver nota 24 desse capítulo).

⁴⁶ Nas buscas realizadas para essa pesquisa o registro mais antigo do termo “morro do Jacarezinho” foi encontrado no jornal Correio da Manhã, do Rio de Janeiro (Assegurou..., 27 out. 1944, p.2). Na seção “Várias Ocorrências” do jornal Diário de Notícias, do Rio de Janeiro, onde eram publicadas notas de homicídio, acidentes, atropelamentos, suicídio e tentativa, agressões, morte súbita, etc., consta alguns indícios de agressões e violência associadas ao “morro do Jacarezinho” (Agressões, 1 ago. 1945, p.2; 14 set. 1945, p.2; Homicídios, 20 nov. 1945, p.2; Conflito, 20 jul. 1946, p.2; Conflito, 24 out. 1946, p.2; Agressões, 24 nov. 1946, p.2).

⁴⁷ Nos morros do Jacarezinho, Telégrafo, São Carlos, Salgueiro e Catacumba foram estabelecidos os primeiros centros de ação social da FLXIII (relat. 1946, p.33). Segundo Costa (2015), esses locais foram escolhidos porque possuíam acentuada mobilização dos seus moradores, através de Comitês Populares Democráticos ou organização de lideranças locais (p.135).

⁴⁸ Costa (2015) menciona que a FLXIII surgiu como fruto da mobilização do alto escalão da Igreja Católica, em particular na figura do Cardeal D. Jaime de Barros Câmara, que articulou junto ao Governo Federal as suas bases legais (Costa, p.128; Brasil, 22 jan. 1947). Criada pelo Decreto-lei n. 8.797, de 8 de fevereiro de 1947, a FLXIII era uma entidade civil que desfrutava de certa autonomia, mas funcionava em permanente relação com a burocracia governamental, sob a sua fiscalização e apoio material (Oliveira, 2014; Costa, p.129).

“confiança”, para que os empreendimentos daquela entidade pudessem ter o êxito. Através do estabelecimento e manutenção de escolas, ambulatórios, creches, maternidades, vilas populares, “a educação social” era efetivada (Oliveira, 2014, p.67; Costa, 2015, p.136).

Nessa dinâmica de intervenções da FLXIII, a educação era vista como um instrumento de recuperação e proteção dos favelados das ideias subversivas, como as propagadas pelos Comitês Populares Democráticos, de iniciativa do Partido Comunista Brasileiro (PCB), e os chamados “políticos clientelistas, demagogos e populistas”, como os pertencentes ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) (Costa, 2015, p.139; Krilow, 2016, p.2; Oliveira, 2014, p.68). Além disso, a FLXIII investia na melhoria da infraestrutura e moradias de algumas favelas, que poderiam ser recuperadas e transformadas gradualmente em bairros populares, enquanto outras deveriam ser extintas. Ou seja, divulgava-se a ideia de uma “urbanização seletiva” (Oliveira, 2014, p.68). Entretanto, essa iniciativa era vista com desconfiança por parte da elite dirigente do país, que acreditava que tais ações poderiam estimular migrações do campo para as grandes cidades (Krilow, 2016, p.6).

O idealizador e provedor perpétuo da FACR, Levy Miranda, foi designado membro da primeira Junta Administrativa da FLXIII, para atuar como tesoureiro, juntamente com o Cônego José Távora⁴⁹ e o engenheiro Nelson Correia Monteiro, respectivamente designados presidente e secretário daquela recém-criada Fundação (Brasil, 11 fev. 1947). No relatório de 1946, Levy informava que a FACR havia se ligado a Ação Social Arquidiocesana, por sugestão do Cardeal D. Jaime de Barros Câmara e com a concordância do Prefeito do Distrito Federal, Hildebrando de Araújo Góis⁵⁰, para levar a cabo a criação dos centros de ação social, “sendo de prever que o Abrigo tenha que prestar sua colaboração a esse novo órgão” (relat. 1946, p.32, 33).

⁴⁹ O Padre José Vicente Távora (1910-1970) atuou como superintendente religioso da FACR durante os anos de 1946 a 1958 ([Relat.]) e como diretor da FLXIII de 1949 a 1955 (Oliveira, 2014, p.67). O Padre José Távora, que se autodenominava “bispo operário”, participou da reestruturação da Ação Católica Brasileira (ACB) no Rio de Janeiro e da fundação da Juventude Operária Católica (JOC), “cujo objetivo era formar operários católicos missionários atuando entre seus iguais para converter a Jesus Cristo (...) o próprio operariado”. O padre Isaías Nascimento menciona que Dom Hélder Câmara e Dom Távora, amigos oriundos do Nordeste brasileiro, “viam, nas favelas do Rio de Janeiro, seus irmãos nordestinos enxotados pela miséria e pela fome” e isso os fez firmarem uma aliança em defesa dos excluídos nordestinos, os da Capital Federal e os que estavam na terra natal (Nascimento, 30 ago. 2010).

⁵⁰ Hildebrando Araújo de Góis (1899-1980), baiano, engenheiro, foi o primeiro diretor do Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS), de 1940 a 1946, e do Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais por vários anos. Hildebrando de Góis fez parte do Conselho da FACR nos triênios: 1946/1949, 1952/1955 e 1955/1958 (Hildebrando..., s.d.; Assistência a Menores..., 1946).

Mesmo destacando que essa ajuda não envolvia “qualquer responsabilidade de ordem material” (relat. 1947, p.43), como previsto, a FACR contribuiu com a FLXIII: colaborando com a organização e direção do serviço médico daquela entidade em seus primeiros momentos (relat. 1947, p.43); fornecendo medicamentos do seu setor de Farmácia (relat. 1947, p.20; relat. 1952, p.18; relat. 1953, p.12) e recebendo pacientes no “Hospital Central” localizado no ACR (relat. 1948, p.15; relat. 1949, p.15).

1.8 Antônio Pithon em busca da melhoria e uniformidade do ensino nas unidades da FACR

Desde 1943, o Patronato de Menores de São Gonçalo (PMSG) também estava sob a tutela da FACR, onde através de um convênio com o Governo do Estado assumiu a responsabilidade integral da sua administração em troca do recebimento das subvenções concedidas pelos poderes públicos àquele educandário (relat. 1943, p.15). Situado na Rua Francisco Portela, n. 794, Niterói, o PMSG oferecia instrução primária associada ao ensino profissional nas suas seções de agropecuária, coleta de papéis, carpintaria, padaria e fabricação de ladrilhos, sendo posteriormente acrescido o de torrefação e moagem de café (relat. 1944, p.21; relat. 1951, p.45, 46). Entretanto, apenas em 1947, o seu curso primário, até então mantidos pelo Governo do Estado do Rio, foi incorporado ao sistema escolar da Fundação⁵¹ (relat. 1947, p.27).

Nessa época, Antônio Pithon Pinto⁵² já coordenava a “Diretoria do Ensino Primário” da FACR, instituindo medidas que visavam a sua melhoria e uniformidade. Organizou o regulamento dessas escolas, conseguiu melhorar o padrão de vencimento dos professores; estabeleceu reuniões pedagógicas e um serviço de correspondências intercollegial entre os docentes e outro entre os alunos; fez circular um jornal feito pelos

⁵¹ Nesse mesmo ano ocorreu um curso intensivo de aperfeiçoamento para os professores primários da FACR, sob a direção da professora Simone de Araújo Bensabath, que exercia a função de catedrática de metodologia especial no Instituto de Educação da Bahia (relat. 1947, p.27).

⁵² Há indícios de que Antônio Pithon Pinto começou a colaborar com a FACR em 1945, na realização do curso de formação de coadjuvantes de educação, realizado no INJ, com a participação de 16 moças, e no IPGV, com 10 rapazes, tendo esses últimos, quase todos, sido formados nas escolas da Fundação (relat. 1945, p.23; relat. 1947, p.28). Em 1940, Pithon era professor do Instituto Normal da Bahia (Bahia, 6 e 21 mar. 1940, p.3). No ano seguinte ele tomou posse como diretor geral do Departamento de Educação na Bahia, sendo um dos representantes daquele estado nas Conferências Nacionais de Educação, onde participou da Comissão de Ensino Normal (Baía..., 28 abril 1940, p.5; A representação..., 23 ago. 1941, p.12; Veem ao Rio..., 16 out. 1941, p.1; Instalou-se..., 4 nov. 1941, p.9; Instalar-se-á..., 2 nov. 1941, p.3). Em 1941 Pithon realizou um curso de especialização em assuntos de educação na Universidade de North Carolina, nos Estados Unidos (Bahia, 30 nov. 1940, p.10; Vai fazer..., 3 out. 1941, p.2; Brasileiros..., 17 jan. 1942, p.9).

discentes; criou o serviço de orientação escolar⁵³, etc., fazendo questão de visitar e fiscalizar cada educandário com regularidade (relat. 1946, p. 27 e 28). Durante toda a sua gestão (1946-1950), Pithon reivindicou o estabelecimento de um órgão central, o Departamento de Educação, capaz de gerenciar o sistema escolar, controlando todas as atividades educacionais mantidas por aquela entidade (relat. 1946, p.29; relat. 1947, p.26; relat. 1948, p.45; relat. 1949, p.44). Entretanto, tal proposta não chegou a ser efetivada até a saída de Pithon⁵⁴, provavelmente por falta recursos, pois previa a criação de órgãos e cargos (relat. 1946, p.29). Em 1949, devido “A situação do país”, que “impediu dedicasse a União mais abundantes recursos à assistência social”, Levy Miranda propunha um movimento exatamente ao contrário: “Não podendo realizar essa expansão, torna-se oneroso manter ou ampliar os órgãos administrativos que possuímos, parecendo à contingência momentânea aconselhar uma prudente redução dos mesmos” (relat. 1949, p.7).

Uma das maiores dificuldades enfrentadas pela Diretoria de Ensino Primário da Fundação era o recrutamento de docentes e diretores (relat. 1948, p.45). Enquanto esteve à frente desse setor, Pithon defendeu a oferta de melhores rendimentos aos docentes a fim de “atrair elementos mais valiosos para as escolas” e, conseqüente, conseguir a renovação dos seus quadros (relat. 1946, p.27; relat. 1948, p.45, 46). Mas, a impossibilidade de pagar essa remuneração compensadora, devido aos escassos recursos, afastava “o professorado possuidor de uma perfeita formação profissional” (relat. 1952, p.20, 21).

O salário oferecido aos docentes pela FACR era provavelmente mais atrativo a estudantes que ainda não possuíam curso superior. Em seu livro “Não vim ao Mundo a Passeio” (2000), Marlene Salgado de Oliveira relata que, em 1952, sua amiga Ení, estudante do último ano “científico”, buscava alguém para substituí-la em seu cargo de professora no PMSG da FACR, que oferecia carteira assinada e um “bom” salário, pago de forma mensal (p.80). Embora ainda fosse estudante do “curso clássico”⁵⁵, Marlene já

⁵³ Em 1949 o cargo de orientador escolar foi criado com o objetivo de dar “demorada e frequente” assistência aos diretores e professores dos cursos primários. A professora Clélia Argolo foi a primeira pessoa a ocupar esse cargo e, segundo o relatório oficial da FACR, conseguiu estabelecer uma boa relação com os professores e diretores dos internatos (relat. 1948, p.46; relat. 1949, p.44 e 45).

⁵⁴ Antônio Pithon Pinto deixou a direção da Divisão de Ensino Primário da FACR, em 1950, para reassumir sua cátedra universitária em Salvador, sendo ele substituído por Maria da Glória Torres Rodrigues (1951 e 1952), e posteriormente pela profa. Edi Souza Aguiar Vieira (a partir de 1952) (relat. 1950, p. 17, 18; relat. 1952, p.21).

⁵⁵ Com a Reforma Capanema do Ensino, de 1942, o ensino secundário foi dividido em dois: clássico e científico, onde o primeiro era mais focado em filosofia e línguas, enquanto o segundo oferecia disciplinas voltadas para ciências e exatas (Oliveira, 10 set. 2017).

lecionava em um programa de alfabetização de adultos, estabelecido na Escola Paroquial de São Gonçalo, recebendo um “pequeno” pagamento anual⁵⁶. Por isso, logo se interessou em ocupar aquela vaga de professora no PMSG, surpreendendo a sua amiga Ení, pois, segundo ela, “não era fácil dar aula para aqueles alunos, alguns com quase vinte anos de idade e com dificuldades seríssimas para aderir ao ensino, na maioria das vezes traziam consigo traumas e problemas que influenciavam de modo direto no aprendizado” (p.80).

Para ocupar o cargo de professora da FACR, Marlene precisou prestar um exame em “Bonsucesso, na Rua Leopoldo Bulhões”, provavelmente no IPGV, e alguns dias depois recebeu o comunicado de sua aprovação no PMSG (Oliveira, 2000, p.83). A nova professora tinha apenas 17 anos quando ingressou naquele educandário, cumprindo uma carga horária de quatro (4) horas, inicialmente das 13h às 17h. Por dez anos e oito meses ela trabalhou ali, pedindo demissão, faltando pouco tempo para se formar em Pedagogia, pois desejava investir em novos projetos (Oliveira, 2000, p.126, 128, 159 e 160).

1.9 A política de aproveitamento de ex-alunos como funcionários da FACR

Logo nos seus primeiros anos no PMSG, Marlene conheceu Joaquim Oliveira, o diretor administrativo daquele lugar, que, algum tempo depois, se tornou seu esposo (Oliveira, 2000, p.86). Selecionado em Aracaju, Sergipe, dentre filhos de pescadores, Joaquim veio ao Rio de Janeiro, juntamente com dois irmãos, estudar na Escola de Pesca Darcy Vargas (EPDV)⁵⁷, outro departamento da FARC, estabelecido na Ilha de Marambaia desde 1939, voltado a formação técnica e profissional no âmbito da pesca. Nessa instituição de ensino, ainda como aluno, ele exerceu a função de monitor⁵⁸ e, após

⁵⁶ Marlene Salgado de Oliveira (1936-2022) conta que, desde setembro de 1950, já trabalhava dando aulas, todas as noites, na Escola Paroquial de São Gonçalo, num Programa de Alfabetização de Adultos. O convite para lecionar nesse local partiu de Hilda Jardim, que havia sido sua professora no ensino primário, e naquele momento trabalhava no Liceu Nilo Peçanha, em Niterói, onde Marlene era aluna no “curso clássico” (atual ensino médio) (Oliveira, 2000, p.29 a 31, p.66, 71). Na sua biografia consta que foi somente em 1954 que ela começou a cursar a Escola Normal Estephânia de Carvalho (p.94, p.304).

⁵⁷ Escola de Pesca Darcy Vargas (EPDV) foi o nome dado a essa instituição de 1939 a 1942. Em 1942, a escola recebeu o caráter de estabelecimento federal de ensino e passou a ser chamada Escola Técnica Darcy Vargas (ETDV). A partir desse momento, a ETDV continuou sendo dirigida pelo “ACR”, mas sob a fiscalização do Ministério da Educação e Saúde (MES). No período de 1965 a 1970 passou a se chamar Colégio Técnico Darcy Vargas. Nessa tese optou-se por adotar o termo Escola de Pesca Darcy Vargas (EPDV) (Caminha, 2012).

⁵⁸ Em 1942 foi criado na EPDV o “Corpo de Monitores”, que era uma espécie de grupo de alunos, organizado anualmente, que tinha a responsabilidade de colaborar com a manutenção da disciplina e dos trabalhos escolares. Em 1945 essa ideia foi transplantada para outras escolas da FACR. Em 1947 e 1949 foram realizados os dois primeiros Congressos de Monitores, no IPGV (Alves, 2010, p. 41, 44).

concluir alguns cursos de administração, pagos pelo próprio Levy Miranda⁵⁹, “que acreditava em seu potencial”, foi convidado a assumir o cargo de direção no PMSG. Segundo Marlene Oliveira (2000), Joaquim exerceu aquela função até 1957, quando decidiu buscar uma nova oportunidade, pois “precisava de um orçamento maior para que pudesse casar” (p.85, 86; p.108, 109).

O caso de Joaquim é apenas um exemplo, dentre muitos outros, de ex-alunos da FACR que se tornaram funcionários daquela entidade assistencial, que “impedida de contratar grandes especialistas e técnicos”, “funcionários de alto nível cultural”, que exigiriam salários mais elevados, via nos seus ex-alunos “colaboradores mais compreensivos, mais devotados nos quais a dedicação e o zelo suprem a falta de apurados requisitos intelectuais” (relat. 1953, p. 7, 8; p. 6, 17; relat. 1954, p.10). Essa política adotada pela Fundação servia de estímulo aos seus alunos, assim como propiciava uma ampliação do mercado de trabalho aos ex-internos (relat. 1954, p.24, 25). A partir do cargo de monitor, os alunos podiam almejar a função de coadjuvantes da educação⁶⁰ ou a de chefes de alguma seção (oficina)⁶¹, podendo, inclusive, ser posteriormente encaminhados à direção de alguns dos vários institutos que compunham a FACR. Esse foi o caso de Everardo de Ferreira Lins, aluno da EPDV, formado em 1945, que, em 1956, foi nomeado diretor da ELVPV (França, 17 dez. 1961, p.14; Alves, 2010, p.41).

Na EPDV os ex-alunos também podiam manter vínculo profissional com aquela unidade através do trabalho em sua estação radiográfica ou nos seus barcos de pesca. A estação de radiotelegrafia da EPDV prestava serviços oficiais para a própria FACR e particulares, sendo inicialmente operada pelo telegrafista Manoel da Silva Pereira, que ministrava cursos a alguns alunos, a fim de torná-los aptos a assumirem o serviço em

⁵⁹ Ao mencionar que Levy Miranda “pagou para ele [Joaquim] alguns cursos de administração”, Oliveira (2000, p.85) pode estar se referindo a FACR, pois as ações de Levy e da FACR algumas vezes se confundem na narrativa dos seus contemporâneos. A FACR parece ter investido, ou ao menos apoiado, o aperfeiçoamento dos seus alunos em cursos externos a instituição, como se constata a partir da ida de dois (2) alunos da EPDV, Jason Ribeiro dos Santos e Luiz Vieira do Nascimento, para um estágio na Escola Profissional de Pedrosa, em Portugal, para se especializarem na pesca do bacalhau (Vão especializar-se..., 29 abril 1950, p.8; Regressaram..., 9 abril 1951, p.8).

⁶⁰ Coadjuvantes da educação eram “funcionários encarregados da assistência educacional aos menores quando estes não estão nas aulas e oficinas” (relat.1946, p.15).

⁶¹ Através da reportagem “O índio acusa: o preço da caridade oficial”, publicada no jornal Diário da Noite, Raul Martins relatou uma visita que fez ao IPGV e o caso de dois ex-alunos, que desempenhavam funções naquela unidade da FACR: Hugo Conceição, que exercia ali a função de mestre da padaria, dirigindo a fabricação de pão, que abastecia todos os demais estabelecimentos da FACR, e de Mário Damasceno, que desempenhava o papel de coadjuvante na gráfica, colaborando com o professor técnico José de Oliveira Cruz (Martins, 1 set. 1953, p.4).

sua ausência (relat. 1946, p.26; relat. 1948, p.33). Quanto aos barcos de pesca, a tripulação, desde o comandante até os pescadores, era composta majoritariamente por ex-alunos daquele estabelecimento (Fundação, [1960]). Em 1957, Antônio Virgílio, com apenas 23 anos, era o comandante do “Redentor III”, um dos novos barcos da Fundação. Em entrevista ao jornal *A Noite* (1957), Virgílio relatou que era natural do Sergipe, filho de pescador, e que aos 11 anos chegou à Escola de Pesca da Marambaia para obter formação profissional na área. Acrescentou o jovem comandante:

“Quando entrei para a escola, já eu era órfão e o meu pai, agora (...) é o Sr. Levy Miranda, um homem tão bom que a gente chega a pensar um santo. Foi ele que me educou. A mim e a rapaziada que o senhor está vendo a bordo. Hoje, são marinheiros uns e pescadores outros. Mas amanhã serão comandantes também” (Pescadores..., 6 fev. 1957, p.6).

Na primeira série os alunos da EPDV aprendiam e praticavam a pesca denominada arrastão. Depois eles eram iniciados na pesca de caniço ou de linha e, em seguida, na de caráter industrial, feita em embarcações motorizadas, que possibilitavam a aquisição de sardinha, peixes de fundo e, sobretudo, do cação e do boto (Marambaia, 1945). Nessa última etapa de formação, os alunos tinham suas aulas práticas de pesca em alto mar nos barcos-escola da FACR. Em agosto de 1951, o maior deles, o “Presidente Vargas”, naufragou numa de suas viagens de instrução para pesca de camarão, vitimando onze (11) das dezesseis (16) pessoas que estavam a bordo, “na sua maioria ex-alunos da Escola de Marambaia” (relat. 1951, p.9; *Apenas cinco...*, 7 ago. 1951, p.2; *Dormia...*, 7 ago. 1951, p.1, 6; *Mistério...*, 7 ago. 1951, p.1,11).

1.10 A “revolução da pesca” empreendida pelo novo trawler Presidente Vargas na cidade do Rio de Janeiro

O barco-escola “Presidente Vargas” naufragou nas costas de Araruama, em frente à Praia Seca, na madrugada do dia 6 de agosto de 1951, provavelmente devido ao mar revolto, que naquela época do ano constituía um perigo à navegação. Tal acontecimento estampou as páginas dos jornais da época, como a capa do *Diário da Noite*, com fotos e chamadas para a matéria “Dormia a tripulação quando o mar enfurecido atirou o barco no rochedo”, que destacava, dentre outros aspectos, as características da embarcação: “Tratava-se de um barco superequipado e forte, capaz de

resistir ao mar furioso, e daí a estranheza do sinistro” (7 ago. 1951, capa). “Trata-se de um grande pescador, o “Presidente Vargas”, que possuía, todo o apetrecho moderno, inclusive radiotelegrafia e instalação de radar (...)”, informava o jornal *A Noite* (*Mistério...*, 7 ago. 1951, p.11). Dentre os desaparecidos constavam os nomes do mestre e comandante Domingos Tavares, dos pescadores Firmino Lobrigo, Leopoldo Santos Silva, Aguinaldo Santos, Djalma Ferreira, Manoel Marques, Edmundo Feliz, Adalberto Viana, José de Almeida e Jason Ribeiro dos Santos, um dos rapazes que havia feito um curso de especialização em Portugal (*Dormia...*, 7 ago. 1951, p.6). Mas foi essa tragédia, “que cobriu de luto toda a Fundação”, que, ao mesmo tempo, determinou uma verdadeira reviravolta no papel desempenhado por essa instituição no âmbito da pesca na Capital Federal.

O presidente Getúlio Vargas prometeu tomar providências necessárias a aquisição de um novo barco-escola para a EPDV⁶² e, em menos de um ano, por intermédio do Ministério da Educação e Saúde (MES), chegava da Alemanha um navio pescador dotado dos mais modernos métodos e recursos científicos (relat. 1951, p.9; relat. 1952, p.43; *O barco...*, 30 jun. 1952). Aquele barco, também chamado de “Presidente Vargas”, era relativamente novo, com uma capacidade para 150 toneladas de peixe; um raio de ação de 25 dias, que o permitia penetrar no alto mar; equipado com *Look-Fish*, uma espécie de radar para localização de cardumes, e um ecobatímetro, aparelho que possibilita determinar a profundidade das águas sobre as quais se navegava. As acomodações dessa embarcação eram confortáveis, compostas de vinte e seis (26) beliches, divididas em três (3) compartimentos, o que viabilizava a ida de pelo menos seis (6) aprendizes em cada uma de suas viagens. Uma tripulação alemã, composta de pilotos, maquinistas, radiotelegrafista, cozinheiro e mestres de pesca, trouxeram a embarcação do exterior e continuariam no país até a conclusão do adestramento dos pescadores da EPDV (*O barco...*, 30 jun. 1952, p.6; *Peixe...*, 1 jul. 1952, p.1, 4).

No dia 1 de julho de 1952 foi realizada a solenidade de entrega dessa

⁶² Através do Diário Oficial da União (DOU) é possível saber que no dia 17 jan.1952, o provedor perpétuo da FACR, esteve em audiência com o Presidente da República, Getúlio Vargas, juntamente com [Alberto de] Andrade de Queiroz, da “Diretoria da organização” [do Conselho Consultivo da FACR] para expor a situação financeira daquela entidade, dando conhecimento ao chefe do Governo dos entendimentos entabulados para aquisição de um moderno barco de pesca em substituição ao que naufragou (*O Presidente da República...*, 18 jan. 1952, p.791). O jornalista e escritor Austregésilo de Athayde (1898-1993), em uma nota publicada no jornal *Diário da Noite*, conta que fez um apelo ao governador para que fosse adquirido um novo navio de pesca, “onde continuasse o seu aprendizado os moços que tiravam o curso da Marambaia” (Athayde, 1 jul. 1952, p.2).

embarcação, com a presença de diversas autoridades, como os ministros Souza Lima, Renato Guillobel e João Cleofas, respectivamente das pastas da Viação, Marinha e Agricultura; pelo prefeito do Distrito Federal; o embaixador alemão; do diretor da Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro; de Portos, Rios e Canais; administrador do Porto do Rio; inspetor da Alfandega; deputado Benjamin Farah, dentre outras. Após a cerimônia, os convidados visitaram o píer da praça Mauá, cuja construção ainda não havia sido concluída, mas já estava servindo ao fim que se destinava (Peixe..., 1 jul. 1952, capa; Athayde, 1 jul. 1952; Um barco..., 1 jul. 1952, p.2)

O novo “Presidente Vargas” era o primeiro barco nacional a se dedicar a pesca de arrasto e já em sua quarta viagem à costa gaúcha bateu o *record* de pesca em águas sul-americanas, obtendo 135 mil quilos de peixe, em apenas seis (6) dias, quando geralmente apanhava cerca de 80 toneladas. Os peixes eram entregues pela FACR a Caixa do Crédito da Pesca⁶³ à razão de cinco (5) cruzeiros o quilo para que fosse vendido ao público por preços mais baixos (O barco..., 30 jun. 1952; Pesca..., 6 set. 1952, p.12; Pesca sensacional..., 6 set. 1952, p.2; Pesca sensacional..., 9 set. 1952, capa; Recorde..., 6 set. 1952, p.2).

No final daquele mesmo ano, a revista Manchete publicou uma extensa matéria, repleta de imagens, intitulada “A revolução submarina do ‘Presidente Vargas’”, destacando, dentre outros aspectos, a substituição que estava sendo realizada de processos antiquados de pescaria por métodos modernos, que possibilitavam em uma única viagem a aquisição de uma grande quantidade de peixes e o barateamento do preço do pescado para a população, de 35 para 8 cruzeiros o quilo. Acreditava-se que esse movimento elevaria o consumo de peixe no país (Nascimento, 13 dez. 1952, p.30). Em matéria publicada no Diário Carioca, o biólogo Rui Simões de Menezes⁶⁴ mencionou que o barco “Presidente Vargas” da EPDV, “um dos mais modernos do mundo”, era um

⁶³ A Caixa de Crédito da Pesca foi criada pelo Decreto-lei n. 291, de 23 fev. 1938, e restabelecida pelo Decreto-lei n. 8.526, de 31 dez. 1945, sendo administrada por um Conselho Administrativo composto de três (3) membros, designados pelo Presidente da República, mediante proposta do ministro da Agricultura, sendo um deles um técnico da Divisão de Caça e Pesca (Brasil, 31 dez. 1945). O capital dessa Caixa era constituído, dentre outros meios, por uma taxa de 3% (três por cento) cobrado sobre o valor da venda do pescado nos entrepostos de pesca e postos de recepção (Brasil, 26 fev. 1946).

⁶⁴ Rui Simões de Menezes (1917-2001) era engenheiro agrônomo formado pela Escola de Agronomia do Ceará em 1937. Naquele mesmo ano, ingressou no Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS). Discípulo de Rodolpho von Ihering (1883-1939), Rui Simões desenvolveu trabalhos originais nas áreas de ictiologia, pesca e piscicultura, especificamente sobre peixes de águas interiores e marinhas do Brasil. Dentre os cargos por ele ocupados, encontraram-se o de representante oficial do Brasil na reunião proposta pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), realizada em Lima, no Peru, para tratar da instalação do Conselho da Pesca da América Latina e, entre 1956 a 1961, assessor para assuntos relativos à pesca e a piscicultura do Governo da Bahia (Paiva, 1997).

exemplo de barco bem aparelhado, que havia batido recorde de pesca em águas sul americanas, e que, dentre outros barcos e medidas, poderia contribuir para o aumento da produção do pescado no Brasil, do seu consumo e, conseqüentemente, na redução do caráter alarmante de deficiência de proteína que assolava a região da América Latina (Menezes, 22 ago. 1954, p.2).

Havia uma expectativa que a superprodução do “Presidente Vargas” trouxesse benefício a população, estimulando o aumento do consumo de peixe, devido a redução dos preços do pescado, em detrimento da carne em escassez, e abalando também os alicerces do “mercado negro” que imperava no Entreposto da Pesca (Pesca racional, 18 ago. 1952, p.11). Os “armadores”⁶⁵, donos da totalidade dos velhos barcos pesqueiros, que tinham péssimas instalações e reduzida capacidade de armazenamento, mantinham a produção estacionária e obtinham lucros vendendo o produto a preços elevados. Além disso, com embarcações e a produção pequena, o número de pescadores envolvidos nessa atividade era reduzido e com baixa remuneração. O monopólio era a garantia de lucro para esses armadores. Através da matéria “O complexo problema continua desafiando as autoridades”, publicada em 11 de junho de 1951, o Diário da Noite denunciava essa situação:

“O negócio da pesca no Rio está entregue a um grupo de indivíduos que ganham muito bem. Atamancados nos seus altos lucros, retrógrados, sem visão e muito principalmente, estrangeiros, a eles não interessa o progresso da pesca. Já percebem muito. O aumento da produção daria dor de cabeça. Teriam de instalar indústrias de peixe e de subprodutos, construir frigoríficos, ter maior número de empregados e, por conseguinte, mais incômodos com a Justiça e com o Ministério do Trabalho e no final das contas viria o governo e a Prefeitura e lhes tiraria mais imposto. É melhor, pois, - pensam -, aumentar o preço do peixe para cobrir as despesas crescentes do que comprar barcos modernos.

Por isso, é que no Rio de Janeiro ainda não dispomos de peixe farto e barato” (p.17).

Entretanto, a chegada e atuação do novo pesqueiro da FACR mexeu com o mercado da cidade do Rio de Janeiro, impulsionando, pelo menos temporariamente, algumas mudanças, como a ampliação do cais do Entreposto da Pesca, situado na Praça XV. Com a aquisição da traineira “Presidente Vargas”, as atividades piscatórias da

⁶⁵ Armador de pesca é “a pessoa física ou jurídica que, registrada e licenciada pelas autoridades competentes, presta, em seu nome ou sob sua responsabilidade, embarcação para ser utilizada na atividade pesqueira pondo-a ou não a operar por sua conta” (Brasil, 29 jun. 2009).

EPDV precisaram se deslocar da Marambaia para o Rio de Janeiro, onde aquele barco descarregava os seus produtos⁶⁶ (relat. 1953, p.26). Dessa forma, a construção de um novo porto ou a reforma do já existente surgia como algo premente, a fim de viabilizar que a manipulação do pescado ocorresse de forma rápida e segura, assim como o despacho dos barcos de pesca (relat. 1952, p.13).

Durante o segundo semestre de 1952, Levy Miranda, o provedor perpétuo da FACR, esteve em algumas audiências com o Presidente Getúlio Vargas para tratar de assuntos referentes ao sistema da pesca no país para abastecimento da população. Na reunião de 15 de setembro, com a presença de Hildebrando de Araújo Góes, Diretor do Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais (DNPRC), e Rodolpho Fuchs⁶⁷, Levy fez um relato do trabalho que estava sendo realizado na área da pesca por aquela entidade assistencial, a partir da aquisição do barco “Presidente Vargas”. Nessa ocasião, Hildebrando Góes destacou a necessidade de entendimento com a Comissão Federal de Abastecimento e Preços (COFAP)⁶⁸ para um plano de distribuição e construção de portos de pesca, além da aquisição de uma frota de navios pesqueiros do tipo do que havia sido adquirido para a FACR (relat. 1951, p.10; O Presidente Getúlio..., 16 set. 1952, p.14.527; O Presidente da..., 30 out. 1952, p. 16.771; O Presidente (...), 16 dez. 1952, p. 19.107).

Naquele momento, a FACR não estava “aparelhada” para fazer a distribuição do pescado trazido pelo “Presidente Vargas” e por isso, inicialmente, firmou contrato com a Caixa de Crédito da Pesca, “ficando esta no compromisso de comprar toda a produção (...) passando o mesmo adiante com pequena margem de lucro e diretamente aos varejistas, para que o produto não receba as influências dos intermediários” (Pesca racional, 18 ago. 1952, p.11; A história..., 7 out. 1952, p.4). No ano de 1954, Levy Miranda informava que a instituição aguardava apenas autorização dos poderes

⁶⁶ Outra mudança necessária foi que as turmas da 4ª série da EPDV passaram a fazer rodízio a bordo do novo barco, “ficando um mês entregue à pesca em alto mar, colaborando com a tripulação e fazendo a sua aprendizagem em situação real” (relat. 1953, p.26). Além disso, a Fábrica de Conservas daquela unidade passou a funcionar, “sobretudo, naquele momento, para dias de ensino e aprendizagem”, devido ao envolvimento dos alunos na pesca em alto mar (relat. 1953, p.28).

⁶⁷ Rodolfo Fuchs foi cedido pelo MES para assumir a direção técnica geral do IPGV em 14 de novembro de 1938 (relat. 1939, p.20; Caminha, 2012, p.114 a 116). Nos anos de 1947 a 1953, atuou como Superintendente Geral da FACR e nos anos seguintes, pelo menos de 1954 a 1962, como Presidente do Conselho de Ensino Profissional dessa entidade (Assistência a Menores..., 1946).

⁶⁸ COFAP foi um órgão executivo, instituído no Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, com autonomia administrativa, que autorizava o Governo Federal a intervir na fixação de preços e controle do abastecimento, visando assegurar a livre distribuição de produtos necessários ao consumo da população (Brasil, 26 dez. 1951, Abreu, s.d.). Em 1962 a COFAP foi transformada em Superintendência Nacional do Abastecimento (Sunab) (Kornis, s.d.)

municipais para a instalação de uma rede de distribuição diretamente ao público (relat. 1954, p.37). Algo que parece ter ocorrido no ano seguinte, já que uma nota publicada no *Jornal do Brasil* apontava a existência de postos de venda de peixe da EPDV nas ruas da cidade, correspondendo a um total de vinte e duas (22) barracas⁶⁹ (Grandeza, 10 jun. 1955, p.5). Sobre a manutenção de uma rede de distribuição, o *Diário Carioca* destacava que a Fundação, naquele ramo, quase se constitui “uma força isolada” (Desenvolve-se..., 4 mar. 1956, p.2). Tal “rede de barracas”, instaladas nos bairros mais populosos das cidades”, parece ter apresentado ótimos resultados, pois, segundo Levy Miranda, facilitava a aquisição do pescado pela população e auxiliava no escoamento da produção da entidade (relat. 1955, p.37). Entretanto, tal prática não durou muito, sendo logo proibida pela Prefeitura, sob a alegação da necessidade de preservar a estética, bem como as condições de higiene das praças públicas (relat. 1956, p.51).

Sobre a construção de um novo porto de pesca, após várias tentativas e estudos que não conduziram a um resultado satisfatório, em 1954, foi assinado um contrato no qual a Fundação assumiu a responsabilidade da construção de um píer, destinado a atracação de alguns navios de pesca e escoamento de toda a produção de sua frota (relat. 1952, p.13; relat. 1954, p.37, 38; Fundação, [1960]). Entretanto, esse píer foi inaugurado apenas no final de 1956⁷⁰, com capacidade de atracação de cinco (5) barcos e descarga diária de 230 toneladas de peixe (Desenvolve-se..., 4 mar. 1956, p.2).

Os bons resultados obtidos pelo *trawler* Presidente Vargas eram vistos pelo Governo, e pela própria Fundação, como um caminho para a “solução do problema da pesca no Brasil”, especificamente em relação ao abastecimento na cidade do Rio de Janeiro, mas, para àquela entidade assistencial essa perspectiva se somava a possibilidade de ampliação do mercado de trabalho para os alunos recém-formados na EPDV, assim como a obtenção de mais recursos para o sustento de suas demais unidades (relat. 1953, p.9; relat. 1954, p. 35). A Fundação estava decidida a investir na ampliação desse negócio, mas antes de adquirir novos barcos solicitou autorização do Presidente da República para que um oficial da Marinha fosse cedido como supervisor de sua frota, salientando que esta nova atividade do Abrigo exigia “o concurso de uma pessoa com conhecimentos especializados para ensinar a operar a frota de maneira adequada, formar

⁶⁹ O relatório oficial da FACR daquele ano confirma essa informação de que a instituição havia montado postos de distribuição na cidade do Rio de Janeiro, mas em número de 21 (relat. 1955, p.8)

⁷⁰ De acordo com o relatório oficial da FACR, relativo ao ano 1955, a construção do píer do Entrepasto da Pesca havia sido confiada àquela entidade assistencial pelo Ministério da Viação e Obras Públicas (relat. 1955, p.8), mas tal obra só foi concluída e inaugurada no final de 1956 (relat. 1956, p.8).

capitães de pesca, navegação, etc., tudo isto em harmonia com os preceitos básicos do Ministério da Marinha” (Um supervisor..., 9 jun. 1953). O oficial indicado para colaborar com o Abrigo foi o Capitão de Corveta Antônio Maria Nunes de Souza⁷¹.

No ano seguinte foram em Comissão à Europa, às expensas da FACR, o técnico Aldyr Gomes, então Diretor da Divisão de Caça e Pesca (DCP), do Ministério da Agricultura, o engenheiro João Maria Brochado Filho, do Ministério da Viação e Obras Públicas, e o Capitão Antônio M. Nunes, para adquirir novos navios destinados a ampliação da frota pesqueira daquela instituição assistencial (Ampliação..., 17 fev. 1954, relat. 1964, p.14)⁷². Um empréstimo junto ao Banco do Brasil (BB), pela Carteira de Crédito Agrícola e Industrial, foi realizado para viabilizar a compra dos barcos Redentor I e II, construídos em estaleiros holandeses, e que chegaram ao Brasil, respectivamente, em agosto de 1954 e em janeiro do ano seguinte (relat. 1954, p.35, 36). Em entrevista, Antônio Izidro de Miranda confirmou a solicitação desse empréstimo junto ao Banco do Brasil para a compra desses barcos - o Redentor I e II -, acrescentando que Rodolfo Fuchs foi buscá-los na Holanda (Miranda, 30 maio 2011).



Ilustração 15: Barco Redentor II no Entreposto da Pesca. [195?]. O primeiro barco da esquerda para a direita. (Acervo pessoal Pinheiro, 2011).

⁷¹ No triênio de 1955/1958 Antônio Maria Nunes Souza ocupou o cargo de Superintendente Industrial da FACR (relat. 1955 a 1958).

⁷² Segundo relatório oficial da FACR, enviou-se à Europa uma “Comissão de Compras e de Estudos”, constituída por duas (2) pessoas que estavam à disposição daquela entidade assistencial (uma delas era o Capitão Antônio M. Nunes) e por um representante do Ministério da Agricultura (provavelmente o técnico Aldyr Gomes), que visitaram vários países, “estudando a organização dos mais importantes portos de pesca do mundo” (relat. 1954, p. 36).



Ilustração 16: Rodolfo Fuchs, no Entreposto da Pesca [195?].
(Acervo pessoal Pinheiro, 2011).

Em junho de 1955 novas negociações já ocorriam com estaleiros europeus visando a aquisição de mais embarcações para a Fundação. Aguardava-se apenas a liberação de 40 milhões de cruzeiros, correspondentes aos 100 milhões solicitados de empréstimo junto ao Banco do Brasil. Em matéria publicada no jornal *Correio da Manhã*, Antônio Izidro de Miranda, então Superintendente da FACR, informava que o Presidente da República já havia autorizado o pagamento do valor, esclarecendo que não se tratava de auxílio oficial, “mas de um empréstimo mediante caução de um terreno no valor de 200 milhões de cruzeiros e ao juro de 8% ao ano” (*Mais seis barcos...*, 4 jun. 1955, p.11). Entretanto, apenas no início de 1957, os três (3) novos barcos – Redentor III, IV e V - chegaram de Vigo, na Espanha⁷³, e foram inaugurados no Entreposto da Pesca, com a presença do presidente Juscelino Kubitschek (*Inaugurados...*, 24 fev. 1957, p.2).

⁷³ Antônio Izidro de Miranda relatou que ele mesmo foi assinar o certificado de compra e buscar os três barcos na Espanha (Miranda, 30 maio 2011).

Logo após a inauguração, dois desses barcos, o Redentor III e IV, já saíram em busca de peixe, tendo apenas o Redentor V permanecido no píer “em virtude da necessidade de escalonamento para evitar o excesso de pescado” (Inaugurados..., 24 fev. 1957, p.2). O jornal Correio da Manhã destacava exatamente esse aspecto no título da matéria sobre a inauguração das embarcações: “Para evitar o excesso de pescado. Depois de inaugurado, um dos três novos pesqueiros da Fundação Abrigo do Cristo Redentor ficou no porto” (16 fev. 1957, p.3). Dessa forma, ficava claro que a compra de modernas embarcações não era suficiente para resolver o problema do abastecimento de pescado na cidade do Rio de Janeiro. Tal ação precisava ser associada a investimentos em infraestrutura, como a instalações de frigoríficos, e ao estabelecimento de uma eficiente rede de distribuição.

Num primeiro momento, a expectativa dos dirigentes da FACR eram que essas embarcações recém-chegadas ajudassem no abastecimento do pescado para a Semana Santa no Rio de Janeiro (Três novos..., 8 fev. 1957, p.5). Em entrevista ao programa “A Voz do Brasil”, Levy Miranda mencionava o seu desejo que a Fundação contribuisse para àquela semana com o fornecimento de 300 toneladas de pescado. Entretanto, advertia aos ouvintes:

“Em relação a distribuição, o Abrigo não tem. Eu não consegui fazer uma rede de distribuição. Nós temos o nosso distribuidor, o sr. Sebastião Pereira⁷⁴, um homem honesto, sério, que distribui para o ‘Abrigo’ desde o começo do nosso trabalho. Ele tem mais ou menos uma rede de cerca de 48 a 50 vendedores. (...)” (Agência Nacional, 1957).

Chegando os barcos no Entreposto de pesca do Rio de Janeiro, na Praça XV, Mario Rodrigues Pinheiro, detetive do Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP) cedido à FACR e lotado na EPDV, pelo menos desde o início dos anos 50, realizava o seu trabalho de fiscalização (Junior, 1951, p.7). Em nota do jornal Correio da Manhã, publicada no ano de 1958, há fotografia do momento no qual o barco Redentor II era descarregado e Mário Pinheiro orientava o trabalho no cais, com informação de que ele era encarregado do desembarque da frota pesqueira daquela instituição (Cinco..., 4 abril 1958, p.3) Isaura Bender Rodrigues Pinheiro (2011) confirmava essa informação relacionada ao trabalho desenvolvido pelo seu marido:

⁷⁴ No relatório da FACR, do ano de 1958, consta o nome “Sebastião Zarco da Câmara”, como vendedor do pescado daquela entidade no Entreposto, através do usual processo dos leilões (p.46).

“O Sr. Levy botou [meu marido] no ‘Abrigo’. Ele foi tomar conta dos barcos de pesca, pois o Sr. Levy comprou muitos barcos. Ele que fiscalizava e vendia as caixas. Ele era detetive e ficou toda a vida a disposição do ‘Abrigo’” (Pinheiro, 28 jun. 2011).



Ilustração 17: Mário Rodrigues em frente ao “Redentor V”, no Entrepasto da Pesca. [195?]. (Acervo pessoal Pinheiro, 2011).



Ilustração 18: Mário Rodrigues em seu trabalho de fiscalização, no Entrepasto da Pesca. [195?]. (Acervo pessoal Pinheiro, 2011).

O contra-almirante Nilo de A. Cavalcanti, que passou vinte dois (22) dias a bordo do Redentor III, em 1957, numa pescaria nos mares do sul, relatou esse momento de chegada das embarcações no Entreposto:

“A chegada do navio é muitas vezes retardada ou apressada conforme as flutuações do mercado. Chegando ao porto de pesca, junto ao entreposto da Praça XV, os médicos [veterinários] do serviço de inspeção examinavam o estado do mesmo [pescado] e começa então a descarga pela estiva do cais⁷⁵. E ainda lavado e posto nas caixas sobre vagonetes. Se não arrematado nessa ocasião (a Fundação tem vendedor próprio) vai para o frigorífico do entreposto para ser vendido depois nas bancas. Infelizmente, devido à ganância de intermediários açambarcadores, acobertados muitas vezes por forças político-eleitorais, intervenção nefasta que não se quer banir, a alta do preço é provocada na saída do produto indo o povo consumidor pagá-lo por preços exorbitantes” (Cavalcanti, 1957).



Ilustração 19: O trabalho no Entreposto da Pesca [195?]. (Acervo pessoal Pinheiro, 2011)

⁷⁵ A lei n. 1.283, de 18 dez. 1950, estabeleceu “a obrigatoriedade da prévia fiscalização (...) de todos os produtos de origem animal, determinando, especificamente no seu art. 3º, alínea b, a necessidade de sua ocorrência nos entrepostos de recebimento e distribuição do pescado (Brasil, 18 dez. 1950). Mas no período do Segundo Governo Vargas (1951-1954), com a publicação do decreto n. 30.691, é que foi aprovado o novo Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal, que estabeleceu a Inspeção Federal “em caráter permanente” dos “estabelecimentos que recebem, armazenam e distribuem pescado” (art.5, alínea 4; art. 11, alínea 4) e que tal inspeção devia ser realizada “apenas por profissional em veterinária credenciado pelo laboratório interessado” (Parágrafo único, art. 946) (Brasil, 29 mar.1952).



Ilustração 20: Os médicos veterinários do serviço de inspeção no Entrepasto da Pesca [195?]. (Acervo pessoal Pinheiro, 2011).

Desde setembro de 1955, uma fábrica de gelo funcionava na Cidade dos Meninos, com capacidade para fornecer quilos de gelo britado, ao invés de barra (mais adequado àquela prática), e que dali saíam em três grandes caminhões diretamente ao cais, para abastecerem os barcos da Fundação e os demais que sofriam das mesmas dificuldades (Fundação..., [1960]). Antes da inauguração dessa fábrica, os barcos eram obrigados a permanecer vários dias no porto, aguardando que houvesse gelo bastante para o seu abastecimento. Com a implantação dessa fábrica os barcos se tornaram independentes de fornecedores estranhos, nem sempre capacitados de supri-los com presteza exigida, diminuindo também a sobrecarga que recaía sobre a fábrica do Cais do Porto (relat. 1955, p.36, 37; relat. 1956, p.50).

Além da fábrica de gelo, em apoio à frota pesqueira, funcionava a fábrica de rede e apetrechos de pesca, instalada em Bonsucesso, no ACR, e o Almoxarifado, que buscava adquirir materiais indispensáveis aos navios pesqueiros (relat. 1955, p.36, 37; relat. 1956, p.9, 10; Fundação..., [1960]).

No início de 1957 a FACR já contava com seis barcos: Presidente Vargas e Redentor I e II, assim como os recém-chegados Redentor III, IV e V. Naquele ano, essas embarcações realizariam um total de 65 viagens, aproximadamente 10 a 11 cada, que contribuiriam para o abastecimento da Capital Federal com um total de 3.957.662 quilos

de peixe (relat. 1957, p.49). Entretanto, esse ambiente favorável, de aumento na produtividade, nos anos seguintes se confrontaria com as dificuldades relacionadas à distribuição e falta de profissionais habilitados para operar essas modernas unidades pesqueiras.

O objetivo desse capítulo foi apresentar o que era a FACR nos anos de 1946 a 1960: um complexo assistencial, composto por diversas unidades situadas em diferentes lugares no Estado do Rio de Janeiro, que visava oferecer assistência a mendigos e idosos, especificamente em sua “célula mater” - o ACR -, e a menores desamparados. Verificou-se que, a partir de 1952, com a aquisição do barco Presidente Vargas, essa entidade passou a investir de forma decisiva e intensa no âmbito da pesca, visando tanto contribuir para o abastecimento da cidade do Rio de Janeiro, como ampliar o mercado de trabalho para os profissionais que eram formados na EPDV e, igualmente, para aumentar a renda da instituição, a fim de viabilizar a manutenção dos outros departamentos.

Entretanto, a partir de 1955, uma nova conjuntura se delineou para pesca no Brasil e a FACR não ficou imune a isso. Dessa forma, o próximo capítulo foi reservado para tratar especificamente sobre esse tema, uma vez que os recursos obtidos através do Departamento de Pesca dessa entidade assistencial passou a contribuir fortemente para a manutenção do seu conjunto.

CAPÍTULO 2

A FACR e sua atuação no âmbito da pesca na cidade do Rio de Janeiro (1955 a 1960).

Em 1955 várias pesquisas sobre a biologia dos peixes brasileiros estavam sendo realizadas no país sob o patrocínio da Divisão de Caça e Pesca (DCP), do Ministério da Agricultura, e em parceria com técnicos da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO)⁷⁶. Um dos objetivos dessa Divisão era a elaboração das cartas de pesca do Brasil, que, nas palavras do seu diretor Ascânio de Faria⁷⁷, eram “indispensáveis para a realização de uma pesca racional e eficiente”, porque a partir do seu emprego seria possível localizar os “campos de pesca”, onde se encontravam grandes cardumes em suas diferentes épocas do ano (Levantamento..., 19 mar. 1955, p.3). Faria ressaltava que há mais de quinze (15) anos a DCP incluía em seus programas de trabalho pesquisas indispensáveis à elaboração de tais cartas, mas foi a partir de 1949 que entendimentos contínuos com a FAO possibilitaram a vinda de profissionais estrangeiros para colaborar nesse empreendimento, como os norte-americanos William Ellis Ripley e Robert Lee (Levantamento..., 19 mar. 1955, p.3; Adiantado..., 27 mar. 1955, p.7; Fao no Brasil..., sd; Martins, 2018, p.231).

Através do Jornal do Comércio, em março de 1955, Ascânio de Faria informava que Ripley já se encontrava no Instituto de Pesca Marítima em Santos⁷⁸, executando a primeira parte de suas pesquisas sobre a biologia da pesca. Depois, esse pesquisador estenderia suas atividades à Escola de Pesca Darcy Vargas (EPDV), na Ilha de Marambaia, ao porto de pesca da cidade de Rio Grande e, por fim, a Escola de Pesca Tamandaré⁷⁹, em Pernambuco. Além de Ripley, Robert Lee, técnico especializado na

⁷⁶ A FAO é uma agência especializada da Organização das Nações Unidas (ONU), fundada em 1945, que atua nos países em desenvolvimento, com o “objetivo fornecer assistência técnica e outras formas de ajuda” visando “modernizar e melhorar as práticas de agricultura, silvicultura e pesca, além de assegurar uma boa nutrição para todos”. A FAO trabalha em parceria com várias instituições, governos e sociedade civil (FAO no Brasil..., s.d).

⁷⁷ Ascânio de Faria (1903-1987) era formado em medicina veterinária pela Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária do Rio de Janeiro (1926), cidade onde nasceu e veio a falecer. Em março de 1933 foi nomeado hidrobiologista da Inspetoria de Caça e Pesca da Diretoria Geral de Indústria Animal, quando iniciou suas pesquisas sobre doenças de peixes de água doce provocados por tripanossomas (1934), dentre outras. Faria foi diretor da Divisão de Caça e Pesca (DCP) do Departamento Nacional de Produção Animal do Ministério da Agricultura em dois momentos: de 1938 a 1946 e de 1954 a 1960, quando se aposentou (Nomura, 1990; Brasil..., 28 out. 1954).

⁷⁸ Instituto de Pesca Marítima de Santos foi o nome dado a Escola de Aprendizes-Marinheiros do Estado de São Paulo, organizada pelo Ministério da Marinha, a partir de 1932. Inicialmente incumbida apenas do ensino de práticas de pesca, a partir de 1932 recebeu novos encargos, como o “fomento e a economia da pesca” (Museu de pesca..., 4 nov. 2008).

⁷⁹ A Escola de Pesca Tamandaré, vinculada ao Ministério da Agricultura, foi inaugurada em agosto de 1954, com o objetivo de preparar profissionais para a pesca no Nordeste. O curso era em regime de

pesca do atum, também estava no Instituto em Santos e de lá seguiria para o Nordeste para a realização de suas investigações. Em todos esses lugares, contava o diretor da DCP, os pesquisadores estrangeiros⁸⁰ seriam acompanhados por técnicos daquela Divisão e das organizações congêneres do Estado, a fim de deixar elementos preparados para servir a pesquisas, cujos dados seriam lançados nas cartas de pesca⁸¹ (Levantamento..., 19 mar. 1955, p.3).

Na Escola de Pesca Tamandaré, em Pernambuco, o especialista americano Robert Lee realizou seus estudos sobre a piscosidade das águas nordestinas, especialmente sobre a incidência do atum naquela região (Técnico..., 1 fev. 1957. p.2). Os dados estatísticos colhidos por esse técnico da FAO e seus assistentes atestaram a existência de cardumes daquele grupo de espécies de peixes, durante todo o ano, em “índices jamais iguais em qualquer outra região do globo” (Mares..., 20 dez. 1956, p.4; Abundantes..., 7 out. 1956, p.6; Abundância..., 23 dez. 1956, p.4). “No Pacífico equatorial, em 1955, conseguiram os pesquisadores norte-americanos de 1 a 3 atuns de nadadeira amarela por cem anzóis. O rendimento da pesca do atum, no Nordeste do Brasil, foi, assim, de duas a seis vezes maior que no Pacífico equatorial”, assinalava o biólogo Rui Simões de Menezes em matéria do jornal Diário de Notícias (Mares...,

internato e ministrado em dois anos, tendo como seu primeiro diretor o técnico Oscar de Aguiar Rosa (Freitas, 21 abril 1957, p.2; Ribeiro, 2021).

⁸⁰ Nos anos de 1956 a 1958, o canadense Stanley Albert Beatty, especialista em tecnologia do pescado, também esteve no Brasil realizando seus estudos sobre a industrialização, armazenagem e distribuição dos produtos pesqueiros. Depois de percorrer todos os centros de produção de pescado industrializado do país, esse técnico da FAO fixou-se no porto gaúcho da cidade de Rio Grande para a instalação de um novo e moderno laboratório tecnológico. Auxiliado por três (3) engenheiros, dois (2) bacteriologistas e dois (2) químico-industriais, Albert Beatty realizou estudos e experiências para a obtenção de um tipo de bacalhau brasileiro, chegando a várias conclusões fundamentais, dentre elas, que os peixes mais apropriados à fabricação desse bacalhau seriam a corvina e a merluza, no Sul, e o pirarucu, no Norte. Outra iniciativa de Beatty e sua equipe era prestar assistência tecnológica à indústria pesqueira, especialmente a do Rio Grande do Sul (Estudos..., 21 ago.1955, p.6; Riqueza..., 12 fev. 1956, p.7; Experiências..., out. 1957, p.75; Segunda Conferência..., 14 jul. 1960). Finn Devold e Inn Richardson, ambos especialistas em biologia da pesca, também realizaram atividades no Brasil pela FAO: o primeiro, em 1957, continuou os trabalhos realizados por Ripley, “preparando pessoal brasileiro para o uso da sonda supersônica na detenção de cardumes”, e o segundo, iniciando suas atividades apenas em 1959, supervisionou três equipes de técnicos brasileiros, em Rio Grande, Santos e Rio de Janeiro, “no estudo da intensidade de nossos cardumes de peixes, a fim de evitar sua deflação” (Solução..., 18 jan. 1959, p.2; Faria, 1960, p.284).

⁸¹ Além da FAO, destaca-se as atividades realizadas pelo Instituto Oceanográfico da Universidade de São Paulo e pelo Navio-Escola “Almirante Saldanha”, incorporado à Diretoria de Hidrografia e Navegação (DHN), do Ministério da Marinha, em 1957, na coleta de dados para o levantamento das cartas de pesca (Faria, 2013, p.11; Faria, 1960, p.284). O Instituto Oceanográfico foi a primeira instituição de pesquisa oceanográfica nacional, criada em 1946, que a partir de 1951 foi incorporado a Universidade de São Paulo (Varela, 2014, p.951, 952). Quanto ao Navio-Escola “Almirante Saldanha”, foi a bordo dele que o cientista Rudolph Barth, do Instituto Oswaldo Cruz (IOC) e do Instituto de Pesquisas da Marinha, participou das expedições à Ilha de Trindade, nos anos de 1957 e 1958, que resultou em algumas publicações científicas e relatórios técnicos (Barth, 2012).

20 dez. 1956, p.4). Além da abundância de peixes, exemplares de atum (albacora) pesando 50 quilos cada eram obtidos através das pescarias realizadas pelos barcos *Albacora*, da Escola de Pesca Tamandaré, e *Kaiko Maru* n.13, da empresa japonesa Nippon Reizo Kabushiki Kaisha, provavelmente a primeira estrangeira, dedicada a pesca de espinhel⁸², a operar na costa nordestina (Atum..., 6 jul. 1956, p.2; Barco..., 22 jul. 1956, p.3; Projeto Albatroz, 2009, p.32; Camin, fev. 1979; Damm, 5 out. 1957, p.26)

Desde o início da década de 1950 embarcações estrangeiras realizavam atividades pesqueiras em território nacional (Nordeste..., 23 nov. 1958). Havia dificuldade de se fabricar barcos modernos no país, devido ao alto custo, a necessidade de importação de motores e demais acessórios, assim como de sua operação por uma equipe altamente especializada e treinada. Isso tornava mais vantajoso a alocação dessas embarcações com empresas estrangeiras, estabelecendo em contrato a exigência, após um prazo de dois (2) anos, da incorporação dos barcos ao patrimônio de uma empresa brasileira, como a Indústria Brasileira de Pesca e Frio (INBRAPE)⁸³, e a progressiva nacionalização das guarnições, na proporção de 2/3 de brasileiros e 1/3 de estrangeiros e comandante brasileiro (Faria, 1960, p.285; Mais pesqueiros..., 31 maio 1957, p.9; Fox, 2010, p. 66; Carvalho et al, 2015, p.2; Lira et al, 2017, p.447; Silveira, 28 jun. 1960).

Nesse contexto, é que chegou ao porto de Recife, em julho de 1956, o barco *Kaiko Maru* n.13 para operar com espinhel pelágico na captura de espécies-alvo como atuns, visando o abastecimento dos mercados consumidores da região (Barco..., 22 jul. 1956, p.3; Industrialização..., 24 jan. 1957). Essa embarcação japonesa, além de distribuir atum à população nordestina, contribuía para a capacitação de pescadores brasileiros e alunos da Escola de Pesca Tamandaré, que em suas viagens se familiarizavam com os métodos e equipamentos modernos (Técnico..., 1 fev. 1957, p.2;

⁸² “O espinhel consiste em um aparelho de pesca que funciona de forma passiva, com a utilização de iscas para a atração dos peixes. (...). O espinhel é formado pela linha principal (linha madre), linhas secundárias (alças) e anzóis. Nas duas extremidades do aparelho são colocadas boias luminosas e boias rádio para facilitar sua localização (...).” (Espinhel..., ICMBio, 2021). Existem dois tipos de espinhéis: de superfície, também denominado “espinhel pelágico”, que é deixado à deriva sustentado por boias, e o de fundo, que permanece fixo ao fundo com emprego de âncoras ou poitas” (Espinhel..., ICMBio, 2021; Rocha, 2010, p.50; Projeto Albatroz, 2009, p.31)

⁸³ Empresa brasileira formada em 1956, “quando houve uma redução de 1,8% na produção agrícola nacional”, segundo Rui Simões de Menezes (23 abril 1957, p.5). Em matéria do jornal O Semanário, Ivaldo Falconi denunciava o que ele denominou de “processo de espoliação de nossas riquezas naturais” através da atuação do truste “Nippon Reizo”. Segundo ele, os nipônicos, através do truste “Nippon Reizo”, que dominava o mercado mundial da pesca, organizou a empresa INBRAPE. A INBRAPE, como subsidiária, do truste internacional, recebia a quantia de três (3) cruzeiros por quilo de atum pescado no Nordeste, e todo o lucro do negócio era transferido para o Japão em dólar, através de câmbio livre. Ivaldo Falconi defendia que era necessário organizar a nossa indústria da pesca para que os lucros obtidos ficassem no nosso país (Falconi, jul. 1958, p.9).

Industrialização..., 24 jan. 1957, p.4; Barco..., 22 jul. 1956, p.3).

Naquele mesmo ano, no mês de dezembro, chegava ao Brasil o navio japonês *Toko Maru* para fazer estudos, por um período de quatro (4) meses, sobre a topografia de fundo da costa brasileira, dentre outras pesquisas oceanográficas e ictiológicas (Nogueira, 3 nov. 1957, p.2). Essa expedição estava a cargo do Ministério da Agricultura do Japão, mas contava com a colaboração do governo brasileiro. O moderno barco *Toko Maru* trazia a bordo cinquenta e quatro (54) tripulantes, além de quatro (4) técnicos de pesca e oito (8) cientistas, sob a chefia do prof. Hiroshi Nakamura, do Laboratório de Pesquisas Ictiológicas de Kochi, além de técnicos brasileiros da DCP, da Diretoria de Hidrografia da Marinha, da Superintendia de Valorização da Amazônia e do Instituto Oceanográfico Paulista (Vieram ensinar..., 17 dez. 1956, p. 5; No Rio..., 18 dez. 1956, p.10). Esperava-se que as pesquisas realizadas nesse projeto nipo-brasileiro contribuíssem para a confecção das cartas de pesca. O biólogo Rui Simões de Menezes, após permanecer sete (7) dias a bordo do *Toko Maru*, integrando a equipe de ictiologistas, na qualidade de representante da Secretaria de Agricultura da Bahia, externou satisfação pelo aproveitamento obtido no contato com os técnicos nipônicos. Além de enaltecer o alto grau de competência dos japoneses, o biólogo brasileiro elogiou a atuação dos representantes da DCP, do especialista baiano, Hans Eduardo Greve, e do aluno da Escola de Pesca Tamandaré, Yasuo Yamaguchi, que acompanhava aquela embarcação desde sua chegada ao país (Nova era..., 19 out. 1956, p.11; Partirá dia 23..., 20 dez. 1956, p.2; Características..., 20 out. 1956, p.2; Técnicos japoneses..., 16 dez. 1956, p.18; Correio..., 5 fev. 1957, p.4; Técnicos brasileiros..., 7 abril 1957, p.6; Moraes Filho, 7 jul. 1956, p.7; Nogueira, 10 nov. 1957, p.5).

As pesquisas efetuadas por Robert Lee e pelos navios japoneses demonstraram a viabilidade da pesca comercial do atum e espécies afins nos mares do Nordeste. Diante desse resultado favorável, o Ministério da Agricultura passou a realizar uma intensa propaganda para que fossem instaladas naquela região estabelecimentos fabris destinados ao preparo do produto e subproduto do atum (Industrialização..., 27 jul. 1956, p.5; Abundantes..., 7 out. 1956, p.6; Lira et al, 2017, p.447). Entretanto, conforme explicava o biólogo Rui Simões de Menezes ao fotojornalista Flávio Damm, em extensa reportagem à revista *O Cruzeiro* intitulada “O atum descobre o Brasil”: “Em parte alguma do mundo pode ser mantida uma indústria pesqueira, em bases avançadas, contando-se com o pescado colhido em jangadas ou veleiros”, (Damm, 5 out. 1957, p.20-26). A moderna pesca industrial estava pautada em barcos importados e equipados

com câmaras frigoríficas” (Goulart Filho, 2016, p.20). Por isso, em setembro de 1956, o Presidente Juscelino Kubitschek (JK) já havia autorizado a vinda de mais vinte (20) barcos de pesca estrangeiros – espanhóis, japoneses e italianos – para operar em águas brasileiras, a fim de incrementar a produção do pescado em todo o país⁸⁴ e, no ano seguinte, que fossem adquiridos, pela Caixa de Crédito da Pesca, oito (8) barcos pesqueiros de construção nacional dos estaleiros de Itajaí e Imaruí, que operavam no Rio Grande, Paraná e Santa Catarina (Incentivo..., 31 maio 1957, p.3).

No Programa de Metas do Presidente JK não existia uma menção direta ou específica a questão da pesca. Nesse Programa ou Plano eram estabelecidos cinco (5) setores-chaves da economia, que seriam contemplados com investimentos, visando a superação dos entraves ao desenvolvimento do país: energia, transportes, alimentação, indústria de base e educação. Cada um desses setores abrangia várias metas, que deveriam “ser definidas e implementadas em estreita harmonia entre si, para que os investimentos em determinados setores pudessem refletir positivamente na dinâmica de outros. O crescimento ocorreria em cadeia” (Silva, 50 anos em 5...). Dentro dessa perspectiva, verifica-se que a concretização de duas (2) metas existentes nesse Programa beneficiavam, de alguma forma, a indústria da pesca: a meta 10, do setor “Transporte”, o “Reaparelhamento e ampliação de portos (...)” e a meta 15, de “Alimentação”, a “Construção e aparelhamento de armazéns e frigoríficos novos (...)” (Programa de Metas..., 1958).

Na solenidade de instalação do Etebanorte - um escritório técnico das bancadas do Norte e Nordeste -, no mês de setembro de 1957, em seu discurso, JK destacava, dentre outras questões, a atenção que o seu governo estava dispensando ao problema alimentar naquela região, assinalando os investimentos realizados no âmbito da

⁸⁴ O Presidente autorizou a vinda das vinte (20) embarcações estrangeiras atendendo a solicitação de Jorge Soares Duque Estrada (Processo n. 914, 14 ago. 1956), “a título excepcional”, mas, desde que fossem observadas condições estabelecidas pelos Ministérios da Agricultura e Marinha (Brasil, 4 set. 1956), dentre elas: os vinte (20) barcos ficassem sob a responsabilidade do armador Jorge Soares Duque Estrada, estabelecido em Angra dos Reis; que na tripulação fosse mantido ao menos um (1) biólogo de pesca, a fim de coletar dados para elaboração de cartas de pesca; e que progressivamente fosse aumentado o número de tripulantes brasileiros; ao final do período de dois(2) anos fosse promovida a nacionalização das embarcações, que passariam a ser propriedade de firma brasileira; destinar algumas unidades para operações em águas do norte e nordeste do país (Brasil, 24 out. 1956; Autoriza JK, 5 set. 1956, p.2). Sobre Jorge Soares Duque Estrada, foram encontradas informações de que em fev. 1951 ele foi nomeado membro do Conselho Administrativo da Caixa de Crédito da Pesca e no mês seguinte já constava como seu Superintendente, sendo exonerado apenas em abril de 1953 (O Presidente assinou..., 22 fev. 1951; Brasil, 2 mar. 1951; Brasil, 27 abril 1953). No acervo documental do Setor de Ictiologia do Museu Nacional (MN) consta o nome de Jorge Soares Duque Estrada, como Superintendente da Caixa de Crédito da Pesca, em duas correspondências com Heloísa Alberto Torres, então diretora do MN, em mar. 1952, e em uma com o diretor substituto Ney Vidal, em jan. 1953 (Sá e Britto, 2018, p.208, 209).

pesquisa, construção e aquisição de barcos para o desenvolvimento da pesca:

“Também vem sendo encarado com firmeza o problema alimentar no Norte e no Nordeste. A grande fonte natural de abastecimento - a pesca – mereceu especiais cuidados de nossa parte. Pesquisas oceanográficas e de biologia da pesca, bem como estudos para a localização de cardumes, estão sendo feitos em bases científicas e com resultados jamais obtidos no Brasil. O governo está ultimando a construção de quinze modernos pesqueiros em Sergipe, Paraíba e Alagoas, para revenda aos pescadores. Dois barcos se construíram para estudos da biologia do atum. E recentemente adquirimos mais quatro barcos de pesca do tipo “Kaiko Maru”, dois para Pernambuco, um para o Rio Grande do Norte e um para Paraíba. Dois deles obtiveram logo na sua primeira viagem uma produção de 720 toneladas de pescado, que abarrotou os mercados consumidores do Norte e do Nordeste” (Kubitschek, 2020, p.209).

Entretanto, um breve relatório datilografado localizado no acervo Clemente Mariani, direcionado ao Presidente JK, dissertava sobre as possibilidades econômicas da pesca industrial, apontando também a inexistência de crédito e vontade política do Governo em relação ao desenvolvimento daquele setor no país. Segundo o documento em questão, esse tipo de pesca no Brasil era insuficiente, ou quase inexistente, sendo indicado como alguns entraves para o seu desenvolvimento: “a dificuldade de importar vantajosamente, e, sobretudo, com presteza e regularidade, os equipamentos e sobressalentes essenciais (...)” e “a indisponibilidade de bases apropriadas – portos de pesca – capazes de possibilitar a descarga rápida dos navios e seu pronto abastecimento e reparação”. Indo na contramão das palavras de JK em seu discurso de instalação da Etebanorte, o autor chegava à seguinte conclusão:

“(...) verifica-se que o crédito inexistente, e inexistente a vontade de desenvolver seriamente a indústria pesqueira, mormente porque o Governo não tem, nem pratica, uma política sensata e favorável em matéria de pesca” (Mariani, [1958])”

Esse relatório é seguido de carta datilografada, encaminhada ao Presidente, informando a criação da empresa BRASILMAR Indústria e Pesca S/A, por um grupo de brasileiros, que se propunha a realização de “um amplo programa de exploração dos recursos naturais de nossos mares” (Marini, [1958]).

Tais documentos do acervo Clemente Mariani - tanto o relatório, como a carta - podem ser indicativos do esforço daquele missivista no sentido de pressionar, ou convencer, o então Presidente - através de palavras, análises e notícias - das vantagens

de se investir em uma área que, em sua opinião, era relegada a segundo plano por àquele governo.

2.1 De olho na imprensa carioca: o que era dito da FACR e sua atuação no setor pesqueiro

Naquele momento, repercutia na imprensa carioca os resultados das “pesquisas oceanográficas e da biologia da pesca” que estavam sendo realizadas no Nordeste do país, que apontavam a piscosidade daquelas águas, especialmente sobre a presença e abundância do atum naquela região. Matérias como “Atum - nova riqueza dos mares brasileiros” de Rui Simões de Menezes e “Atum – política, econômica e técnica de pesca” de Mauro Nogueira eram veiculadas através do jornal *Correio da Manhã* (Menezes, 9 jun. 1957, p.5; Nogueira, 2, 3 nov. 1957, p.2).

Havia uma espécie de otimismo em relação à possibilidade daquele peixe, que estava sendo considerado “a única boa surpresa alimentar que tivera os brasileiros no último decênio”, ser vendido a baixo preço e contribuísse para a substituição da carne bovina na mesa do brasileiro, que continuava “cara e encarecendo” (Atum, 25 abril 1959, p.6). Essas boas perspectivas em torno do atum, além do seu excelente valor comercial, impulsionaram a FACR a experimentar esse novo tipo de pesca (Primeiro navio..., 23 abril 1959, p.2). Através do relatório oficial daquela entidade, Levy Miranda declarava:

“Vendo dissipar-se nos horizontes piscatórios as maravilhas e lendas que corriam a respeito da captura do atum pelos barcos de pesca japoneses, operando no Norte do país, resolvemos dedicar a nossa atenção ao estudo do assunto.

Pareceu-nos não ser lícito à Escola de Pesca manter-se indiferente a esse problema. Era uma técnica nova que precisava ser aprendida e incorporada ao tirocínio dos pescadores brasileiros” (relat. 1959, p.16, 17)

Por isso, os dirigentes da FACR resolveram investir na adaptação e aparelhamento de um de seus *trawlers* - o Redentor IV - para a pesca do atum, conseguindo também a liberação junto a alfândega de um espinhel *Hanawa*, que a *Companhia de Pesca Taiyo* havia posto a disposição daquela entidade (relat. 1959, p.17). Afinal, “o aparelhamento para se pescar esse tipo de peixe é especial, usando-se para isso espinheiras de 5 anzóis cada. Como usam 300 espinheiras, tem-se um total de

1.500 anzóis, o que proporciona em cada investida aproximadamente 200 peixes”, explicava o técnico japonês Koso Tsumura, que comandaria as viagens experimentais da Fundação nessa área (Dentro..., 24 abril 1959, p.5).

A solenidade de lançamento ao mar do Redentor IV foi noticiada pelo jornal Correio da Manhã sob o título “Dentro de 25 dias carioca terá atum”. Na ocasião estiveram presentes vários industriais, o presidente do Sindicato da Indústria Pesqueira do Rio de Janeiro, Fritz Wilberg, autoridades agrícolas e o diretor da DCP, Ascânio da Faria. “É um grande marco para a indústria pesqueira carioca, a iniciativa de contratar técnicos japoneses para ensinar a pescadores brasileiros”, declarava Ascânio de Faria (Dentro..., 24 abril 1959, p.5). Naquela viagem experimental, que duraria vinte e cinco (25) dias, os alunos da EPDV, comandados pelo ex-aluno Nilton Fernandes, e uma tripulação de treze (13) brasileiros seriam instruídos por três (3) técnicos nipônicos em relação aos métodos e técnicas relativos à pesca do atum (Dentro..., 24 abril 1959, p.5; Atum, 25 abril 1959, p.6; Barco..., 15 maio 1959, p.5; relat. 1959, p.16, 17).

Apesar do uso de uma embarcação adaptada e inadequada à pesca do atum, os resultados dessa primeira viagem foram animadores⁸⁵, sendo seguida por outras três, também muito produtivas, não apenas em relação a pesca em si, mas quanto ao treinamento prático de sua tripulação pelos japoneses (relat. 1959, p.16, 17). Por isso, segundo Antônio Miranda, em entrevista ao jornal Correio da Manhã, os dirigentes da Fundação decidiram “oficiar às autoridades responsáveis pelo abastecimento de gêneros alimentícios”, sugerindo a aquisição de atuneiros a estaleiros nipônicos, que seriam pagos pela Comissão Federal de Abastecimento e Preços (COFAP) ou pelo Conselho Coordenador do Abastecimento⁸⁶, com ressarcimento do valor à medida que a pesca fosse dando o resultado financeiro esperado. Todavia, essa sugestão foi rejeitada pelas autoridades competentes, algo que, segundo o então Superintendente Geral daquela instituição e responsável direito pelo seu departamento de pesca:

“causou certa surpresa nos meios pesqueiros, pois o governo concedera, mais ou menos na mesma oportunidade, um auxílio de 10

⁸⁵ Em matéria intitulada “Barco brasileiro fez pesca do Atum”, publicada no Jornal do Commercio, consta que o barco Redentor IV chegou dessa primeira viagem na madrugada do dia 14 de maio de 1959, trazendo 20 toneladas de pescado, entre os quais 8 de atum, e que essa embarcação tinha percorrido um trajeto até a Bahia (Barco..., 15 maio 1959, p.5).

⁸⁶ O Conselho Coordenador do Abastecimento (CCA) foi um “Órgão criado pelo Decreto n. 36.521, em 2 dez. 1954, com o objetivo de sanar a desorganização do abastecimento dos grandes centros urbanos”, colaborando com a COFAP no sentido de estudar e propor medidas em relação a esse problema aos diversos órgãos governamentais (Abreu, s.d.; Brasil, 2 dez. 1954).

milhões de cruzeiros a pescadores japoneses que vieram ao Brasil fazer pesquisas sobre atum e, mais tarde, conferiu-lhes permissão para explorar os cardumes existentes nas águas brasileiras, sob o compromisso de nacionalização dos barcos, que até agora não se efetivou” (Carneiro, 27 dez. 1960, p.14).

E realmente apenas quatro (4) meses depois da primeira viagem experimental realizada pelo Redentor IV, o Ministro da Agricultura, Mário Meneghetti, estava em conferência com os diretores da INBRAPE e da Nippon Reizo, com a presença do diretor da DCP, Ascânio de Faria, para tratar do problema do abastecimento de atum no mercado do Rio de Janeiro. Nessa ocasião, noticiava o jornal *Correio da Manhã*: “O ministro Mário Meneghetti reiterou seu propósito de promover o fornecimento de atum à população carioca, sem qualquer prejuízo para o abastecimento do Nordeste e desde que o preço seja também acessível” (Grande..., 25 ago. 1959, p.5). Embora não tenha sido nesse encontro efetivado um acordo, - pois os diretores das empresas ainda apresentariam “uma proposta concreta” ao titular da Pasta para exame do Ministério da Agricultura, do Conselho Coordenador do Abastecimento e da COFAP -, chama a atenção a ausência de qualquer menção a iniciativa da FACR naquele setor (Grande..., 25 ago. 1959, p.5).

Sem o apoio que precisava para a compra de um atuneiro, a Fundação decidiu pela não continuidade de sua experiência no âmbito da pesca do atum, “com prejuízo de cerca de dois milhões de cruzeiros, quantia empregada na adaptação experimental do trawlers” (Carneiro, 27 dez. 1960, p.14). Através do relatório oficial da FACR é possível encontrar a justificativa para tal decisão:

“Não continuamos nessa experiência porque um atuneiro possui condições diversas das de um ‘trawler’ adaptado para tal gênero de pesca”. Assim sendo, a pesca que estávamos realizando, era feita com grandes sacrifícios para a tripulação do barco e não apresentava condições técnicas garantidoras de rentabilidade satisfatória” (relat. 1959, p.17, 18).

2.2 Os esforços em prol do abastecimento de pescado para a população carioca na Semana Santa

Desde a aquisição do Presidente Vargas, em 1952, a FACR buscava colaborar com as autoridades locais e órgãos responsáveis pelo abastecimento de pescado da Capital Federal, especialmente durante a Semana Santa. Nessa época, lançava todos os

seus barcos ao mar, instalava barracas de venda em diversos pontos da cidade (enquanto lhe foi permitido, nos anos de 1955 a 1956, até mesmo fora daquela Semana), fornecia gelo britado aos barcos que precisassem, dentre outras medidas, a fim de que a população tivesse “peixe mais abundante e mais barato” (Escola..., 26 mar. 1955, p.6; Descentralização..., 3 mar. 1961, p.7).

Através da matéria intitulada “Para a Semana Santa: Peixe mais barato e abundante”, publicada no jornal Correio da Manhã, em 1955, é possível obter informação de que a FACR pretendia “vender cerca de duzentas toneladas de pescado, a preços bastante reduzidos”, abaixo da tabela, e que o Ministério da Agricultura, com a colaboração dessa entidade, da COFAP, do Sindicato dos Armadores de Pesca e da Confederação Geral de Pescadores do Brasil, estava “tomando várias providências no sentido de normalizar o abastecimento do pescado no período da Quaresma” (Para a Semana..., 17 mar. 1955, p.3; O peixe..., 8 fev. 1957). O fato do jornal Diário Carioca, ao noticiar àquele acontecimento sob o título “Promete a COFAP fatura de peixe na Semana Santa”, em sua última página, reservar um tópico específico à FACR - “Contribuição do Abrigo Redentor” -, pode ser um indicativo da relevância que lhe era concedida naquele contexto (16 mar. 1955, p.12).

Naquele mesmo ano, na capa do jornal Imprensa Popular⁸⁷ uma chamada era publicada, com relativo destaque, com frase de Levy Miranda, em entrevista àquele periódico: “Apenas 200 gramas de pescado para cada família”. Com essa declaração, o dirigente da Fundação desdizia os “boatos otimistas irradiados pelas agências noticiosas do governo”, ressaltando que somente 100 mil quilos de peixe seriam destinados ao abastecimento da população durante a Semana Santa. Aquela publicação também atribuía destaque a atuação da FACR, apontando-a como “responsável, quase que exclusivamente pelo abastecimento de pesca do Distrito Federal” (Dilema..., 5 abril 1955).

Dois anos depois, em 1957, o jornal Correio da Manhã veiculava reportagem sobre a “Distribuição de peixe na Semana Santa”, através da qual o presidente da COFAP, coronel Frederico Mindelo, informava que aquele órgão agia em comum acordo “com o Abrigo Cristo Redentor, com o Sindicato dos Pescadores, SAPS e possivelmente com a Prefeitura do Distrito Federal” (13 fev. 1957, p.2). O Última Hora relatava a expectativa existente em relação a chegada dos quatro (4) barcos daquela

⁸⁷ Imprensa Popular era um jornal carioca, criado em 1948 e fechado em 1958, vinculado ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) (Ferreira, s.d.).

instituição assistencial – Presidente Vargas, Redentor I, II e IV – ao Entrepasto da Capital Federal, que trariam, em média, 40 a 50 toneladas de pescado (Trabalha..., 22 mar. 1957, p.6). Já a Imprensa Popular, em nota intitulada “Venda de Peixe na Semana Santa”, seguida de uma listagem dos “Postos para a Venda dos Pescados”, buscava apenas avisar o seguinte:

“Segundo fomos informados, a Fundação Abrigo do Cristo Redentor, está tomando todas as providências no sentido do abastecimento de Peixe à população carioca nos dias da Semana Santa” (22 mar. 1957, p.5).

Ou seja, o simples fato de constar uma nota informativa específica sobre a FACR, dentre outras entidades e órgãos, pode ser considerada um indicativo do grau de relevância da sua participação naquele esforço coletivo.

Dias depois, na capa do jornal Última Hora, repleta de imagens, era concedido destaque para a chamada “Blitz de JK na Batalha do Abastecimento!”, que noticiava a dedicação do Presidente da República, naqueles dias, ao estudo dos problemas relacionados ao abastecimento das grandes cidades. Junto à essa chamada de capa, existia outra localizada mais abaixo, à esquerda, intitulada: “Falhou o Plano: Mercado Negro, Exploração e Sonegação do Pescado em todos os bairros”, que vinha acompanhada de uma fotografia com registro do barco Redentor II e uma das barracas da FACR destinadas à venda do pescado, tendo abaixo a seguinte legenda: “Os barcos do Abrigo Cristo Redentor prestaram boa colaboração à COFAP. Mas a produção, pequena, não deu para atender o consumo” (20 abril 1957, p.1). Essa reportagem apontava que os planos e medidas tomadas pela COFAP, em relação ao abastecimento de peixes durante a Semana Santa, haviam falhado, pois tanto a rede de distribuição oficial, como o trabalho de fiscalização eram precários (p.3).

No ano seguinte, mais uma vez, o Última Hora destacava o insucesso dos planos da COFAP para o período da Quaresma. Sob o título “Mais uma ‘batalha’ perdida: peixe vale ouro na Semana Santa!, a reportagem informava ter constatado uma reduzida quantidade de peixe fino à venda no principal leilão que antecede a Semana Santa e uma alta espetacular dos preços. Dessa forma, tudo indicava que os preços dos chamados peixes de primeira, segunda e extra-fino seriam inacessíveis à maior parte da população, apesar daquele órgão executivo prometer rigorosa fiscalização em todos os postos de venda ao consumidor (3 abril 1958, p.9). De outro modo, A Luta Democrática, um

periódico também voltada às camadas populares⁸⁸, dava isso como certo, destacando, inclusive, em sua publicação o preço de cada tipo de peixe no varejo. “Muito peixe, mas caro” era o título da matéria, que denunciava: “(...) Os preços do pescado para a Semana Santa se elevaram a cifras absurdas, incompatíveis com a bolsa do povo” (5 abril 1958, p.2)⁸⁹.

O problema da falta de peixe e dos preços na Semana Santa parece ter chegado a um nível bastante elevado no ano de 1959. Naquele ano, o Última Hora, um periódico que buscava dirigir o seu conteúdo a uma clientela mais popular⁹⁰, noticiava: “Igreja autoriza: se faltar peixe carioca poderá comer carne, exceto na sexta-feira”, ressaltando: “Enquanto a Igreja dá essa informação, a COFAP volta a garantir que o peixe não faltará, (...)” (21 mar. 1959, p.5). Em entrevista para O Jornal, o administrador do Entrepasto de Caça e Pesca, Procópio Pinheiro Barroso garantia “Peixe em quantidade suficiente para atender o consumo da população”. Entretanto, nessa mesma reportagem, o que Levy Miranda buscava salientar é que, naquele ano, o mercado de peixe estava “se desenvolvendo em ritmo excessivamente calmo, o que bem demonstrava a retração do público face aos elevados preços” (Peixe em quantidade..., 26 mar. 1959, p.10).

“Durante a sua curta, mas atribulada existência”, de 1951 a 1962, a COFAP era acusada de ineficência sempre que faltava produtos como carne e feijão (Neto, 2011, p.5). Neto informa que esse órgão - criado pelo governo “com a missão de coordenar a distribuição de todos os produtos de consumo popular, com poderes para intervir na fixação de preços e controle do abastecimento” - se viu, em muitos momentos, em meio a um “jogo de interesses”, que envolviam de um lado os representantes dos produtores e de outro os consumidores. Baseada nas demonstrações de Lanna Júnior, que reforçam a ideia de que na década de 1950 “mesmo em anos em que a produção aumentou houve crises de abastecimento”, esse autor defende a hipótese de que nesse momento “o

⁸⁸ Fundado em 1954, o Luta democrática foi um jornal carioca que tinha “o objetivo de veicular ideias de oposição entre as classes menos favorecidas da sociedade”, sendo considerado como uma “janela da UDN para o povo”, pois um dos seus fundadores – Natalício Tenório Cavalcanti - filiou-se a União Democrática Nacional (UDN), com o fim do Estado Novo e a formação de novos partidos políticos. Durante o governo JK, esse jornal “acusou a administração federal de corrupta, atacou com violência a construção de Brasília e ridicularizou o projeto governamental de fazer o Brasil crescer 50 anos em cinco” (Gasparian, 10 out. 2022).

⁸⁹ Nessa matéria há fotografia do Redentor II, atracado no Entrepasto da Pesca e de Mário Pinheiro, encarregado da frota da FACR, que declarava à reportagem que a população carioca podia ficar descansada que haveria peixe em abundância, pois apenas àquela entidade possuía seis barcos que haviam ido para o alto mar (Muito peixe..., 5 abril 1958, p.2).

⁹⁰ Sobre o jornal Última Hora, Bruno Brasil informa que essa publicação “Possuía um jornalismo opinativo, interpretativo e participativo, (...)”, cobrindo “temas caros às camadas populares”, como problemas de infraestrutura, acidentes, crimes, etc. (Brasil, 2 jul. 2021).

desabastecimento era provocado pelos produtores como forma de pressionar o governo para autorizar aumentos no varejo e também elevar o preço mínimo, preço que era praticado pela COFAP no momento em que adquiria seus estoques” (Neto, 2011, p.6, 7).

De qualquer forma, nesse contexto de atuação da COFAP, a FACR parecer ter contribuído de forma significativa para o abastecimento de pescado da Capital Federal, especialmente durante Semana Santa e a partir de 1952, com a aquisição do *trawler* Presidente Vargas. Um exemplo disso pode ser obtido através de uma outra matéria veiculada pelo jornal Última Hora, que informando sobre a chegada no Entrepasto de 120 toneladas de peixe de diversas qualidades, destacava que mais de 60 dessas toneladas haviam sido descarregadas de apenas um dos barcos do Abrigo Cristo Redentor, sendo esperado ainda outros dois barcos dessa mesma instituição (800 toneladas..., 1 abril 1958, p.6).

Todavia, tudo indica que Levy Miranda estava certo ao apontar que o problema não estava na aquisição do pescado, mas na sua distribuição, que era por ele considerada o aspecto mais crítico em relação ao abastecimento de peixe para a Semana Santa (Trabalha..., 22 mar. 1957, p.6). No relatório oficial da FACR, relativo ao ano de 1957, ele fazia um diagnóstico sobre essa situação:

“Não há saturação no mercado pelo excesso de produção, verifica-se apenas, um estrangulamento do processo de distribuição, que limita o escoamento da safra, aumentando a demora dos barcos no porto e aviltando os preços” (p. 47, 48).

Diante desse problema, que não era resolvido pelos órgãos governamentais e/ou pelo Conselho Coordenador do Abastecimento, no ano de 1958, a Fundação optou pela venda de três (3) dos seus barcos pesqueiros – Presidente Vargas, o Redentor I e II –, porque, mesmo na época da Semana Santa, “não raro aconteceu, vender-se o pescado por preço vil, inferior ao custo da produção, bastando para isto acontecer de dois ou três barcos descarregarem, simultaneamente, no entreposto” (relat. 1958, p.46, 47).

Esse desinteresse do Governo em solucionar os problemas relacionados a pesca, ao menos no âmbito local, é mencionada pelo Superintendente Geral da entidade, Antônio Izidro de Miranda, em entrevista ao jornal Correio da Manhã:

“Durante algum tempo [a FACR] foi considerada a mais importante empresa pesqueira do antigo Distrito Federal, chegando a contar com

uma frota de cinco ‘trawlers’, mas desestimulada pelo desamparo oficial as atividades pesqueiras, não conseguiu manter aquela hegemonia, sendo, no entanto, ainda o segundo produtor do Estado [do Rio de Janeiro]” (Carneiro, 27 dez. 1960, p.14).

Além desse aspecto, Antônio Miranda apontava como “causas determinantes do retardo do desenvolvimento da produção brasileira”: o alto custo dos barcos de pesca, as despesas operacionais, como combustíveis, aparelhagem para a captura do pescado, seguros, folha de pagamento das tripulações, etc., além do custo envolvido para a renovação, ampliação e modernização das frotas ou reparos dos barcos (Carneiro, 27 dez. 1960, p.11 e 14). Somava-se a tais causas: a concorrência dos barcos japoneses em águas territoriais brasileiras (relat. 1957, p.10) e a dificuldade de se encontrar profissionais com aptidões necessárias para operar, com eficiência, as modernas unidades pesqueiras da Fundação. Dessa forma, mesmo possuindo uma Escola de Pesca, que proporcionava a formação de técnicos nessa área, a Fundação não conseguia suprir essa carência de mão de obra de forma imediata, pois os seus alunos e ex-alunos custavam a obter a experiência necessária para operar esse tipo embarcação (relat.1959, p.48, 49).

Devido às dificuldades decorrentes da falta de profissionais, desde o final de 1956, os dirigentes da FACR se empenhavam para que o Ministério da Marinha examinasse a situação criada pelas novas condições advindas com o aparecimento dos modernos barcos de pesca. Defendiam uma revisão da legislação, “para adaptá-la à nova realidade, não só definindo as atribuições dos comandantes e demais técnicos que trabalham a bordo, como também prevendo o processo de formação desses profissionais” (relat. 1957, p.15, 16). No ano seguinte, o Conselho Coordenador do Abastecimento, sob a orientação do Coronel Walter Santo⁹¹s, tomou a iniciativa de reunir os interessados nessa reforma, e naquela ocasião surgiu uma proposta completa, que foi encaminhada ao Ministério da Marinha (relat. 1957, p.16). Tal reunião, uma vez citada no relatório oficial da Fundação e devido ao interesse que os seus dirigentes possuíam nesse assunto, provavelmente contou com um representante dessa entidade assistencial.

Durante os anos de 1950, a FACR, geralmente representada por Levy Miranda,

⁹¹ Marcela Fogagnoli (2017) informa que “Walter Santos era oficial médico do exército e nutrólogo. (...). Se formou no Inub [Instituto Nacional da Universidade do Brasil] em 1950 e rapidamente se tornou o principal discípulo de Josué de Castro” (p.40). Segundo essa mesma autora, no início de 1957, Walter assumiu a Secretaria Geral do Conselho Coordenador do Abastecimento (p.158, 159).

buscava cooperar com o Conselho Coordenado do Abastecimento, enviando, inclusive, um planejamento àquele órgão com “soluções realísticas e objetivas” para melhor rendimento da pesca e para facilitar o abastecimento da população da Capital Federal⁹² (relat. 1956, p.8, 9). Em outra oportunidade Levy Miranda estivera em uma das reuniões desse Conselho, no ano de 1955, realizada no Palácio do Catete, sob a presidência do então ministro da Justiça, Marcondes Filho, quando apresentou “um plano de fornecimento de peixe de âmbito nacional”⁹³ (Plano de âmbito..., 5 abril 1955, p.5). Tal acontecimento foi noticiado pelo jornal A Noite, através de uma nota publicada na página 6, aparecendo de forma mais centralizada, sendo o título apresentado em letras garrafais: “PLANO DE ÂMBITO NACIONAL, SOBRE O PEIXE”.

2.3 O Departamento de Pesca: o principal sustentáculo da FACR nos anos de 1950

Verifica-se que a partir de 1952, com a aquisição do barco Presidente Vargas, ocorreu uma expansão progressiva das atividades pesqueiras da Fundação, visando não apenas fornecer um amplo campo de aprendizagem e atuação profissional aos alunos da EPDV, mas também obter recursos para a manutenção daquele complexo assistencial. A partir desse momento, ocorreu um deslocamento dessas atividades da Ilha da Marambaia, onde estava localizada a Escola, para o Entrepasto da Pesca na Praça XV. Os modernos barcos de pesca exigiam um lugar mais apropriado para o seu manejo e descarregamento.

Foram os empréstimos obtidos junto ao Banco do Brasil, com garantias hipotecárias, que viabilizaram a aquisição de modernos barcos de pesca, a construção da Fábrica de Gelo, dentre outras coisas (relat. 1956, p.11, 12, 56). Os resultados favoráveis obtidos pelo seu Departamento de Pesca aumentavam progressivamente e há indícios que até o início dos anos de 1960 continuava obtendo lucros satisfatórios, colaborando de forma decisiva para a manutenção das demais unidades dessa entidade

⁹² Segundo relatório oficial da FACR foram apresentadas três (3) soluções para resolver o problema da distribuição do pescado: Na primeira etapa, cujo objetivo era, “ação imediata”, de escoamento direto do peixe popular a preços justos, a solução de emergência era a instalação de barradas tipo feira pelos armadores. Na segunda etapa, que tinha por objetivo, “ação de superfície”, ampliar a fase educativa inicial, complementando-a, a solução era a consolidação da rede distribuidora, após educação do consumidor. E, por fim, na terceira etapa, o objetivo era a venda de peixe eviscerado, congelado, filetado, cuja solução apresentada era a instalação de peixarias nos bairros, com unidades frigoríficas, servindo de base a rede distribuidora, através de viaturas tipo “Kibon” (relat. 1956, p.51, 52).

⁹³ Em uma entrevista ao jornal A Noite, Levy Miranda fala rapidamente sobre esse plano apresentado ao Conselho, afirmando que, “em linhas gerais”, consistia “na organização de uma rede de navios, outra de frigoríficos e ainda outra de fábricas de gelo, do Norte ao Sul do país” (Pescaremos..., 7 abril 1955, p.5).

assistencial, especialmente do ACR, que mais gastava e era menos produtivo, uma vez que abrigava um grande quantitativo de idosos e doentes. Um exemplo disso é que foram os lucros obtidos pelo Departamento de Pesca, durante os anos de 1958 e 1959, que possibilitaram o pagamento de vencimentos, relativos aos meses de novembro e dezembro, dos funcionários da instituição (relat. 1959, p.9).

Além de auxiliar no pagamento das despesas daquele amplo complexo assistencial, os barcos de pesca da FACR contribuía de forma significativa com o abastecimento de pescado da Capital Federal durante os anos de 1950, figurando nos jornais da época notícias sobre suas iniciativas, especialmente nos dias que antecediam a Semana Santa. É perceptível que os seus dirigentes, especialmente Levy Miranda, buscava sempre estar atento às novas possibilidades no âmbito da pesca, como foi o caso do atum – com a adaptação do Redentor IV e o treinamento da tripulação em novas técnicas pelos japoneses - e das tentativas de realização da pesca do bacalhau em companhia de barcos portugueses.

Sobre essa última iniciativa se encontra notícias veiculadas pela imprensa, especialmente no ano de 1955, quando em entrevista Levy Miranda declarava uma oferta advinda do então “chefe geral da pesca em Portugal”, comandante Henrique Tenreiro, de que fossem encaminhados um grupo de pescadores brasileiros, que junto a portugueses e seus barcos, realizassem a pesca do bacalhau na Groelândia. A ideia era que os barcos de tripulação mista descarregassem nos portos portugueses e ali mesmo fizessem a secagem, sem qualquer exigência de nacionalização desse pescado, permitindo assim que “o bacalhau continuasse a ser brasileiro” (“em um regime de porto livre”). Esse acordo previa que Portugal recebesse a paga dessa colaboração não em divisas, mas com o próprio bacalhau. Via-se como vantagem em tal proposta, além do treinamento de brasileiros na técnica de captura e secamento do bacalhau, a obtenção do produto sem o pagamento de taxas de importação, algo que o tornaria mais acessível à população em geral (Brasileiros..., 12 abril 1955, p.4).

Entretanto, ao longo da década de 1950, na imprensa não foi encontrada nenhuma matéria relacionada à FACR e à pesca do bacalhau. Somente nos seus relatórios oficiais dos anos de 1959 e 1960 o assunto volta à tona, sendo destaca as tentativas de atrair a atenção do Governo Federal e a não acolhida de suas propostas (relat. 1959, p.18). No ano seguinte, é mencionada a grande atenção concedida a esse problema pela instituição, ressaltando: “É tal a nossa insistência, que, a muitos, parece verdadeira obsessão” (relat. 1960, p.13). Consta informação que esse assunto foi levado

à apreciação do Ministro das Relações Exteriores, Horário Lafer, que disponibilizou Geraldo de Heráclito Lima, 2º secretário da Embaixada, para estudar as possibilidades de realização dessa iniciativa, “à luz das limitações internacionais”. Mas, até aquele momento, as negociações para o estabelecimento de uma parceria Portugal x FACR não haviam dado resultado (relat. 1960, 13 a 15).

Mesmo diante dessa tentativa frustrada, o Departamento de Pesca da Fundação logrou bons rendimentos àquela entidade filantrópica, ajudando a reduzir os seus custos de manutenção, pelo menos até o início dos anos de 1960, e inegavelmente contribuiu para o esforço em favor do abastecimento de pescado na cidade do Rio de Janeiro.

CAPÍTULO 3

O Abrigo do Cristo Redentor (ACR) e o Serviço de Repressão à Mendicância (SRM): uma parceria no combate aos mendigos e vadios da cidade do Rio de Janeiro (1946 a 1960).

No dia 18 de julho de 1957 era inaugurada as novas instalações do Serviço de Repressão a Mendicância (SRM), vinculado a Delegacia de Vigilância, do Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP)⁹⁴, com a presença do chefe de Polícia, general Amaury Krueel⁹⁵, personalidades civis e militares, além de jornalistas (Nova sede..., 19 jul. 1957, p.6; Delegacia..., 19 jul. 1957, p.11.). Construído em área contígua ao Abrigo do Cristo Redentor (ACR), esse Serviço contava com um ambulatório médico para triagem dos mendigos, salão de barbeiro, refeitório, dois xadrezes (para homens e mulheres), dormitórios com mais de 500 leitos, além de um serviço social, encarregado de fornecer documentos e facilitar a obtenção de emprego àqueles que tivessem que deixar o estabelecimento (Delegacia..., 19 jul. 1957, p.11). Dentro de alguns dias, ao lado daquele novo edifício, seria também estabelecida a Delegacia do 20º Distrito Policial, que, até então, funcionava na Avenida Paris, em Bonsucesso (Delegacia..., 19 jul. 1957, p.11).

O terreno para edificação dessa nova sede do SRM havia sido colocado à disposição do então chefe de Polícia, Geraldo Menezes Cortês⁹⁶, pelo provedor perpétuo da FACR, Levy Miranda (Campanha..., 28 out. 1954, p.8). Em setembro de 1955, Menezes Cortês comunicava as providencias por ele já tomadas para a efetivação daquela obra: “Em ofício de 18 maio, encaminhei esse oferecimento, que foi aceito, ao ministro da Justiça, para a concretização, final da providência, que desde outubro do ano passado, tem sido uma das minhas principais preocupações” (Chefe de polícia..., 2 set.

⁹⁴ A Polícia Civil do Distrito Federal foi transformada em Departamento Federal de Segurança Pública por meio do decreto n. 6.378, de 28 mar. 1944 (Brasil..., 28 mar. 1944). Dentre os órgãos que compunham o DFSP, consta a Divisão Vigilância (DV), a qual estava vinculada a Seção de Repressão à Mendicância (SRM) (Brasil..., 21 ago. 1945).

⁹⁵ Em maio de 1957, Amaury Krueel foi nomeado chefe do DFSP. Esse chefe de Polícia “Promoveu campanhas contra a criminalidade e tentou moralizar o órgão que dirigira”. Em junho de 1959, após discutir com o então deputado federal Menezes Cortês, membro da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), instituída para apurar atos de corrupção no DFSP, Krueel o agrediu fisicamente e acabou sendo obrigado a pedir demissão do cargo (Coutinho, s.d.)

⁹⁶ Geraldo Meneses Cortês foi nomeado chefe do DFSP, após a morte de Getúlio Vargas, em 24 de agosto de 1954, pelo presidente João Café Filho (1954-1955), e afastado dessa função pelo Movimento do 11 de novembro de 1955, acusado de participar do suposto golpe que teria o objetivo de impedir a posse do presidente eleito Juscelino Kubitschek (Geraldo..., s.d.).

1955, p.8). Entretanto, apenas dois meses depois ele foi afastado da chefia do DFSP, sendo aquele projeto concretizado na gestão de Kruel.

Ao SRM competia I - fiscalizar e reprimir a falsa mendicância, II – recolher os mendigos inválidos e III – atender às requisições das autoridades, sobre mendigos (Brasil, 21 ago. 1945). Naquela época a mendicância estava enquadrada na Lei de Contravenções Penais⁹⁷. O Código Criminal do Império, de 1830, foi o primeiro a tratar como contravenção a vadiagem e a mendicância, em seu capítulo IV, nos art. 295 e 296, imputando pena de prisão simples de 8 dias a 1 mês aos indivíduos que não possuíssem uma “ocupação honesta e útil” e ao que “Andar mendigando” (Brasil, 16 dez. 1830). No período Republicano, o Código Penal de 1890 trouxe como uma de suas novidades “a ampliação do encarceramento, que passava atingir amplos setores da sociedade, com objetivos correccionais” (Santos, 2004, p.145). Através dos seus capítulos XII e XIII, ébrios e capoeiras, além de mendigos e vadios, passaram a ser considerados contraventores sujeitos à prisão, variando, de acordo com o caso, o número de dias e meses de detenção (Brasil, 11 out. 1890; Santos, 2004, p.145). Mas foi “O Código Penal de 1940 [que] excluiu a mendicância de seu rol de crimes, passando a considerá-la contravenção penal, (...)” (Figueiredo e Guerra, 2016, p.10). Pela Lei de Contravenções Penais, artigos 59 e 60, todos àqueles que se entregassem a vadiagem e a mendicância era imputado a pena de prisão simples, de quinze a três meses (Brasil, 3 out. 1941).

Buscando cumprir a lei, os policiais lotados na Delegacia de Mendicância realizavam rondas pelas ruas da Capital Federal, principalmente nos centros urbanos, em lugares preferencias daqueles que recorriam a caridade pública – como portas de igreja, pontos iniciais e finais de bondes, dentre outros -, visando a detenção e a condução desses indivíduos a sede do SRM, onde passavam por triagem e, posteriormente, eram encaminhamentos, de acordo com as suas necessidades. Sobre essa tarefa da Polícia, o coronel Menezes Cortês explicava:

“Não se trata apenas de prender, mas de encaminhar, segundo os casos, os indivíduos apanhados em flagrante de mendicância a rumos adequados para a sua recuperação. Os doentes são encaminhados aos hospitais, os débeis mentais para os centros psiquiátricos, **os incapazes ao trabalho no Abrigo Cristo Redentor** e os procedentes do interior aos seus Estados de origem ou pela polícia ou pelo Instituto Nacional de Imigração e Colonização” [**grifo meu**] (Chefe de polícia..., 2 set. 1955, p.8).

⁹⁷ Mendigar deixou de ser contravenção penal a partir da promulgação da Lei 11.983 (Brasil, 16 jul. 2009) (Mendigação, 18 mar. 2019).

Entretanto, o encaminhamento dos mendigos recolhidos no SRM não era tarefa das mais fáceis. As instituições que poderiam acolhê-los, como o ACR ou Albergue da Boa Vontade, nem sempre os recebia, porque frequentemente estavam com seus alojamentos superlotados.

A colaboração do ACR com a Polícia remonta ao ano de 1936, quando do estabelecimento dessa instituição assistencial na cidade do Rio de Janeiro. Na época, o delegado Jayme de Souza Praça⁹⁸ chefiava uma campanha de combate a mendicância (200\$000..., 5 fev. 1936) e, inclusive, participou, entre ilustres presentes, da primeira reunião de planejamento das ações necessárias para a fundação daquela entidade (Caminha, 2012, p.57). Contando com instalações que possibilitavam o acolhimento inicial de aproximadamente 1.000 indivíduos e uma proposta de reeducação através do trabalho⁹⁹, o ACR tornou-se uma das instituições mais acionadas pela Polícia para o envio de mendigos e vadios retirados das ruas da Capital Federal (Caminha, 2012, p. 64).

Quanto ao Albergue da Boa Vontade, situado na Praça da Harmonia, no bairro da Gamboa, era mantido pelo Serviço de Assistência Social da Prefeitura do Rio de Janeiro, e destinava-se a abrigar indigentes num prazo máximo de 5 dias, especificamente para pernoite (Rodrigues, 27 jan. 1951). Lá eles passavam por triagem, exames clínicos, e recebiam alimentação, sendo admitidos apenas àqueles que pudessem prover sua própria subsistência, ou seja, que tivessem condições de buscar trabalho (Comissão..., 23 fev. 1950, p.3).

O jornalista, escritor e poeta Júlio Romão da Silva foi assistido no Albergue da Boa Vontade, por volta de 1937, quando chegou ao Rio de Janeiro “pobre, sem dinheiro”. Em depoimento ao CPDOC/FGV, ele contou como foi parar nesse Albergue:

“Um dia um detetive olhou para mim e fez uma pergunta: “Eu estou identificando que você não é mendigo, nem vagabundo. Você é de onde?” Eu sou do Piauí, uai”. Meu filho, aqui é lugar de gente...”.

⁹⁸ Durante as décadas de 1930 e 1940 Jayme de Souza Praça foi um delegado profundamente ligado à repressão de mendigos na Capital Federal. Em 1934, Jayme Praça foi chefe do Serviço de Repressão ao Jogo e Mendicância (Na Polícia...9 ago. 1934, p.8, Praça, 20 maio 1934, p.8); em 1938, dirigiu o Serviço de Fiscalização e Repressão à Mendicância (Uma portaria...14 set. 1938, p.8) e em 1939, a Delegacia de Menores (O aniversário... 12 abril 1940, p.9).

⁹⁹ Nos anos de 1830 já era estabelecida uma relação entre prevenção dos delitos e a ideia dar ocupação aos vadios e mendigos através do trabalho. Por isso, a ação policial passaria “a atuar em atividades que garantissem o emprego adequado dos ociosos a tarefas laboriosas, a fim de prevenir a ocorrência dos crimes” (Soares, 2014, p.101).

Você conhece ali perto da praça Mauá o Albergue da Boa Vontade? (...). Eu fiquei lá uns dias, uma semana mais ou menos no Albergue. Lá foi até bom, porque eu lá comi, tomei um café com pão desse tamanho, eu não comia há muito tempo. (...) e por acaso ele [o detetive que estava na porta do Albergue] me mandou para o Jornal do Brasil para procurar emprego” (Silva, 2004, p.7).

A narrativa de Júlio Romão é indicativa dessa proposta do Albergue de direcionar seus assistidos ao mercado de trabalho. Outro exemplo disso é apontando por Miranda e Hochman (2021) quando mencionam que dali foram recrutados e partiram, em janeiro de 1943, as primeiras turmas de “soldados da borracha”, compostas por 300 homens, para trabalharem no incremento da produção de látex nos seringais amazônicos para o abastecimento da indústria bélica aliada durante a Segunda Guerra Mundial.

Sendo assim, o Albergue da Boa Vontade era um local que não possibilitava o acolhimento de pessoas inválidas e/ou idosas, sendo, inclusive, difícil contornar o problema do recebimento de famílias inteiras que chegavam à Capital Federal sem recursos e/ou local para dormir e ali pediam abrigo. Em 1952, o então diretor do Albergue, Jorge Pinto Filho contou sobre essa dificuldade enfrentada pela instituição na época:

“(…), na maioria das vezes, os indigentes chegam aqui acompanhados de toda a família. Ora, os homens, de acordo com o regulamento da casa, não podem permanecer aqui dentro. As 6 horas, depois da refeição matinal, saem à procura de emprego. Mas as mulheres e as crianças? Não posso obrigá-las ao regulamento (...)”¹⁰⁰ (O turista..., 12 fev. 1952, p.9, 16).



Ilustração 21: Fachada do Albergue da Boa Vontade (Moura, 1940-1956).

¹⁰⁰ Anos depois, em 1958, esse fato pode ter motivado a interrupção da detenção de mulheres acompanhadas de crianças, a pedido do Juiz de Menores, já que não havia lugar para alojá-las (Mesmo sem verbas..., 10 set. 1958, p.13).



Ilustração 22: Dormitório do Albergue da Boa Vontade (Moura, 1940-1956).

Além do encaminhamento a instituições assistenciais, como o ACR e o Albergue, o SRM também buscava a reintegração familiar dos indivíduos recolhidos nas ruas ou, caso constada alguma doença, o seu envio a hospitais, como o Hospital Pedro II, voltado àqueles acometidos por problemas psíquicos, o Hospital São Francisco de Assis¹⁰¹, Hospital Getúlio Vargas, Hospital Sousa Aguiar, dentre outros.

O pagamento de passagens para que os recolhidos nos logradouros públicos retornassem aos seus estados de origem era outra medida que podia ser adotada por àquela repartição policial. Em novembro de 1952, o então chefe de Polícia, Ciro Riograndense de Resende¹⁰², comentava que as famílias vistas perambulando nas ruas, eram, segundo ele, “em regra, infelizes que vieram para esta Capital, muitas vezes atraídos por falsas promessas de empregos”. Por isso, informava: “A Seção de Mendicância tem procurado recolher essas famílias e fazê-las retornar ao local de sua procedência, fornecendo-lhes passagens, e não raro, recursos para sua manutenção durante a viagem” (Mendicância..., 21 nov. 1952, p.4). A origem nordestina de muitos

¹⁰¹ O Hospital São Francisco de Assis surgiu na Avenida Presidente Vargas, 2863, no bairro da Cidade Nova, como Asilo da Mendicidade, em 1876, com a “finalidade de recolher a população pobre e sem residência fixa que esmolava pela cidade”. A partir de 1895 teve o seu nome alterado e funcionou como Asilo São Francisco de Assis, sendo os seus internos transferidos para uma nova sede no bairro Vila Isabel. Em 1922 o seu edifício foi adaptado para se tornar o Hospital São Francisco de Assis, sendo ali instalada também a Escola de Enfermeiras do Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP), em 1923. A partir de 1946, esse Hospital foi entregue a Universidade do Brasil para se tornar o Hospital Escola São Francisco de Assis (HESFA) (Souza, 2015, p.1,2).

¹⁰² Ciro Riograndense de Meneses assumiu a chefia de Polícia em fevereiro de 1951, sendo substituído pelo general Armando de Moraes Âncora em 13 de dezembro de 1952 (Silva, 2020, p.248, 258).

desses indigentes era destacada em matérias de jornais, como a publicada no Última Hora sob o título “A maioria vem do Nordeste abandonado. Há mais mendigos no Rio que no resto do Brasil!”. Segundo essa reportagem, os que viviam da mendicância relutavam em falar, porque o sotaque denunciava “a origem nordestina da maioria”, e ao perguntá-los por que deixaram suas terras, a resposta era “A seca e a miséria” (1957, p.14).

Mesmo diante dessas possibilidades, nem sempre a Polícia conseguia um lugar ou uma solução para os indivíduos levados para a Seção de Mendicância e por isso, em alguns dias, os soltava. Em matéria publicada no jornal Correio da Manhã, “Rio, Paraíso dos Mendigos”, tal situação é exposta: “Se a polícia consegue um lugar num asilo ou no Abrigo Redentor, recolhe-os. Se não consegue, solta-os geralmente dois ou três dias depois da detenção, apesar de as autoridades saberem que os que readquirirem a liberdade voltam a mendigar” (Rio, 24 dez. 1948, p.18)¹⁰³.

Dois ou três dias de detenção era provavelmente o tempo desejado de manutenção de um mendigo nas dependências do SRM. Afinal, o prédio dessa repartição policial, instalado na Rua da Relação 37, não possuía dormitórios, ocupando apenas “duas pequenas salas do andar térreo, a cozinha e o banheiro da casa e uma área cimentada, parcialmente coberta de zinco” (Como se reprime..., 14 dez. 1947, p.32). As duas salas serviam para o expediente da Seção e os recolhidos ficavam o tempo todo no pátio, inclusive, na hora de dormir. Quatro meses após a inauguração dessa repartição policial¹⁰⁴, o seu dirigente, Nelson Garcez Palha Batista, já reclamava da falta de

¹⁰³ O caso de José Ledo exemplifica a comum reincidência na prática da mendicância. Na coluna “O crime”, Timbaúba conta o caso de José Ledo, “Proprietário, dispondo de alguns recursos”, “Com 18 visitas à Seção de Mendicância, tendo respondido a vários inquéritos e processos (...)” (Timbaúba, 5 set. 1948, p.12). Outro exemplo é o caso de três “falsos mendigos”, que pediam esmolas à porta do Cemitério do Caju, e foram capturados por uma turma da SRM. Condenados a trinta dias de prisão, o juiz na sentença aplicou ainda a medida de segurança de internação, por um ano, em estabelecimento de trabalho, mas, não existindo nenhuma instituição desta natureza no Distrito Federal, a medida foi convertida em liberdade vigiada (Condenados..., 8 dez. 1956, p.9). Conforme mencionava Mercedes Santos, em relação aos falsos mendigos, eram pouquíssimos os condenados por mendicância, opinando: “A justiça é em demasia benevolente para com eles. A polícia, por sua vez, não quer ter o trabalho de punir qualquer mendigo, (...)” (Santos, 12 nov. 1949, p.19-22, 54).

¹⁰⁴ Nos jornais Diário de Notícias, Correio da Manhã e Jornal do Comércio foi publicada notícia sobre a inauguração do SRM, em 1 de agosto de 1947, com a presença do coronel Rossini Raposo, então chefe de Gabinete de Antônio José de Lima Câmara, e grande número de funcionários do DFSP (Criada a Secção..., 2 ago. 1947, p.9; Criada a Secção..., 2 ago. 1947, p.1; Ontem, 2 ago. 1947, p.1). A Seção de Mendicância já existia antes dessa data, mas essa inauguração provavelmente se dava para marcar uma nova separação da Delegacia de Mendicância em relação a Delegacia de Menores Abandonados. Em matéria do jornal A Noite, de janeiro daquele ano, é mencionada sob a denominação “Delegacia de Mendicância e Menores Abandonados” (Pânico..., 3 jan. 1947, p.8). Além disso, no próprio discurso do Rossini, naquela cerimônia de inauguração, ele pontuava essa questão, usando da palavra para dizer que

recursos e de atenção do Chefe de polícia, que ficando a pouco mais de 50 metros dali nem lhe fazia uma visita (Como se reprime..., 14 dez. 1947, p.32).

Nos anos de 1950 foi esse o prédio visitado por uma comissão composta pelos deputados Café Filho, Luiz Lago e Benjamin Farah, além de um representante do jornal Correio da Manhã, que desejavam verificar as condições de suas instalações e funcionamento. Após essa visita, Café Filho discursou na Câmara, dizendo não encontrar palavras “para retratar as cenas horrorosas que presenciara, fazendo lembrar as descritas por Dante” (Como no “Inferno”..., 18 fev. 1950, p.3). O deputado relatava que aquele departamento funcionava em um verdadeiro “pardieiro, caindo aos pedaços”, com “condições precárias de limpeza e higiene” e que ali, em um pequeno pátio pessoas de todas as condições ficavam amontoadas como bichos: “morféticos, tuberculosos, cancerosos e loucos”, “débeis mentais, leprosos, (...)” (Comissão..., 23 fev. 1950, p.3; Santos, 12 nov. 1949, p. 54; Como no “Inferno”..., 18 fev. 1950, p.3). Por fim, declarava: “A Delegacia se limita a recolher da via pública os mendigos ou pessoas desabrigadas, tentando depois encaminhá-los a instituições particulares, que nem sempre os recebe, ou, pior, quase nunca os recebe, por falta de alojamento” (O problema..., 21 jan. 1950, p.2).

Nessa época, o delegado de Vigilância, José Brandão Filho, reconhecia “a precariedade das instalações da Seção de Mendicância e a sua incapacidade para enfrentar o problema” (Visitaram..., 17 fev. 1950, p.11), porque, além de acomodações inapropriadas, aquele departamento sofria com falta de transporte, especialmente a noite, e de elementos materiais, inclusive pessoal (Morre-se..., 1 out. 1950, p.6; Fechado..., 23 dez. 1951, p.6).

Foi somente no final de 1951, já na gestão do chefe de polícia Ciro de Resende, que ocorreu a transferência do SRM para o casarão da Rua Francisco Eugênio, 228, em São Cristóvão, onde antes funcionara o Serviço de Assistência aos Menores (SAM)¹⁰⁵ (Novas..., 21 dez. 1951, p.3). Mudança que durou apenas dois anos e quatro meses, porque após esse período a Seção de Mendicância foi despejada desse local pelo próprio SAM, “sendo lançado num prédio sem condições para seu estabelecimento”, “num

ao SRM também cumpria “evitar a nociva promiscuidade entre mendigos, adultos e menores” (Criada a Secção..., 2 ago. 1947, p.9).

¹⁰⁵ Em junho de 1952 foram transferidas para esse mesmo local as seções de Datiloscopia, de Entrega de Carteiras e parte da Seção de Arquivo, por determinação do chefe de Polícia, general Ciro Riopardense de Rezende (Enquanto..., 28 jun. 1952, p.7).

prédio de proporções reduzidas”, situado na Rua Conde de Bonfim, 505, Tijuca (O Rio de Janeiro..., 23 abril 1954, p.1 e 4; Nem mesmo..., 20 jul. 1955, p.5).

Em matéria intitulada “Os mendigos que a cidade esconde”, publicada na Revista Manchete, consta o relato de uma visita do repórter Newton Carlos ao velho sobrado da Rua Conde de Bonfim. Conhecido como “Depósito de Mendigos”, aquele prédio possuía apenas “três salas adaptadas em celas”, onde o fotógrafo Gervásio Batista capturou imagens de mendigos andrajosos sentados ou deitados pelo chão do pátio externo. Sobre àquela Seção, o então chefe de Polícia, o coronel Menezes Cortês, declarava: “Essa ‘casa’ deveria ser apenas para triagem, (...), com um serviço que selecionaria os mendigos, encaminhando-os imediatamente para locais apropriados (...)”, acrescentando, em seguida: “[Mas] Isso não acontece: os mendigos ficam recolhidos, por vezes, durante três meses, sem a mínima possibilidade de recuperação, e nas piores condições possíveis”. Nessa visita o repórter da Revista Manchete constatou também que na cela dos homens 28 indivíduos comiam e evacuavam nos mesmos 28 m²; na das mulheres, elas dormiam no chão, por cima dos seus trapos, não existindo colchões ou esteiras; e na dos doentes, todos ficavam juntos - leprosos, tuberculosos, dentre outros, - e sem medicação. Questionado sobre essas condições de acolhimento no “Depósito de Mendigos”, Meneses Cortês respondia:

“Na realidade, não temos dinheiro nem para o que estamos fazendo. O que seria pior: deixar o mendigo, falso ou verdadeiro, são ou doente, no meio da rua, expondo os transeuntes ao contágio e à exploração, ou pô-los num local, custodiados, mesmo que esse local seja inadequado? Este é o nosso dilema” (Carlos, 10 set. 1955, p.52).

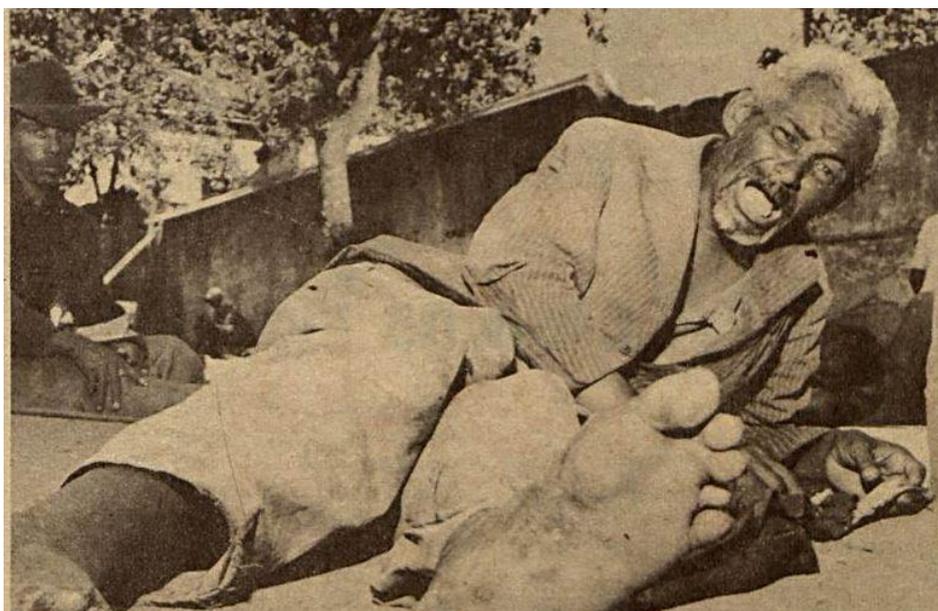




Ilustração 19 e 20: Fotos de Gervásio Batista do pátio do SRM publicadas na Revista Manchete (Carlos, 10 set. 1955).

Nessa época Levy Miranda já havia colocado à disposição de Menezes Cortês o terreno junto ao ACR para a construção das novas instalações do SRM, mas a falta de recursos provavelmente retardou a execução desse empreendimento. Além da insuficiência de verbas, o pequeno número de funcionários dificultava o trabalho daquela unidade policial. No SRM o serviço era realizado com três (3) turmas, se revezando das seis horas da manhã a meia-noite, em um carro, com dois investigadores “encarregados de catar mendigos” para, em seguida, encaminhá-los ao “Depósito” daquela repartição policial (A miséria..., 12-19 jul. 1956). “Até o último dia do ano de 1956, aquela Seção contava apenas com 15 homens para realizar todos os serviços sob sua responsabilidade (...)” (Os aplausos..., 6 jan. 1957, p.1). Dois anos depois, em 1958, aquela Delegacia passou a contar com vinte homens e duas viaturas (Mesmo sem verbas..., 10 set. 1958, p.13; Agradece..., 15 ago. 1958, p.10; Parada..., 24 fev. 1959, p.9).

Desde 1948, Adalberto Couto era chefe do SRM¹⁰⁶ e só foi afastado do cargo em 1960, quando atingiu o limite de idade para permanência no Serviço Público (Homenagem..., 27 jul. 1960, p.7; Nome..., 7 ago. 1960, p.5). Sobre a sua longa estada

¹⁰⁶ Em matéria do Correio da Manhã, de jun. de 1954, consta informação que Adalberto Couto vinha “há seis anos trabalhando ininterruptamente naquela seção do DFSP” (Assalto..., 7 jun. 1954, p.13).

na chefia dessa Seção, ele acreditava se relacionar a falta de atrativo daquele cargo e as necessidades enfrentadas por aquela repartição policial:

“(...). Este cargo não é solicitado pelos políticos para seus apadrinhados já que não proporciona ocasião para ‘mamatas’. Meu salário é de 10 mil cruzeiros e gasto-o inteirinho aqui na casa. **Sempre há necessidade de mais roupas, toalhas, sabonetes (...)** e sempre vou lançando mão de meu salário. Graças a Deus não preciso desse dinheiro, porque vivo de minha renda de Inspetor de Alunos que fui da Escola Militar, durante trinta anos. (...)” [**grifo meu**] (Mesmo sem verbas..., 10 set. 1958, p.13).

3.1 O ACR de portas abertas aos mendigos encaminhados pela Polícia

Em diversos jornais e matérias, entre os anos de 1947 e 1960, há indícios da estreita colaboração do ACR com o SRM. “O maior auxiliar do Serviço é o Abrigo Cristo Redentor. Para lá vão diariamente de 10 a 20 mendigos, geralmente velhos ou doentes” divulgava o Correio da Manhã, no final dos anos 1948 (Rio..., 24 dez. 1948, p.18). “Todavia, apesar de ser grande o êxodo de indigentes que, diariamente, chegam a esta capital, a polícia só conta praticamente com o Abrigo Cristo Redentor” afirmava Abdias Rodrigues através da Revista da Semana (Rodrigues, 27 jan. 1951, p.12). Da mesma forma, em 1957, o Jornal do Brasil divulgava: “A Fundação Abrigo do Cristo Redentor presta, atualmente, assistência a 2 mil abrigados, a maioria do quais encaminhados pela Polícia de Mendicância” (Para o Abrigo..., 15 mar. 1957, p.6).

As estatísticas mensais da Seção de Mendicância, apresentadas de forma resumida através da imprensa, mostram que o ACR era a instituição que recebia o maior quantitativo de mendigos e indigentes encaminhados pela Polícia. Em outubro de 1947, o SRM recolheu 281 mendigos nas ruas e 103 indigentes se apresentaram espontaneamente a Seção. Desses 384 casos: 159 indivíduos foram encaminhados ao ACR; 6 ao Serviço Nacional de Tuberculose; 21 enviados aos seus Estados de origem; dentre outros casos (Indigentes..., 14 nov. 1947, p.4). Seis anos depois, em novembro de 1953, foram recolhidos das ruas: 253 esmolando, 45 dormindo na via pública e 71 perambulando, sendo amparados 66 embriagados e 11 desamparados; além dos 116 indigentes que se apresentaram de forma espontânea e 44 indivíduos vindo de outras instituições. Desse total: 354 foram postos em liberdade, mas 141 foram encaminhados ao ACR (Atividades..., 3 dez. 1953, p.3).

Além de mendigos, essa instituição assistencial recebia doentes crônicos, advindos dos hospitais da Prefeitura do Distrito Federal, que não dispunham de instalações adequadas para o seu tratamento, e tuberculosos, que disputavam “uma vaga nos poucos nosocômios especializados da capital do país” (relat. 1947, p. 8, 16; relat. 1958, p.18, 19). Através dos relatórios oficiais da FACR, constata-se que apenas no ano de 1950 foram encaminhados ao Abrigo: 70 pacientes crônicos do Hospital Getúlio Vargas (relat. 1950, p. 12). No ano seguinte, o ACR receberia o seguinte quantitativo de “doentes portadores de moléstias crônicas”: 50 do Hospital Getúlio Vargas, 4 do Hospital Pronto Socorro, 1 do Hospital Miguel Couto e 1 da Santa Casa de Misericórdia (relat. 1951, p.16). O presidente Getúlio Vargas, em mensagem ao Congresso, citou essa atuação da FACR no âmbito da saúde, especificamente em relação aos hospitais: “Essa Fundação contribui, assim, com a assistência que presta a centenas de enfermos para a diminuição do notório déficit hospitalar da Capital da República” (PL 2.776/1953).

Quanto aos tuberculosos, um elevado número de indivíduos nessas condições eram enviados para o ACR, impulsionando, a partir de 1947, o aumento de óbitos resultantes do agravamento dessa doença. Por isso, um pavilhão exclusivo aos tuberculosos, com 65 leitos, foi construído nessa unidade da Fundação, às expensas do Ministério da Saúde (MS), e inaugurado em maio de 1950 (relat. 1950, p.9; Pondé, 1977, p.135).



Ilustração 25: Fachada do Pavilhão destinado exclusivamente a tuberculosos no ACR (Souza, 12 maio 1950)



Ilustração 26: Visita de Clemente Mariani ao ACR. Da direita para a esquerda, Levy Miranda é o segundo homem de mãos unidas e olhar direcionado ao chão. Ao seu lado Clemente Mariani de terno branco. (Souza, 12 maio 1950).

Entretanto, esse novo pavilhão destinado aos tuberculosos parece não ter solucionado o problema da insuficiência de leitos no ACR destinado a esse fim. Através do relatório do ano de 1956 dessa entidade assistencial é possível saber que a “triagem” se encontrava praticamente transformada em novo pavilhão para os portadores dessa doença, “porque nunca foi tão grande, como no corrente ano, o número de candidatos portadores de tuberculose pulmonar” (relat. 1956, p. 18).

Essa assistência não exclusiva aos mendigos prestada pelo ACR é abordada em matéria publicada pela Revista Cruzeiro. Intitulada “Paraíso dos Mendigos”, o texto de David Nasser destacava, logo no início, que nem todos os assistidos no ACR eram conduzidos “até lá em carro-forte da Polícia”, mas “Alguns desses velhos foram conduzidos pelas mãos de esposas ou dos filhos (...)”. As fotografias de Jean Mazon retratavam os vários ambientes e perfis dos assistidos por essa instituição assistencial, dentre eles: o departamento de paráliticos, onde um aparelho de rádio era a única distração, e aquele destinado “aos que sofrem da mente e não estão agitados” (15 jun. 1946, p.10).

Com uma ampla e variada clientela, não é de surpreender que o ACR estivesse sempre superlotado (Excesso..., 11 ago. 1947, p.1, 5; Não dê esmolas..., 5 out. 1948, p.16; Nem mesmo..., 20 jul. 1955, p. 5; relat. 1955, p.7, 8). “A falta de leitos e acomodações chegou ao ponto de os mendigos dormirem em promiscuidade, no chão, debaixo das camas e até ao relento, junto às portas dos diversos barracões” (Rodrigues, 27 jan. 1951, p.11-15). Um repórter do Diário de Notícias relatou que buscou ajudar um mendigo que, tendo lesões nas mãos, aproximou-se dele pedindo: “Doutor, eu quero me curar!”, mas “Em vão lutamos para atender ao pedido de socorro. Do ACR, informaram-nos que não havia vaga” (Ação conjunta..., 5 dez. 1954, p.3).

Campanhas Financeiras eram realizadas pelos dirigentes do FACR visando a obtenção de verbas para a ampliação de suas instalações e capacidade assistencial¹⁰⁷ (Tigre, 24 set. 1948; relat. 1948, p.9). Em 1952, “Procurando melhorar o problema da falta de acomodações, foi (...) acelerada a construção de mais um pavilhão, com capacidade de 200 leitos, destinado às velhinhas de mais de 60 anos de idade” (relat. 1952, p.11). Entretanto, a conclusão dessa obra e sua inauguração ocorreu apenas em 1955, assim como da “cozinha Modelo” (relat. 1955, p.12), ocasião em que foi empregado “em maior escala a colaboração de abrigados” no Setor de construções (relat. 1952, p. 17). Afinal, estimulando os internos válidos a realização de trabalho a instituição contribuía para reinserção social desses indivíduos, ensinando-lhe um ofício, e, sobretudo, para a manutenção e/ou ampliação da própria instituição (relat. 1950, p.9, 10).

Através dos dados relativos à quantidade de assistidos pelo ACR entre 1947 e 1959 é possível constar um constante crescimento desses números ao longo dos anos:

¹⁰⁷ Uma carta de Levy Miranda foi transcrita e publicada no jornal Diário de Notícias e Gazeta de Notícias agradecendo a contribuição do Sindicato dos Bancários a Campanha Financeira da FACR, ocorrida em set. 1949, “com o fim de ampliar suas instalações assistenciais e melhor concorrer para a solução do grave problema da mendicância em nossa capital”. Essa missiva mencionava que aquele Sindicato arrecadara a importância de Cr\$ 23.360,20 (Sindicato..., 29 maio 1949, p.4; Miranda, 28 e 31 maio 1949, p.6).

Tabela 2 – Número de internos do ACR por ano (1947-1959)	
Anos	Quantidade de Abridados (em 31 de dez.)
1947	1.390
1948	1.499
1949	1.380
1950	1.672
1951	1.569
1952	1.666
1953	1.614
1954	1.639
1955	1.957
1956	2.004
1957	1.599
1958	1.648
1959	1.977

Número de internos no ACR em 31 de dez. entre os anos de 1947 e 1949 (relat. 1947 a 1959).

Em 1947 Levy Miranda informava que os pedidos de internação ao ACR eram bastante frequentes, sendo numerosas e regulares as levas que lhes eram encaminhadas pela Polícia, acrescentando: “E assim, dias houve em que foi preciso recorrer aos alpendres para abrigar o excedente da lotação e, embora, muitas vezes faltasse uma cama, sempre foi possível conseguir uma esteira, o cobertor, o travesseiro e a alimentação para esses clientes inesperados” (relat. 1947, p.8). No ano seguinte, segundo ele, “o número de mendigos enviados ao Abrigo, pela Polícia e Hospitais, continuava crescendo, “agravando-se as dificuldades que já em 1947 pareciam insustentáveis”, pois as suas instalações já estavam com lotação esgotada, (...)” (relat. 1948, p.8, 9). No ano de 1949 a introdução da cama dupla em alguns dormitórios viabilizou uma melhor acomodação dos assistidos no Abrigo (relat. 1949, p.9).

Dos anos 1950 a 1954 não é observada uma variação significativa no número de matrículas do ACR. Entretanto, em 1955 se verifica um “salto brusco” nesse número, atribuído aos seus dirigentes a construção do novo pavilhão de mulheres. No ano seguinte, um novo acréscimo é observado, com a soma de mais 47 internos.

Em relação a “pequena diminuição” em 1957 em relação ao número de internos – de 2004 para 1599 -, os dirigentes da FACR especulavam sobre os motivos que teriam levado àquele movimento:

“Não alcançamos a causa deste fenômeno e, a aventar uma hipótese talvez pudesse ele resultar do melhor **entrosamento entre a Delegacia de Mendicância e o Abrigo do Cristo Redentor**, e a

triagem mais perfeita que se verifica, desde meados do ano de 1957, em consequência da instalação daquela repartição no terreno que lhe foi cedido pela ‘Fundação’, junto ao nosso Abrigo” [**grifo meu**] (relat. 1957, p.21).

Curioso que 1957 foi o ano da visita do presidente português, general Francisco Craveiro Lopes, ao Brasil, quando a Polícia entregou cerca de 400 mendigos àquela unidade assistencial, “para hospedar”, enquanto essa autoridade permanecesse no Rio (relat. 1957, p.21, 22). Mas, provavelmente, por ter sido temporária essa “hospedagem” tal quantitativo não repercutiu na contabilidade final do número de matrículas do Abrigo.

Uma matéria do jornal “Última Hora”, inclusive, criticava e questionava o porquê apenas com a iminência dessa visita ilustre os policiais do mês agiram, sem “nenhum esforço extra” e “aparatoso cuidado”, recolhendo das ruas três centenas de pedintes e levando-os ao “arcabouço em concreto de um dos edifícios do ACR”. A reportagem intitulada “Onde irão os 300 homens recolhidos ao Abrigo Cristo Redentor? Voltarão para a rua os mendigos quando a visita deixar a casa!” também denunciava que apenas 100 macacões haviam sido fornecidos ao ACR para vestir os trezentos homens encaminhados àquela instituição, além de não terem sido concedido alimentos, medicamentos ou cigarros extras, o que comprovava “o sentido provisório das medidas adotadas” (17 jun. 1957, p.13). Tempos depois, Adalberto Couto, confirmaria, em depoimento ao Diário de Notícias, que: “Numa única oportunidade recebeu instruções para intensificar a repressão à mendicância: foi por ocasião da visita ao Brasil do general Craveiro Lopes” (Suspendeu..., 7 mar. 1963, p.3).

A implantação da Seção de Mendicância em terreno contíguo ao ACR aparentemente contribuiu, pelo menos a princípio, para uma melhor triagem dos mendigos que chegavam àquela instituição assistencial em viaturas da Polícia. Em 1958, a justificativa da diretoria da FACR para o discreto acréscimo no número de matrículas no Abrigo foi a mesma sugerida para o ano anterior:

“Embora não tenhamos recusado jamais acolhida de todos aqueles que a Seção de Repressão à Mendicância nos envia e outros que batem à nossa porta, não tem crescido o número de nossos asilados, que oscila em torno dos 1.600.

Talvez seja este equilíbrio estatístico, resultante da boa organização e do perfeito **entrosamento entre aquela dependência de Polícia e este Abrigo**, permitindo uma triagem mais rigorosa e, conseqüentemente, um encaminhamento mais acertado de seus candidatos” [**grifo meu**] (relat. 1958, 23, 24).

Entretanto, pode-se questionar se tal “equilíbrio” no quantitativo de mendigos internados no ACR não se devia também a uma parceria firmada entre o SRM e a Serviço de Assistência a Mendicância, da Prefeitura do Distrito Federal (PDF), que, pelo menos entre os meses de abril a julho de 1958, aparentemente propiciou uma ação mais eficiente na apreensão e encaminhamento dos indivíduos que eram recolhidos das ruas da cidade do Rio de Janeiro.

3.2 Uma “ação conjunta” do Serviço de Assistência a Mendicância e o SRM

Em abril de 1958 o Serviço de Assistência a Mendicância, da Secretaria Geral de Saúde e Assistência da Prefeitura do Distrito Federal (PDF), com a cooperação do SRM, iniciou um plano de ação de combate a mendicância nas ruas da Capital Federal (Os “Comandos”..., 30 abril 1958, p.2; Safra..., 16 jun. 1958, p.10; Copacabana..., 25 jun. 1958, p.6). Inspirados nos “Comandos Sanitários” de 1953, esses “Comandos de Repressão a Mendicância” agiam através da realização de “blitzes”, compostas por médicos, sanitaristas e assistentes sociais, além de policiais, que percorriam as ruas recolhendo mendigos para seu posterior encaminhamento (“Blitz”..., 30 abril 1958, p.5; Os “Comandos”..., 30 abril 1958, p.2).

Em matéria do Diário da Noite, intitulada “Os ‘Comandos’ limpam as ruas dos ‘profissionais da miséria’”, Guilherme Ribeiro Romano¹⁰⁸, então diretor da Secretaria Geral de Saúde e Assistência da PDF, contava que no ano de 1953, quando foi realizada campanha semelhante, as estatísticas demonstraram uma redução no número de mendigos do Distrito Federal (“Comando”..., 29 abril 1958, p.2). Naquela época, Romano “Tratou, inicialmente, de obter cooperação da polícia civil” para colocar em prática o seu programa de repressão à mendicância (Mendicância, 2 abril 1953, p.5). Ele defendia que aquele serviço era de competência do DFSP, mas a autoridade policial carecia de meios para exercê-lo com eficiência (Absoluto..., 24 dez. 1953, p.8).

¹⁰⁸ Em 1953 Guilherme Ribeiro Romano era diretor do Departamento de Assistência Social da Prefeitura do Rio de Janeiro e, naquela época, informava através da imprensa que: “Tratou, inicialmente, de obter cooperação da polícia civil (...)” para colocar em prática o seu programa de repressão à mendicância (Mendicância, 2 abril 1953, p.5). No ano anterior, em 1952, Guilherme Romano havia atuado como chefe da “Comissão de Favelas”, que possuía a “função de executar o estudo e a coordenação dos diversos serviços de ‘engenharia e assistência médica e social’ para intervir nas favelas” (Oliveira, 2021). Entre janeiro e setembro de 1954 Romano atuou como diretor do Serviço de Assistência a Menores (SAM) (Daminelli, 2019, p.60) e de 19 mar. 1958 a 17 mar. 1959 como Secretário Geral de Saúde e Assistência (Administração..., 2014, p.158).

Os “Comandos” de 1958, sob a coordenação do médico Francisco Santana, então diretor do Serviço de Reeducação e Readaptação, da Secretaria de Saúde e Assistência da PDF, agiam da seguinte forma: recolhiam os indigentes e os conduziam ao Albergue da Boa Vontade, onde eram fichados e submetidos a exame físicos (após serem lavados, barbeados e alimentados). Em seguida, os indivíduos podiam ser encaminhados a Polícia, ao SRM, ou, se doentes, transportados ao Asilo São Francisco de Assis, onde permaneciam em uma enfermaria triagem até serem conduzidos a hospitais especializados (“Comandos”..., 14 maio 1958, p.3, 11; “Comando”..., 29 abril 1958, p.2). Entretanto, alguns indivíduos “recusavam a assistência”, não aceitando a internação nos asilos ou hospitais. Nesses casos as autoridades os aconselhavam a não mais voltarem a mendicância, “sob pena de serem novamente recolhidos, soltando-os em seguida, após fazê-los assinar um compromisso neste sentido” (Surtem..., 20 jul. 1958, p.10; Nova Blitz...29 jul. 1958, p.6).

Em julho de 1958, tanto O Jornal, como Última Hora divulgavam que as “blitzes” realizadas de forma conjunta entre o Serviço de Assistência a Mendicância e a Polícia, representada pelo SRM, estavam surtindo efeito. Já no título de sua matéria O Jornal anunciava: “Surtem efeito as medidas de combate à mendicância”. A reportagem de Última Hora dizia constatar a redução “em 90% no número de malandros e mendigos que se encontravam nas ruas da cidade” (Prosegue..., 30 jul. 1958, p.8). Entretanto, após esse mês, os “Comandos” deixaram as páginas de jornais, ou ao menos a sua eficácia deixou de ser destacada pela imprensa; somente três meses após terem iniciado as suas atividades.

Adalberto Couto sinalizava “a ajuda” recebida pelo SRM para a realização de suas tarefas ao final do relatório de atividades daquela repartição policial do mês de julho de 1958.

Continuamos com os nossos serviços em dia, apesar da falta cada vez mais pronunciada de funcionários para várias seções. **Embora tenhamos desempenhado nossas tarefas a contento, com a ajuda de alguns companheiros**, certos estamos de que poderíamos ainda mais produzir, não fosse a carência de vários requisitos atualmente indispensáveis” [**grifo meu**] (Agradece..., 15 ago. 1958, p.10).

Essa ajuda mencionada pelo chefe do SRM pode ser uma referência a colaboração que existia naquele momento entre aquela repartição policial e Serviço de Assistência a Mendicância da PDF; da parceria existente entre àquela Seção e o ACR,

que havia se intensificado no ano anterior, com o estabelecimento de suas novas dependências em terrenos daquela instituição assistencial; ou ainda alguma outra instituição ou pessoas não relacionadas aos “Comandos”, nem ao ACR.

3.3 1959: o ACR em tempos de “crise”

No ano de 1959 o ACR voltou a apresentar “uma elevação considerável do número de velhinhos e mendigos”, de 1.648 a 1.977 matriculados. No relatório oficial dessa instituição, Levy Miranda comentava essa situação: “Voltamos a ter os nossos dormitórios superlotados, e, em consequência, regular número – 234 [de pessoas], tem que se alojar nos corredores, nas varandas, numa esteira ou num colchão, para aí passarem a noite” (relat. 1959, p.22, 23). Muitos mendigos recolhidos nas ruas pelo SRM continuaram a ser encaminhados ao Abrigo (Reeducam..., 12 jun. 1959, 1959), mas isso, por si só, não justificaria tal aumento no número de assistidos.

Nesse documento, o provedor perpétuo da FACR comentava também sobre as dificuldades enfrentadas por aquela instituição devido a concomitante elevação dos preços das utilidades e do quantitativo de assistidos:

“O crescimento vertiginoso dos preços das mercadorias, em geral, principalmente as necessárias, para alimentação dos nossos abrigados, aumentos salariais, etc., desequilibram, completamente, a nossa situação financeira. (...) o preço de um saco de feijão, que era de Cr\$ 400, é hoje de Cr\$ 2.600,00 e o arroz – que custava Cr\$ 450,00, está sendo vendido a Cr\$ 1.200,00; (...). Apenas, citamos estes principais artigos, sem falarmos na farinha de trigo, macarrão, açúcar, café, etc. Para a ‘Fundação’ que tem, mais ou menos, 6.000 bocas para sustentar, é apavorante este quadro negro que tem diante dos olhos os seus abnegados dirigentes” (relat. 1959, p.53, 54).

É necessário considerar que a partir de 1959 a política interna de industrialização e aceleração do crescimento desenvolvida durante o governo de JK (1956-1961), começou a apontar seus resultados negativos: aumento da inflação e do custo de vida, queda do Produto Nacional Bruto (PNB) e endividamento externo (Simon, 2012, p.144, 149). “Os dados econômicos da época mostram que a inflação, durante seu governo, foi de 12,2%, em 1955, a 25,2%, atingindo o patamar de 30,46%, em 1960” (Simon, 2012, p.142). Segundo Skidmore, os preços já começaram a se acelerar na primeira metade de 1958 (1982, p.216).

Nesse contexto econômico desfavorável, o provedor-perpétuo da FACR acreditava que a solução seria reduzir o número de assistidos no ACR. Entretanto, questionava-se: “Mas, como fazê-lo, de consciência tranquila, quando vemos crescer em torno de nós o número dos infelizes que apelam para a nossa ajuda, pedindo internação no Abrigo para não morrerem à míngua ou serem consumidos pelas doenças” (relat. 1959, p.11, 12).

No ano seguinte a situação agravou-se. De 1.977 o ACR passou a marca 2.044 matriculados. “Nunca se viu, em toda a vida da nossa Instituição, tão grande procura de internação e, assim, aconteceu que, ao encerrarmos o ano, existiam 2.000 asilados, fato jamais registrado até o presente”, afirmava Levy Miranda (relat. 1960, p.24). Essa informação é coincidente com a veiculada pelo jornal Correio da Manhã, através da matéria “Continua em bom ritmo a S. Rep à Mendicância”, que abordava as estatísticas do SRM apresentadas por Adalberto Couto: “Verifica-se também da estatística ser cada dia maior o número de pedidos de internação no Abrigo do Cristo Redentor. Pedidos estes endereçados à S. Rp. M. por hospitais, Serviços Sociais e institutos” (Continua..., 23 abril 1960, p.6).

Outro aspecto a ser considerado em relação a esse contexto: é a crescente elevação do número de doentes recebidos com tuberculose por essa entidade assistencial (relat. 1956, p.13). Embora não fosse o objetivo principal daquela entidade a assistência hospitalar, os dirigentes da FACR criaram um Serviço de Tisiologia, que, em 1958, já contava com 160 leitos (relat. 1958, p.18). O Pavilhão Nossa Senhora de Fátima, com 20 leitos para a Clínica de Tuberculose, foi concluído em 1959, além de uma varanda no Pavilhão São Domingos, também destinado aos tuberculosos (relat. 1959, p.31). No Balanço Geral da FACR, no item a “Discriminação do Saldo da Conta”, consta, inclusive, dentre os auxílios, um correspondente ao Serviço Nacional de Tuberculose (relat. 1959, 64).

Foi exatamente nessa época, ao longo das décadas de 1950 e 1960, que no mercado foram introduzidos antibióticos eficazes para a cura da tuberculose, passando o tratamento a ser ambulatorial. A partir de então, os novos desafios relativos a essa doença seriam a resistência aos antibióticos¹⁰⁹, os altos índices de mortalidade hospitalar e os elevados custos de hospitalização (Gonçalves, 2000; Imagens..., 2016).

¹⁰⁹ Maciel et al mencionam que “(...) no Brasil, os primeiros registros de resistência datam de 1958-1959, nos pacientes em tratamento na cidade do Rio de Janeiro (...)”. E “A partir da década de 1960, várias medidas foram implantadas visando o melhor controle da doença, como a padronização do esquema para

Dados estatísticos do SRM, referentes a abril de 1960, disponibilizados através da matéria “391 mendigos recolhidos nas ruas da cidade”, apontam que apenas naquele mês o serviço médico da Seção de Mendicância identificava 14 tuberculosos, que foram encaminhados ao ACR (1960, p.9). Dessa forma, em 1960, a quantidade de tuberculosos assistidos no ACR continuava a crescer, sendo registrado:

“Um fenômeno novo, que jamais se havia revelado à nossa observação, mas que agora entra no rol dos acontecimentos diários: Na ‘triagem’, onde recebemos os tuberculosos, o termômetro das necessidades humanas marca a mesma temperatura desesperadora. Não dispomos de lugar para acolher tantas e tantas vítimas (...)” (relat. 1960, p.8).

Segundo o relatório oficial da FACR daquele ano, o índice de morbidade crescia “assustadoramente”, sendo destacado o esforço do corpo médico da instituição, no combate à tuberculose. No livro “Levy Miranda: o apóstolo da assistência social no Brasil”, o autor Jaime Pondé, que naquela época era o chefe do Serviço de Tisiologia do ACR, ressaltou também essa insuficiência de funcionários destinados a esse tipo de assistência: “três médicos e seis auxiliares de enfermagem, mas contando com a colaboração de abrigados e das Religiosas” (1977, p.136).

Naquele ano, a diretoria da Fundação manifestava o seu desejo de ampliar suas instalações para receber ainda mais asilados, mas existia, além das dificuldades financeiras, o receio de se construir no terreno do ACR e, futuramente, ter que ceder áreas para a urbanização do bairro. A Superintendência de Urbanização e Saneamento (SURSAN)¹¹⁰ já havia invadido o terreno daquela unidade para canalizar o rio Faria e a *Light and Power*¹¹¹ chamou-os a juízo para reclamar da construção, debaixo de sua rede aérea de alta tensão, de uma dependência do Pavilhão de Tuberculosos (relat. 1960, p.25).

os casos novos com estreptomomicina, ácido paraminosalicílico e isoniazida” (2012, p.229). Sobre tuberculose multirresistente no Brasil, ver também: Dalcom et al, 2007.

¹¹⁰ A Lei n. 899, de 28 nov. 1957, instituiu um Fundo Especial de Obras e criou a SURSAN para administrar tais recursos. Silva menciona que Francisco Negrão de Lima, então prefeito, desejava com tal medida retomar grandes obras de infraestrutura paralisadas na cidade do Rio de Janeiro, em um momento que JK construía a nova Capital, Brasília (Silva, 2019).

¹¹¹ Criada em 1899, a empresa “São Paulo Tramway, Light and Power Company Limited” foi fundada em Toronto (Canadá). No Rio de Janeiro chegou em 1905, promovendo a eletrificação dessa cidade, assumindo ampla gama de serviços públicos. Em 1967 recebeu a denominação “Light Serviços de Eletricidade”, “em virtude da unificação das empresas de eletricidade atuantes no eixo Rio de Janeiro-São Paulo, pertencentes à multinacional canadense ‘Brascan Limited’, sucessora da holding ‘Brazilian Traction, Light and Power Company’” (Brandi, Paulo, 28 maio 2021; Light, CPDOC/FGV).

Jaime Pondé (1977) conta que, somente em 1962 com o fechamento do prédio do SRM, devido ao “episódio do Rio da Guarda”¹¹², é que o ACR deixou de receber tuberculosos provenientes desse departamento policial (p.136). Segundo ele, a partir desse acontecimento, encerrou-se, inclusive, “o ciclo das capturas nas ruas da cidade”, passando as internações no ACR “a depender da autoridade exclusiva da Provedoria, mesmo porque a superlotação constante não permitia maiores franquias para atender o número crescente de necessitados (p.113).

Em matéria publicada no jornal Última Hora, José Carlos Rego, confirma que, em 1963, o prédio do SRM, “assim como toda a sua aparelhagem”, encontrava-se fechado, criticando a atitude do então Governador Carlos Lacerda¹¹³ que “determinou o seu fechamento antes de criar outro serviço que pudesse substituir àquele”. Além disso, o jornalista mencionava que, a partir de estimativa feita por técnicos do ACR e da Polícia da Guanabara, 2.800 mendigos encontravam-se nas ruas, existindo entre eles grande número de tuberculosos, que levava muitos ao óbito (Rego, 1963, p.5).

Naquele momento o Rio de Janeiro já havia perdido o seu posto de Capital, tendo o centro político se deslocado para Brasília. O descaso do Governo Federal com a cidade era alvo de protestos. “Jornais da oposição como o Correio da Manhã, e até mesmo veículos que abertamente declaravam apoio ao presidente, como o Última Hora, mostravam seus descontentamentos com os rumos da cidade”, conforme afirma Rodrigo Gomes da Costa (2021, p.86). Agora a FACR precisava se adaptar aos novos tempos:

Enquanto o Rio de Janeiro era Capital Federal, parecia justo que a União fornecesse recursos para cobrir as nossas despesas. Atualmente ela continua fazendo-o, na proporção aproximada de 50% do total de nossos gastos, enquanto a contribuição do Estado da Guanabara é de 0,7%” (relat. 1961, p.8,9).

¹¹² O “episódio do Rio da Guarda” ou “Chacina do Rio da Guarda” é um acontecimento que está relacionado a “Operação mata-mendigos”. Segundo Mariana Dias Antonio (2020), a “Operação mata-mendigos” consistiu no extermínio de várias pessoas em situação de rua pelo “SRM” (ou melhor, por alguns funcionários ligados à essa Seção) no início da década de 1960, durante a gestão do governador Carlos Lacerda (1960–1965). Os crimes vieram à tona, em janeiro de 1963, “quando Olindina Jupiaçu sobreviveu a uma tentativa de afogamento no rio da Guarda, próximo a Itaguaí, mas outras cinco pessoas em situação de rua não tiveram a mesma sorte” (2020). Esse episódio foi inicialmente denunciado pelo jornal Última Hora e teve ampla repercussão na imprensa carioca (Antonio, 2020; 2021).

¹¹³ Carlos Frederico Werneck de Lacerda foi o primeiro governador do Estado da Guanabara (1960-1965). Começou sua carreira profissional escrevendo artigos para o Diário de Notícias (1929). Exerceu essa mesma atividade em revistas, como Observador Econômico e Financeiro e Diretrizes, dentre outras, assim como em O Jornal e Correio da Manhã, criando nessa última a seção: Na tribuna da imprensa. Quando em 1949 foi afastado do Correio da Manhã lançou um novo jornal: Tribuna da Imprensa, que se tornou porta-voz da oposição ao getulismo. Nessa época já havia sido eleito vereador do Distrito Federal na legenda da UDN (1947). Em 1954 foi eleito deputado federal e reeleito em 1958 (Carlos, s.d.).

A década de 1960 trazia novos ares, novos tempos, e o ACR teria que se adaptar a uma nova realidade, de recursos ainda mais escassos e de problemas persistentes, como o da mendicância nas ruas da cidade do Rio de Janeiro, e daqueles surgidos com a implantação do nascente Estado da Guanabara.

CAPÍTULO 4

A política de subvenção as instituições filantrópicas: uma análise a partir do caso da FACR (1946-1960)

Após dissertar sobre as atividades desenvolvidas pelo Departamento de Pesca e o Abrigo Cristo Redentor, ambos vinculados ao complexo assistencial denominado Fundação Abrigo do Cristo Redentor, durante os anos de 1946 a 1960, é possível constatar que o primeiro vivia tempos de alta rentabilidade, e o segundo de grande dispêndio de verbas, advindo de sua superlotação. Enquanto um obtinha recursos com a produção e venda do pescado, contribuindo de forma crescente para a manutenção daquele complexo assistencial, o outro abrigava um número cada vez maior de pessoas, indigentes e doentes, que exigiam um aumento de despesas e obras de ampliação. Além disso, os tempos de inflação, com constante elevação do preços de alimentos e salário de funcionários, não permitia que toda a rentabilidade obtida pelas atividades pesqueiras fossem suficientes para compensar o vultuoso déficits existente no seu orçamento.

Nesse sentido, os dirigentes da FACR, especialmente Levy Miranda, defendiam uma entidade autossuficiente¹¹⁴, pelo menos em relação a questão do abastecimento, que contribuísse com sua produção própria para a redução dos elevados custos de manutenção. As atividades desenvolvidas pelo Departamento de Pesca também contribuía para isso. Mas em que medida uma instituição desse porte poderia prescindir do auxílio governamental?

Desde o estabelecimento do Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS), em 1938, a FACR figurou entre as instituições filantrópicas contempladas pelas subvenções distribuídas por esse órgão governamental. No período democrático do Brasil Republicano (1946-1960) tal situação não mudou, a Fundação continuou recebendo apoio dos governos, consubstanciado pela concessão de subvenções, auxílios e créditos especiais. Entretanto, constata-se que o quantitativo de verbas concedidas à essa entidade foi diminuindo, especialmente após o término do Segundo Governo Vargas (1951-1954).

O objetivo desse capítulo é analisar como se dava a concessão de subvenção, auxílios e créditos governamentais as entidades filantrópicas durante os anos de 1946 a

¹¹⁴ No relatório oficial de 1958 Levy Miranda aponta a conquista dessa autossuficiência em relação a alguns alimentos, como leite, manteiga, banha, farinha de mandioca, fubá de milho, tubérculos, hortaliças, frutas e peixe (p.20).

1960, e, nesse contexto, como a FACR obteve e/ou buscou manter esse tipo de apoio governamental. Por fim, pretendeu-se destacar o papel desempenhado por Levy Miranda e sua importância para a manutenção daquela entidade e do seu status social.

4.1 Do Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS) ao Congresso Nacional: os árbitros do processo de concessão de subvenção às instituições filantrópicas

Não é possível dissertar sobre o apoio financeiro oferecido pelo Estado as entidades assistenciais no Brasil Republicano após 1938 sem mencionar a atuação do Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS). O CNSS¹¹⁵ foi um órgão criado através do Decreto-lei n. 525, de 1 de julho de 1938, vinculado ao Ministério da Educação e Saúde (MES), com a função de estudar o problema do serviço social e ser um órgão consultivo dos poderes públicos e das entidades privadas (Brasil, 1 jul. 1938). Embora Iamamoto e Carvalho (1996) tenham defendido que o Conselho não chegou a ser um organismo atuante, caracterizando-se “mais pela manipulação de verbas e subvenções, como mecanismo de clientelismo político”, é possível perceber uma intensa atividade, por parte dos seus membros, na relatoria e avaliação dos pedidos de subvenção das instituições filantrópicas, especialmente durante os seus primeiros anos. Além disso, há indícios que apontam para uma busca de organização, racionalização e centralização do processo de subvenção pelo CNSS, como: a elaboração de um formulário padrão, com questões a serem preenchidas por todas as instituições, o estabelecimento de critérios de análise dos pedidos, a publicação periódica de notificações às entidades, exigindo o envio de documentos e informações pendentes, dentre outras práticas (Caminha, 2012). Serbin (1992) chega a afirmar que “the members of the Conselho were scrupulous in discharging their duty of directing funds to institutions with proven need and with goals of assisting the needy. In this sense the membership of the CNSS followed the general policy of the Vargas administration to rationalize the governmental process”.

¹¹⁵ Na verdade, é a Caixa de Subvenções, criada em 1931, vinculado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores (MJNI) e em seguida (1932) ao Ministério da Educação e Saúde (MES), “considerada a primeira iniciativa do Estado de intervir mais diretamente na organização, controle e distribuição de recursos destinados às ações assistenciais promovidas pelas instituições filantrópicas do país” (Caminha, 2012). Para maiores informações sobre Caixa de Subvenção, ver capítulo 4 – Subvenções, caridade e catolicismo: notas sobre a ‘República Católica Integral’ (1931-1937), em Gonçalves, Marcos (2009).

Com o fim do Primeiro Governo Vargas (1936-1945) e o início do processo de redemocratização do país, o CNSS continuou atuando como “instituição mediadora da regulação estatal da filantropia” através de ações predominantemente voltadas para arbitramento de auxílios e subvenções (Mestriner, 2005, p.118). Num primeiro momento, sua composição sofreu poucas alterações, sendo mantidos os membros Ataulfo Nápoles Paiva, na presidência, Stela de Faro, Eugênia Hamann e Raphael Levy Miranda, e substituídos apenas àqueles ocupantes das cadeiras reservadas ao cargo de juiz de menores, do diretor geral do Departamento Nacional da Criança e o da Saúde, que passaram a ser Alberto Mourão Filho, Milton Carlos Braga Neto e Mário Pinotti. Para Mestriner uma mudança radical no CNSS aconteceu apenas após a morte de Ataulfo Nápoles de Paiva, em 8 de maio de 1955, quando o seu papel de árbitro dos pedidos de subvenção social foi transferido à Câmara dos Deputados e ao Senado. Segundo a autora, “Começa aí o processo de manipulação política do CNSS” (p.128).

De modo distinto, Serbin (1991) defende que, após a queda de Vargas em 1945, “o centro do poder de decisão sobre subvenções começou a se deslocar para o Congresso”, que acabou em 1951, com a promulgação de uma “nova legislação”¹¹⁶, substituindo definitivamente o CNSS no papel de avaliador dos pedidos de subsídios das instituições filantrópicas (p.4). O autor mostra que, mesmo permanecendo inalterada a estrutura do CNSS durante o governo de Eurico Gaspar Dutra (1946-1950), a Constituição de 1946 impediu que a palavra final na concessão de subsídios fosse dada pelos seus membros, pelo ministro da Educação e Saúde ou pelo Presidente da República. A partir daquele momento, era exigido que todas as propostas de orçamento do Executivo fossem encaminhadas ao Congresso, abrindo margem para a sua interferência nos processos decisórios. Dessa forma, Serbin (1991) acredita que a redemocratização do país provocou uma descentralização no processo de destinação de recursos às instituições filantrópicas, transformando-a numa grande “troca clientelista” (p.4).

Fabíola Amaral Tomé de Souza (2019) centra a sua análise exatamente na “troca clientelista” existente no âmbito do processo de concessão de subvenções e auxílios às instituições filantrópicas durante o período democrático, de 1946 a 1964 (p.54). Utilizando como uma de suas fontes uma série de matérias publicadas pelo

¹¹⁶ Suponho que Serbin faça referência a Lei n. 1.493, de 13 dez. 1951, que “Dispõe sobre o pagamento de auxílios e subvenções” (Brasil, 13 dez. 1951).

jornalista Edgar Morel, no jornal Última Hora, em 1951, que denunciavam a prática de clientelismo e corrupção na distribuição de verbas públicas, a autora defende que o CNSS não possuía critérios de seleção e fiscalização das entidades assistenciais, direcionando, algumas vezes, recursos apenas devido ao vínculo que tais instituições possuíam com determinado político ou membros da elite. No âmbito do Congresso Nacional as coisas não se davam de forma diferente, pois entidades apadrinhadas por algum político possuíam suas demandas apresentadas diante dos demais parlamentares, entravam na pauta de discussão e podiam ser beneficiadas com a agilização dos trâmites dos seus processos. Dessa forma, a autora destaca a existência de uma troca de favores entre políticos e instituições filantrópicas, onde os primeiros visavam a formação de uma “clientela política”, para garantir votos nas eleições e sua manutenção no poder, e os segundos, além do prestígio, acesso a bens e serviços públicos aos grupos sociais por eles assistidos (p.89). Segundo ela, a discussão, votação e promulgação da Lei n. 1.493, de 13 dez. 1951, foi exatamente uma resposta do Estado ao conjunto de denúncias realizadas por Edgar Morel sobre os desvios de dinheiro, pagamento a instituições filantrópicas suspeitas ou inexistentes (p.21).

Em sua tese Tomé de Souza (2019) analisa também os processos administrativos vinculados ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores (MJNI) referente a pedidos de subvenção de algumas instituições filantrópicas, observando interferências políticas para a sua agilização ou resolução. Entretanto, as verbas concedidas pelo MJNI não eram arbitradas pelo CNSS, que atuava especificamente em relação as subvenções sociais concedidas via MES, sendo também apenas direcionadas a entidades voltadas ao atendimento de menores abandonados ou infratores. Além disso, a autora parece dar atenção excessiva a Caixa de Subvenções, órgão criado em 1931, inicialmente ligada ao MJNI, não concedendo nenhuma atenção ao deslocamento ocorrido no papel decisório do CNSS à Câmara dos Deputados em relação ao arbitramento das subvenções às instituições filantrópicas.

As atas do CNSS, publicadas no Diário Oficial da União (DOU), revelam que no ano de 1952 esse órgão ainda possuía a função de relatar e julgar os pedidos de subvenção das instituições filantrópicas. Na ata da sessão 82º, do dia de 12 de setembro de 1952, consta que os seus membros Eugênia Hamann, Stela de Faro, João de Melo Teixeira, Abelardo Marinho e Rubem Rodrigues Silva, sob a presidência de Ataulfo Nápoles de Paiva, se reuniram para relatar processos, tendo em seguida sido registrado

o nome de cada relator, das instituições por ele avaliadas e o seu julgamento (Rossi, 23 out. 1952). Diante dessa informação, a hipótese de Serbin, de que a promulgação de uma nova legislação em 1951 determinou a substituição definitiva do CNSS como árbitro dos processos de subvenção, não parece tão adequada. Além disso, como através do DOU não foi possível encontrar nenhuma ata do Conselho posterior ao ano de 1952, é provável que essa transição tenha ocorrido antes mesmo da morte de Ataulfo Nápoles de Paiva, em 1955, momento apontado por Mestriner como decisivo.

Parece existir consenso entre os pesquisadores em relação ao fato que o Congresso Nacional substituiu o CNSS na função de árbitro dos pedidos de auxílio às entidades assistenciais no período democrático (1946 a 1964). A divergência se encontra em relação ao momento exato que isso ocorreu. A não localização de atas do Conselho posterior ao ano 1952 sugere que tal mudança pode ter ocorrido de forma definitiva em 1953, no contexto do segundo governo Vargas (1951 a 1954), um ano marcado pelo agravamento da crise política e por fatores que “tornavam o Executivo mais fragilizado e cauteloso diante do Legislativo” (Hamilton e Fonseca, 2003, p.814). Outro aspecto que merece ser destacado é que a partir de julho de 1953 o CNSS tornou-se um órgão do Ministério da Educação e Cultura (MEC) - mudança ocasionada pelo desmembramento do Ministério da Educação e Saúde (MES) e a criação do Ministério da Saúde (MS) (Brasil, 25 jul. 1953) -, o que também pode ter impulsionado alguma reforma na sua estrutura. Tal hipótese é reforçada pela narrativa de Antônio Balbino de Carvalho Filho, na sessão do Senado do dia 17 de nov. 1969, na qual menciona que o CNSS, nos idos de 1953, estava numa fase de reorganização, existindo ali “alguns problemas humanos muito delicados” e a necessidade de se fazer uma “nova estruturação que permitisse mais eficiência aos diferentes órgãos que integravam os departamentos dos assistentes sociais do Ministério (...)” (Balbino, 17 nov. 1969, p.25)¹¹⁷.

O fato é que esse deslocamento no centro do poder decisório em relação a concessão de subvenções as instituições filantrópicas via MES ocorreu durante o período democrático do Brasil Republicado: do CNSS ao Congresso Nacional. Com a

¹¹⁷ “Em junho de 1953, Antônio Balbino foi nomeado ministro da Educação e Saúde, “no momento em que o ministério era desdobrado em duas pastas: o Ministério da Educação e Cultura (MEC) e o Ministério da Saúde (MS). De agosto a dezembro de 1953, cumulativamente com a chefia do MEC, ocupou de forma interina a chefia do Ministério da Saúde. Deixou a pasta em julho de 1954, para concorrer às eleições para o governo da Bahia” (Coutinho, s.d.).

promulgação da Constituição de 1946, o Congresso passou, inclusive, a ser responsável em dar a palavra final nesse processo de liberação de verbas. Verifica-se que o CNSS não foi extinto de forma imediata, mas foi progressivamente perdendo a sua importância com o término do Primeiro Governo Vargas (1936-1945).

4.2 A FACR e os novos tempos: em busca de verbas governamentais (1946 a 1960)

Pelo menos nos primeiros anos do governo Dutra (1946-1951), a FACR parece ter recebido amplo apoio financeiro do Governo Federal, em um momento que o Congresso Nacional já concedia a palavra final no processo de concessão de subvenções as instituições filantrópicas. Tal hipótese pode ser confirmada a partir da declaração de Levy Miranda no relatório oficial da entidade do ano de 1947:

“Sentimos como cresce a confiança em torno de nós. O trabalho da Fundação avulta aos olhos da Nação. Já não são, apenas, os seus órgãos executivos que nos estimulam e auxiliam, mas o poder legislativo penetra no íntimo do nosso trabalho, premiando-o com os créditos orçamentários que jamais foram distribuídos a outras obras de assistência” (relat. 1947, p.6).

Nesse momento, a FACR continuava recebendo a subvenção concedida pelo MES, via CNSS, mas, como em épocas anteriores, esse não era o único auxílio que recebia em favor da manutenção e desenvolvimento das suas atividades assistenciais. Consta em seus relatórios dos anos de 1946 a 1948, no item “Receitas e fontes de suprimento” ou “Demonstrativo da Receita e Despesa de Manutenção”, a discriminação de valores de subvenção advindos também do MJNI; do MES especificamente para o PMSG; do Governo do Estado do Rio; das Prefeituras do Distrito Federal, de Niterói e São Gonçalo; além dos contratos com Governo do Estado do Rio para AASF e do MJNI para IPGV, ambos relativos à disponibilização de uma determinada quantidade de vagas para internação de menores encaminhados pelo poder público. Curiosamente a soma de todas as subvenções do ano de 1946, 5.611.00,00, não foi superior ao valor obtido com suas “produções e rendas”, 7.307.889,70, o que não se constata nos anos subsequentes (relat. 1946, p.53; relat. 1947, p.54; relat. 1948, p.58; relat. 1949, p.60).

Somente no último ano da gestão Dutra, as subvenções da FACR foram reduzidas, segundo informação de Levy Miranda: “O Congresso Nacional, no propósito de equilibrar o orçamento da República, reduziu as subvenções que anualmente tem sido

concedida à ‘Fundação’” (relat. 1951, p.10).

Tanto no período Dutra, como em Vargas, se observa a prática do envio de mensagens por parte do provedor perpétuo da FACR, Levy Miranda, ao chefe do Poder Executivo, e desse ao Congresso Nacional, com pedido de crédito especial a essa entidade assistencial. No relatório de 1948 consta registro que a Fundação havia solicitado ao Presidente da República um crédito especial de Cr\$ 8.000.000,00 (relat. 1948, p.50) e foi através da mensagem n. 737, de 13 dez. 1948, que Dutra dirigiu aos membros da Câmara dos Deputados um anteprojeto de lei solicitando esse valor, que, segundo ele, seria destinado à manutenção e desenvolvimento dos serviços de assistência dessa entidade, argumentando:

“São notórios os objetivos altruísticos dessa instituição, devotada à redenção moral e física da infância abandonada e à proteção e amparo da velhice desvalida, constituindo as suas atividades nesse setor preciosa colaboração com que tem contado os poderes públicos” (Brasil, PL 401/1949)

Esse Projeto de Lei (PL 401/1949) foi aprovado, transformando-se na Lei n. 892/1949, mas esse valor só seria disponibilizado àquela instituição assistencial nos primeiros meses de 1950, colaborando para a cobertura de déficits de exercícios anteriores (Brasil, 24 out. 1949; relat. 1949, p.48, 49; relat. 1950, p.37, 44).

Na verdade, a partir de 1946, a demora na liberação das verbas surge como um problema relacionado a concessão de auxílio a entidades filantrópicas, cujos processos agora precisavam da aprovação final na Câmara e no Senado. Sobre esse inconveniente, Levy Miranda declarava:

“Cumprе, à guisa de esclarecimentos, registrar a demora havida no recebimento das subvenções e créditos especiais, inclusive a do Conselho Nacional do Serviço Social (...). (...). Todos estes créditos, votados e aprovados no exercício de 1947, tiveram, entretanto, por circunstâncias várias, seus pagamentos retardados” (relat. 1947, p. 46, 47).

Esse problema já havia sido apontado pelo provedor perpétuo da Fundação no relatório do ano anterior. Quando da transferência da Cidade dos Meninos¹¹⁸ à FACR, Levy Miranda encaminhou ofício ao Presidente Dutra, e esse aos membros da Câmara

¹¹⁸ Através do Decreto-lei n. 9.899, de 16 de setembro de 1946, todos os bens da Fundação Darcy Vargas são transferidos a FACR, dentre eles a Cidade dos Meninos (Brasil, 16 set. 1946)

dos Deputados, ambos no final do ano de 1946, solicitando a concessão de um crédito especial no valor de Cr\$ 4.000.000,00, a fim de atender o aumento de encargos advindos da incorporação daquela nova unidade (PL 291/1946 ou PL 76/47). Mas, “Infelizmente, tal crédito não foi votado, no ano de 1946, parecendo-nos que deverá sê-lo no início da nova sessão legislativa”, comunicava Levy Miranda aos membros do Conselho daquela entidade assistencial (relat. 1946, p. 31).

Na verdade, somente em março de 1947 esse projeto de lei entrou em discussão na Câmara, sendo submetido a votos e aprovado o requerimento do deputado Ruy Santos (da União Democrática Nacional - UDN), que sugeria o seu encaminhamento à Comissão de Saúde¹¹⁹ (em 30 abril). Em maio daquele mesmo ano essa Comissão emitiu parecer favorável a concessão desse auxílio a FACR. Além disso, foi considerada e acrescida a emenda proposta pelo deputado Edmundo Barreto Pinto (PTB-DF), que solicitava que tal importância fosse concedida pelo MES, e não pelo MJNI, de uma só vez, mas que a instituição fosse obrigada a prestar contas do valor recebido¹²⁰. Em 30 de julho era publicada a Lei n. 53, autorizando a concessão desse auxílio, que não foi pago naquele ano.

Em agosto de 1947 o Presidente da República encaminhava uma nova mensagem ao Congresso (n. 423), submetendo à deliberação do Poder Legislativo um anteprojeto que solicitava a concessão de outro auxílio especial a FACR, no valor de Cr\$ 4.000.000,00, e com mesma justificativa do anterior. Dessa forma, objetiva-se completar o total de Cr\$ 8.000.000,00, que somado aos Cr\$ 7.000.000,00, já previsto no Orçamento Geral da República daquele exercício para àquela entidade, chegaria ao montante que a Fundação julgava ser necessário para a continuidade das suas atividades assistenciais (PL 970/1947)¹²¹.

Ambos os PL. 76 e PL 970/1947, votados e aprovados no exercício de 1947,

¹¹⁹ Foi Bayard Lima (do Partido Social Democrático - PSD) que apresentou o relatório das visitas realizadas pela Comissão de Saúde à FACR. Nesse relatório, após narrar, de forma cronológica e retórica, a trajetória dessa entidade assistencial, Bayard cita as atividades realizadas em cada uma de suas unidades, do seu “custo relativamente baixo”, sugerindo, inclusive, que as subvenções daquele ano fossem ajustadas às suas reais necessidades (Lima, 13 jun. 1947, p. 2593; Aristóteles..., s.d.). Outro aspecto a ser considerado é que nessa ocasião o presidente da Comissão de Saúde era o deputado Luiz Gonzaga Novelli Junior (PSD), que também era um dos membros do “Conselho de Amparo à Infância, Enfermos e Velhice Desamparada” da FACR (relat. 1947, 1949).

¹²⁰ O PL 291/1946 autorizava a abertura desse crédito a FACR pelo MJNI, e foi transformado em PL 76/1947, que aprovava o seu pagamento via MES, pois, segundo a Comissão de Finanças, aquele auxílio também se destinava ao pagamento de um empréstimo que àquela instituição “se viu obrigada a contrair com o Banco do Brasil, para que não fosse obrigada a pôr na rua mendigos e menores abandonados” (PL 76/1947).

¹²¹ O PL 970/1947 foi transformado na Lei 214, de 7 de janeiro de 1948 (Brasil, 7 jan.1948).

tiveram seus pagamentos efetuados provavelmente no ano de 1948 (relat. 1947, p.46), quando Dutra já encaminhava a mensagem n. 737 ao Congresso, solicitando um novo auxílio extraordinário de Cr\$ 8.000.000,00, a pedido do Provedor da FACR (PL. 401/1949).

Nos anos seguintes a Fundação continuou solicitando e recebendo crédito especial do governo, mas a questão do atraso no pagamento das verbas ainda era um problema a ser solucionado. No relatório da FACR Levy Miranda apontava que:

“As dificuldades, todavia, são sempre grandes, não obstante a assistência que tem recebido das altas autoridades do Governo. É forçoso, todavia, considerar que esses auxílios são sempre concedidos “a posteriori”, muitas vezes com grande atraso, em virtude da demora das resoluções do Congresso Nacional (...)” (relat. 1951, p.51).

Diante desse atraso na liberação das verbas, a diretoria da Fundação recorria ao Banco do Brasil (BB), que lhe fazia “adiantamentos garantidos pelos créditos constantes da Lei do Orçamento e pelos auxílios a serem aprovados pelo Congresso Nacional” (relat. 1951, p.52). Esses adiantamentos eram frequentes há alguns anos (relat. 1950, p.6) e, na maioria das vezes, destinava-se a cobertura de déficits, como é mencionado no relat. 1946:

“O crédito desse mesmo Banco, de igual importância [Cr\$ 3.000.000,00], que figura no balanço do exercício em causa, refere-se a novos adiantamentos, feitos nos meses de outubro e dezembro, a serem liquidados com a subvenção especial de Cr\$ 4.000.000,00 favorecida pelo Governo Federal para ocorrer ao pagamento de novas construções e para cobertura dos déficits anteriores, já aprovada pela Câmara dos Deputados, na legislatura passada e pendente, somente, do pronunciamento do Senado Federal” (p.37)

Por isso, nos relatórios oficiais da FACR sempre são registradas palavras de gratidão aos Presidentes do BB, especialmente a Guilherme da Silveira, que continuava a ampará-los “com solicitude que só poderíamos classificar de paternal, tal a oportunidade dos auxílios que nos concede, tal a bondade com que atende aos nossos pedidos” (relat. 1946, p.38, 39). No relatório de 1948, Levy Miranda destacava a importância dessa autoridade para àquela instituição:

“Já o dissemos, e não cessaremos de proclamá-lo, que a Fundação há muito teria encerrado os seus trabalhos, não tivesse encontrado no Presidente do Banco do Brasil, Dr. Manuel Guilherme da Silveira Filho, o mais constante e generoso protetor que tem garantido a

sobrevivência de nossa instituição, em momento das mais sérias dificuldades” (p.52).

Manuel Guilherme da Silveira Filho (1882-1974) foi presidente do Banco do Brasil em duas ocasiões: no governo Washington Luís, entre set. 1929 a 24 out. 1930, e após a queda do Estado Novo, quando José Linhares, assumiu a presidência da República, em 22 nov. de 1945, deixando o cargo apenas no dia 10 jun. 1949, após sua nomeação como Ministro da Fazenda, pelo então Presidente Dutra (Kornis, s.d.). Mesmo já no cargo de Ministro da Fazenda, Guilherme da Silveira proporcionava “oportuna interferência no Banco do Brasil”¹²² em favor da FACR (relat. 1950, p. 7).

Na “exposição de motivos” da PL 855/1950, encaminhada ao Congresso pelo Presidente Dutra, o ministro Guilherme da Silveira argumentava em favor da liberação de Cr\$ 15.000.000,00 àquela entidade assistencial, pelo Ministério da Fazenda, mesmo diante dos pareceres contrários da Contadoria Geral da República e da Diretoria Geral da Fazenda Nacional¹²³. Afirmava ser “ocioso salientar (...) o notável trabalho da postulante no campo da assistência social, o qual, só por si justifica o arrimo que lhe dá o Governo, mediante créditos orçamentários ou adicionais” (PL 855/1950)

A PL 855/1950 é um bom exemplo relativo à grande demora na liberação de recursos à Fundação a partir de 1946, quando a Câmara e o Senado já precisavam dar a palavra final quanto as subvenções e créditos especiais, mesmo os já aprovadas pelo CNSS ou encaminhados pelo Presidente da República, o que gerava “graves inconvenientes” àquela instituição e, provavelmente, a outras do mesmo perfil (relat. 1947, p. 47). Em 26 de setembro de 1950, Dutra encaminhava a mensagem 390, através da qual solicitava o crédito especial de Cr\$ 15.000.000,00, que, segundo pedido formulado pela FACR, era imprescindível para a cobertura dos déficits junto ao BB e continuidade dos seus serviços assistenciais. Entretanto, apenas em dezembro do ano seguinte, a Comissão de Finanças, a partir do relatório apresentado por Rui Ramos¹²⁴

¹²² Essa prática parece ter prosseguido nos anos seguintes, pelo menos na gestão de Ricardo Jafet (1951-1953), pois há menção da “boa vontade e tratamento especial que o Banco do Brasil dispensava a Fundação, fazendo-lhes adiantamentos (...)” (relat. 1951, p.52; 54; Ricardo..., s.d.).

¹²³ Segundo o próprio Guilherme da Silveira, através da sua exposição de motivos, os auxílios orçamentários destinados a Fundação naquele exercício já se elevavam a Cr\$ 13.440.000,00, dispondo ainda a mesma de receber o crédito especial de Cr\$ 8.000.000,00. Por isso, ele explana que a Contadoria Geral da República e a Diretoria Geral da Fazenda Nacional eram contrários a liberação daquele crédito especial, pois consideravam que o Governo já havia prestado auxílio a Fundação, além de considerarem a difícil situação financeira do Tesouro Nacional (PL 855/1950).

¹²⁴ Rui Vitorino Ramos (1909-1962), advogado e promotor público em Alegrete (RS), se elegeu deputado federal pelo RS na legenda do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), assumindo o mandato em fevereiro do ano seguinte (1951) (Rui..., s.d.).

(PTB-RS), emitiu parecer favorável a esse projeto; em mar. de 1952 foi aprovado o requerimento do deputado Benjamin Farah solicitando preferência ao projeto, sendo anunciada e encerrada a sua segunda discussão, enviado à Comissão de Redação; lida e aprovada sua redação final (PL 855/1950).

É importante destacar que nos anos de 1950/1952 o deputado Benjamin Farah (PSP)¹²⁵ consta como um dos membros do Conselho de Ensino Profissional da FACR, assim como o deputado Godofredo Dinis Gonçalves (PR) e o Senador Jones dos Santos Neves (PSD). Embora não haja indício de que houvesse uma atuação concreta e ativa por parte dos conselheiros da Fundação¹²⁶ pode-se inferir que ao menos existia um peso simbólico na escolha daqueles que iriam participar de sua composição. Farah não propõe o projeto e nem consegue interferir a ponto de fazê-lo ser rapidamente votado e aprovado na Câmara, mas ao menos consegue ser ouvido pelos seus pares quando solicita sua prioridade.

Dessa forma a PL 855/1950, proposta pelo Poder Executivo, em set. de 1950, no governo Dutra, apenas se transformou na Lei n. 1.644 em 16 de jul. de 1952, já no governo Vargas, sendo seu valor recebido e recolhido pelo BB, no mesmo dia, em 31 de dez. daquele ano (Brasil, 16 jul. 1952; relat. 1952, p.42).

Naquele momento, outro projeto de lei em favor da FACR, com pedido de crédito especial de Cr\$ 15.000.000,00, pelo Ministério da Fazenda, já tramitava no Congresso. A mensagem de Vargas (n. 85), do dia 24 mar. 1952, encaminhada aos membros da Câmara, trazia em anexo processo da Fundação pleiteando um auxílio extraordinário para cobertura de déficit previsto no seu orçamento para aquele exercício, apresentando também dados que apontavam a progressiva redução dos valores de subvenção que lhe eram concedidos pelo governo desde 1949¹²⁷. Na exposição de

¹²⁵ Benjamin Miguel Farah (1911-1997), nasceu em Corumbá (MS), mas, em 1932, transferiu-se para o Rio de Janeiro, onde se formou em medicina. Durante o Estado Novo (1937-1945) trabalhou em diversos serviços hospitalares naquele estado, clinicando também em vários sindicatos. Iniciou sua vida política após a deposição de Vargas, em 2 de dez. 1945, elegendo-se deputado federal pelo PTB. No pleito de 1950 filiou-se ao Partido Social Progressista (PSP), sendo o único representante dessa agremiação pelo Distrito Federal (Benjamin..., s.d.).

¹²⁶ Os membros dos Conselhos da FACR exerciam um mandato de três anos e estavam distribuídos entre os Conselhos Administrativo, de Amparo à infância, enfermos e velhice desamparada e do Ensino Profissional, além da Provedoria, a qual era vinculado os cargos de Provedor, Superintendente Geral, financeiro, religioso e industrial, além de Secretários e Tesoureiros (Assistência a Menores..., 1946).

¹²⁷ A redução nos valores de subvenção parece ter ocorrido de forma crescente nos anos de 1951 e 1952. Tal situação é mencionado no relat. 1952: “Grandes foram as reduções sofridas nas verbas que a União pôs da Fundação (...)” (p.11); “Foi ainda mais grave do que no ano anterior a situação que se esboçou para 1953, pois, as verbas incluídas no orçamento da União sofreram cortes tão importantes, que ficaram reduzidas a parcelas insignificantes, frente às nossas responsabilidades” (p. 13).

motivos do Ministério da Fazenda, Horário Lafer confirmava tal informação, destacando que tal déficit havia sido agravado pela perda de uma importante contribuição que até então era concedida àquela entidade pela União¹²⁸, além do aumento do custo de utilidades e serviço (PL 1.850/1952).

Quanto aos déficits previstos e verificados para o exercício de 1953, especialmente devido as reduções feitas pelo Congresso Nacional nas suas verbas orçamentárias, a FACR fez um novo apelo ao Presidente da República, solicitando concessão de mais um crédito especial, dessa vez no valor de Cr\$ 19.000.000,00 (relat. 1952, p.42). Em sua mensagem n. 12, de 7 de jan. 1953, Vargas mencionava a contribuição da Fundação, no âmbito da assistência, para a diminuição do déficit hospitalar da Capital da República, assim como para o recolhimento de cerca de duzentas pessoas por mês que lhe eram encaminhadas pelas autoridades policiais. Outro aspecto destacado pelo Presidente da República era a crescente redução nos valores de subvenção concedidos à essa instituição, que, conseqüentemente, conduziu ao aumento dos seus déficits. Segundo ele, tal fator determinaria: “se não a paralização dos serviços assistenciais, pelo menos, a sua sensível redução, com indisfarçável prejuízo para o equilíbrio desse setor da vida do Distrito Federal e Estado do Rio de Janeiro, já integrado da colaboração inequívoca recebida daquela organização” (PL 2.776/1953).

Nesse caso, ao contrário do que geralmente ocorria, apenas um (1) mês depois, era emitido o parecer favorável da Comissão de Finanças. Esse parecer, feito pelo relator deputado Carlos Luz (PSD), expunha que naquele momento a “renda própria” daquela instituição filantrópica (produção dos departamentos, contribuições, donativos, caixas de esmolas e contratos) correspondia a Cr\$ 23 milhões e o auxílio concedido pela União apenas Cr\$ 8 milhões. Entretanto, a partir do “Balanço Geral” da FACR é possível constatar que no exercício de 1952 “Rendas próprias” foi de Cr\$ 29.254.011,80 (48,67%) e “Subv. Contr. Auxílio” de Cr\$ 30.843.890,00 (51,33%) (relat. 1952, p.50). Somente no exercício de 1953, o valor obtido através de “Rendas próprias” correspondeu a Cr\$ 28.373.948,80 (48%) e de “Subv. Contr. Auxílios” a Cr\$ 11.619.641,00 (20%) (relat.1953, p.39).

No parecer da Comissão de Finanças, o deputado Carlos Luz destacou que o PL

¹²⁸ Essa contribuição correspondia aos Cr\$ 7.000.000,00 destinados a EPDV, com o qual a FACR contava desde a criação daquele educandário.

2.776/1953 merecia o apoio da Câmara sem prejuízo do exame da PL 1.850/1952¹²⁹. Ambos os projetos de lei, a pedido do deputado Carlos Valadares (PSD)¹³⁰, foram submetidos a Comissão de Educação e Cultura, em julho de 1953, que aceitando a sua sugestão, decidiu pela anexação das duas proposições (PL 2.776/1953). O substitutivo aos PL 1.850/1952 e PL 2.776/1953, proposto pelo relator Carlos Valadares, autorizava o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 34.000.000,00 para cobrir os déficits orçamentários da FACR relativos aos exercícios de 1952 e 1953. Tal substitutivo resultou na Lei n. 1.996, de 30 de set. 1953, cujo crédito para essa instituição consta no “Resumo do Movimento Financeiro do Exercício de 1954” como “Créditos especiais para os exercícios anteriores” (relat.1954, p.56).

Para o exercício de 1954 a Fundação não obteve aprovação, pelo Congresso Nacional, da totalidade das subvenções pleiteadas no orçamento da União. Por isso, diante da previsão de um novo déficit no valor de Cr\$ 18.000.000,00, foi realizado novamente um apelo ao Presidente da República (relat. 1953, p.33). Através da mensagem ao Congresso (n. 299), de 15 jul. 1954, Vargas intercedia em favor da FACR, solicitando abertura do crédito especial, tendo em anexo o requerimento do seu diretor Levy Miranda, transformada em exposição de motivos. No parecer da Comissão de Finanças, o relator deputado Alde Sampaio (UDN-PE), destacou como o serviço prestado por aquela entidade assistencial era extremamente barato para o Poder Público, pois abrigando um total de 4.500 pessoas, cuja soma das despesas equivalia a Cr\$ 59.500.00,00, obtinha Cr\$ 24.000.000,00 por renda própria, precisando do Governo apenas para arcar com um pouco mais da metade do seu valor total. Sendo assim, concluía o relator:

“Por ser amplamente conhecida a benemerência da Instituição e não haver dúvida sobre a probidade e a dedicação do seu diretor, o Sr. Rafael Levy Miranda, opino pela aprovação do projeto nos termos em que é remetido pelo Poder Executivo” (PL 4.704/1954).

¹²⁹ Em 22 de abril de 1953 a Comissão de Finanças, a partir do parecer do relator, deputado Leite Neto, opinou favoravelmente a PL 1.850/1952.

¹³⁰ Carlos Valadares da Silva (1911-1966), nascido em Feira de Santana (BA), era professor, advogado e juiz de direito. Iniciou sua carreira política em 1947, pela legenda do PSD, como deputado à Assembleia Constituinte baiana, mas atuou como deputado federal pela Bahia nos anos de 1951 a 1955 (Carlos..., s.d.). Em sua defesa da anexação dos PL, Carlos Valadares destaca a importância do também baiano Levy Miranda para aquela instituição filantrópica: “A Fundação é uma realidade e, no elogio que sai espontaneamente da pena, seria injusto silenciar o nome desse novo São Francisco de Assis, que é Levi Miranda, velho baiano emigrado de sua Província, a cuja dedicação, sem descanso, nem esmorecimento, durante quase 20 anos, se deve sobretudo o milagre de tão benemérita organização (...)” (PL 2.77/1953).

Em 10 de janeiro de 1955 era emitido esse parecer favorável da Comissão de Finanças ao projeto de lei, que um mês depois foi submetido a consideração do Senado e em 28 de abril transformado na Lei n. 2.471, quando Café Filho (1954-1955)¹³¹ já era Presidente da República (Brasil, 28 abril 1955).

4.3 A perda do grande benfeitor da FACR e os anos subsequentes

“E, assim, à beira do seu túmulo, não choramos apenas como brasileiros a morte de um grande estadista e patriota. Como responsáveis pela instituição que Sua Excelência tanto protegeu, sentimos o coração alanceado por imensa dor, pela perda do grande amigo, do generoso benfeitor, do incomparável estimulador do nosso trabalho em prol da velhice e mocidade desvalidas” (relat. 1954, p.8).

As palavras de Levy Miranda sobre o falecimento do Presidente Getúlio Vargas, em agosto de 1954, dão o tom da importância dessa autoridade para o dirigente da Fundação e para a própria instituição. “Perdeu a ‘Fundação Abrigo do Cristo Redentor’ não apenas o seu presidente de honra, mas o seu maior provedor e benfeitor”, declarava Levy Miranda (relat. 1954, p.7). Desde o estabelecimento dessa obra assistencial, em 1935, Vargas era um grande incentivador e apoiador das atividades da FACR, afinal essa entidade possuía uma proposta afinada com o seu discurso político de valorização e estímulo ao trabalho, atendendo um elevado número de indivíduos não alcançados pelas políticas sociais desenvolvidas no âmbito do Ministério do Trabalho Indústria e Comércio (MTIC) (Caminha, 2012, p.128).

Quando Vargas retornou à Presidência em 1951 o fez de forma democrática e precisou lidar com a oposição de uma forma mais direta. Mesmo assim, de acordo com Levy Miranda, ele buscava auxiliar a FACR dentro do seu âmbito de atuação, como através de pedidos de crédito junto ao Câmara, dentre outras formas¹³²:

“Nos momentos mais difíceis, quando só nos restava a confiança em Deus, apelávamos para a sua intervenção e ela não se fazia esperar. Através de recomendações a seus ministros, facilitava as nossas relações com os vários setores do Poder Executivo” (relat. 1954, p.8).

¹³¹ João Fernandes Campos Café Filho (1899-1970) assumiu a presidência da República logo após o suicídio de Vargas, em agosto de 1954, sendo afastado desse cargo em novembro de 1955 devido a problemas de saúde (um distúrbio cardiovascular) por Carlos Coimbra da Luz (1894-1961), então presidente da Câmara dos Deputados (Centro..., s.d.; Presidentes, s.d.).

¹³² No último trimestre do ano de 1951, o Presidente Getúlio Vargas e alguns de seus Ministros compareceram ao almoço inaugural da 8ª Campanha Financeira, que se realizou no IPGV, com a colaboração de todos os setores da instituição (relat. 1951, p. 10, 21).

Segundo Antônio Izidro de Miranda, filho de Levy Miranda, o provedor da FACR recebeu também grande apoio do Presidente Dutra: “O auge de papai foi com Getúlio, desde a Ditadura. Mas ele também recebeu muito apoio do Marechal Dutra. O Dutra apoiou a Fundação, como Getúlio apoiou” (Miranda, 30 maio 2011).

Entretanto, após o período desses presidentes, Dutra e Vargas, o que se percebe é que tais pedidos de auxílio extraordinário ou crédito especial em favor da FACR se escassearam e se tornam mais esporádicos. Na verdade, entre 1955 e 1960, somente três solicitações desse tipo foram encontradas para essa entidade assistencial: duas efetuadas por deputados e apenas uma delas pelo Presidente da República, Juscelino Kubistchek (1956-1961).

A primeira delas foi feita pelo deputado Medeiros Neto, que, em 4 de agosto de 1955, solicitou um auxílio extraordinário no valor de Cr\$ 10.000.000,00 a FACR (PL 517/1955). Em sua justificativa, o deputado argumentava que para o ano de 1954 aquela instituição filantrópica pleiteou junto ao Governo Federal uma ajuda financeira de Cr\$ 40.000.000,00, mas lhe foi concedido apenas Cr\$ 30.000.000,00, gerando um déficit a ser coberto. Além disso, destacava alguns fatores que mostravam a importância da atuação da Fundação “em face da carência de meios de ação observada em determinados organismos estatais”, como em relação ao recebimento de enfermos crônicos, diante da ausência de hospitais da Prefeitura do Distrito Federal que pudesse recebê-los, assim como de desabrigados encaminhados pelo DFSP (PL 517/1955).

Luís de Meneses Medeiros Neto (1914-1992) era um padre conservador, que, a partir de 1945, iniciou sua trajetória política como deputado pelo PSD de Alagoas, defendendo os postulados da Igreja Católica (Luís..., s.d.; Braga, 1998, p.159; p.167-1969; Bastos, 2020). Nos anos de 1955 a 1958 Medeiros Neto foi um dos conselheiros da FACR, vinculado ao Conselho de Amparo à Infância e Velhice Desamparada (relat. 1954).

Antes de propor o PL 517/1955, o deputado Medeiros Neto já havia se pronunciado em favor da FACR numa sessão da Câmara dos Deputados, quando manifestou sua boa impressão a visita que fez a Cidade dos Meninos, a convite de Levy Miranda, acompanhado de diretores do Banco do Brasil, onde pode observar o trabalho de construção de motores a propulsão realizado ali pelo engenheiro austríaco Gerhard Grunert (Congresso..., 24 jun.1952, p.3; Câmara..., 23, 24 jun. 1952, p.3; Câmara dos..., 24 jun. 1952, p.7).

Quanto a PL 517, proposta em agosto de 1955, recebeu parecer da Comissão de

Finanças apenas em julho do ano seguinte, sendo aprovado o substitutivo do relator Celso Peçanha, que acrescentava ao texto original apenas a necessidade de a Fundação fazer perante a autoridade competente prova da insuficiência dos recursos de que dispunha (PL 517/1955). Esse projeto de lei foi transformado na Lei n. 3.006, de 15 de dez. 1956 (Brasil, 15 dez. 1956).

Antônio Carlos Konder dos Reis (1925-2018) foi outro deputado federal a propor um projeto de lei em benefício da Fundação. Em 1947, eleito deputado pela legenda da UDN de Itajaí (SC), com apenas 21 anos, concluiu nos anos seguintes o curso de bacharel em Museologia (1947), Direito (1949) e Economia (1986). Nos anos de 1944 e 1945, enquanto estudante, representou seu diretório acadêmico no Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE) e em 1946 representou o Brasil no Congresso da Juventude Católica, reunido em Buenos Aires (Antônio..., s.d.).

Em 31 de agosto de 1956 o deputado Antônio Carlos propôs a PL 1.811 que estabelecia a importância de Cr\$ 100.000.000,00 do Orçamento Geral da República, no anexo do MJNI, para manutenção e expansão dos serviços assistências da FACR. Para justificar sua proposição fez uma exposição detalhada das atividades realizadas por àquela entidade assistencial, como a da unidade ACR, que, “em íntima colaboração com a Polícia”, recebia todos os mendigos que a Delegacia de Mendicância lhe enviava¹³³, além do seu serviço voltado aos tuberculosos e doentes crônicos, como “os ulcerosos, os cancerosos, os débeis-mentais, os paralíticos, etc.” (PL 1.811). O deputado destacou também o trabalho desenvolvido nas escolas profissionais da FACR, como o IPGV e a EPDV, além dos outros educandários voltados as atividades agropecuárias.

Em seus argumentos, Antônio Carlos destacava que a Fundação buscava obter a maior soma possível de recursos financeiros apelando para generosidade do público carioca e ampliando ao máximo suas atividades produtivas, que garantiam 55,11% de suas despesas de manutenção. Entretanto, a colaboração do governo se mostrava indispensável para completar o valor necessário para a continuidade das suas atividades assistenciais, especialmente nos meses vindouros, em decorrência dos seguintes fatores: reajustamento dos vencimentos de médicos e enfermeiros, assim como de todo o pessoal em virtude da alteração da tabela do salário-mínimo (Brasil, 14 jul. 1956); elevação das taxas de contribuição para os Institutos; e “acrécimo assustador” nos preços dos

¹³³ O deputado Antônio Carlos menciona também que “Para facilitar o trabalho da Delegacia [de Mendicância] e, também, para humanizá-lo, ofereceu ao Governo uma área de terreno para construir a Delegacia do lado do Abrigo, a qual deverá estar concluída até o fim do corrente ano” (PL 1.811/1956).

gêneros alimentícios e das utilidades (PL 1.811/1956).

Entretanto, quase dois anos e meio depois, em 28 de abril de 1959, é que a Câmara dos Deputados, através do Ofício 365, solicitou a opinião do MJNI sobre àquele projeto de lei. Alguns dias depois, em 9 de maio, a Divisão de Orçamento daquele Ministério emitiu seu parecer, considerando excessiva a medida de aumentar o auxílio já concedido a FACR, de Cr\$ 25.000.000,00 para Cr\$ 100.000.000, o que representaria um novo e pesado encargo para o Tesouro Nacional naquela conjuntura econômico-financeira do país (PL 1.811). Dessa forma, a PL 1.811/1956 foi arquivada.

Naquele ano de 1959, cinco anos após o encaminhamento da PL 4.704/1954 pelo Presidente Getúlio Vargas, um Presidente da República voltou a encaminhar mensagem ao Congresso Nacional solicitando abertura de crédito especial para a FACR. Através da mensagem 455, Juscelino Kubitschek (JK) apresentava a PL 1.106, acompanhada da exposição de motivos do Ministro da Educação e Cultura (MEC). Segundo o ministro Clóvis Salgado:

“(…) dado o encarecimento vertiginoso do custo de vida, que compreende o aumento do salário-mínimo e a majoração do preço dos artigos e gêneros de primeira necessidade, a despesa mensal da Fundação elevou-se, em princípios do ano corrente, de Cr\$ 6.460.000,00 para Cr\$ 9.400.000,00.

Nessas condições, afirma a entidade, toda a dotação que lhe foi atribuída no orçamento vigente, mesmo sem sofrer as reduções do Plano de Economia, será suficiente para atender às despesas, apenas, até o mês de setembro” (PL 1.106/1959) .

Por fim, o ministro da Educação e Cultura argumentava em favor da concessão daquela verba extra a Fundação, a fim de que àquela instituição não sofresse a interrupção no seu funcionamento, “(…) o que seria deveras lastimável, em virtude dos inestimáveis serviços de ordem educativa, assistencial e hospitalar que vem prestando à coletividade, (…)” (PL 1.106/1959).

Esse pedido de JK em favor da Fundação resultava da solicitação feita pelo próprio Levy Miranda, através do ofício 507, de julho de 1959, que expunha a situação, “que se prenuncia das mais graves”, daquela instituição filantrópica, apelando para intervenção do Presidente, a fim de evitar que entrasse em colapso antes do fim daquele ano. O provedor da FACR advertia que no ano seguinte a situação continuaria “do mesmo modo insustentável”, pois estava previsto na Proposta Orçamentária de 1960 um auxílio federal a Fundação de Cr\$ 90.000.000,00 quando já se sabia que era necessário

Cr\$ 112.800.000,00. De acordo o provedor da Fundação, esse era um problema vivenciado também por outras instituições assistenciais:

“Não será o nosso o único brado de socorro que se fará ouvir nesta emergência. Toda Capital Federal tem testemunhado os desesperados pedidos de auxílio financeiro que outras instituições assistenciais têm endereçado ao público e ao Governo” (PL 1.106/1959).

Em seu ofício, Levy Miranda citava também as emendas, apresentadas pelo deputado Medeiros Neto - aumentando as dotações dos Ministérios da Justiça, Educação e Agricultura, de Cr\$ 30.000.000,00 para Cr\$ 40.000.000,00¹³⁴, -, e ressaltava que “sem o consentimento de Vossa Excelência”, essas certamente seriam rejeitadas”. Além disso, o dirigente da FACR solicitava, “como medida imediata”, que o Presidente autorizasse a liberação das cotas pelos Ministros da Justiça e Agricultura, respectivamente Cr\$ 2.500.000,00 e Cr\$ 7.500.000,00, incluídas no “Fundo de Reserva” e “Plano de Economia”.

A Comissão de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados, a partir do parecer do relator deputado Martins Rodrigues (PSD), em 2 de fev. 1960, assim como da Comissão de Finanças, a partir do parecer do relator deputado Celso Brant (PR), em 23 de fev., foi favorável à aprovação do PL 1.106/59. Em 2 de agosto de 1960 esse projeto de lei foi transformado na Lei n. 3.805 (Brasil, 2 ago. 1960).

“Com esse auxílio, a situação da ‘Fundação’, que era crítica e aflitiva, melhorou bastante, podendo ela fazer face aos compromissos mais urgentes do fim deste exercício e começo de 1961”, mencionou Levy Miranda no relatório oficial da FACR (relat.1960, p.58, 59) e, a partir dessa declaração, pode-se supor que esse crédito especial não demorou a ser pago pelo Governo.

Na tabela abaixo foram discriminados os projetos de lei que solicitavam crédito especial a FACR entre os anos de 1946 a 1959:

Tabela 3 - Crédito especial para a FACR no período de 1946 a 1960					
Ano	Projetos Lei (PL)	Ementa	Autor	Lei	Pagamento
1946/ 1947	PL 291 ou PL 76	Concede auxílio especial pelo MES a FACR de Cr\$ 4.000.000,00		Lei n. 53, 30 jul. 1947	1948

¹³⁴ Não localizei os textos originais com essas emendas apresentadas por deputado Medeiros Neto, segundo Levy Miranda, citadas na PL 1.106/1959.

1947	PL 970	Concede auxílio especial de Cr\$ 4.000.000,00 e dá outras providências.	Com mensagem presidencial n. 423- ago. 1947	Lei n. 214, 7 jan. 1948	1948
1949	PL 401	Autoriza abertura via MES de crédito especial Cr\$ 8.000.000,00 para auxílio extraordinário a FACR	Com mensagem presidencial n. 737- dez. 1948	Lei n. 892, 24 out. 1949	1949
1950	PL 855	Abre pelo Ministério da Fazenda o Crédito Especial de Cr\$ 15.000.000,00 como auxílio a FACR	Com mensagem presidencial n. 390 – 1950	Lei n. 1.644, 16 jul. 1952	Dez. 1952
1952	PL 1.850	É concedido a FACR auxílio extraordinário de Cr\$ 15.000.000,00 pelo Ministério da Fazenda para fazer face as suas despesas/déficits.	Com mensagem presidencial n. 85, 1952.	Lei n 1.996, 30 set. 1953 (anexa as duas PLs)	1954
1953	PL 2.776	Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 19.000.000,00 destinado a cobertura de déficit orçamentário da FACR naquele exercício.	Com mensagem presidencial n. 12 – 1953		
1954	PL 4.704	Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 18.000.000,00 para auxiliar a FACR.	Com mensagem presidencial n. 299 – 1954	Lei n. 2.471, de 28 de abril de 1955.	1955
1955	PL 517	Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo MJNI o crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00 destinado a cobertura de déficit previsto	Medeiros Neto	Lei 3.006, 15 dez. 1956.	1957

		para a FACR naquele exercício.			
1956	PL 1811	Estabelece dotação orçamentária destinada a manter e desenvolver serviços assistenciais da FACR no valor [anual] de Cr\$ 100.000.000,00	Antônio Carlos	ARQUIVADA	
1959	PL 1.106	Autoriza a abertura pelo MEC do crédito especial de Cr\$ 30.000.000,00 para auxiliar a FACR	Com mensagem presidencial n. 455 – 1959.	Lei n. 3.805, 2 ago. 1960.	[1960/1961]

Através dessa tabela é possível visualizar melhor, além da demora no processo de tramitação de um PL, a escassez de pedidos de crédito especial em favor da FACR no período posterior a agosto de 1954, quando Vargas faleceu. Tal fato pode ser um indicativo que aqueles eram novos tempos, onde talvez Levy Miranda não tivesse mais “livre acesso” ao gabinete presidencial ou a uma rede de interlocutores tão favorável as suas propostas junto ao Governo, como possuía nos tempos de Vargas e Dutra. Ou ainda que os governos posteriores, como de JK, não possuíam como prioridade a questão social e/ou assistencial, sendo os recursos voltados a investimentos em outros setores e na construção da nova capital, Brasília, inviabilizando uma ajuda maior as instituições filantrópicas de uma maneira geral.

4.4 A Igreja e sua aliança com o Estado: em busca do consenso

Na relação de membros dos Conselhos da FACR, correspondente ao período de 1946 a 1958, é possível constatar a presença de vários parlamentares, como os deputados Hildebrando de Araújo Góes (1946/1949, 1952/1955, 1955/1958), Luiz Gonzaga Novelli Junior (1946/1949, 1950/1952), Benjamin Farah (1950/1952, 1952/1955), Godofredo Diniz Gonçalves (1950), Adroaldo Mesquita da Costa (1952/1955), Cônego Luiz Medeiros Neto (1955/1958), Antônio Carlos Konder dos Reis (1955/1958) e o senador Jones dos Santos Neves (1950/1952) (Anexo 1). Mas, dentre eles, apenas Medeiros Neto e Antônio Carlos, ambos católicos, apresentaram projeto de lei solicitando crédito especial ou aumento de dotação para àquela entidade assistencial,

respectivamente em 1955 e 1956. A presença e a atuação desses membros católicos do Conselho da FACR na Câmara do Deputados é algo que pode ser considerado quando se busca compreender em que medida essa instituição filantrópica recebeu apoio do governo por meio de subsídios no período democrático do Brasil Republicano.

Um primeiro aspecto a ser destacado é a tendência da Igreja de assumir um comportamento aliancista com o Estado brasileiro republicano (Gonçalves, 2009, p.267). Segundo Marco Gonçalves (2009), as políticas de subvenção praticadas pelo governo permitiram a existência de um trânsito, em duplo sentido, entre Estado e Igreja: onde o primeiro se beneficiava da assistência prestada pela Igreja aos que estavam a margem das políticas governamentais, e, em contrapartida, o segundo garantia um fluxo contínuo de recursos para a manutenção e expansão das atividades realizadas por diversas instituições administradas por católicos (p.274, 275). Nesse sentido, Gonçalves defende que, a partir dos anos de 1930, o Estado reconhecia a importância da atuação da Igreja em relação aos pobres “na moralização dos costumes públicos, na suavização das consciências e na construção de *uma comunidade integrada*” (p.276).

Sobre essa aliança estabelecida entre Igreja e Estado, Serbin (1991) destaca que não era meramente política, mas incluía interesses econômicos concretos (p.3). Esse autor identifica na “Revolução de 1930” a origem de um apoio crescente do Estado às atividades católicas e que a partir do pacto estabelecido entre Vargas e a Igreja, as entidades ligadas a essa religião passaram a receber a maior parte dos auxílios advindos tanto da Caixa de Subvenção, como do CNSS. Em relação especificamente ao período democrático no Brasil republicano (1946-1964), Serbin acredita que:

Embora a Igreja começasse a enfrentar a concorrência de outras instituições e religiões, continuava tendo a participação maciça nos auxílios do Estado. Este apoio financeiro reforçou a função da Igreja como sustentáculo da política social do Estado no período” (Serbin, 1991, p.3)

Além disso, a Igreja e entidades católicas buscavam manter alianças com o Estado, a fim de garantir a defesa dos seus “interesses indispensáveis”: “a influência católica sobre o sistema educacional, a moralidade católica, o anticomunismo e o antiprotestantismo” (Mainwaring, 2004, p.43). Mainwaring mostra que “a Igreja teve que mudar para manter um bom relacionamento com os governos democráticos. Teve que diminuir a ênfase na autoridade, na ordem e na disciplina de modo a manter-se em dia com as mudanças na política nacional” (p.55).

Nesse novo contexto é que surge a FLXIII, em 1947: instituição privada de viés católico, que buscava estudar e educar famílias através de ações do Serviço Social nas favelas do Rio de Janeiro. Costa (2015) mostra que no projeto dessa entidade a educação era uma prioridade, sendo compreendida como um dos “atributos necessários para solucionar as desventuras na favela causadas pela miséria humana que então se alastrava”, assim como um mecanismo de proteção do favelado às ideias subversivas (p.126). O autor também mostra como essa entidade civil, fruto da mobilização da Igreja Católica, mantinha uma relação bem estreita com o Estado, recebendo subvenções da Prefeitura e da União, usufruindo de prerrogativas públicas, “garantidas pela sua base de apoio do alto escalão governamental”; como a agilidade jurídica para o exercício de seus trabalhos sociais, que se efetivavam por meio de desapropriações de terreno e mobilização policial quando solicitada (p.146, 148).

O estabelecimento da Cruzada São Sebastião na cidade do Rio de Janeiro, em 1955, pelo bispo auxiliar Dom Hélder Câmara¹³⁵, foi outro projeto da Igreja que visava ampliar sua participação e influência nos espaços urbanos. A Cruzada era uma entidade privada, com o objetivo principal de solucionar o problema das favelas da cidade (Gonçalves e Ferreira, 2019, p.212). Sobre o financiamento dessa iniciativa, Gonçalves e Ferreira (2019) informam que eram usados “recursos obtidos com o auxílio de subvenções públicas federais, de doações pessoais e de direitos concedidos pelo Poder Federal para aterrar e vender terrenos pantanosos situados na Avenida Brasil e Baía de Guanabara (...)” (p.212). Os autores apontam também que, no contexto do pós-guerra, havia uma forte articulação política entre Igreja e o governo municipal para atuar nas favelas cariocas, visando conter a influência comunista.

A Comissão Nacional de Bem-Estar Social (CNBS) também foi um espaço de engajamento da Igreja Católica no debate da questão social e das estratégias de desenvolvimento econômico do país, através de intelectuais católicos ligados às escolas de serviço social e a FLXIII (Oliveira, 2019, p.150, 152). Samuel Oliveira (2019) menciona que “A Igreja e os leigos influenciados pela doutrina social católica lutavam pela ampliação do financiamento público para as instituições privadas de assistência sob sua alçada e pela ampliação do escopo de sua atuação nos espaços urbanos e rurais”¹³⁶

¹³⁵ Hélder Pessoa Câmara (1909-1999) nasceu em Fortaleza (Ceará), onde foi ordenado sacerdote aos 22 anos. Em 1936, ele se transferiu para a cidade Rio de Janeiro, onde foi eleito bispo-auxiliar em 1952 (Dom Helder..., sd.; Hélder..., sd.).

¹³⁶ Samuel Oliveira (2019) informa que a CNBS foi uma subsecretaria formada no âmbito do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC), composta por intelectuais e técnicos especializados em

(p.150).

Numa conjuntura de grande mobilização popular, disputas partidárias e instabilidade política, a Igreja Católica pretendia se fazer presente nos principais grupos de discussão que se propunham pensar a realidade social brasileira, e atuar, através de suas entidades, para mensurar os problemas que serviam de empecilho para que o país atingisse o patamar de país desenvolvido. Gilberto Hochman cita um exemplo dessa influência da Igreja no processo de desenvolvimento do país, em especial na administração Juscelino Kubitschek (1956-1961). Segundo ele, através da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), criada em 1952, os bispos, associados ao governo e a intelectuais, buscavam diagnosticar problemas, elaborar e sustentar ações públicas para promover o desenvolvimento do país. O objetivo deles era “diminuir as desigualdades regionais, conter o comunismo, reverter o movimento migratório para as cidades e o processo de expansão das favelas” (Democracia..., 2012).

A FACR era uma instituição filantrópica de viés católico que sustentava ações de combate à pobreza e em favor do desenvolvimento do país. Em todos os departamentos dessa entidade eram propagados ensinamentos e práticas católicas. Na unidade ACR as irmãs Franciscanas do Sagrado Coração cuidavam da parte administrava e dos serviços prestados aos internos, inclusive na área de enfermagem, enquanto o “movimento religioso” ficava a cargo dos Frades Franciscanos. O registro do número anual de missas, batizados, casamentos, extrema-unções, viáticos etc., nos relatórios oficiais da Fundação é revelador da importância e dos esforços empreendidos para a expansão dessa “assistência religiosa”¹³⁷.

Quanto às escolas integrantes daquele conjunto assistencial, as aulas de catecismo e a celebração dos cultos eram ministradas por Capelães, que viviam no interior da própria instituição ou se faziam presentes periodicamente para a realização dessas atividades religiosas. No ano de 1947, Milton de Pontes, “militante católico, leigo, membro da Congregação Mariana”¹³⁸, assumiu a chefia do Serviço de Orientação

assistência social, com o objetivo de planejar estratégias de governo e desenvolvimento econômico e social, e produzir consenso ao redor dos projetos encampados pelo governo (p.148, 150).

¹³⁷ Curioso que, embora o catolicismo fosse defendido e praticado em todas as suas unidades, em um dos relatórios dessa instituição, Levy Miranda argumentava que a Fundação era “uma instituição leiga e destinada a leigos”, pois “não recusa sua assistência às pessoas acatólicas”, mas, em seguida, confessava: “é difícil fazer vingar em toda a sua extensão e pureza os princípios que informam a vida religiosa” (relat. 1949, p.25)

¹³⁸ Milton de Pontes foi o criador, em Recife, no ano de 1935, do Centro Educativo Operário, voltado aos trabalhadores, com a finalidade de ser uma barreira à intensa propaganda comunista do período, contribuindo também para a diminuição da luta de classes (Filho, Recife, 2006).

Social da Fundação, com a responsabilidade de orientar a formação de monitores¹³⁹.

Consta no relatório da FACR daquele ano que:

“Foi realizado um trabalho dos mais minuciosos e penetrantes, que vai desde a **doutrinação do monitor**, ao planejamento de suas atividades, à organização mais perfeita das eleições e à reforma do ‘Regulamento do Corpo de Monitores’, discutida e aprovada no 1º Congresso de Monitores realizado em fevereiro de 1947” [grifo meu] (relat. 1947, p.22).

Levy Miranda era católico, funcionário do Banco do Brasil colocado à disposição pela Presidência da República para se dedicar exclusivamente àquela obra assistencial¹⁴⁰. Segundo Antônio Izidro de Miranda, seu filho único: “Ele era católico praticante, muito amigo do cardeal Dom Jaime de Barros Câmara, (...), embora [não estivesse] vinculado à instituição católica nenhuma” (Miranda, 30 maio 2011). Tal proximidade entre esses dois personagens pode ser evidenciada a partir da constatação de que foi por sugestão daquele clérigo que Levy se ligou a Ação Social Arquidiocesana para a criação dos centros de ação social (CAS) e, em seguida, da FLXIII¹⁴¹ (relat. 1946, p.32, 33), da qual foi designado membro da primeira Junta Administrativa¹⁴².

O discurso anticomunista, comum às demais instituições católicas, pode ser encontrado nas palavras de Levy Miranda em um dos relatórios oficiais da FACR:

“Precisamos levar aos nossos alunos e, se possível fosse, a todos os menores do Brasil, o sentido da missão que Deus lhes confiou, para tornarem a Pátria não apenas um campo abençoado de trabalho incansável, progressista, mas, sobretudo, um remanso de paz e harmonia social, onde ao invés de ásperas disputas e lutas encarniçadas, possamos dar ao mundo o espetáculo da verdadeira

¹³⁹ Em 1942 foi criado na EPDV o “Corpo de Monitores”, que era uma espécie de grupo de alunos, organizado anualmente, que tinha a responsabilidade de colaborar com a manutenção da disciplina e dos trabalhos escolares. Em 1945 essa ideia foi transplantada para outras escolas da FACR. Em 1947 e 1949 foram realizados os dois primeiros Congressos de Monitores, no IPGV (Alves, 2010, p.41, 44).

¹⁴⁰ Raphael Levy Miranda se aposentou, como tesoureiro, pelo Banco do Brasil, em maio de 1958, e no seu “Título de Aposentadoria” (n. 1.046), da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil, consta informação que a ele assistia o direito de receber mensalmente a quantia de Cr\$ 3.360,00 (Banco do Brasil, 14 maio 1958).

¹⁴¹ Os centros de ação social visavam “proporcionar assistência religiosa, moral e material à população dos morros e favelas do Distrito Federal”. Em maio de 1946 foram colocadas as pedras fundamentais dos cinco primeiros centros - nos morros do Jacarezinho, Telégrafo, São Carlos, Salgueiro e Catacumba -, mas apenas a partir da publicação do decreto 22.498, de 22 jan.1947, que foi criada a FLXIII que se incumbiria da manutenção desses centros (relat. 1946, p.32, 33).

¹⁴² A primeira Junta Administrativa da FLXII era composta por Nélson Correia Monteiro, engenheiro da Prefeitura do Distrito Federal, pelo Cônego José Távora, Diretor da Ação Social Arquidiocesana, e Rafael Levy Miranda, Provedor da FACR (Brasil, 11 fev. 1947).

fraternidade humana, nascida da observância dos ensinamentos que Cristo nos legou.

(...)

Precisamos criar no adolescente a certeza de que a vida não vale a pena ser vivida na base do ódio e da luta, mas somente se inspirada nos ditames do amor e da solidariedade.

Precisamos transformar os nossos alunos num pequeno exército pugnaz e aguerrido para a grande e decisiva batalha que os espera na oficina, no escritório, no campo e no lar, onde se decidirá se preferiremos viver a liberdade dos filhos de Deus, ou a escravidão sedutora, mas infamante dos sequazes do comunismo.

Sim, porque é preciso dizê-lo sem hesitação e subterfúgios: o grande inimigo da nossa alma e do nosso corpo tomou, neste século, o nome de Comunismo” (relat. 1960, p.36, 37).

Embora não tivesse vínculo oficial com instituições religiosas ou partidos políticos, o Provedor da FACR buscava estabelecer contatos com as autoridades políticas e religiosas da sua época, criando uma verdadeira rede de apoio a sua obra assistencial, especialmente durante os anos dos governos Dutra (1946 a 1951) e Vargas (1951-1954).

4.5 Levy Miranda: o provedor perpétuo e principal articulador da FACR

“Porque o Abrigo Cristo Redentor também se chama Levi Miranda, e o que Levi não consegue obter dos homens, é porque não se pode mesmo obter de jeito nenhum” (Levi..., 22 jul. 1954, p.4)

Não é possível falar sobre a FACR sem falar de Levy Miranda, seu idealizador e provedor-perpétuo. Sua trajetória se confunde com a da instituição que dedicou vários anos de sua vida. Nascido na cidade de Amargosa, Bahia, Raphael Levy Miranda (1895-1969) era filho de pastor, “pregador do Evangelho” vinculado a Igreja Batista. Converteu-se ao catolicismo apenas na época que conheceu sua esposa, Maria Angelina de Miranda, com quem teve um filho, Antônio Izidro de Miranda. Era funcionário do Banco do Brasil, onde exercia as funções de caixa. No ano de 1932 foi transferido por esse banco para Barra Mansa, no Rio de Janeiro, mas em curto espaço de tempo regressou a Bahia (1933). Em nome da Sociedade de São Vicente de Paulo e com apoio do Prefeito de Salvador, Levy Miranda inaugurou o Abrigo do Cristo Redentor (1934), com objetivo de recolher das ruas pessoas pobres. Nesse lugar, sob os cuidados das Irmãs Franciscanas do Sagrado Coração, os internos eram

aproveitados em diversos ofícios. E foi provavelmente o sucesso dessa iniciativa que o levou a cidade do Rio de Janeiro, visando a consecução de uma obra assistencial nos mesmos moldes daquela erguida em Salvador (Caminha, 2012, p.58 a 63; Pondé, 1977, p.16, 17; Miranda, 30 maio 2011).

Já no Rio de Janeiro, em 1935, Levy buscou estabelecer contatos com membros da Sociedade de São Vicente de Paulo, com delegado da Seção de Mendicância, Jayme Praça, com membros do Sindicato dos Lojistas, dentre outros, como o próprio Presidente Vargas, que lhe concedeu o terreno que possibilitaria a construção da primeira unidade dessa obra assistencial. Dessa forma, em dezembro de 1936, o ACR era inaugurado naquela cidade, seguido do IPGV, no ano seguinte, e de forma progressiva dos demais departamentos¹⁴³.

Desde 1922 Levy Miranda era funcionário do Banco do Brasil colocado a disposição da Presidência da República para se dedicar àquele empreendimento (Caminha, 2012, p.60; Pondé, 1977, p.24, 25; Miranda, 30 maio 2011). Nos anos de 1950, uma matéria publicada na revista O Mundo Ilustrado destava, em relação a Levy, que “Sua posição no banco o punha em contato com os homens abastados (...)” (Na restinga..., 1954). Entretanto, mais do que isso, essa posição o permitiu construir um capital simbólico importante que o permitia solicitar e obter elevados, além de constantes, empréstimos junto ao BB para a FACR. Um bom exemplo disso foram as interferências promovidas por Guilherme da Silveira, ex-Presidente desse banco, quando de sua passagem pelo Ministério da Fazenda, como já foi citado nesse capítulo.

Outra posição ocupada por Levy Miranda foi a de membro do CNSS, órgão vinculado ao MES, criado em 1938, que tinha como uma de suas funções relatar e avaliar os pedidos de subvenção das instituições filantrópicas. O provedor perpétuo da FACR ocupou esse cargo desde a criação do órgão e ao menos até 1955, quando foi indicado para um mandato de mais três anos¹⁴⁴ Tal fato explica, pelo menos parcialmente, o motivo da Fundação ter sido uma das maiores beneficiadas, como

¹⁴³ Para maiores informações sobre os primeiros anos da FACR e da trajetória de seu idealizador Levy Miranda ver o capítulo 2 da minha dissertação de mestrado intitulada “Abrigo do Cristo Redentor: Estado e Assistência Social no Primeiro Governo Vargas (1936-1945)” (Caminha, 2012) e o livro de Jaime Pondé (1977)

¹⁴⁴ No DOU, de jul. 1955, consta na Seção do MEC, a designação de “Rafael Levi Miranda para exercer, por três anos, a função de membro do Conselho Nacional de Serviço Social”, juntamente com Abelardo Marinho de Albuquerque, que foi indicado para a Presidência, Eugênia Hamann e Stela Faro (Brasil. 30 jul. 1955). Esse foi o último registro localizado nessa pesquisa com a indicação de Levy Miranda para membro do CNSS. Sobre o CNSS e a atuação de Levy Miranda nesse órgão no período do Primeiro Governo Vargas (1936-1945) ver Caminha, 2012.

outras instituições assistenciais católicas, com subvenções concedidas pelo MES no período do Primeiro Governo Vargas (1936-1945).

Como já exposto, Levy também foi um dos três membros da primeira Junta Administrativa da FLXIII, designado então prefeito Hildebrando de Araújo de Góis, em 1947, e ocupou o cargo de tesoureiro (Brasil, 11 fev. 1947; Ata..., 28 fev. 1947). Ele fez parte dessa Junta, pelo menos, até 1959¹⁴⁵. E na Fundação Darcy Vargas, à qual pertencia a Casa do Pequeno Jornaleiro e a Casa do Pequeno Trabalhador, Levy foi, por alguns anos, membro da sua diretoria (D. Darcy..., 30 jun. 1951, p.12; Senhoras..., 1 jul. 1957, p.8; Nova..., 18 jun. 1960, p.2)

Na Companhia Progresso Rural (CPR) o dirigente da FACR ocupou o cargo de presidente. O CPR era uma empresa de colonização agrícola, fundada em abril de 1953 por João Vayda ou Janos Vajda (húngaro) e René Bartholet (suiço), “ajudados por sócios que encontraram entre altos funcionários federais, inclusive do Banco do Brasil, no Rio, e firmas importadoras” (Ianni, 28 jun. 1958, p. 37). No anos de 1957/1958 ocupou as manchetes dos jornais devido as denúncias realizadas pelo engenheiro português e ex-empregado, Bernardino da Silva Lapa, em relação aos prejuízos cambiais causados por aquela empresa, além de possíveis desvios de ágios, “com os quais teriam sido comprados relógios suíços e perfumes franceses para venda no Brasil, em vez de serem usados no progresso rural e na colonização nacional” (Devassa..., 7 jan. 1958, p.6). Bernardino acusava a totalidade dos Diretores por “compactuarem com o assalto aos dinheiros públicos e com a exploração aos infelizes colonos” (Devassa, 7 jan. 1958, p.6).

No ano de 1957 esse “escândalo da concessão (de mão beijada) de cerca de 250 milhões de cruzeiros de ágios cambiais pela SUMOC¹⁴⁶ à Companhia Progresso Rural” estampava a capa do jornal Correio da Manhã (Envolvido..., 25 out. 1957, capa). Naquela época, a Companhia já havia implantado três colônias agrícolas das trinta e duas programadas pelo Conselho de Imigração e Colonização, dentre elas: a Colônia Pindorama, no Paraná, instalada em 1951/1952; a Colônia de Guarapuava, que tinha quase 500 famílias de refugiados alemães da Iugoslávia; e a Colônia Agrícola

¹⁴⁵ No DOU, de out. 1959, consta Ata da Reunião da Junta Administrativa da FLXIII, do dia 15 jul. 1959, cujos presentes eram: Padre Joaquim Horta, Raphael Levy Miranda e Luiz Carlos Pessoa Carvalho (Lopes, out. 1959).

¹⁴⁶ A Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc) foi um órgão governamental criado pelo decreto-lei n. 7.293, de 2 fev.1945, subordinado ao Ministro da Fazenda, que, inicialmente, tinha a função de criar um banco central no país, servindo para organizar a emissão e oferta de moeda no mercado, dentre outras tarefas (Reis, 23 fev.2019; História..., s.d.; Brasil, 2 fev. 1945).

Santo Antônio, em Barra Mansa, Rio de Janeiro, que estava para ser concluída no final de 1957 (A Companhia..., 3 nov. 1957, p.7; Ianni, 29 jun. 1958). Em janeiro de 1958, através de carta, Levy Miranda solicitou renúncia da presidência da CPR por motivo de doença (Divisão..., 11 mar. 1958, p.6).

Dessa forma, Levy Miranda transitava entre instituições e pessoas influentes de sua época. Segundo o senador Ruy Castro, ele “possuía excelentes amizades junto às pessoas afortunadas do Rio, o que lhe permitia angariar recursos necessários para a manutenção de centenas de velhinhos e crianças” (Anais..., 17 nov. 1969, p. 25). Mas, ao mesmo tempo, o provedor da FACR escolhia morar entre os assistidos do ACR, construindo uma casa ali para morar com sua família. Antônio Miranda (2011) confirmou essa informação, relatando: “Lá dentro papai construiu uma casa para nós, [porque, em sua opinião, o] provedor tinha que morar lá”. Em carta do Presidente do Conselho Administrativo da FACR a Levy, de 6 abril 1964, é possível saber que ele, inclusive, pagava o aluguel daquela residência e que tal fato, sendo descoberto pelos membros do Conselho, “encheu-os de surpresa e espanto”, que decidiram por unanimidade, “manifestar-se contrários ao referido pagamento, que consideram como indevido, visto ser a presença de V. Exa., numa moradia situada dentro do terreno do Abrigo, uma garantia para o bom funcionamento do mesmo, uma prova de carinho para os nossos abrigados (...)” (Presidente..., 6 abril 1964).

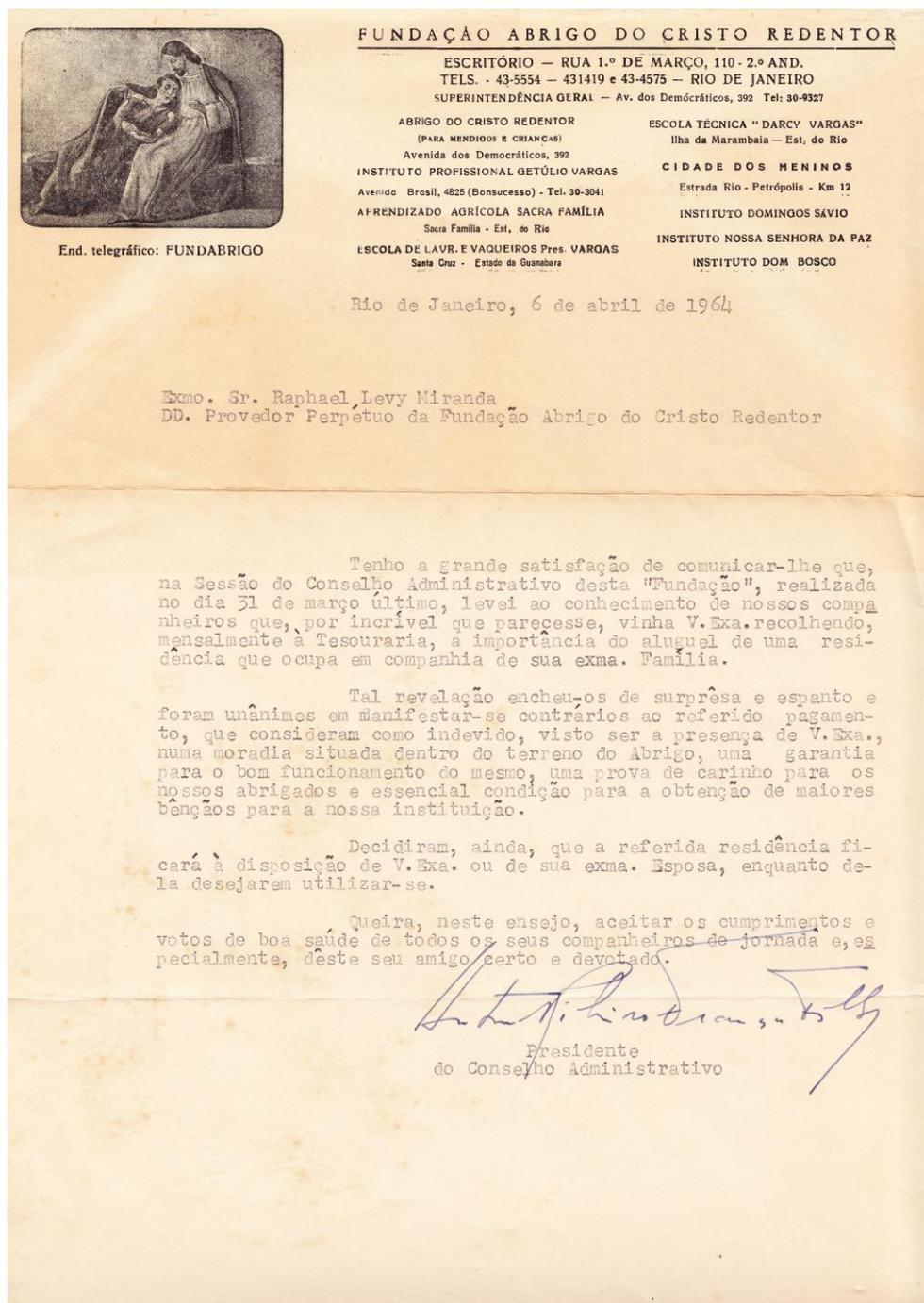


Ilustração 27 - Carta do Presidente do Conselho Administrativo da FACR a Levy, de 6 abril 1964 (Acervo pessoal Miranda, 2011).

Bondade e humildade são características de Levy sempre destacadas pelos seus contemporâneos e testemunhas do seu trabalho. Em sessão do Senado, após o seu falecimento, dentre as declarações dos presentes, Carlos Lindenberg faz uma descrição mais detalhada sobre esse dirigente da FACR: “Simple e extremamente modesto, porém comunicativo (...). Baixo, recatado forte e saudável, senti seu entusiasmo, sua sinceridade, seu desprendimento, sua capacidade, sua dedicação à missão que entregara (...)”. “Protótipo da humildade e da modéstia, complementava ele. Da mesma

forma Ruy Carneiro dizia sobre ele: “Um grande apóstolo do bem”, “com aquela bondade infinita”, “gigante da ternura” (Anais..., 17 nov. 1969, p.24, 25). Características também destacadas por Isaura Bender Pinheiro, ex-funcionária e diretora do INJ, uma das unidades da FACR, em sua entrevista: “Ele era um santo. Ele era um homem boníssimo, um iluminado”. Por fim, ressaltando: “Mas você pode crer que ele foi um santo que passou pela terra. Eu tenho certeza” (Pinheiro, 28 jun.2011).



Ilustração 28: Levy Miranda. [sd.] (Acervo pessoal Pinheiro, 2011)

Aos poucos a doença foi debilitando Levy Miranda, que não conseguia mais locomover-se com desembaraço (França, 17 dez. 1961, p.14). Em matéria intitulada “Levi e o milagre da caridade”, publicada na revista O Cruzeiro, Austregésilo de Athayde contava sobre a visita que havia feito a EPDV e a conversa que teve, na ocasião, com aquele “santo homem, batido pela enfermidade, entrando na velhice”, que estava inquieto com a economia do país e atemorizado com a presença nas favelas de “exploradores políticos, a serviço do ateísmo comunista”. Sobre o regresso de barco, à tardinha, quando se despediram, o jornalista relatou:

“Despedimo-nos no cais de Itacuruçá. A fibra do santo homem é de aço, fabricado nas forjas de Paulo Apóstolo. A epístola 13, aos Coríntios, é o seu grande mandamento. Vendo-o afastar-se encurvado e trêmulo, lembrei-me do versículo: ‘E ainda que tivesse o dom da profecia e ainda que tivesse toda a fé de maneira tal que transportasse

os montes, e não tivesse caridade, nada seria” (Athayde, 31 mar. 1962, p.60).

Naquele momento, Levy Miranda já se encontrava “gravemente enfermo”, “encurvado e trêmulo” (Mário..., 27 mar. 1957, p.7; Athayde, 31 mar. 1962, p.60) precisando de vozes, como a do deputado Medeiros Neto, para que o clamor em favor da FACR pudesse alcançar as autoridades do país. Mas tais vozes pareciam não serem ouvidas como nos áureos tempos daquela instituição.

Dois anos depois, Rodolfo Fuchs assumia a Superintendência Geral daquela entidade assistencial, substituindo Levy Miranda, que se afastava devido ao agravamento da enfermidade: o mal de Parkinson (A notícia..., 1 maio 1964, p.5). Sobre essa situação, da doença que abateu o provedor perpétuo da FACR e suas consequências, Isaura Pinheiro contou: “Levy adoeceu de Parkinson e foi ficando debilitado, não conseguia mais articular, pedir dinheiro (...)” (Pinheiro, 28 jun. 2011).

Essa ausência de Levy Miranda a frente da Fundação parece ter impactado de forma negativa a continuidade dos trabalhos dessa entidade assistencial. Segundo Antônio Miranda, Levy possuía algo que era um diferencial:

“Ele pedia audiência e era recebido. Era o carisma que ele tinha. (...). Porque enquanto ele arranjava um milhão, eu para arranjar um real tinha que fazer uma força danada, porque eu não tinha o carisma que ele tinha (...). Ele tinha um carisma incrível” (Miranda, 30 maio 2011).

O Senador Carlos Lindenberg chegou a destacar como “as obras” realizadas por Levy pareciam declinar junto com o seu estado de saúde, algo que, associado a inflação, a levaram as dificuldades econômicas na década de 1960:

“Passei alguns anos sem vê-lo, mas acompanhava a distância, sua obra em outras instituições, sentindo que elas declinavam como que acompanhando a saúde daquele gigante benfeitor. Da última vez que o acaso me levou a Levy Miranda, tive uma grande emoção, vendo-o já deformado pela moléstia, mal podendo andar e falar, mas ainda assim, cuidando corajosamente, embora angustiado, das necessidades de suas obras, já um tanto desamparadas e que a inflação levava a dificuldades econômicas” (Anais..., 17 nov. 1969, p.23).

A liderança de Levy Miranda em relação ao desenvolvimento e manutenção da FACR é algo inegável, mas não se pode creditar as dificuldades enfrentadas pela instituição naquele momento a apenas a saída de cena desse personagem. O “desamparo” da FACR, mencionado pelo Senador Lindenberg, provavelmente advinha

de outros fatores, como a falta de apoio do poder público, consubstanciado na forma de concessão de subvenções, cujos valores, naquele momento, estavam longe de serem compatíveis com as despesas de manutenção daquele núcleo assistencial, devido ao aumento do custo de vida e da inflação que assolava o país.

CONCLUSÃO

O período democrático do Brasil republicano (1946-1964) foi um período marcado por crises políticas, como as ocasionadas pelo suicídio do presidente Vargas, em 1954, e da tentativa de grupos civis e militares de impedir a posse de JK, em 1955 (Cedro, 219). A instabilidade se fazia presente, sendo o regime democrático questionado e ameaçado, em diversos momentos. Quanto à economia, Benevides aponta que na segunda fase do governo Kubitschek, que englobaria de meados de 1958 ao final do seu governo, “Foi marcada, sobretudo, pelo esgotamento do modelo econômico desenvolvimentista, pela alta da inflação, pelas ferozes críticas contra a construção de Brasília, pela expansão dos movimentos sociais e pelas pressões internas da oposição” (Cedro *apud* Benevides, 219).

É nesse contexto que se pretendeu analisar a trajetória da Fundação Abrigo do Cristo Redentor (FACR) e sua atuação na cidade do Rio de Janeiro. Um período no qual não se podia mais contar com um governante que apoiava incondicionalmente suas propostas - como foi Vargas durante o seu Primeiro Governo. Agora os dirigentes da FACR precisavam se articular mais e melhor, a fim de obter apoio, consubstanciado em verbas, daqueles que tivessem poder de concedê-las.

Dessa forma, o objetivo do primeiro capítulo foi apresentar o que era a FACR nos anos de 1946 a 1960, de quais unidades era composta, o tipo de atividade e produção desenvolvida em cada uma delas e como se articulavam entre si, buscando concretizar uma das propostas dos seus dirigentes: o autoabastecimento e, conseqüentemente, a autossuficiência. Outro aspecto observado na política adotada por essa entidade assistencial foi o aproveitamento de ex-alunos como funcionários, que surgiu como uma solução diante da escassez de recursos voltados a contratação de pessoal capacitado e de elevado nível técnico-cultural. A defesa desse tipo de postura estava relacionada à crença de que esses ex-alunos prosseguiriam na realização de um trabalho dentro das concepções político-religiosas defendidas pelos seus dirigentes.

Nesse capítulo também foi abordada a incorporação da Cidade dos Meninos à FACR, em 1946, da qual se viu nascer mais três escolas de assistência a menores e uma disputa com o Serviço Nacional de Malariologia (SNM), advinda da cessão de pavilhões que foram destinados à pesquisa, produção de inseticidas e produtos farmacêuticos. Fez-se também alusão à aquisição do trawler Presidente Vargas, em 1952, após o naufrágio do barco-escola de mesmo nome, que impulsionou o deslocamento das atividades

pesqueiras da EPDV para o Entrepasto da Pesca na Praça XV. A alta produtividade dessa nova embarcação, seus bons resultados, os recursos angariados em suas viagens levaram os dirigentes da FACR a investirem ainda mais nesse setor: comprando novos barcos, construindo uma fábrica de gelo, investindo em contatos e parcerias para a obtenção de novas técnicas de pesca e participando da política de abastecimento do pescado da cidade do Rio de Janeiro.

Devido a grande atenção que esse tipo de atividade passou a receber da FACR, tornando-se uma das suas principais fontes de renda, o capítulo 2 foi reservado a uma breve apresentação das pesquisas e descobertas sobre a piscosidade das águas do Nordeste, que estavam sendo realizadas com o patrocínio da Divisão de Caça e Pesca (DCP) e em parceria com a FAO. Um assunto que tomou as páginas dos jornais cariocas da época, a partir de 1955, sendo destacada principalmente a rentabilidade que se podia obter através da pesca do atum. As notícias dessa bem sucedida iniciativa no Nordeste do país pode ter servido de estímulo à Fundação para adaptar uma de suas embarcações para esse tipo de pesca e recorrer aos japoneses buscando o treinamento dos seus homens no aprendizado daquela nova técnica.

A negação das autoridades ao pedido da FACR para aquisição de um atuneiro, visando a obtenção de atum de forma mais rentável, pode ser um indicativo do desinteresse das autoridades da época em relação a atuação daquela instituição nesse setor. Além disso, a retirada das barracas de venda de pescado, em 1957, que a Fundação possuía, espalhadas em diferentes bairros da cidade do Rio, mostram a dificuldade de se combater o monopólio existente em relação a venda desse produto e a atuação dos armadores locais, já que a instituição tinha a proposta de vender peixe a preços populares, abaixo dos praticados no mercado.

A dificuldade na distribuição do pescado foi apontada por diversas vezes pelo provedor da FACR, Levy Miranda, como o maior problema a ser enfrentado na área da pesca, assim como a falta de profissionais para operar os seus modernos barcos. Essa situação, embora tenha levado a Fundação a vender algumas de suas embarcações e a desistência de investir na pesca do atum, não foi um impedimento para o prosseguimento de suas atividades nessa área e para a sua colaboração no abastecimento da cidade do Rio de Janeiro, principalmente na época da Semana Santa. Além disso, naquela época, o Departamento de Pesca conseguia contribuir de maneira decisiva para a manutenção das demais unidades da FACR, inclusive, em relação ao pagamento de funcionários, e redução de déficits, ao menos, até o início da década de 1960.

Diferentemente do Departamento de Pesca, o ACR era uma unidade do complexo assistencial que exigia grandes investimentos, com elevados custos e seus ganhos não eram proporcionais aos gastos. Sua clientela era composta por mendigos, idosos, inválidos e doentes. Dessa forma, a maioria dos seus internos não tinham condições de trabalho e acabavam gerando custos não apenas de alimentação, mas também hospitalares.

A grande capacidade de asilamento do ACR o tornou um grande parceiro do SRM, quando do encaminhamento de mendigos retirados das ruas da cidade do Rio de Janeiro. Verifica-se que dos anos de 1946 a 1960 essa unidade recebeu um número cada vez maior de pessoas, inclusive de indivíduos acometidos pela tuberculose, algo que forçou os seus dirigentes a investirem na construção de mais espaços destinados a esse público.

No ano de 1957 concretizou-se a instalação do prédio do SRM em terrenos do ACR e, aparentemente, essa proximidade entre os dois setores, colaborou para uma melhor seleção daqueles realmente necessitados de assistência e dessa forma, conseqüentemente, para a redução no número de encaminhados ao Abrigo. Tal parceria apenas se encerrou com o episódio do “Rio da Guarda”, em 1963, e o fechamento do prédio do SRM nesse local.

O objetivo de dedicar um capítulo específico ao ACR nessa tese ocorreu devido à constatação da importância de sua parceria com o SRM para a resolução do problema da mendicância na Capital Federal, assim como com o Governo Federal para a redução do déficit hospitalar nessa cidade.

E o último capítulo foi dedicado a tratar da política de subvenção às instituições filantrópicas de assistência no período democrático do Brasil Republicano, especificamente dos anos de 1946 a 1960, a partir dos recursos solicitados e liberados a FACR. Nesse contexto, verifica-se a ocorrência de uma transferência do centro de poder de decisão em relação a concessão de subvenções: do CNSS ao Congresso Nacional. O Congresso passou a dar a palavra final na liberação de recursos. Dessa forma, o FACR encaminhava pedidos de créditos especiais ao Congresso através do Presidente da República ou pela intermediação de algum deputado, que representava suas demandas junto a Câmara dos Deputados, como Medeiros Neto e Antônio Carlos.

Através de levantamento realizado no site da Câmara e do Senado, foi possível constatar que durante os períodos Vargas e Dutra a FACR obteve aprovação pelo Congresso dos seus pedidos de crédito especial, intermediados pelos Presidentes, e que

em período posterior, esses pedidos se tornaram mais escassos, sendo encontrado apenas um deles com mensagem do presidente JK intercedendo por essa instituição filantrópica.

O fato da Fundação ser uma instituição de viés católico é algo que não pode ser desconsiderado, pois naquele momento o catolicismo buscava expandir sua atuação na sociedade, se fazendo presente não apenas no Congresso, mas também nas ruas da cidade do Rio de Janeiro, através da FLXIII ou na Cruzada São Sebastião. Em um pós-guerra no qual se falava na presença de uma “ameaça comunista”, a Igreja buscava atuar combatendo esse inimigo, em favor da coesão de pessoas em torno dos ideais cristãos, e a FACR contribuía nesse esforço e para com esse propósito, defendendo e propagando princípios cristãos em todas as suas unidades.

Além disso, buscamos destacar a presença de Levy Miranda, o fundador e provedor perpétuo da FACR, como membro da diretoria de outras instituições atuantes no âmbito da assistência social daquela época, o que provavelmente contribuiu para a construção de um capital simbólico, social e político, que o permitia ter credibilidade para solicitar e receber ainda mais apoio para a instituição que idealizou e continuava dirigindo de forma efetiva, pelo menos, até o início dos anos de 1960.

Como foi dito, não é possível creditar apenas ao adoecimento de Levy Miranda e sua progressiva saída da direção da FACR as sérias dificuldades financeiras que a abateriam nos anos vindouros. Os tempos eram definitivamente outros: tempos de aceleração do processo inflacionário, de desequilíbrio das contas externas, de mudança da Capital do Rio para Brasília, gerando deslocamento de recursos, e de acirramento das tensões sociais. Essa situação de “crise” atingiria não apenas a Fundação, mas instituições filantrópicas de uma maneira geral. Levy Miranda mencionou isso no relatório oficial da FACR do ano 1959, dizendo:

“Todas as obras assistenciais, sobretudo, as de âmbito maior, sentiram-se à margem da falência. Socorros generosos aos apelos de algumas delas, que lhes foram proporcionados pelas autoridades e pelo público, conseguiram fazê-las sobreviver” (p.8).

Diante da instabilidade política e crise econômica dos anos 50 e 60 a FACR sobrevivia, transformando-se para resistir aos novos tempos de recursos governamentais cada vez mais escassos. Buscava resistir incentivando e investindo no aumento da produtividade de cada um dos seus departamentos e, no início dos anos 1960, utilizando os valores obtidos com a venda dos terrenos do loteamento do INJ e do IPGV, conforme mencionado no relatório oficial da instituição:

“É evidente, porém, que embora muito rendosas as nossas atividades pesqueiras, não seriam capazes de produzir recursos suficientes para compensar o vultuoso déficit existente no nosso orçamento.

Tivemos que apelar, a contragosto, sem dúvida, a receita que provém da venda dos terrenos dos loteamentos do Instituto Natalina Janot e do Instituto Profissional Getúlio Vargas” (relat. 1960, p.12).

Dessa forma, a FACR resistia, assitindo àqueles que estavam a margem e, ao contrário do que acreditávamos no início dessa investigação, pelo menos até o início dos anos de 1960, continuava atuando em parceria com as autoridades governamentais para a solução de problemas que afetam até hoje a cidade do Rio de Janeiro, como a mendicância e a questão do abastecimento. O que nos leva a pensar: Que bom seria contar com uma FACR nos dias de hoje.

ANEXO 1

Tabela 4: Relação geral dos membros dos Conselhos em exercício da FACR (1946 a 1958)¹⁴⁷				
	RELATÓRIO 1947	RELATÓRIO 1949	RELATÓRIO 1951	RELATÓRIO 1954
Conselho Administrativo	TRIÊNIO 1946/1949	TRIÊNIO 1950/1952	TRIÊNIO 1952/1955	TRIÊNIO 1955/1958
Presidente	Arlindo Caldeira Janot	Arlindo Caldeira Janot	Arlindo Caldeira Janot / Antônio Ribeiro França Filho (a partir 1952)	Antônio Ribeiro França Filho
Secretário	Antônio Ribeiro França Filho	Antônio Ribeiro França Filho	Antônio Ribeiro França Filho / Antônio da Rocha Passos Junior (1952) / Armando Sampaio Vianna (1953)	Armando Sampaio Vianna
Conselho de Amparo à Infância Enfermos e Velhice Desamparada (C.A.I.E.V.D)	TRIÊNIO 1946/1949	TRIÊNIO 1950/1952	TRIÊNIO 1952/1955	TRIÊNIO 1955/1958
Presidente	Quintino Caliera	Quintino Caliera	Ayres Pinto de Miranda Montenegro	Hildebrando de Araújo Góes
Vice-Presidente	Desembargador Alvaro Ferreira [da S.] Pinto	Desembargador Alvaro Ferreira [da S.] Pinto	Desembargador Alvaro Ferreira [da S.] Pinto	Desembargador Alvaro Ferreira [da S.] Pinto
Secretário	Antônio da Rocha Passos Junior	Antônio da Rocha Passos Junior	Antônio da Rocha Passos Junior	Antônio da Rocha Passos Junior
Conselheiros	Ayres Pinto [de Miranda] Montenegro	Ayres Pinto de Miranda Montenegro	Carlos de Almeida Brandão	Cônego Luiz Medeiros Netto
	Alberto de Andrade Queiróz	Alberto de Andrade Queiróz	Maurício da Costa Faria	Maurício da Costa Faria
	Luiz Gonzaga Novelli Junior	Luiz Gonzaga Novelli Junior	Hildebrando de Araújo Góes	Antônio Carlos Konder dos Reis
	Henrique Aragão	Henrique Aragão	João Luiz de Carvalho	Alberto de Andrade Queiroz
	Atila Machado Soares	Atila Machado Soares	Francisco de Paula Santiago Filho	José J. Sá Freire Alvim
Conselho do Ensino Profissional	TRIÊNIO 1946/1949	TRIÊNIO 1950/1952	TRIÊNIO 1952/1955	TRIÊNIO 1955/1958
Presidente	vago	Desembargador Augusto Saboia Lima	Alberto de Andrade Queiroz	Rodolfo Fuchs
Vice-Presidente	General Antônio da Silva Rocha	Almirante João Duarte	Almirante João Duarte	Brigadeiro Henrique de Souza Cunha

¹⁴⁷ Essa relação de Conselheiros começa a figurar no relatório da FACR exercício de 1947. Nessa tabela em amarelo foram destacados os membros do Conselho da FACR que tiveram cadeira na Câmara dos Deputados e Senado.

Secretário	Hildebrando de Araújo Góes	Austregésio de Athayde	Austregésio de Athayde	Austregésio de Athayde
Conselheiros	Luiz dos Reis Ramalho	General Dimas de Siqueira Menezes	Adroaldo Mesquita da Costa	Gilberto Cândido de Magalhães
	Samuel Libânio	Brigadeiro Henrique de Souza Cunha	Brigadeiro Henrique de Souza Cunha	Camilo de Menezes
	Meton Alencar Neto	Benjamin Farah	Benjamin Farah	Antônio Arnaldo Gomes Taveira
	Cap. Corv. João Batista Viana	Godofredo Diniz Gonçalves	Francisco de Sá Filho (1952)/ Comandante Alfredo Mario Mader Gonçalves (1953)	Octávio Moreira Penna
	Cap. Tte. José Uzêda de Oliveira	Jones dos Santos Neves	José Fonseca de Melo	Almirante João Duarte
Provedoria	TRIÊNIO 1946/1949	TRIÊNIO 1950/1952	TRIÊNIO 1952/1955	TRIÊNIO 1955/1958
Provedor	Raphael Levy Miranda	Raphael Levy Miranda	Raphael Levy Miranda	Raphael Levy Miranda
Superintendente Geral	Dr. Rodolfo Fuchs	Dr. Rodolfo Fuchs	Dr. Rodolfo Fuchs	Antônio Izidro de Miranda
Superintendente Financeiro	Mozart Bacelar	Mozart Bacelar	José Nunes Guimarães	José Nunes Guimarães
Superintendente Religioso	Conego José Távora	Monsenhor José Távora	Monsenhor José Távora	Monsenhor José Távora
Superintendente Industrial	vago	Fábio Garcia Bastos	Fábio Garcia Bastos	Comte. Antônio M. Nunes Souza
Secretário Geral	Sebastião Machado Ribeiro	Sebastião Machado Ribeiro	A. Saldanha Vasconcelos (1952)/ Heitor Coupé (1953)	Heitor Coupé
1° Secretário	José Pedro Ferreira da Costa	Camilo Menezes	Heitor Coupé (1952)/ [cargo não consta da relação]	Antônio S. de Vasconcellos
2° Secretário	Heitor Coupé	Heitor Coupé	Camilo de Menezes	Ayres Pinto de M. Montenegro
Tesoureiro geral	Armando de Sampaio Viana	Armando de Sampaio Viana	Armando de Sampaio Viana (1952)/ Sebastião Machado Ribeiro (1953)	Sebastião Machado Ribeiro
1° tesoureiro	Nelson Salema Garção Ribeiro	Nelson Salema Garção Ribeiro	Nelson Salema Garção Ribeiro	Nelson Salema Garção Ribeiro
2° tesoureiro	vago	Casimiro Lages	Sebastião Machado Ribeiro (1952)/ Romeu Lima (1953)	Romeu Lima
JUNTA DE CONTROLE (nomeada pelo Presidente da República)	Landulpho Alves, Rubens Porto, J. Carlos Vital	Landulpho Alves, Rubens Porto, J. Carlos Vital	Landulpho Alves, Rubens Porto, J. Carlos Vital	Fábio Garcia Bastos, Rubens Porto, J. Carlos Vital

REFERÊNCIAS:

ABREU, Alzira Alves de. Conselho Coordenador do Abastecimento. In: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro. Disponível em: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/conselho-coordenador-do-abastecimento>. Acesso em: 10 out. 2022. s.d.

ABREU, Alzira Alves de. Comissão Federal de Abastecimento e Preços (COFAP). In: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro. Disponível em: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/comissao-federal-de-abastecimento-e-precos-cofap>. Acesso em: 24 jun. 2021. s.d.

ABREU, Jonas. A invenção da favela industrial: pistas da história, memória e identidade do Jacarezinho. *Revistas Ambivalências*, v.8, n.15, p. 262-300, jan.-jun/2020. Disponível em: Acesso em: 9 nov. 2022. 2020.

ADMINISTRAÇÃO pública municipal: a estrutura e os titulares: da Comissão de Intendência à Prefeitura do Rio (1889-2012). Rio de Janeiro: Prefeitura do Rio/Casa Civil/ Arquivo da Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: http://expagcrj.rio.rj.gov.br/wp-content/uploads/2017/10/Administracao_Publica_Municipal.pdf. Acesso em: 7 ago. 2022. 2014.

AGÊNCIA NACIONAL. Entrevista do provedor da Fundação Abrigo Cristo Redentor para A Voz do Brasil sobre o abastecimento do pescado para a Semana Santa. BR RJANRIO EH.0.DSO, Voz DIS.391. (Arquivo Nacional, Rio de Janeiro). 1957.

ALVES, Vladimir Zamorano. *Antiga Escola da Marambaia: história e memória de uma experiência de um ensino industrial da pesca (1939-1971)*. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Educação, 2010.

AMPLIAÇÃO da frota pesqueira do Abrigo do Cristo Redentor. *Diário Oficial da União*, seção 1, 17 fev. 1954, p.2.391. 17 fev. 1954.

ANAIS do Senado. 20ª sessão legislativa da 6ª legislatura, p.23-25, 17 nov. 1969.

ANDRADE, José H. Fischel de. O Brasil e a organização internacional para os refugiados (1946-1952). *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, v. 48, n.1, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-73292005000100003>. Acesso em: 4 maio 2020. 2005.

ANTÔNIO Carlos Konder Reis. In: _____. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Disponível em: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/reis-antonio-carlos-konder>. Acesso em: 24 out. 2021. s.d.

ANTONIO, Mariana Dias. *A “Operação mata-mendigos” na Guanabara:*

representações e apropriações no jornal Última Hora, no Poder Legislativo, no Poder Judiciário, no teatro e no cinema. Tese (Doutorado em História) – Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2021.

ANTONIO, Mariana Dias. A “Operação mata-mendigos” (Rio de Janeiro, 1962-1963) às margens de alguns livros. *Revista Simbiótica*, Vitória, v. 7, n. 2, jan.-jun./2020. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/simbiotica/article/view/32598/21536>. Acesso em: 9 nov. 2022. 2020.

ANTÔNIO José de Lima Câmara. In: _____. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Disponível em: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/camara-antonio-jose-de-lima>. Acesso em: 24 jul. 2022. s.d.

ARISTÓTELES Bayard de Lima. In: _____. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Disponível em: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/lima-aristoteles-bayard-de>. Acesso em: 16 fev. 2021. s.d.

ASSISTÊNCIA A MENORES: Organizacao e Administracao Das Instituicoes de Assistencia a Menores: Relatorios: Abrigo Cristo Redentor. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, Secom – MJNI, BR RJAN RIO VV.0.0.1946023502 - Dossiê, inicial 1946.

ATA da primeira sessão da Junta Administrativa da Fundação Leão XIII. *Diário Oficial da União*, seção II, , p.1292, 28 fev. 1947.

BALBINO, Antônio. *Anais do Senado*, livro 3, 20ª sessão da 3ª sessão legislativa da 6ª legislatura, p. 25, 26, 17 nov. 1969. Disponível em: https://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/Anais_Republica/1969/1969%20Livro%203.pdf. Acesso em: 27 maio 2020. 17 nov. 1969.

BANCO DO BRASIL – Direção Geral. Correspondência encaminhada a Raphael Levy Miranda. *Acervo pessoal Miranda*, 14 maio 1958.

BARRAGAT, Paulo. Parecer ao processo DNERU, 6696/62 – Anexo I. Ao diretor geral do DNERu. *Acervo pessoal Tânia Fernandes*, 12 jun. 1962.

BARRAGAT, Paulo. Plantas medicinais: história e memória da pesquisa e da política científica no Brasil. Dossiê 09 - BR RJCOC 05-05-02-09. Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, 1996.

BARRAGAT, Paulo. SPP 269 [ofício]. Assunto: Bens do serviço na área do Abrigo Cristo Redentor. Ao diretor geral do DNERu. *Acervo pessoal Tânia Fernandes*, 23 ago. 1963.

BARRETO, Juliano. *Mussum forévis: samba, mé e Trapalhões*. Rio de Janeiro, Editora Leya, 2014.

BARRETO, Maria Renilda Nery. Pro Matre: arquivo e fontes para a história da maternidade no Rio de Janeiro. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*. Rio de Janeiro, v. 18, suppl 1, p. 295-301, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-59702011000500016>. Acesso em: 11 dez. 2022.

BARTH, Ortrud Monika e ALVAREZ, Cristina Engel de. Rudolf Barth: um cientista pioneiro na ilha da Trindade. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, v. 19, n. 3, p. 969-992, 2012,. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-59702012000300011>. Acesso em: 21 jul. 2021. 2012.

BASTOS, Marcelo. Medeiros Neto – um padre que virou político. *Cada Minuto*, 14 maio 2020. Disponível em: <https://www.cadaminuto.com.br/noticia/2020/05/14/medeiros-neto-um-padre-que-virou-politico>. Acesso em: 27 dez. 2020.

BENJAMIN Miguel Farah. In: _____. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Disponível em: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/benjamin-miguel-farah>. Acesso em: 22 dez. 2022. s.d.

BERCOVICI, Gilberto. A questão agrária na Era Vargas (1930-1964). *Revista do Instituto Brasileiro de História do Direito – IBHD*, História do Direito, v.1, n.1, 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5380/hd.v1i1.78725>. Acesso em: 10 out. 2022.

BIJOS, Gerardo Magella. Ofício 21 do diretor do Serviço de Produtos Profiláticos. Ao Diretor do Departamento Nacional de Endemias Rurais (DNERu). Assunto: Informes sobre a Cidade dos Meninos. *Acervo particular Tânia Fernandes*, 8 mar. 1957.

BITTAR, Cássia. OABRJ recebe norte-americanos e discute políticas de reparação da escravidão negra no Brasil e EUA. *OABRJ*, 10 mar. 2020. Disponível em: <https://www.oabrj.org.br/noticias/oabrj-recebe-norte-americanos-discute-politicas-reparacao-escravidao-negra-brasil-eua>. Acesso em: 19 mar. 2021. 10 mar.2020.

BITTENCOURT, Danielle Lopes. “O morro é do povo”: memórias e experiências de mobilização em favelas cariocas. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2012.

BRAGA, Sérgio Soares. *Quem foi quem na Assembleia Constituinte de 1946: um perfil socioeconômico e regional da Constituinte de 1946*. Brasília, Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1998.

BRANDI, Paulo. Aniversário da Light. *Memória da Eletricidade*, 28 maio 2021. Disponível em: <https://www.memoriadaeletricidade.com.br/artigos/54807/aniversario-da-light>. Acesso em: 3 set. 2022.28 maio 2021.

BRASIL, Bruno. A Última de Samuel Wainer. Rio de Janeiro, *Acervo da BN*, 2 jul. 2021. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/artigos/acervo-da-bn-a-ultima-de-samuel-wainer/>. Acesso em: 10 out. 2022.

CALICCHIO, Vera. Plano Salte. In: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro. Disponível em: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/plano-salte>. Acesso em: 4 dez. 2022. s.d.

CAMIN, Luís Alberto Zavala. Revisão bibliográfica e comentários sobre o conhecimento atual das pesquisas sobre atuns e bonito do Brasil. *Relatório preliminar da reunião do grupo permanente de estudos sobre atuns e afins*. Ministério da Agricultura, Superintendência do Desenvolvimento da Pesca, Programa de pesquisa e desenvolvimento pesqueiro do Brasil, 15 a 16 fev. 1979. Disponível em: https://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/biblioteca/download/relatorio_de_ordenação/atuns_e_afins/rel_1979_atuns_afins_gpe.pdf. Acesso em: 22 jul. 2021. fev. 1979.

CAMINHA, Mônica Cruz. A Escola de Pesca do Abrigo Cristo Redentor do Rio de Janeiro e a formação profissional do pescador brasileiro no Estado Novo, 1937-1945. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, v.26, supl.1, 2019, p.215 a 233. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-59702019000500012>. Acesso em: 15 ago. 2021.

CAMINHA, Mônica Cruz. *Abrigo do Cristo Redentor: estado e assistência social no primeiro Governo Vargas (1936-1945)*. Dissertação (Mestrado em História das Ciências da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz, Casa de Oswaldo Cruz, 2012.

CAMPOS, Priscilla. Abrigo Cristo Redentor passa por reforma e recebe novos equipamentos. *Jornal do Estado do Rio*, 9 jun. 2021. Disponível em: <https://www.jornaldostadodorio.com.br/abrigo-cristo-redentor-passa-por-reforma-e-recebe-novos-equipamentos/>. Acesso em: 7 ago. 2022. 2021.

CARLOS Valadares da Silva. In: _____. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Disponível: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/carlos-valadares-da-silva>. Acesso em: 19 out. 2021. s.d.

CARLOS Frederico Werneck de Lacerda. In: _____. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Disponível em: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/carlos-frederico-erneck-de-lacerda>. Acesso em: 4 set. 2022. s.d.

CARVALHO, Marina Feitosa; BARBOSA, José Milton; ARAÚJO, Ana Rosa da Rocha; SOUZA, Jaciara Morais de. Cadeia de comercialização de tunídeos no Estado de Sergipe, Brasil. *ActaFisch - Acta of Fisheries and Aquatic Resources*, Sergipe, v. 3, n. 1, p.1-12, 2015.

CAVALCANTI, Nilo de A. Redentor III. *Revista Marítima Brasileira*. Ministério da Marinha, n. 10, 11 e 12, p.841-847, out., nov. e dez. de 1957.

CEDRO, Marcelo. O governo Juscelino Kubitschek (1956-1961): estabilidade política e desenvolvimento econômico. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília Neves (org.). *O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964* (O Brasil Republicano, v. 3). 8 ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, v. 3, p. 207-244, 2019.

CENTRO de informação de acervos dos Presidentes da República. Ministério da Justiça. Disponível em: http://www.an.gov.br/crapp_site/default.asp. Acesso em: 24 dez. 2022. s.d.

CINACCHI, Giovanna Costa. *Filantropia e feminismo. Alianças para o atendimento à saúde materno-infantil: o caso da Pro-Matre (1918-1945)*. Dissertação (Mestrado – Programa de Estudos Pós-graduados em Política Social) – Universidade Federal Fluminense, 2017.

CORRÊA, Maria Letícia. LIGHT. In: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro.. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/LIGHT.pdf>. Acesso em: 3 set. 2022. s.d.

COSATI, Letícia Conde Moraes. *Assistência à infância na Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro: a transformação da Casa dos Expostos (1888-1912)*. Dissertação (Mestrado em História das Ciências) - Fundação Oswaldo Cruz, 2019.

COSTA, Reginaldo Scheuermann. *A Fundação Leão XIII Educando os Favelados (1947-1964)*. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Educação, Rio de Janeiro, 2015.

COSTA, Renato da Gama-Rosa. *Entre “Avenida” e “Rodovia”: a história da Avenida Brasil (1906-1954)*. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Pós Graduação em Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.

COSTA, Rodrigo Gomes da. Legado JK – O Rio se foi. *Insight Inteligência*, v. 23, n. 92, p.78 a 88, jan., fev. e mar. 2021. Disponível em: <https://inteligencia.insightnet.com.br/legado-jk-o-rio-se-foi/>. Acesso em: 4 set. 2022. 2021.

CORTES, Soraya Vargas. Policy community defensora de direitos e a transformação do Conselho Nacional de Assistência Social. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 17, n. 38, p.122-154, jan. - apr. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/15174522-017003806>. Acesso em: 27 Jan. 2020.

COUTINHO, Amélia. Amauri Krueel. Verbetes Biográfico. CPDOC/FGV. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetes-biografico/krueel-amauri>. Acesso em: 2 ago. 2022. s.d.

COUTINHO, Amélia. Antônio Balbino de Carvalho Filho. In: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro. <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetes-biografico/antonio-balbino-de-carvalho-filho-1>. Acesso em: 10 nov. 2022. s.d.

[CRONOLOGIA da Devolução dos Pavilhões da Cidade dos Meninos], *Acervo Tânia Fernandes*, sd.

DALCOMO, Margareth Pretti; ANDRADE, Mônica Kramer de Noronha; PICON, Pedro Dornelles. Tuberculose multirresistente no Brasil: histórico e medidas de controle. *Revista de Saúde Pública*, v. 41, supl. 1, set. 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-89102007000800006>. Acesso em: 21 dez. 2022. 2007.

DAMINELLI, Camila Serafim. *Uma Fundação para o Brasil Jovem: Funabem, menoridade e políticas sociais para infância e juventude no Brasil (1964-1979)*. Tese (doutorado) – Universidade do Estado de Santa Catarina (Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de Pós-Graduação em História), Florianópolis, 2019.

DE LUCA, Tania Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. 2. Ed. São Paulo, Contexto, p.111-153, 2010.

DEMOCRACIA faz diferença em discussão sobre saúde e desenvolvimento na década de 1950. 6 nov. 2012. Disponível em: <https://www.coc.fiocruz.br/index.php/pt/todas-as-noticias/461-democracia-faz-diferenca-em-discussao-sobre-saude-e-desenvolvimento-na-decada-de-1950>. Acesso em: 28 jan. 2020. 2012.

DOM HELDER Camara. Centro Dom Helder Camara de Estudos e Ação Social – Cendhec. Disponível em: <http://www.cendhec.org.br/dom-helder-camara>. Acesso em: 23 dez. 2022. s.d.

ESPINHEL de superfície e de fundo (longline e bottom longline). *Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMbio)*, Ministério do Meio Ambiente. Disponível em: https://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/artes_de_pesca/industrial/espindel/espindel_superficie_fundo.pdf. Acesso em: 22 jul. 2021.

EX. SR. Ministro de Estado da Saúde. Abaixo assinado dos servidores do Ministério da Saúde, que residiam na Cidade dos Meninos, contra a ameaça de despejo que sofriam com o pedido de devolução dos pavilhões/propriedade pela FACR. *Acervo Pessoal Tânia Fernandes*, sd.

FAO NO BRASIL. *Memória de Cooperação Técnica*, sd. Disponível em: https://arca.furg.br/images/stories/producao/educando_com_a_horta_escolar_fao.pdf. Acesso em: 9 nov. 2021. sd.

FARIA, Antônio Fernando Garcez. Aula inaugural para 66ª turma do curso de aperfeiçoamento de hidrografia para oficiais (CAHO). *Anais hidrográficos*, Diretoria de Hidrografia e Navegação, Rio de Janeiro, Marinha do Brasil, p. 8-16, 2013.

FARIA, Ascânio de. A pesca e seus problemas. *Anais hidrográficos, Revista Brasileira de Geografia*, Marinha do Brasil, 1960, ano 22, n.2, p.279 a 291, abril – jun. 1960.

FAUSTINO, Oswaldo. Conheça a história de Noite Ilustrada. *Revista Raça*, 14 out. 2016. Disponível em: <https://revistaraca.com.br/conheca-a-historia-de-noite-ilustrada/>. Acesso em: 19 mar. 2021. 14 out. 2016.

FERREIRA, Clausinei. *Governo Dutra: arrocho salarial e os trabalhadores (1946-1950)*. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, Departamento de História, 2019.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Imprensa popular. In: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). *Dicionário Histórico*

Biográfico Brasileiro.. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/imprensa-popular>. Acessado em: 10 out. 2022. s.d.

FERREIRA, Yedo. Yedo Ferreira (depoimento). Rio de Janeiro, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), 2003. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/historal/arq/Entrevista1184.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2021. 2003.

FIGUEIREDO, Eduardo Henrique Lopes de; GUERRA, Daniela de Lima Ranieri. Da população em situação de rua: a criminalização do invisível. *Revista do Instituto de Pesquisas e Estudos (RIPE)*, Bauru, v. 50, n. 66, p. 160-176, jul./dez. 2016.

FILHO, Lílian Renata de Mélo. *O Centro Educativo Operário em Recife durante o Estado Novo (1937/1945): educação e religião no controle dos trabalhadores*. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

FOFAGNOLI, Marcela. *Alimentar é também educar: a merenda escolar no Brasil (1940-1960)*. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) - Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, 2017.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Nem ortodoxia nem populismo: o Segundo Governo Vargas e a economia brasileira. *Tempo*, v. 14, n. 28, p.19-58, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-77042010000100002>. Acesso em: 9 nov.2022.

FOX, Verónica del Pilar Proaño de. *Pesca artesanal e desenvolvimento local: o movimento nacional dos pescadores – MONAPE (1990-2009)*. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural e Desenvolvimento Local) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.

FUNDAÇÃO do Abrigo do Cristo Redentor. *25 anos de trabalho cristão*. [1960].

GASPARIAN, Helena. Luta democrática. Verbetes temáticos, CPDOC/FGV. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/luta-democratica>. Acesso em: 10 out. 2022.

GERALDO de Meneses Cortes. In: _____. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Disponível em: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/geraldo-de-meneses-cortes>. Acesso em: 28 jul. 2022. s.d.

GONÇALVES, Helen. A tuberculose ao longo dos tempos. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, v. 7, n. 2, p. 305-327, 2000. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-59702000000300004>. Acessado em: 3 set. 2019. 2000.

GONÇALVES, Marcos. *As s tentações integristas : um estudo sobre as relações entre catolicismo e política no Brasil (1908-1937)*. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em História. Defesa: Curitiba, 2009.

GONÇALVES, Rafael Soares Gonçalves; FERREIRA, Caren Caroline Paulo. Aspectos urbanísticos da atuação da Cruzada São Sebastião na cidade do Rio de Janeiro. *Sociedade em Debate*, v. 25, n. 1, p. 211-223, 2019. Disponível em: <http://www.rle.ucpel.tche.br/index.php/rsd/article/view/2090>. Acesso em: 10 nov. 2022. 2019.

GOULART FILHO, Alcides. Regulação e institucionalização das atividades pesqueiras no Brasil. *Revista Digital Estudos Históricos*, ano 8, n. 16, jul. 2016, Uruguay. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/revista/13167/A/2016>. Acesso em: 23 jul. 2021. jul. 2016.

IGNÁCIO, Jocelene de Assis. *Doutores, mas não cidadãos? Trajetórias de vida de egressos do ensino superior, moradores da favela do Jacarezinho: Rio de Janeiro de 2000 a 2009*. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Serviço Social, 2011.

IMAGENS da Peste Branca: Memória da Tuberculose. Mostra Virtual do Centro Cultural do Ministério da Saúde, 2016. Disponível em: <http://www.ccs.saude.gov.br/peste-branca/tb-brasil.php>. Acesso em: 03 set. 2022. 2016.

HAMILTON, Wanda, FONSECA, Cristina. Política, atores e interesses no processo de mudança institucional: a criação do Ministério da Saúde em 1953. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, p. 791-825, dez. 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-59702003000300002>. Acesso em: 31 jan. 2020. 2003.

HATAKEYAMA, Regina. Trawlers. O novo nome dos mares. *Náutica*, p.80 a 86, 2006. Disponível em: <http://mcpyachts.com.br/reportagens/nautica-2006.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2021.

HÉLDER Pessoa Câmara. In: _____. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Disponível em: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/helder-pessoa-camara>. Acesso em: 23 dez. 2022. s.d.

HILDEBRANDO de Araújo Góis. In: _____. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro.. Disponível em: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/hildebrando-de-araujo-gois>. Acesso em: 11 dez. 2020. s.d.

HISTÓRIA. Farmanguinhos – Instituto de Tecnologia em Fármacos. Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Disponível em: <https://www.far.fiocruz.br/instituto/historia/>. Acesso em: 10 dez. 2022.

HISTÓRIA DA SUMOC. Banco Central do Brasil Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/pre/historia/sumoc/historiasumoc.asp?frame=1>. Acesso em: 24 dez. 2022. s.d.

HOCHMAN, Gilberto. “O Brasil não é só doença”: o programa de saúde pública de Juscelino Kubitschek. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.16,

supl.1, p.313-331, jul. 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-59702009000500015>. Acesso em: 9 nov. 2022.

IAMAMOTO, Marilda Villela. 80 anos do Serviço Social no Brasil: a certeza na frente, a história na mão. *Serviço Social & Sociedade*, n. 128, p. 13-38, jan. - abr. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.091>. Acesso em: 26 nov. 2019.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. *Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. São Paulo: Cortez, 1996.

JÚNIOR, Nilton Pereira Júnior. *A história das políticas de saúde no Brasil*. Curso de extensão Políticas de saúde e gestão hospitalar. Universidade Federal de Uberlândia, jan. 2019. Disponível em: http://www.proexc.ufu.br/sites/proexc.ufu.br/files/media/document/aula_01-10-01-2020-abertura_curso_extensao_-_historia_da_saude_publica_no_brasil_-_0.pdf. Acesso em: 1 out. 2022. 2019.

JÚNIOR, Osmário Estevam. Maestro Nelsinho do Trombone: Um panorama sobre este arranjador, produtor e instrumentista brasileiro. *The Brazilian Trombone Association Journal*, v. 2, n. 2, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/btaj/article/view/47305>. Acesso em: 19 mar. 2021. 2019.

KARAWEJCZYK, Mônica. O Jornal como documento histórico: breves considerações. *Historiae*. Rio Grande, v.1, n.3, p. 131-147, 2010.

KORNIS, Mônica. Manuel Guilherme da Silveira Filho. In: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro. Disponível em: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/manuel-guilherme-da-silveira-filho>. Acesso em: 13 maio 2020. s.d.

KORNIS, Mônica. Superintendência Nacional de Abastecimento (Sunab). In: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Disponível em: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/superintendencia-nacional-de-abastecimento-sunab>. Acesso em: 19 dez. 2022. s.d.

KRILOW, Letícia Sabina Wermeier. As representações nos jornais Correio da Manhã e Última Hora das ações pró e contra o comunismo nas favelas cariocas durante o Segundo Governo Vargas (1951-1954). *XIII Encontro Estadual de História da ANPUH – RS - Ensino, direitos e democracia*. UNISC, Santa Cruz do Sul, 18-21 jul. 2016. Disponível em: [http://eeh2010.anpuh-rs.org.br/resources/anais/46/1472225980_ARQUIVO_ASREPRESENTACOESNOS_JORNAISCORREIODAMANHAULTIMAHORADASACOESPROECONTRAO_COMUNISMONASFAVELASCARIOCADURANTEOSEGUNDOGOVERNOV_ARGAS\(1951-1954\).pdf](http://eeh2010.anpuh-rs.org.br/resources/anais/46/1472225980_ARQUIVO_ASREPRESENTACOESNOS_JORNAISCORREIODAMANHAULTIMAHORADASACOESPROECONTRAO_COMUNISMONASFAVELASCARIOCADURANTEOSEGUNDOGOVERNOV_ARGAS(1951-1954).pdf). Acesso em: 28 mar. 2021. 2016.

KUBITSCHKE, Juscelino 1902-1976. *Memórias do Brasil 1957: discursos de*

Juscelino Kubitschek. Brasília, Senado Federal, Conselho Editorial, 2020.

LIMA, Bayard. Relatório. Assunto: Fundação Abrigo Cristo Redentor. Diário do Congresso Nacional. Rio de Janeiro, ano 2, n.92, 13 jun. 1947, p. 2593, 2594.

LINDENBERG, Carlos. Anais do Senado, livro 3. 20ª sessão da 3ª sessão legislativa da 6ª legislatura, em 17 nov. 1969, p. 27. Disponível em: https://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/Anais_Republica/1969/1969%20Livro%203.pdf. Acesso em: 27 maio 2020.

LINHA DO TEMPO. Instituto René Rachou, Fiocruz Minas. Disponível em: http://www.cpqrr.fiocruz.br/pg/linha_do_tempo/. Acesso em: 15 mar. 2021.

LIRA, Marcelo Gomes de; NÓBREGA, Marcelo Francisco de; LINS OLIVEIRA, Jorge Eduardo. Caracterização da pescaria industrial de espinhel de superfície no Rio Grande do Norte. *Boletim do Instituto de Pesca*, v.43, n.3, p.446 a 458, 2017. <http://dx.doi.org/10.20950/1678-2305.2017v43n3p446>. Acesso em: 10 nov. 2022. 2017.

LONARDONI, Eliana; GIMENES, Junia Garcia; SANTOS, Maria Lucia dos e NOZABIELLI, Sônia Regina. O processo de afirmação da assistência social como política social. *Serviço Social em Revista*, v. 8, n.2, jan. – jun. 2006. Disponível em: https://www.uel.br/revistas/ssrevista/c-v8n2_sonia.htm. Acesso em: 10 nov. 2022.

LOPES, Gicelda Miranda. Ata da Reunião da Junta Administrativa da Fundação Leão XIII. *Diário Oficial da União*, seção I, parte I, out.1959.

LUÍS Medeiros de Neto. In: _____. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Disponível em: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/luis-de-meneses-medeiros-neto>. Acesso em: 24 out. 2021. s.d.

MACIEL, Marina de Souza, MENDES, Plínio Duarte, GOMES, Andréia Patrícia, SIQUEIRA-BATISTA, Rodrigo. A história da tuberculose no Brasil: os muitos tons (de cinza) da miséria. *Revista da Sociedade Brasileira de Clínica Médica*, v.10, n.3, p.226-30, maio – jun. 2012. Disponível em: <http://files.bvs.br/upload/S/1679-1010/2012/v10n3/a2886.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2022. 2012.

MAINWARING, Scott. *A Igreja Católica e a política no Brasil (1916-1985)*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

MARIANI, Clemente. *Cartas ao presidente Juscelino Kubitschek informando sobre a criação da empresa Brasilmar Indústria e Pesca S.A.* Rio de Janeiro, CPDOC/FGV, Cma ae ed 1958.00.00, [1958].

MARTINS, Ana Paula Vosne. O método da assistência: o encontro de mulheres profissionais e filantropas na criação e organização do Serviço de Obras Sociais (SOS) na cidade do Rio de Janeiro na década de 1930. *Tempo*. Rio de Janeiro, v. 24, n. 2, maio-ago. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/TEM-1980-542X2018v240207>. Acesso em: 9 nov. 2022. 2018.

MARTINS, Andreza. *O mar de todos: relações entre conservação marinha e gestão pesqueira no Brasil*. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Florianópolis, 2018.

MENDES, Thiago de Araújo. *A expansão do território oceânico do Brasil: navegações internacionais e suas implicações político-normativas nos usos e apropriações dos recursos marinhos*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Bahia, Programa de pós-graduação em Geografia, 2007.

MENDIGAR deixou de ser contravenção penal há apenas dez anos. *Migalhas*, 18 mar. 2019. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/quentes/297910/mendigar-deixou-de-ser-contravencao-penal-ha-apenas-dez-anos>. Acesso em: 27 ago. 2022. 18 mar. 2019

MESTRINER, Maria Luiza. *O Estado entre a Filantropia e a Assistência Social*. São Paulo, Cortez Editora, 2005.

MICHAELIS. *Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/busca?id=j158>. 2022.

MIRANDA, Gabriela Alves e HOCHMAN, Gilberto. Selecionar, cuidar e encaminhar: os médicos na Batalha da Borracha (1942-1944). *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*. v. 16, n. 3, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2178-2547-BGOELDI-2019-0152>. Acesso em: 10 nov. 2022. 2021.

MIRANDA, João Eustáquio Cabral de; FREITAS, Ary Ferreira de. Raças e tipos decruzamentos para produção de leite. *Embrapa Gado de Leite*, 2009. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/65294/1/CT-98-Racas-e-tipos-de-cruzamentos.pdf>. Acesso em: 11 mar. 2021. 2009.

MIRANDA, Raphael Levy. Ofício 345/62. Ao diretor do Departamento Nacional de Endemias Rurais, Carlos Modesto Souza. *Acervo particular Tânia Fernandes*, 22 jun. 1962.

MIRANDA, Raphael Levy. Ofício 614/60. Ao ministro da Saúde, Pedro Paulo Penino. *Acervo particular Tânia Fernandes*, 6 set. 1960.

MIRANDA, Raphael Levy. Ofício 1303/47. Ao diretor do Serviço Nacional de Malária, Ministério da Educação e Saúde. *Acervo particular Tânia Fernandes*, 22 out. 1947.

MORAES, Margarete Farias de. *Algumas considerações sobre a história dos hospitais privados do Rio de Janeiro: o caso Clínica São Vicente*. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, 2005.

MOREIRA, Regina da Luz. Jaime de Barros Câmara. *Verbete biográfico*, CPDOC/FGV, 2022.

MOTTA, Marly Silva da. *O lugar da cidade do Rio de Janeiro na federação brasileira: uma questão em três momentos*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2001. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/6799/1232.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 10 nov. 2022. 2001.

MOTTA, Marly Silva da. *O Rio de Janeiro continua sendo?* Rio de Janeiro, CPDOC/FGV, 2000. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/6775/1160.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 10 nov. 2022. 2000.

MUSEU DE PESCA e imigração japonesa: 100 anos de história. Do Portal do Governo do Estado de São Paulo, Secretaria de Agricultura e Abastecimento, 4 nov. 2008. Disponível em: <https://www.saopaulo.sp.gov.br/ultimas-noticias/museu-de-pesca-e-imigracao-japonesa-100-anos-de-historia/>. Acesso em: 15 ago. 2021. 4 nov. 2008.

NASCIMENTO, Isaías [Depoimento]. Entrevistadora: Patrícia Fachin. Padre dos pobres e bispo dos operários. A história de Dom José Vicente de Távora. *Revista do Instituto Humanitas Unisinos*, 341 ed., 30 ago. 2010. Disponível em: <http://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/3464-isaias-nascimento>. Acesso em 12 dez. 2020. 2010.

NETO, Sydenham Lourenço. Modernização, crise e protesto popular: a questão do abastecimento nos anos 50. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*, São Paulo, jul. 2011. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300933485_ARQUIVO_Modernizacao,Anpuh2011.pdf. Acesso em: 10 nov. 2022. 2011.

NOITE Ilustrada. *Atração*. Disponível em: <http://www.atracao.com.br/site/detalhes-artistas/noite-ilustrada>. Acesso em: 19 mar. 2021.

NOMURA, Histoshi. Necrológio: Ascânio de Faria (1903-1987). *Revista Brasileira de Zoologia*, v.7, n.4, 1990. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbzool/a/c5HdpWGKcy8TTDGnkjMF3qS/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 jul. 2021. 1990.

NUNES, José Horta. Pedinte. *Endici – Enciclopédia Discursiva da Cidade*. Disponível em: <https://www.labeurb.unicamp.br/endici/index.php?r=verbete/view&id=222>. Acesso em: 28 jul. 2022. 2022.

O PRESIDENTE ASSINOU (...) Na pasta da Agricultura [nomeando “membro do Conselho Administrativo da Caixa de Crédito da Pesca, Jorge Soares Duque Estrada”]. Noticiário *Diário Oficial da União*, seção 1, p.9. 22 fev. 1951.

O PRESIDENTE da República recebeu (...). Noticiário. *Diário Oficial da União*, seção I, 16 dez. 1952, p.19.107. 16 dez. 1952.

O PRESIDENTE DA República recebeu (...). Noticiário. *Diário Oficial da União*, seção 1, 30 out. 1952, p.16.771. 30 out. 1952.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA recebeu (...)”. Noticiário. *Diário Oficial da União*,

seção 1, p.791, 18 jan. 1952.

O PRESIDENTE GETÚLIO Vargas recebeu (...). Noticiário. *Diário Oficial da União*, seção I, 16 set. 1952, p.14.527. 16 set. 1952.

OLIVEIRA, Denílson. Ensino médio já passou por três grandes reformas desde Getúlio Vargas. *Folha de S. Paulo*, 10 set. 2017. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2017/09/1916668-ensino-medio-ja-passou-por-tres-grandes-reformas-desde-getulio-vargas.shtml>. Acesso em: 10 nov. 2022. 10 set. 2017.

OLIVEIRA, Ione. Imigrantes e Refugiados para o Brasil após a Segunda Guerra Mundial. *XXVII Simpósio Nacional de História - ANPUH: Conhecimento histórico e diálogo social*, Natal - RN, 22 a 26 jul. 2013. Disponível em: http://snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1371328609_ARQUIVO_Refugiadosei_migrantes-Anpuh-2013.pdf. Acesso em 4 maio 2020. 2013.

OLIVEIRA, Marlene Salgado de. *Não vim ao mundo a passeio*. Niterói, Clube de Literatura Cromos, 2000.

OLIVEIRA, Rosália Maria de. *Cidade dos meninos, Duque de Caxias, RJ, linha do tempo sobre a contaminação ambiental e humana*. Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, Rio de Janeiro, 2008.

OLIVEIRA, Samuel Silva Rodrigues de. As “Batalhas do Rio”: as metáforas de guerra e as políticas para as favelas cariocas (1946-1961). *Sociologias*, Porto Alegre, ano 23, n. 58, p.418 – 443, set. – dez. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/15174522-102977>. Acesso em: 15 nov. 2022. 2021.

OLIVEIRA, Samuel Silva Rodrigues de. A Comissão Nacional de Bem-estar Social: planejamento estatal e política social, 1951-1954. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, v. 26, supl. 1, p. 147-161, dez. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-59702019000500008>. Acesso em: 28 jan. 2020. 2019.

OLIVEIRA, Samuel Silva Rodrigues de. *“Trabalhadores favelados”: identificação das favelas e movimentos sociais no Rio de Janeiro e em Belo Horizonte*. Tese (Doutorado em História) – Pós-Graduação em História Política e Bens Culturais, Programa de Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Rio de Janeiro, 2014.

PAIVA, Melquíades Pinto. Tributo ao zoólogo Rui Simões de Menezes. *Revista do Instituto do Ceará*, p. 251 - 262, 1997. Disponível em: <https://www.institutodoceara.org.br/revista/Rev-apresentacao/RevPorAno/1997/1997-TributoaRuiSimoesMenezes.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2021. 1997.

PESSOA, Gláucia Tomaz de Aquino. Escola João Luís Alves. Memória da Administração Pública Brasileira. Arquivo Nacional, jan. 2020. Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/dicionario-primeira-republica/870-escola-joao-luis-alves>. Acesso em: 22 mar. 2021. 2020.

PINHEIRO, Marcia Maria Biondi. *O CNAS: entre o interesse público e o privado*. Tese (doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – São Paulo, 2008.

PINOTTI, Mário. Ofício n. 3.019. Ministério da Educação e Saúde, Serviço Nacional de Malária. Ao: Provedor da Fundação Abrigo Cristo Redentor, Raphael Levy Miranda. Assunto: Cessão de pavilhões. *Acervo particular Tânia Fernandes*, 22 dez. 1947.

PLANO SALTE quase não sai do papel. *Memorial da democracia, 2015-2017*. Disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/card/plano-salte-quase-nao-sai-do-papel>. Acesso em: 4 dez. 2022.

PONDÉ, Jayme. *Levy Miranda: apóstolo da assistência social no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Abrigo do Cristo Redentor, 1977.

PRESIDENTE do Conselho Administrativo da Fundação Abrigo do Cristo Redentor. Correspondência encaminhada a Raphael Levy Miranda, Acervo Antônio Izidro de Miranda, 6 abril 1964.

PRESIDENTES. Centro de referência de acervos presidenciais. Arquivo Nacional. Disponível em: <http://presidentes.an.gov.br/index.php/presidentes>. Acesso em: 24 dez, 2022. s.d.

PROGRAMA DE METAS do Presidente Juscelino Kubitschek. Rio de Janeiro, Presidência da República, Serviço de Documentação, 1958. Disponível em: <https://bibliotecadigital.economia.gov.br/handle/777/33?mode=full>. Acesso em: 27 jul. 2021.1958.

PROJETO ALBATROZ. *Passageiros do vento, trabalhadores do mar: aspectos históricos da pesca com espinhel no sul e sudeste do Brasil e a visão do pescador sobre a conservação das aves marinhas*. NEVES, Tatiana; MANCINI, Patricia (org.). Santos, Editora Comunnicar, 2009. Disponível em: <file:///C:/Users/monic/Downloads/livropassageiros.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2022. 2009.

QUEM SOMOS. Farmanguinhos - Instituto de Tecnologia em Fármacos. *Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)*. Disponível em: <https://www.far.fiocruz.br/instituto/quem-somos/#:~:text=Fundado%20em%201976%2C%20o%20Instituto,tecnol%C3%B3gico%20e%20produ%C3%A7%C3%A3o%20de%20medicamentos>. Acesso em: 10 dez. 2022.

RAÇA Guernsey. *Rural Pecuária*. Disponível em: <https://ruralpecuaria.com.br/tecnologia-e-manejo/racas-gado-de-leite/raca-guernsey.html>. Acesso em: 11 mar. 2021.

REIS, Tiago. SUMOC: entenda o que foi a Superintendência da Moeda e do Crédito. *Suno*. São Paulo, 23 fev.2019.

RICARDO Nami Jafet. In: _____. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro.. Disponível: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/ricardo-nami-jafet>. Acesso em: 18 out. 2021. s.d.

RUI Vitorino Ramos. In: _____. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Disponível: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/rui-vitorino-ramos>. Acesso em: 19 out. 2021. s.d.

[RELATÓRIOS Oficiais do Abrigo do Cristo Redentor]. Arquivo Central do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), Brasília. 1946-1948.

RIBEIRO, Ramona Raissa do Nascimento Guerra Melo. *Escola de Pesca de Tamandaré: reconfiguração do ethos pesqueiro para a nacionalização e industrialização da pesca no Brasil (1954-1975)*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2021.

RIZZINI, Irene. *A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente*. Rio de Janeiro, Ed. PUC-Rio; São Paulo, Loyola, 2004. Disponível em: http://www.editora.puc-rio.br/media/ebook_institucionalizacao_de_crianças_no_brasil.pdf. Acesso em: 28 jan. 2020.

ROCHA, José Antônio Manso Raimundo da. *DB-SMoT: um método baseado na direção para identificação de áreas de interesse em trajetórias*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Computação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.

ROSSI, Clelia de. Ata da 82ª sessão ordinária de 1952 do Conselho Nacional de Serviço Social [CNSS]. *Diário Oficial da União*, 23 out. 1952, p.16465.

RJ - Cidade dos Meninos: décadas de contaminação e doença versus o desejo da moradia. *Mapa de conflitos envolvendo injustiça ambiental e saúde no Brasil*. Núcleo Ecologias, Epistemologias e Promoção Emancipatória da Saúde – Neepes/ Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca - ENSP/Fiocruz, 26 jun. 2013. Disponível em: <https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/rj-cidade-dos-meninos-decadas-de-contaminacao-e-doenca-versus-o-desejo-da-moradia/>. Acesso em: 18 dez. 2022. 26 jun. 2013.

SÁ, Magali Romero; BRITTO, Marcelo Ribeiro de (Orgs.). *A cooperação científica Brasil-Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial: levantamento dos peixes marinhos brasileiros de importância comercial (1943-1955)*. Rio de Janeiro, FAPERJ: Idea D, 2018.

SANGLARD, Gisele; FERREIRA, Luiz Otávio. Pobreza e filantropia: Fernandes Figueira e a assistência à infância no Rio de Janeiro (1900-1920). *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 27, n. 53, p. 71-91, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-21862014000100004>. Acesso em: 10 nov. 2022. 2014.

SANGLARD, Gisele. Laços de sociabilidade, filantropia e o Hospital do Câncer do Rio de Janeiro (1922-1936). *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro,

v. 17, supl. 1, p. 127-147, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-59702010000500008>. Acessado em: 10 nov. 2022. 2010.

SANTOS, Amanda Pereira dos. *Selecionar, controlar e distribuir: o Instituto Nacional de Imigração e Colonização e a política imigratória brasileira (1952-1955)*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, 2020.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. A prisão dos ébrios, capoeiras e vagabundos no início da Era Republicana. *Topoi*, v. 5 n. 8, jan-jun. 2004, p. 138-169. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2237-101X005008004>. Acesso em: 10 nov. 2022. 2004.

SANTOS, Paulo Roberto Elian. Inovação em saúde e desenvolvimento nacional: origens, criação e atuação do Instituto de Malariologia (1946-1956). *Revista Rio de Janeiro*, n. 11, set-dez. 2003. Disponível em: http://www.forumrio.uerj.br/documentos/revista_11/11-Paulo%20Elian.pdf. Acesso em: 16 mar. 2021. 2003.

SANTOS, Ricardo Augusto dos. Políticas de saúde, condições de vida e repressão no Governo Dutra. XXVII Simpósio Nacional de História - ANPUH, Conhecimento histórico e diálogo social, Natal - RN, 22 a 26 jul. 2013. Disponível em: http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1371308655_ARQUIVO_RicardoAugustoDosSantos.pdf. Acesso em: 25 fev. 2021. 2013.

SEGUNDA CONFERÊNCIA técnica regional dos países americanos do Atlântico Sul sobre a exploração dos recursos do mar. Ata final, CNPq.T4.5.005, Rio de Janeiro, 14 jul. 1960. Disponível em: http://zenith.mast.br/MAST_DOC/TEXTUAL/CNPq.T.4.5.005/CNPq.T.4.5.005_0002.pdf. Acesso em: 20 jul. 2021. 14 jul. 1960.

SERBIN, Kenneth P. *Igreja, Estado e a ajuda financeira pública no Brasil, 1930-1964: estudos de três casos chaves*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 1991. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/6587/797.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 10 nov. 2022. 1991.

SERBIN, Kenneth P. *State subsidization of catholic institutions in Brazil, 1930-1964: a contribution to the economic and political history of the church*. University of Notre Dame, Kellogg Institute for International Studies, Working paper n. 181, Oct. 1992. Disponível em: <https://kellogg.nd.edu/documents/1416> Acesso em: 29/04/2012. 1992.

SILVA, Júlio Romão da. Depoimento, CPDOC/FGV. Rio de Janeiro, 2004

SILVA, Bárbara Damasco da. *A Policlínica das crianças da Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro: filantropia e saúde (1909-1929)*. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) - Fundação Oswaldo Cruz, Casa de Oswaldo Cruz, 2015.

SILVA, Bruno Sanches Mariante da. A “maternidade moderna” e a medicalização do parto nas páginas do Boletim da Legião Brasileira de Assistência, 1945-1964. *História*,

Ciência, Saúde - Manguinhos, v.25, n.4, p.1019-1037, dez. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-59702018000500007>. Acesso em: 28 Jan. 2020. 2018.

SILVA, Cyro Advincula da. *A polícia do Rio na República: 1889-1975*. Rio de Janeiro, SGuerra Design, 2020.

SILVA, Pedro Sousa. A Superintendência de Urbanização e Saneamento – SURSAN – do Rio de Janeiro: um estudo sobre sua formação e atuação (1957-1960). ANPUH – Brasil - 30º Simpósio Nacional de História, Recife, 2019. Disponível em: https://www.snh2019.anpuh.org/resources/anais/8/1564270798_ARQUIVO_SILVA_Pedro.ANPUH2019.pdf. Acesso em: 10 nov.2022. 2019.

SILVEIRA, Breno. Requerimento n.1.239, de 1950. *Diário do Congresso Nacional*, seção 1, p. 4273 a 4278, 28 jun. 1960.

SILVIA, Suely Braga da. 50 anos em 5: Plano de Metas. O Brasil de JK. O Governo de Juscelino Kubitschek. CPDOC/FGV. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Economia/PlanodeMetas>. Acesso em: 24 jul. 2021.

SIMON, Silvana Aline Soares. Juscelino Kubitschek e a operação pan-americana (1956-1961). *Universitas Relações Internacionais*, v. 10, n.1, p.139-150, jan./jun, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.5102/uri.v10i1.1749>. Acesso em: 10 nov.2022. 2012.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco, 1930-1964*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SOARES, Joice de Souza. *Polícia e política no Rio de Janeiro do século XIX: um estudo sobre a Secretaria de Polícia da Corte e a construção da ordem na capital imperial (1833-1850)*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Centro de Ciências Humanas e Sociais, Escola de História, 2014.

SOUZA, Eliara Beck. *Do Asilo de Mendicidade ao Hospital São Francisco de Assis: a cidade e a saúde (1876-1922)*. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, 2015.

TAVARES, Fábio. História do Jacarezinho. *Blog Jacarezinho-RJ, Histórias e Notícias*, 6 out. 2019. Disponível em: <https://jacarezinhorj.blogspot.com/p/fundacao-do-jacarezinho.html>. Acesso em: 21 mar. 2021. 2019.

TOMÉ DE SOUZA, Fabíola Amaral. “Gângsters da caridade”: sistema político subvencional brasileiro e a manutenção de formação de clientela eleitoral no período de 1946 a 1964. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

UM SUPERVISOR para a frota pesqueira da Fundação do Cristo Redentor. *Diário Oficial da União*, seção 1, 9 jun. 1953, p.10.273. 9 jun. 1953.

VARELA, Alex Gonçalves. O Instituto Oceanográfico da Universidade de São Paulo: um capítulo do processo de emergência e consolidação das ciências oceanográficas no Brasil, 1946-1969. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v.21, n.3, p.951-969, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-59702014000300009>. Acesso em: 10 nov. 2022. 2014.

VERAS, Renato. A reestruturação do abrigo Cristo Redentor: o macro asilo transformado em uma minicidade. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, v.7, n.2, p.85-104, 1997. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-73311997000200006>. Acesso em: 10 nov. 2022. 1997.

VIANA, Raquel de Almeida. *Encontros etnográficos e antropologia em rede: a favela do Jacarezinho e a pesquisa de Anthony e Elizabeth Leeds na década de 1960*. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz, Casa de Oswaldo Cruz, 2019.

IMPrensa

6 BARCOS de pesca encomendados a estaleiros espanhóis. *O Jornal*, Rio de Janeiro, sexta sessão, capa, p.49, 30 set. 1956.

200\$000 de multa! É o que pagará quem der esmolas na via pública, segundo o projeto de Jayme Praça. *Diário Carioca*, p.2, 5 fev. 1936.

391 mendigos recolhidos nas ruas da cidade. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, Caderno 1, p.9, 8 maio 1960.

800 TONELADAS de peixe serão postas à venda na Semana Santa. *Ultima Hora*, Rio de Janeiro, p.6, 1 abril 1958.

A AÇÃO socia-educativa da Cidade dos Meninos. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, p.8., 24 ago. 1951.

A BAHIA vai ter a “Cidade dos Meninos”. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p.9, 24 set. 1943.

A CIDADE dos Meninos. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p.2 e 3, 26 jan. 1947.

A COMPANHIA Progresso Rural realiza obra de verdadeiro sentido Cristão. *A Cruz*, p.7, 3 nov. 1957.

A HISTÓRIA do peixe trazido pelo “Presidente Vargas”. *Diário da Noite*, seção 1, p.1 (capa), 4, 7 out. 1952.

A MAIORIA vem do Nordeste abandonado. Há mais mendigos no Rio que no resto do Brasil! *Última Hora*, Rio de Janeiro, p.14, 22 jul. 1957.

A MISÉRIA do Rio é caso de polícia. *O Semanário*, Rio de Janeiro, Ano I, n.5, 12-19

jul. 1956.

A NOTÍCIA em poucas palavras. *O Jornal*, Rio de Janeiro, caderno 1, p.5, 1 maio 1964.

A REPRESENTAÇÃO da Baía nas Conferências de Educação e Saúde. *A Manhã*, Rio de Janeiro, p.12, 23 ago. 1941.

ABASTECIMENTO do pescado na Semana Santa. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, p.3, 16 mar. 1957.

ABSOLUTO êxito do movimento de repressão à mendicância. *O Jornal*, Rio de Janeiro, p.6,8, 24 dez. 1953.

ABRIGO do Cristo Redentor. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p.9, 2 mar. 1947.

ABUNDÂNCIA de peixe sem paralelo verificada nos mares do Nordeste. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, seção 3, p.4, 23 dez. 1956.

ABUNDANTES cardumes de atum no Nordeste. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, seção 6, p.6, 7 out. 1956.

AÇÃO CONJUNTA na obra de recuperação dos mendigos. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, seção 1, p.3, 5 dez. 1954.

ADIANTADO o Levantamento das cartas de pesca do Brasil. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, seção 3, p.7, 27 mar. 1955.

AGRADECE a doação o Serviço de Mendigos. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, p.10, 15 ago. 1958.

AGRESSÕES. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, seção 1, p.2, 24 nov. 1946.

AGRESSÕES. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, seção 1, p.2, 14 set. 1945.

AGRESSÕES. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, seção 1, p.2, 1 ago. 1945.

AGUIAR, Wilson. Cidade dos Meninos. A Lei Orgânica de Assistência Social é uma necessidade urgente. *Diário da Noite*, Rio de Janeiro, p.12, 12 mar. 1948.

ALONSO, Martins. Menores e Mendigos. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p.5, 7 fev. 1956.

ANDRADE, Oscar de. Menores pobres e abandonados. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p.4, 26 fev. 1944.

APENAS CINCO sobreviventes. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p.2, 7 ago. 1951.

APOSTOLADO das ruas em favor de uma infância desamparada. *O Jornal*, Rio de Janeiro, p.9, 24 jun. 1949.

ARATANHA, Mário de. Biologia Marinha planeja ter seu laboratório na Marambaia. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, Caderno 1, p.12, 6 ago. 1969.

ARAÚJO, Raimundo. Os Jangadeiros. *O Malho*, ano 50, n. 145, p. 22, fev. 1952.

ASSALTADO dentro do “tintureiro”. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, caderno 1, p.13, 7 jun. 1954.

ASSEGUROU a permanência dos moradores. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, Resenha do dia, p.2, 27 out. 1944.

ATHAYDE, Austregésilo. Levi e o milagre da caridade. *O Cruzeiro*, p.60, 31 mar. 1962.

ATHAYDE, Austregésilo. Modernização da pesca. *Diário da Noite*, Rio de Janeiro, p.2, 1 jul. 1952.

ATHAYDE, Austregésilo. Trabalhadores do mar. *Diário da Noite*, Rio de Janeiro, p.4, 8 ago. 1951.

ATIVIDADES da Seção de Repressão à Mendicância. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p.3, caderno 1, 3 dez. 1953.

ATUM. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, caderno 1, p.6, 25 abril 1959.

ATUM brasileiro para centros de consumo norte-americanos. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, caderno 1, p.2, 6 jul. 1956.

AUTORIZA JK. virem os barcos de pesca. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, p.2, 5 set. 1956.

BAIA. Várias notícias. *A Noite*, Rio de Janeiro, p.5, 28 abril 1940.

BAHIA, *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p.10, 30 nov. 1940.

BAHIA, 19 (A.V). *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, p.3, 21 mar. 1940.

BAHIA, 4 (A.V). *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, p.3, 6 mar. 1940.

BAÍÁ. Notícias dos Estados. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, seção 1, p.6, 24 set. 1943.

BARCO brasileiro fez pesca de atum. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, caderno 1, p.5, 15 maio 1959.

BARCO de 7 metros atravessa o Atlântico. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, p.13, 9 dez. 1949.

BARCO DE PESCA. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, caderno 1, p.2, 8 de jan. 1966.

BARCO DE PESCA. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, caderno 2, p.6, 11 de jul. 1965.

BARCO de pesca japonês a serviço de Pernambuco. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, caderno 1, p.3, 22 jul. 1956.

BARCOS PESQUEIROS foram apreendidos. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, Caderno 1, p.7, 10 mar. 1961.

BITTENCOURT, Sergio. Fundação do Cristo Redentor: uma obra maior sob ameaça. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, Caderno 2, p.1 (capa), 18 ago. 1963.

“BLITZ” DA PDF limpará a Cidade dos Meninos. *Última Hora*, Rio de Janeiro, p.5, 30 abril 1958.

“BLITZ” de JK na Batalha do abastecimento! *Última Hora*, Rio de Janeiro, p.1 (capa), 3, 20 abril 1957.

BRASILEIROS e portugueses pescarão bacalhau na Groelândia. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, caderno 1, p.4, 12 abril 1955.

BRASILEIROS que estudam nos Estados Unidos. *A Manhã*, Rio de Janeiro, p.9, 17 jan. 1942.

CÂMARA dos Deputados. Comunicações. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, p.3, 23, 24 jun. 1952.

CÂMARA DOS Deputados. Outros oradores. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p.7, 24 jun. 1952.

CAMPANHA de repressão à mendicância e vadiagem. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p.2, 28 out. 1954.

CARACTERÍSTICAS dos mares brasileiros. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, caderno 1, p.2, 20 out. 1956.

CARLOS, Newton. Rio 1955: os mendigos que a cidade esconde. *Manchete*, Rio de Janeiro, n. 177, p.50-53, 10 set. 1955.

CARNEIRO, Roberto. Entrepasto da Guanabara não auxilia as atividades dos armadores cariocas. A pesca no Brasil – IV. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p.11 e p.14, 27 dez. 1960.

CASTRO, João Werneck de. 457 meninos bem longe do crime tem sua cidade em vale imenso. *Diário da Noite*, Rio de Janeiro, seção 2, p.7, 22 out. 1957.

CHEFE DE POLÍCIA: firme combate à mendicância. *A Noite*, Rio de Janeiro, p.8, 2 set. 1955.

CINCO barcos da forta de pesca do Abrigo. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro,

Caderno 1, p.3, 4 abril 1958.

COFAP arma dispositivo do peixe para Semana Santa. *O Jornal*, Rio de Janeiro, p.12, 14 mar. 1963.

COFAP garante peixe com fartura e a bom preço: Semana Santa. *O Jornal*, Rio de Janeiro, p.12, 5 abril 1963.

“COMANDO” médico-social recolherá mendigos hoje. *Diário da Noite*, Rio de Janeiro, seção 1, p.2, 29 abril 1958.

“COMANDOS” contra a mendicância. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, caderno 1, p.3, 14 maio 1958.

COMÉRCIO versus camelots. *O Jornal*, Rio de Janeiro, p.8, 15 fev. 1952.

COMISSÃO jornalística-parlamentar: Sustenta-me e serei salvo e guardarei respeito pelas tuas leis. Os mendigos e desocupados marcham sobre a cidade sob a inspiração do salmista David... e dos comunistas. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, p.3, 23 fev. 1950.

COMO NO “INFERNO” de Dante. *O Jornal*, Rio de Janeiro, p.3, 18 fev. 1950.

COMO SE REPRIME a mendicância nesta capital. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p.32, 14 dez. 1947.

CONDENADOS 3 falsos mendigos. *O Jornal*, Rio de Janeiro, p.9, 8 dez. 1956.

CONFLITO. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, seção 1, p.2, 24 out. 1946.

CONFLITO. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, seção 1, p.2, 20 jul. 1946.

CONGRESSO Nacional: criação e construção dos primeiros motores de propulsão em nosso país. *O Jornal*. Rio de Janeiro, p.3, 8, 24 jun. 1952.

CONSELHO CONSULTIVO de Abastecimento Nacional. Plano de Suprimento Geral e em Particular de Peixe. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, p.4, 6 abril 1955.

CONTINUA em bom ritmo a S. Rep. à Mendicância. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, caderno 2, p.6, 23 abril 1960.

CONTRA OS “CAMELOTS” e pedintes no Centro da Cidade: novo apelo do Sindicato dos Lojistas ao prefeito. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, caderno 1, p.4, 14 fev. 1952.

COPACABANA: “Blitz” noturna contra a falsa mendicância! *Ultima Hora*, Rio de Janeiro, p.6, 25 jun. 1958.

CORREIO dos Estados. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, caderno 1, p.4, 5 fev. 1957, p.4.

CRIADA A SECCÃO de Repressão à Mendicância. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro,

p.9, 2 ago. 1947.

CRIADA A SECCÃO de Repressão à Mendicância. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, seção 2, p.1, 2 ago. 1947.

CUIDARÁ dos menores desamparados o padre que foi menino pobre. *A Manhã*, Rio de Janeiro, p.3, 17mar. 1951.

D. DARCY Vargas volta à presidência efetiva da Casa do Pequeno Jornaleiro. *A Noite*, Rio de Janeiro, p.12, 30 jun. 1951.

DAMM, Flávio. O atum descobre o Brasil. *O Cruzeiro*, ano 29, n. 51, p.24 a 33, 5 out. 1957.

DECLARAÇÃO PATÉTICA do chefe de polícia. “Na realidade não temos dinheiro nem para o que estamos fazendo”. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p.8, 1 set. 1955.

DELEGACIA de mendigos: inaugurada a nova sede. *O Jornal*, Rio de Janeiro, p.11, 19 jul. 1957.

DENTRO de 25 dias carioca terá atum. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, caderno 1, p.5, 24 abril 1959.

DESCENTRALIZAÇÃO da venda de peixe. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, caderno 1, p.7, 3 mar. 1961.

DESENVOLVE-SE a indústria da pesca. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, p.2, 4 mar. 1956.

DESPEJO frustrado, *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p.4, 9 nov. 1944.

DEVASSA no INIC, na SUMOC e na CEXIM. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p.6, 7 jan. 1958.

DILEMA do carioca: peixe ou jejum? Apenas 200 gramas de pescado para cada família. *Imprensa Popular*, Rio de Janeiro, p.1 (capa), 2, 5 abril 1955.

DISTRIBUIÇÃO de peixe na Semana Santa. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, Caderno 1, p.2, 13 fev. 1957.

DIVISÃO de Registro do Comércio. Cia Progresso Rural. Ata da Reunião da Diretoria realizada a 15 jan. 1958. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p.6, 11 mar. 1958.

DORMIA a tripulação quando o mar enfurecido atirou o barco no rochedo. *Diário da Noite*, Rio de Janeiro, p.1 (capa), 5, 6, 7 ago. 1951.

ENQUANTO não vem o Palácio da Polícia... *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, p.7, 28 jun. 1952.

ENTREPOSTO tem gelo e barcos, agora está esperando o peixe. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p.2, 22 mar. 1957.

ENVOLVIDO nos escândalos da CEXIM grupo da Companhia Progresso Rural. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, capa, 25 out. 1957.

ESCOLA de Marambaia. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p.6, 26 mar. 1955.

ESTUDOS sobre armazenagem e industrialização do pescado. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, seção 4, p.6, 21 ago.1955.

EXCESSO de mendigos. *A Noite*, Rio de Janeiro, p.1, .5, 11 ago. 1947.

EXEMPLO digno de ser imitado. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, seção 1, p.6, 22 jan. 1952.

EXPERIÊNCIAS na Piscicultura. *O Observador econômico e financeiro*, ano 22, n.260, p.75, out. 1957.

FALCONI, Ivaldo. O escândalo da pesca no Brasil. *O Semanário*, ano 3, n. 119, p.9, 24 a 31 jul. 1958.

FALECEU em Berlim o Padre Flanagan. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p.11, 15 maio 1948.

FALHOU o plano de abastecimento: exploração e sonegação do pescado em todos os bairros! *Ultima Hora*, Rio de Janeiro, p.1 (capa) e 3, 20 abril 1957.

FALTA de verba deixa 400 órfãos sem teto. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, p.6, 16 ago. 1963.

FECHADO para balanço... *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, seção 1, p.6, 23 dez. 1951.

FRANÇA, Luiz Ribeiro da. Inflação ameaçando o Abrigo do Cristo Redentor, *O Jornal*, Rio de Janeiro, caderno 3, p.1 (capa) e p.14, 17 dez. 1961.

FREITAS, Honorato. Escola de Pesca Tamandaré. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, Caderno 6, p.2, 21 abril 1957.

FUNDAÇÃO do Abrigo do Cristo Redentor. Sessão extraordinária do Conselho Administrativo. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, Caderno 2, p.4, 4 de junho de 1965.

FUNDAÇÃO do Abrigo do Cristo Redentor. Sessão extraordinária do Conselho Administrativo. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, Caderno 2, p.5, 13 de maio de 1965.

FUNDAÇÃO Abrigo Cristo Redentor. Trabalha ativamente sua frota de pesca Previsto um mínimo de mil toneladas de peixe para consumo na Semana Santa. *Jornal do Comércio* Rio de Janeiro, p.6, 22 mar. 1957.

GUIMARÃES, Josué. Caminhos do Rio Grande. Cidade dos Meninos. *O Cruzeiro*, p.53, 54, p.36, 13 jan. 1945.

GRANDE procura de peixe para substituir a carne. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, caderno 1, p.5, 25 ago. 1959.

GRANDEZA. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p.5, 10 jun. 1955.

HARMONIA entre comerciários e comerciantes. Três mil beneficiários do SENAC frequentam suas escolas no Rio Grande do Sul – declara o professor Otacílio da Costa. *O Jornal*, Rio de Janeiro, seção 2, p.4, 9 jul. 1948.

HOMENAGEM a velho e eficiente policial. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, caderno 1, p.7, 27 jul. 1960.

HOMICÍDIOS. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, seção 1, p.2, 20 nov. 1945.

IANNI, Constantino, Colonização e “Marmelada”. *Careta*, Rio de Janeiro, n. 2.609, ano 51, p. 37, 38 e 41, 28 jun. 1958.

IGREJA AUTORIZA: se faltar peixe carioca poderá comer carne na Semana Santa (menos sexta-feira). *Última Hora*, Rio de Janeiro, p.5, 21 mar. 1959.

INAUGURAÇÃO de novas dependências. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p.9, 26 dez. 1951.

INAUGURADA a nova sede da Delegacia de Mendicância. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, Caderno 2, p.2, 19 jul. 1957.

INAUGURADO o Instituto Nacional de Malariologia. Novos processos de combate à malária no Brasil, *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p.16 e p.8, 8 maio 1949,

INAUGURADOS novos pesqueiros da Fundação Abrigo Cristo Redentor. *Diário de Notícias*, seção 1, p.2, 24 fev. 1957.

INCENTIVO à pesca. *A Noite*, Rio de Janeiro, caderno 1, p.3, 31 maio 1957.

INDIGENTES e mendigos recolhidos pela Polícia. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, p.4, 14 nov. 1947.

INDUSTRIALIZAÇÃO da pesca. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, caderno 1, p.4, 24 jan. 1957.

INDUSTRIALIZAÇÃO do atum no Brasil. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, caderno 2, p.5, 27 jul. 1956.

INSTALAR-SE-Á amanhã a 1ª Conferência Nacional de Educação. *A Noite*, Rio de Janeiro, p.3, 2 nov. 1941.

INSTALOU-SE a 1ª Conferência Nacional de Educação. *A Manhã*, Rio de Janeiro, 4 nov. 1941, p.9.

ISTO É a “Cidade dos Meninos”. Terras consideradas improdutivas transformadas em celeiro agrícola. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, caderno 1, p.16 e 11, 29 abril 1956.

JUNIOR, Bruno. Onze mortos no afundamento do “Presidente Vargas” ao Largo de Araruama. *A Noite: Suplemento*, seção fotogravura, p.6-9, 14 ago. 1951.

LAUSIMAR. A cidade que mudou de sexo: Toma novo rumo a “Cidade das Meninas”, *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p.18, 22 fev. 1949.

LEVANTAMENTO das cartas de pesca do Brasil. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, p.3, 19 mar.1955.

LEVI e sua frota. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, caderno 1, p.4, 22 jul. 1954.

MAIS Pesqueiros japoneses para o Estado do Pará. *Correio da manhã*, Rio de Janeiro, caderno 1, p.9, 31 maio 1957.

MAIS SEIS BARCOS para a frota pesqueira Cristo Redentor. *Correio da manhã*, Rio de Janeiro, caderno 1, p.11, 4 jun. 1955.

MAIS UMA “batalha” perdida: peixe vale ouro na Semana Santa! *Ultima Hora*, Rio de Janeiro, p.9, 3 abril 1958.

MARAMBAIA voltará a pescar como nos tempos da escola. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, Caderno 1, p.27, 7 e 8 set. 1969.

MARES do Nordeste. Preciosidade sem paralelo no mundo. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, caderno 1, p.4, 20 dez. 1956.

MÁRIO Pinotti foi eleito ontem o “Amigo da Cidade”. *Diário da Noite*, Rio de Janeiro, seção 1, p.7, 27mar. 1957.

MARTINS, Raul. Índio acusa o preço da caridade oficial. *Diário Noite*, Rio de Janeiro, seção 1, p.4, 1 set. 1953.

MARTINS, João Ribeiro. Entreposto e mercado de peixe para o Estado do Rio. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, Caderno 6, p.2, 28 abril 1957.

MATADOURO. *Ultima Hora*, Rio de Janeiro, p.2, 3 out. 1961.

MATADOURO FECHADO por Ministro. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p.8, 3 out. 1961.

MELHORAMENTOS do “Abrigo do Cristo Redentor”. Inaugurados um pavilhão de 200 leitos e uma cozinha com capacidade para 4.000 refeições. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, Caderno 1, p.8, 19 jul. 1955.

MELHORES condições para o desenvolvimento da pesca. *O Jornal*, Rio de Janeiro, p.6, 30 nov. 1958.

MELHORES condições para o desenvolvimento da pesca. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, Caderno 1, p.9, 28 nov. 1958.

MELHORES condições para o desenvolvimento da pesca. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, seção 4, p.2, 7 dez. 1958.

MEDEIROS, Maurício. Indústria Farmacêutica. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, p.4, 24 mar. 1961.

MEDEIROS, Maurício. Doação Extravagante. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, p.4, 3 jun. 1961.

MENDICÂNCIA. Carta do chefe de polícia sobre um tópico deste jornal. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, seção 1, p.4, 21 nov. 1952.

MENDICÂNCIA. *Diário da Noite*, Rio de Janeiro, p.5, 2 abril 1953.

MENDICÂNCIA, vadiagem e miséria (“Cidade Maravilhosa”). *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, p.3, 24 jan. 1950.

MENDIGOS estão sendo amparados pela S.R.P. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, caderno 1, p.7, 12 jun. 1959.

MENEZES, Rui Simões. Atum – nova riqueza dos mares brasileiros. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, Caderno 4, p.5, 9 jun. 1957; p.6, 21 jul. 1957; p.2, 2, 3 de nov. 1957.

MENEZES, Rui Simões. Atum – nova riqueza dos mares brasileiros. *A Noite*, Rio de Janeiro, caderno 2, p.5, 23 abril 1957.

MENEZES, Rui Simões. Incremento da produção do pescado. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, p.2, 22 ago. 1954.

MENEZES, Rui Simões. Atum – nova riqueza dos mares brasileiros. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, Caderno 4, p.5, 9 jun. 1957; p.6, 21 jul. 1957; p.2, 4 ago. 1957.

MESMO SEM VERBAS o Serviço de Repressão à Mendicância pratica boa obra social. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, caderno 1, p.13, 10 set. 1958.

MICKEY Rooney, segunda-feira, no Broadway. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p.8, 12 dez. 1940.

MIRANDA, Rafael Levy. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, seção 2, p.6, 28 e 31 maio 1949.

MISTÉRIO na causa do sinistro. *A Noite*, Rio de Janeiro, p.1 (capa), 11, 7 ago. 1951.

MORAIS FILHOS, M. B. Contribuição do Japão ao Brasil no estudo da pesca. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, caderno 4, p.7, 7 jul. 1957.

MORRE-SE nas ruas sem ter para quem apelar. *Diário da Noite*, Rio de Janeiro, p.6, 1 out. 1950.

MUITO PEIXE, mas caro. *A Luta democrática*, Rio de Janeiro, p.2, 5 abril 1958.

NA POLÍCIA Central. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p.8, 9 ago. 1934.

NA RESTINGA da Marambaia. Uma obra de Levy Miranda. *O Mundo Ilustrado*, Rio de Janeiro, ed. 00064, p.4-7, 1954.

NA SEMANA SANTA: Carioca vai comer bacalhau norueguês. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p.5, 18 mar. 1957.

NÃO DÊ ESMOLAS aos mendigos da rua. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p.16, 5 out. 1948.

NÃO DESAPARECERÃO as jangadas do Nordeste. *Diário de Notícias*, Riode Janeiro, seção 2, p.1 (capa), 19 jun. 1955.

NÃO FALTARÁ gelo para o pescado. *O Jornal*, Rio de Janeiro, p.12, 20 de março de 1962.

NASCIMENTO, Dirceu. A revolução submarina do “Presidente Vargas”. *Manchete*, Rio de Janeiro, n.34, p.29-32, 13 dez. 1952.

NASSER, David. Paraíso dos Mendigos. *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, p.8-16, 15 jun. 1946.

NEM MESMO as crianças escaparam das batidas do chefe de polícia. *Imprensa Popular*, Rio de Janeiro, p.5, 15, 20 jul. 1955.

NENHUM homem terá palavras para expressar tanta desgraça humana: tentativa de descrição para Câmara do quadro técnico encontrado por um deputado na Delegacia de Mendicância. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, seção 1, p.3, 18 fev. 1950.

NO RIO o navio japonês “Toko Maru”. *O Jornal*, Rio de Janeiro, p.10, 18 dez. 1956.

NOGUEIRA, Mauro R. Atum – política, economia e técnica de pesca (V). *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, caderno 6, p.5, 10 nov. 1957.

NOGUEIRA, Mauro R. Atum – política, economia e técnica de pesca (IV). *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, caderno 6, p.2, 2, 3 nov. 1957.

NOME de Adalberto Couto ficará ligado à sua obra. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, caderno 1, p.5, 7 ago. 1960.

NORDESTE exporta lagostas e atum. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, seção 3, p.6, 23 nov. 1958.

NOVA “Blitz” contra mendigos e malandros. *Ultima Hora*, Rio de Janeiro, p.6, 29 jul. 1958.

NOVA diretoria da Casa do Pequeno Jornaleiro. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, caderno 1, p.2, 18 jun. 1960.

NOVA ERA para a indústria pesqueira. *Diário da Noite*, Rio de Janeiro, seção 1, p.11, 19 out. 1956.

NOVA SEDE para a Delegacia de Mendicância. *A Noite*, Rio de Janeiro, caderno 1, p.6, 19 jul. 1957.

NOVA vida para o SAM: reforma de base em todas as dependências. *A Noite*, Rio de Janeiro, p.1 e 7, 15 jan. 1954.

NOVAS instalações da Seção de Repressão à Mendicância. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, caderno 1, p.3, 21 dez. 1951.

NOVAS INSTALAÇÕES para a Seção de Mendicância. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, seção 1, p.6, 25 dez. 1951.

NOVOS RUMOS para o combate à malária. *A Manhã*, Rio de Janeiro, p.1, p.10, 8 maio 1949.

O ANIVERSÁRIO da Delegacia de Menores. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, p.9, 12 abril 1940.

O BARCO irá revolucionar os métodos de pesca usados no Brasil. *Diário da Noite*, Rio de Janeiro, p.6, 30 jun. 1952.

O COMPLEXO problema continua desafiando as autoridades. *Diário da Noite*, Rio de Janeiro, p.17, 11 jun. 1951.

O PEIXE na Semana Santa. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p.7, 8 fev. 1957.

O PROBLEMA dos mendigos, os vencimentos dos ministros e o Código dos Militares. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p.2, 21 jan. 1950.

O RIO DE JANEIRO visto de perto. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, caderno 4, p.1, 4, 23 abril 1954.

O SRM dá o destino certo aos párias das ruas do Rio. *Diário da Noite*, Rio de Janeiro, seção 1, p.9, 12 jun. 1959.

O TURISTA que se hospedou, com a família, no Albergue da Boa Vontade. *A Noite*, Rio de Janeiro, p.9, 16,12 fev. 1952.

OBRAS paroquiais. A voz do pastor [Palestra do Cardeal Jaime de Barros Câmara na Rádio Vera Cruz]. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, Caderno 1, p.11, 14 jan. 1962.

OFENSIVA contra falsos mendigos e vadios. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, seção 1, p.6, 28 out. 1954.

ONDE IRÃO os 300 homens recolhidos ao Abrigo Cristo Redentor? Voltarão para a rua os mendigos quando a visita deixar a casa! *Ultima Hora*, Rio de Janeiro, caderno 2, p.13, 17 jun. 1957.

ONTEM. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, p.1, 2 ago. 1947.

OS APLAUSOS do “Gericó”: para os bons serviços prestados à cidade. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, caderno 4, p.1, 6 jan. 1957.

OS “CAMELOTS” prejudicam o comércio da cidade. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p.11, 14 fev. 1952.

OS “COMANDOS” limpam as ruas das “profissionais da miséria”. *Diário da Noite*, Rio de Janeiro, seção 1, p.2, 30 abril 1958.

OS QUATRO órfãos, *O Jornal*, Rio de Janeiro, p.2, 21 out. 1952.

PÂNICO entre os falsos mendigos. *A Noite*, Rio de Janeiro, p.8, 3 jan. 1947.

PARA O ABRIGO do Cristo Redentor. *Jornal do Brasil*, Caderno 1, p.6, 15 mar. 1957.

PARADA a repressão à mendicância. *Diário da Noite*, Rio de Janeiro, seção 1, p.9, 24 fev. 1959.

PESCAREMOS bacalhau na Groelândia. *A Noite*, Rio de Janeiro, p.7, 7 abril 1955.

PAIVA, Laerte José de. Uma obra que cresceu das contribuições de pobres e de ricos do Rio de Janeiro, *O Jornal*, Rio de Janeiro, p.1, seção 2, e p.7, seção 1, 23 mar. 1949.

PARA A CONSTRUÇÃO da “Cidade dos Meninos”. *O Jornal*, Rio de Janeiro, Caderno 1, p.3, 21 dez. 1944.

PARA A POPULAÇÃO Carioca: Leite Especial ordenhado por crianças da ‘Fundação Redentor’. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, caderno 1, p.3, 8 set. 1956.

PARA A SEMANA Santa: peixe mais barato e abundante. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, caderno 1, p.3, 17 mar. 1955.

PARA EVITAR o excesso de pescado. Depois de inaugurado, um dos três novos pesqueiros da Fundação Abrigo Cristo Redentor ficou no porto. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, Caderno 1, p.3, 16 fev. 1957.

PARTIRÁ dia 23 o “Toko Maru”. *Diário da Noite*, Rio de Janeiro, seção 1, p.2, 20 dez. 1956.

PEIXE EM QUANTIDADE para atender a toda população. *O Jornal*, Rio de Janeiro, p.10, 26 mar. 1959.

PEIXE mais barato. *Manhã*, Rio de Janeiro, p.1 (capa), 4, 1 jul. 1952.

PEIXE na Semana Santa depende do sucesso da pescaria no Sul. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, Caderno 1, p.12, 17 mar. 1962.

PEIXE para a Semana Santa. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, Caderno 1, p.2, 22 mar. 1957.

PESCA. Batido o “record” de pesca em águas sul-americanas. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, p.12, 6 set. 1952.

PESCA RACIONAL. *Ultima hora*, Rio de Janeiro, p.11, 18 ago. 1952.

PESCA SENSACIONAL nas costas do Rio Grande do Sul. *A Noite*, Rio de Janeiro, p.2, 6 set. 1952.

PESCA SENSACIONAL nas costas do Rio Grande do Sul. *O Fluminense*, Rio de Janeiro, p.1 (capa), 9 set. 1952.

PESCADORES jovens em navios novos. *A Noite*, Rio de Janeiro, Caderno 1, p.6, 6 fev. 1957.

PLANO DE ÂMBITO nacional sobre o peixe. *A Noite*, Rio de Janeiro, p.5, 5 abril 1955.

POLÍCIA coopera com a saúde: mendicância. *Diário da Noite*, Rio de Janeiro, seção 1, p.2, 3 jun. 1958.

PÓVOA, Helion, Escola Agropecuária Getúlio Vargas. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p.5, 27 maio 1943.

PRAÇA, Jayme de Souza. Uma carta-circular do delegado Jayme Praça aos srs. comerciantes. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, seção 1, p.8, 20 maio 1934.

PRESERVANDO a infância e incentivando a produção. *A Noite*, Rio de Janeiro, p.5, 19 out. 1953.

PRIMEIRO NAVIO do Abrigo Cristo Redentor para pesca do atum. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, caderno 1, p.2, 23 abril 1959.

PROCURA-SE um tipo de bacalhau brasileiro. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, Caderno 2, p.7, 23 out. 1957.

PROMETE a COFAP fatura de peixe na Semana Santa. *Diário da Carioca*, Rio de Janeiro, p.12, 16 mar. 1955.

PROSSEGUE a batalha aos mendigos e malandros. *Ultima Hora*, Rio de Janeiro, p.8,

30 jul. 1958.

RECEBIDOS POR VARGAS os jangadeiros do Ceará. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p.10, 18 dez.1951.

RECORDE de pesca em águas sul-americanas. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p.2, 6 set. 1952.

REEDUCAM mendigos recolhidos. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, p.10, 12 jun. 1959.

REGO, José Carlos. 2.800 mendigos lutam no Rio para sobreviver à fome e à polícia. *Ultima Hora*, Rio de Janeiro, p.5, 22 jun. 1963.

REGRESSARAM ao Brasil os dois alunos da Escola de Pesca “Darcy Vargas”. *Diário da Noite*, Rio de Janeiro, p.8, 9 abril 1951.

REGO, José Carlos. 2.800 mendigos lutam no Rio para sobreviver à fome e à polícia. *Ultima Hora*, Rio de Janeiro, p.5, 22 jun. 1963.

REPRESSÃO aos “camelots” e mendigos: deseja a diretoria do Sindicato dos Lojistas. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, seção 1, p.6, 15 fev. 1952.

REUNIÃO do Conselho Consultivo de Abastecimento Nacional. Plano de suprimento geral e particular de peixe. *A Luta democrática*, Rio de Janeiro, p.8, 6 abril 1955.

RIQUEZA que vem das águas e das matas. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, caderno 1, p.7, 12 fev.1956.

RIO, Paraíso dos Mendigos. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p.18, 24 dez. 1948.

RODRIGUES, Abdias. É negócio pedir esmola? *Revista da Semana*, Rio de Janeiro, n.4, p. 11-15, 27 jan. 1951.

SAFRA do dia de Santo Antônio: Polícia deteve duzentos (40% falsos) mendigos! *Ultima Hora*, Rio de Janeiro, p.10, 16 jun. 1958.

SANTOS, M. Mercedes. As fomentadoras da Mendicância. *Revista da Semana*, Rio de Janeiro, n.46, p.19-22, p.54, 12 nov. 1949.

SENHORAS da Sociedade vão socorrer a “Casa do Pequeno Jornaleiro”. *Ultima Hora*, Rio de Janeiro, p.8, 1 jul. 1957.

SINDICATO dos Bancários. Notícias Bancárias. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, p.4, 29 maio 1949.

SOB a ameaça de despejo. Os moradores do morro de “Jacarezinho” vão fazer um apelo ao presidente. *A Noite*, Rio de Janeiro, p.1 (capa), 12 nov. 1945.

SOLUÇÃO do problema da pesca no Brasil. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, Caderno 6, p.2, 18 jan. 1959.

SOMOS todos irmãos. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, - Suplemento, No mundo da tela -, p.1, 26 out.1941.

SURTEM EFEITO as medidas de combate à mendicância. *O Jornal*, Rio de Janeiro, seção 1, p.10, 20 jul. 1958.

SUSPENDEU deportação de mendigos temendo reação. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, seção 1, p.3, 7 mar. 1963.

TÉCNICO da FAO. faz uma palestra sobre a incidência do atum no Brasil. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, caderno 1, p.2, 1 fev. 1957.

TÉCNICOS brasileiros em estágio a bordo do “Toko Maru”. *Correio da manhã*, Rio de Janeiro, caderno 2, p.6, 7 abril 1957.

TÉCNICOS JAPONESES vem estudar problemas da pesca. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, caderno 1, p.18, 16 dez. 1956.

TIGRE, Bastos. A campanha do “Abrigo”. *A Noite*, Rio de Janeiro, p.3, 24 set. 1948.

TIMBAÚBA. Polícia e Mendicância. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, p.12, 5 set. 1948.

TRÊS NOVOS pescadores para o Brasil. *Luta Democrática*, Rio de Janeiro, p.5, 8 fev. 1957.

TRABALHA a frota do Abrigo para garantir peixe na Semana Santa. *Ultima Hora*, Rio de Janeiro, p.6, 22 mar. 1957.

UM BARCO para pesca científica em alto mar. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, seção 1, p.2, 1 jul. 1952.

UM MOSQUITO mobiliza a ciência. *A Noite*, Rio de Janeiro, p.1 e 7, 24 ago. 1950.

UM TRATOR 100% nacional. *A Manhã*, Rio de Janeiro, p.3, 7 abril 1949.

UM TRATOR cem por cento nacional. *O Jornal*, Rio de Janeiro, p.7, 17 abril 1949.

URUGUAI aprisiona barco do Cristo Redentor que estava pescado para Semana Santa. *O Jornal*, Rio de Janeiro, p.7, 21 mar. 1961.

VAI FAZER um curso de especialização nos Estados Unidos. *A Manhã*, Rio de Janeiro, p.2, 3 out.1941.

VÃO desaparecer as jangadas tradicionais do Nordeste. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, Caderno 1, p.3, 9 jun. 1955.

VÃO ESPECIALIZAR-SE na pesca do bacalhau. *O Jornal*, Rio de Janeiro, p.8, 29 abril 1950.

VEEM AO RIO os representantes baianos na Conferência Nacional de Educação. *A Manhã*, Rio de Janeiro, n.59, p.1, 16 out. 1941.

VENDA de peixe na Semana Santa. *Imprensa Popular*, Rio de Janeiro, p.5, 22 mar. 1957.

VIERAM ENSINAR oceanografia os cientistas do “Toko Maru”. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p.5, 17 dez. 1956.

VISITARAM a Delegacia de Vigilância: Impressões dos parlamentares. *A Noite*, Rio de Janeiro, p.11, 17 fev. 1950.

VOLTA À DELEGACIA de Menores a repressão à mendicância. *O Jornal*, Rio de Janeiro, p.5, 25 maio 1946.

UMA PORTARIA sobre o serviço de repressão à mendicância. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, seção 2, p.8, 14 set.1938.

LEGISLAÇÃO

BRASIL. Decreto n. 66.624, de 22 maio 1970. Dispõe sobre a Fundação Instituto Oswaldo Cruz. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/D66624.htm#:~:text=DECRETO%20No%2066.624%2C%20DE%2022%20D E%20MAIO%20DE%201970.&text=Disp%C3%B5e%20s%C3%B4bre%20a%20Fundanda%C3%A7%C3%A3o%20Instituto,Art%20. Acesso em: 9 dez. 2022. 22 maio 1970.

BRASIL. Decreto n. 50.106, de 26 jan. 1961. Abre, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 30.000.000,00 para auxiliar a Fundação Abrigo do Cristo Redentor, na sua manutenção. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-50106-26-janeiro-1961-389791-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 31 jan. 2020. 26 jan. 1961.

BRASIL. Decreto n. 39.604-A, de 14 jul. 1956. Altera a tabela de salário mínimo e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-39604-a-14-julho-1956-519762-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 20 dez. 2022. 14 jul. 1956.

BRASIL. Decreto de 28 jul. 1955. Ministério da Educação e Saúde. *Diário Oficial da União*, 30 jul. 1955, p.14708. 30 jul. 1958.

BRASIL. Decreto n. 36.521, de 2 dez. 1954. Cria o Conselho Coordenador do Abastecimento, e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-36521-2-dezembro-1954-453568-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 20 dez. 2022. 2 dez. 1954.

BRASIL. Decreto n. 30.691, de 29 mar. 1952. Aprova o novo Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/D30691impresao.htm.

Acesso em: 4 dez. 2022. 29 mar. 1952.

BRASIL. Decreto n. 9.899, de 16 set. 1946. Autoriza a Fundação Darci Vargas a transferir bens à Fundação Abrigo do Cristo Redentor. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-9899-16-setembro-1946-417380-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 31 jan. 2020. 16 set. 1946.

BRASIL. Decreto n. 9.022, de 26 fev. 1946. Baixa normas para o funcionamento da Caixa de Crédito da Pesca e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del9022.htm. Acesso em: 22 jun. 2021. 26 fev. 1946.

BRASIL. Decreto n. 7.887, de 21 ago. 1945. Dispõe sobre a organização do Departamento Federal de Segurança Pública, e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-7887-21-agosto-1945-378753-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 24 ago. 2022. 21 ago. 1945.

BRASIL. Decreto n. 3.688, de 3 out. 1941. Lei de Contravenções Penais. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del3688.htm. Acesso em: 24 ago. 2022. 3 out. 1941.

BRASIL. Decreto n. 17.508, 4 nov. 1926. Aprova o regulamento da Escola João Luiz Alves. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decree/1920-1929/decreto-17508-4-novembro-1926-501243-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 22 mar. 2021. 4 nov. 1926.

BRASIL. Decreto n. 847, de 11 out. 1890. Promulga o Código Penal. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decree/1824-1899/decreto-847-11-outubro-1890-503086-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 24 ago. 2022. 11 out. 1890.

BRASIL. Decreto-lei n. 9.655, de 27 ago. 1946. Cria, sem aumento de despesa, no Serviço Nacional de Malária, do Departamento Nacional de Saúde, o Instituto de Malariologia. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-9655-27-agosto-1946-458558-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 15 ago. 2021. 27 ago. 1946.

BRASIL. Decreto-lei n. 8.526, de 31 dez. 1945. Extingue a Comissão Executiva da Pesca, criada pelo Decreto-Lei número 5.030, de 4 de dezembro de 1942, e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8526-31-dezembro-1945-443713-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acessado em: 19 dez. 2022. 31 dez. 1945.

BRASIL. Decreto-lei n. 7.293, de 2 fev. 1945. Cria a Superintendência da Moeda e do Crédito, e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-7293-2-fevereiro-1945-416335-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 24 dez. 2022. 2 fev. 1945.

BRASIL, Decreto-lei n. 6.378, de 28 mar. 1944. Transforma a Polícia Civil do Distrito Federal em Departamento Federal de Segurança Pública e dá outras providências.

Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-6378-28-marco-1944-389489-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 28 jul. 2022. 28 mar. 1944.

BRASIL. Decreto-lei n. 5.760, de 19 ago. 1943. Autoriza a celebração de acordo com o Abrigo do Cristo Redentor, para a instituição, pela União Federal, de uma fundação, e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-5760-19-agosto-1943-415918-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acessado em: 7 jul. 2012. 19 ago. 1943.

BRASIL. Decreto-lei n. 525, de 1 jul. 1938. Institue o Conselho Nacional de Serviço Social e fixa as bases da organização do serviço social em todo o país. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-525-1-julho-1938-358399-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 24 ago. 2022. 1 jul. 1938.

BRASIL. Decreto-lei n. 291, de 23 fev. 1938. Dispõe sobre a pesca e indústrias derivadas, e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-291-23-fevereiro-1938-349710-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acessado em: 19 dez. 2022. 23 fev. 1938.

BRASIL. Lei n. 11.983, de 16 jul. 2009. Revoga o art. 60 do Decreto-lei n. 3.688, de 3 de outubro de 1941 - Lei de Contravenções Penais. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2007-2010/2009/Lei/L11983.htm. Acesso em: 27 ago. 2022. 16 jul. 2009.

BRASIL. Lei n. 11.959, de 29 jun. 2009. Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regula as atividades pesqueiras, revoga a Lei n. 7.679, de 23 de novembro de 1988, e dispositivos do Decreto-Lei n. 221, de 28 de fevereiro de 1967, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11959.htm. Acesso em: 23 jun. 2020. 29 jun. 2009.

BRASIL. Lei n. 3.805, de 2 ago. 1960. Autoriza a abertura, pelo Ministério da Educação e Cultura, do crédito especial de Cr\$ 30.000.000,00 para auxiliar a Fundação Abrigo do Cristo Redentor. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-3805-2-agosto-1960-354490-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 25 out. 2021. 2 ago. 1960.

BRASIL, Lei n. 3.006, de 15 dez. 1956. Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial até Cr\$ 10.000.000,00, atítulo de auxílio extraordinário, à Fundação Abrigo do Cristo Redentor. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-3006-15-dezembro-1956-354596-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 24 out. 2021. 15 dez. 1956.

BRASIL. Lei n. 2.743, de 6 de março de 1956. Cria o Departamento Nacional de Endemias Rurais no Ministério da Saúde e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/12743.htm. Acesso em: 1 jun. 2020. 6 mar. 1956.

BRASIL. Lei n. 2.471, 28 abril 1955. Autoriza o Poder executivo a abrir, pelo

Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 18.000.000,00, para auxiliar a Fundação Abrigo do Cristo Redentor. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-2471-28-abril-1955-355032-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 20 out. 2021. 28 abril 1955.

BRASIL. Lei n. 1.996, 30 set. 1953. Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 34.000.000,00 para cobrir os *déficits* orçamentários da Fundação Abrigo do Cristo Redentor. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1996-30-setembro-1953-366218-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 20 out. 2021. 30 set. 1953.

BRASIL. Lei n. 1.920, de 25 jul. 1953. Cria o Ministério da Saúde e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/1920.htm. Acesso em: 22 dez. 2022. 25 jul. 1953.

BRASIL. Lei n. 1.644, 16 jul. 1952. Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 15.000.000,00, como auxílio à Fundação Abrigo do Cristo Redentor. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1644-16-julho-1952-361653-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 19 out. 2021. 16 jul.1952. 16 jul. 1952.

BRASIL. Lei n. 1.522, de 26 dez. 1951. Autoriza o Governo Federal a intervir no domínio econômico para assegurar a livre distribuição de produtos necessários ao consumo do povo. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1522-26-dezembro-1951-362020-normaatualizada-pl.html>. Acesso em: 24 jun. 2021. 26 dez. 1951.

BRASIL. Lei n. 1.493, de 13 dez. 1951. Dispõe sobre o pagamento de auxílios e subvenções. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1493-13-dezembro-1951-322168-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 30 jan. 2020. 13 dez. 1951.

BRASIL. Lei n. 1.283, de 18 dez. 1950. Dispõe sobre a inspeção industrial e sanitária dos produtos de origem animal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/11283.htm. Acesso em: 3 dez. 2022. 18 dez. 1950.

BRASIL. Lei n. 892, de 24 out. 1949. Autoriza a abertura de crédito especial como auxílio à Fundação Abrigo do Cristo Redentor. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1940-1949/lei-892-24-outubro-1949-351824-norma-pl.html>. Acesso em: 15 out. 2021. 24 out. 1949.

BRASIL. Lei n. 214, de 7 jan. 1948. Concede auxílio à Fundação Abrigo Cristo Redentor e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1940-1949/lei-214-7-janeiro-1948-367140-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 15 out. 2021. 7 jan. 1948.

BRASIL. Lei n. 53, de 30 jul. 1947. Concede auxílio à Fundação Abrigo Cristo Redentor. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1940-1949/lei-53-30-julho-1947-367739-norma-pl.html>. Acesso em: 15 out. 2021. 30 jul. 1947.

BRASIL. Lei n. 22.498, de 22 jan. 1947. Autoriza a instituição de uma fundação pela Prefeitura do Distrito Federal. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-22498-22-janeiro-1947-341184-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 22 mar. 2021. 22 jan. 1947.

BRASIL. Lei de 16 dez. 1830. Manda executar o Código Criminal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM-16-12-1830.htm. Acesso em: 24 ago. 2022. 16 dez. 1830.

BRASIL. Ministério da Agricultura. Departamento Nacional da Produção Animal. Divisão de Caça e Pesca. Termo de contrato que, entre si, fazem a Divisão de Caça e Pesca e o Sr. Jorge Soares Duque Estrada, para o fim que nele se declara. *Diário Oficial da União*, seção 1, 24 out. 1956, p. 20268. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/2972518/pg-49-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-24-10-1956/pdfView>. Acesso em: 23 jul. 2021. 24 out. 1956.

BRASIL. Ministério da Agricultura. Departamento Nacional da Produção Animal. Divisão de Caça e Pesca. Portaria n. 240, 28 out. 1954. *Diário Oficial da União*, seção 1, 3 nov. 1954, p.17.703. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/2812879/pg-7-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-03-11-1954/pdfView>. Acesso em: 15 jul. 2021. 28 out. 1954.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Decreto de 24 abril 1953. Concede exoneração: À Jorge Soares Duque Estrada. *Diário Oficial da União*, seção 1, p.3. 27 abril 1953.

BRASIL. Ofício PR 24.941-56. *Consultoria Geral da República*. Despachos do Presidente da República. *Diário Oficial*, seção 1, 4 set. 1956, p.4 e 5. 4 set. 1956.

BRASIL. Portaria n. 49, de 2 mar. 1951. Caixa de Crédito da Pesca. *Diário Oficial da União*, seção 1, 19 mar. 1951, p.3965. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/2396467/pg-13-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-19-03-1951/pdfView>. Acesso em: 23 jul. 2021. 2 mar.1951.

BRASIL. Portaria n. 25. Secretaria do Prefeito. *Diário Oficial da União*, seção II, p. 888, 898, 11 fev. 1947.

BRASIL. Projeto de Lei n. 1.106, de 1959. Autoriza a abertura, pelo Ministério da Educação e Cultura, do crédito especial de Cr\$ 30.000.000,00 para auxiliar a Fundação Abrigo Cristo Redentor. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=187431>. Acesso em: 20 out. 2021. PL 1.106/1959.

BRASIL. Projeto de Lei 1.811, de 13 set, 1946. Estabelece dotação orçamentaria destinada a manter e desenvolver os serviços assistencias da Fundação Abrigo do Cristo Redentor e dá outras providências. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=196455>. Acesso em: 23 dez. 2022. PL 1.811/1946.

BRASIL. Projeto de Lei n. 517, de 1955. Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo

Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00, destinados a cobertura do déficit previsto para a Fundação Abrigo Cristo Redentor na execução orçamentária do corrente exercício. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=178181>. Acesso em: 22 dez. 2022. PL 517/1955.

BRASIL. Projeto de Lei 4.704, de 1954. Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 18.000.000,00, para auxiliar a Fundação Abrigo Cristo Redentor; tendo parecer favorável da Comissão de Finanças. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=223670>. Acesso em: 20 out. 2021. PL 4.704/1954.

BRASIL. Projeto de Lei 2.776, de jan. 1953. Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 19.000.000,00, destinado a cobrir o déficit orçamentário da Fundação Abrigo Cristo Redentor, previsto para o exercício de 1953. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/206639>. Acesso em: 20 out. 2021. PL 2.776/1953.

BRASIL. Projeto de Lei 1.850, de 1952. Concede auxílio de Cr\$ 15.000.000,00 à Fundação Abrigo Cristo Redentor. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/196896>. Acesso em: 20 out. 2021. PL 1.850/1952.

BRASIL. Projeto de Lei 855, de 1950. Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 15.000.000,00 como auxílio a Fundação [Abrigo] do Cristo Redentor. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/183475>. Acesso em: 15 nov. 2022. PL 855/1950.

BRASIL. Projeto de Lei 401, de 1949. Autoriza a abertura, pelo Ministério da Educação e Saúde, do crédito especial de Cr\$ 8.000.000,00 para auxílio extraordinário a Fundação Abrigo Cristo Redentor. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=176327>. Acesso em: 15 out. 2021. PL 401/1949.

BRASIL. Projeto de Lei 970, de 19 nov. 1947. Concede auxílio de Cr\$ 4.000.000,00 à Fundação Abrigo Cristo Redentor e dá outras providências. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=node0wa4b_____g1nj5cjsrkk8yt1jyth5174995.node0?codteor=1229098&filename=Dossie+-PL+970/1947+CF. Acesso em: 15 out. 2021. PL 970/1947.

BRASIL. Projeto de Lei 76, de 22 abril 1947. Concede auxílio especial a Fundação Abrigo Cristo Redentor. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=171081>. Acesso em: 15 out. 2021. PL 76/1947

DOCUMENTÁRIO

MAURO, Humberto. Endemias Rurais: seus produtos profiláticos e terapêuticos, Rio

deJaneiro: INCE - Instituto Nacional de Cinema Educativo, 1960. Disponível em: <http://www.bcc.org.br/filmes/443449>. Acesso em: 31 maio 2020. 1960.

MARAMBAIA. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Cinema Educativo (INCE), 1945. Documentário, curta-metragem. 35mm, BP, 18min22seg, 504m, 24q. Disponível em: <http://cinemateca.gov.br>. Acesso em: 31 maio 2020. 1945.

DEPOIMENTOS

MENDONÇA, Sérgio. [Depoimento]. Entrevistadora: Mônica Cruz Caminha. Rio de Janeiro, out. 2017.

MIRANDA, Antônio Izidro de. [Depoimento]. Entrevistadora: Mônica Cruz Caminha. Rio de Janeiro, 30 de maio de 2011.

PINHEIRO, Isaura Bender Rodrigues. [Depoimento]. Entrevistadora: Mônica Cruz Caminha. Rio de Janeiro, 28 de junho de 2011.

ILUSTRAÇÕES

ABRIGO Cristo Redentor. Correio da Manhã. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional. Código de Referência: BR RJANRIO PH.0.FOT.26. 15 dez. 1936 a 21 maio de 1968. (Abrigo..., 1936-1968).

BARRAGAT, Paulo. Fotografias - Dossiê 231. Fundação Oswaldo Cruz/ Casa de Oswaldo Cruz. BR RJCOC PB-231, 1947-1958. (Barragat, 1947-1958).

CARLOS, Newton. Rio 1955: os mendigos que a cidade esconde. *Manchete*, Rio de Janeiro, n. 177, p.50 - 53, 10 set. 1955. (Carlos, 10 set. 1955)

MENDONÇA, Sergio. Acervo pessoal, 9 set. 2019. (Acervo pessoal Mendonça, 2019).

MIRANDA, Antônio Izidro de. Acervo pessoal, 30 de maio de 2011. (Acervo pessoal Miranda, 2011).

MOURA, Victor Tavares de Moura. Fotografias do Albergue da Boa Vontade. BR RJCOC VT-MS-03. Casa de Oswaldo Cruz/ Fundação Oswaldo Cruz. 26 fev. 1940 a 28 jul. 1956. (Moura, 1940-1960).

PAVILHÃO Arthur Neiva visto a partir do Pavilhão Mourisco. Fundação Oswaldo Cruz/Casa de Oswaldo Cruz, Código de referência: BR RJCOC 02-10-20-05-005-023. s.d. (Pavilhão..., sd).

PINHEIRO, Isaura Bender Rodrigues. Acervo pessoal, 28 jun. 2011. (Acervo pessoal Pinheiro, 2011).

SOUZA, Raphael de Paula Souza. Visita de Clemente Mariani ao Abrigo Cristo Redentor e Fachada do Abrigo Cristo Redentor. Rio de Janeiro, Fundação Oswaldo Cruz, Casa de Oswaldo Cruz, BR RJCOC RP-GI-PE-01-222 a 230, 12 maio 1950. (Souza, 12 maio 1950).